

2014

DIAGNÓSTICO SOBRE O TURISMO E USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA



CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL

Brasil





DIAGNÓSTICO SOBRE O TURISMO E USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Realização



Execução



GAIA CONSULTORIA

Consultor Técnico

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira

Bahia, agosto de 2014



FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, C. A. F. **Diagnóstico sobre o turismo e uso público nas unidades de conservação federais do extremo sul da Bahia. Bahia:** Relatório elaborado pela Gaia Consultoria e apresentado à Conservação Internacional Brasil, 2014.



AGRADECIMENTOS

Agradeço aos servidores do ICMBio das Unidades de Conservação envolvidas e a Coordenação Regional 7 pelas informações disponibilizadas, apoio logístico prestado e diálogo realizado no qual muito contribuiu e viabilizou a elaboração deste diagnóstico. Agradeço também os agentes informantes deste trabalho, especialmente os ribeirinhos da RESEX Cassurubá, os pescadores da RESEX Corumbau e os Pataxó da Terra Indígena Barra Velha que possibilitaram informações importantes, apoio e hospitalidade durante as atividades de campo previstas.



INDICE

| | |
|---|------------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 7 |
| 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 8 |
| 3. CONTEXTO E CONCEITOS DO USO PÚBLICO E DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 22 |
| 4. DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO..... | 27 |
| 4.1 O TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DO DESCOBRIMENTO | 27 |
| 4.2 USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA CASSURUBÁ..... | 42 |
| 4.3 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS ... | 66 |
| 4.4 USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CORUMBAU | 92 |
| 4.5 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO | 141 |
| 4.6 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL..... | 155 |
| 4.7 USO PÚBLICO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES | 180 |
| 4.8 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL..... | 198 |
| 4.9 SÍNTESE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS E DO NÍVEL DE GESTÃO DO USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA | 218 |
| 5. PROGNÓSTICO PARA USO PÚBLICO | 222 |
| 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA CASSURUBÁ | 222 |
| 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS | 227 |
| 5.3 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CORUMBAU..... | 232 |
| 5.4 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO..... | 238 |
| 5.5 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL..... | 242 |
| 5.6 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES | 247 |
| 5.7 RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL..... | 251 |
| 5.8 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA DO USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA | 255 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 259 |

LISTAGEM DE SIGLAS

- **ABNT** – Associação Brasileira de Norma Técnicas
- **ABETA** – Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
- **AMEPARNA** – Associação dos Moradores Vizinhos e Amigos do PARNA do Descobrimento
- **ANAC** – Associação dos Nativos e Amigos de Caraíva
- **APHROPE** – Associação Pradense de Restaurantes, Hóteis, Operadoras Pousadas e Estabelecimentos Comerciais
- **APMIB** – Associação de Pescadores e Moradores Indígenas do Bujigão
- **APPA** – Associação Pradense de Proteção Ambiental
- **BA** – Bahia
- **CADASTRUR** – Sistema de Cadastro do setor de Turismo do Ministério do Turismo
- **CB** – Costa das Baleias
- **CD** – Costa do Descobrimento
- **CEPENE** – Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral do Nordeste
- **CGETNO** – Coordenação Geral de Promoção e Etnodesenvolvimento
- **CNPT** – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
- **CTL** – Coordenação Técnica Local da FUNAI
- **CR** – Coordenação Regional
- **ECOMAR** – Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos
- **FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- **FNMA** – Fundo Nacional do Meio Ambiente
- **GPS** – Global Position System
- **GT** – Grupo de Trabalho
- **HA** - Hectares
- **ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- **IN** – Instrução Normativa
- **IPHAN** – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- **MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- **MTur** – Ministério do Turismo
- **NBR** – Normas da ABNT
- **ONG** – Organização Não Governamental
- **PDTIS** – Plano de Desenvolvimento Integral de Turismo Sustentável
- **PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
- **PN** – Parque Nacional
- **PNGATI** – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Território Indígena
- **PNH** – Parque Nacional Histórico
- **PNM** – Parque Nacional Marinho
- **PNT** – Plano Nacional de Turismo
- **Projeto RESEX** – Projeto de Fortalecimento da Gestão Participativa de Uso dos Recursos Pesqueiros na RESEX Corumbau
- **PUP** – Plano de Uso Público
- **REVIS** – Refúgio de Vida Silvestre
- **RESEX** – Reserva Extrativista
- **RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural
- **SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- **SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- **TI** – Terra Indígena
- **UC** – Unidade de Conservação
- **UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- **ZA** – Zona de Amortecimento
- **ZT** – Zona Turística

1. APRESENTAÇÃO

A Conservação Internacional Brasil tem a satisfação de apresentar o **“Diagnóstico sobre o Turismo e Uso Público nas Unidades de Conservação Federais do Extremo Sul da Bahia”**, realizado pela Gaia Consultoria, instituição com notório saber em turismo na região. Trata-se de um projeto apoiado pelo Global Conservation Fund (GCF), em parceria com o ICMBio.

O presente estudo reforça o compromisso histórico da CI-Brasil na região e traz luz à compreensão dos potenciais e desafios do uso público das UCs e turismo no entorno das mesmas. Os resultados serão fundamentais para a elaboração de um planejamento estratégico, com ações de curto, médio e longo prazo, a ser elaborado com participação dos principais atores sociais envolvidos com o tema na região. Tais ações estarão focadas no fortalecimento das Unidades de Conservação e da cadeia produtiva do turismo do entorno, e será subsidiado com apoio de um Mecanismo Financeiro, ora em desenho pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, o Funbio.

O presente documento apresenta: **a)** diagnóstico do uso público das sete unidades de conservação (UC's) federais do extremo sul da Bahia, contendo caracterização da situação atual desta atividade nestas áreas protegidas; **b)** prognóstico do uso público das sete unidades de conservação (UC's) federais do extremo sul da Bahia, contendo recomendações de implantação, incremento e ordenamento da atividade nestas áreas protegidas; **c)** anexos contendo: planilha de inventário dos atrativos (potenciais e reais) e ofertas turísticas identificados nas UC's, e registro fotográfico dos atrativos e ofertas inventariados.

As UC's federais referenciadas são: Reserva Extrativista (RESEX) Cassurubá, RESEX Marinha Corumbau; Parque Nacional Marinho (PNM) dos Abrolhos, Parque Nacional (PN) do Descobrimento, Parque Nacional e Histórico (PNH) do Monte Pascoal, PN do Pau Brasil e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) do Rio dos Frades.

Para apresentação do diagnóstico e prognóstico do uso público das UC's, este documento está estruturado em quatro partes integradas:

1º - Procedimentos metodológicos: explica brevemente como diagnóstico e prognóstico foram elaborados, apresentando os métodos de coleta e análise de dados, lista de agentes informantes abordados e figuras que demonstram as atividades de campo.

2º - Contexto e conceito do ecoturismo e uso público em UC's: apresenta o contexto e o conceito de uso público e o ecoturismo em UC's brasileiras. Este capítulo visa contextualizar o leitor sobre estes dois temas presentes no diagnóstico e o prognóstico.



3º - Diagnóstico do uso público: **a)** caracteriza brevemente contexto turístico das regiões que as sete UC's estão inseridas, e apresenta conceitos básicos utilizados neste documento; **b)** caracteriza a situação atual do uso público de cada UC envolvida. Esta caracterização aborda ofertas turísticas e potenciais ecoturísticos existentes nas sete UC's, e a gestão do uso público realizada. A partir da caracterização destes dois temas, oferta/potencial e gestão, são demonstradas em uma matriz de análise quais são descritas as limitações e oportunidades do uso público identificado. Como parte integrante do diagnóstico, em anexo é apresentado em planilhas o inventário das ofertas e potenciais ecoturísticos das UC's junto com arquivos de fotos organizados por oferta ou potencial inventariado.

4º - Prognóstico para uso público: a partir dos resultados do diagnóstico é estruturada uma matriz com recomendações de ações para ordenamento, implantação e incremento do uso público nas sete UC's. Está presente também recomendações de ações integradas entre as UC's.

O diagnóstico e prognóstico apresentado tem a finalidade de orientar a gestão do uso público de cada UC a realizar ações de ordenamento, implantação e incremento da atividade em etapas e quando possível integrar esforços entre as UC's e potenciais parceiros, possibilitando otimizar recursos e fortalecer esforços em prol da conservação e uso sustentável destas áreas protegidas e o seu entorno.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O diagnóstico e prognóstico foram elaborados com finalidade metodológica exploratória e descritiva (GIL, 1987) do uso público nas sete UC's, utilizando uma abordagem qualitativa para coleta e análise dos dados (STRAUSS; CORBIN, 1990). Esta abordagem orientou o estabelecimento e o uso das técnicas de levantamento e análise dos dados secundários e primários.

Para coleta de dados secundários foi realizada pesquisa bibliográfica e documental relativa ao tema uso público em UC's (DENCKER, 1998), tendo os Planos de Manejo e de Uso Público e publicações dos resultados das atividades técnicas e científicas de turismo nas sete UC's como suportes para melhor compreensão da situação atual do turismo nas áreas.

Para coleta dos dados primários foram utilizadas as seguintes ferramentas: roteiros de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas direcionadas para agentes informantes (MINAYO, 2004); formulário para levantamento das ofertas e potenciais ecoturísticos das sete UC's (BORGES, 2003); máquina fotográfica para registro de imagens; Global Position System (GPS) para marcar posição geográfica dos atrativos e potenciais ecoturísticos.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas utilizados foram apresentados nos anexos do **Produto I** desta consultoria. Estes roteiros foram direcionados para

as seguintes categorias de agentes informantes: gestores, servidores e contratados das UC's; prestadores de serviços turísticos nas UC's; agências de turismo que atualmente operam atividades turísticas nas UC's ou que apresentam potencial para tal. Durante o levantamento de campo foi identificada oportunidade de coletar dados com instituições publicadas e privadas com atuação no uso público das UC's, como organizações não governamentais (ONG's), secretarias municipais de turismo e instâncias de governança do turismo da região. As entrevistas realizadas com estas categorias identificadas em campo seguiu um roteiro não estruturado (MINAYO, 2004).

A partir do estabelecimento destas categorias, foi definido por esta consultoria, devido o seu conhecimento e experiência no turismo das UC's e região, os agentes informantes. Após a definição ocorreu agendamento das entrevistas. Durante as entrevistas utilizou-se como técnica metodológica a "Bola de Neve" (BIERNACKI; WALDORF, 1981), na qual a cada entrevista ou abordagem preliminar são indicados outros agentes e assim sucessivamente até os agentes informantes indicados começarem a se repetir, validando o grupo identificado.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, cumprindo o calendário previsto no **Produto I**. Ocorreram entrevistas que foram realizadas em formato de reunião envolvendo mais de um agente (**FIGURA 2-1 e 2-2**). Alguns agentes informantes identificados durante as duas etapas de campo, não viabilizaram uma agenda para realização da entrevista pessoalmente. Nestes casos foi solicitado aos agentes informantes que respondessem as questões dos roteiros semiestruturados em outro momento e enviassem por e-mail.



Figura 2-1 – Entrevista/reunião Câmara de Turismo da Costa das Baleias



Figura 2-2 – Entrevista/reunião com condutores indígenas do PNMHP

Nas entrevistas e reuniões foi feita uma abordagem onde foi explanado o trabalho e seus objetivos. As entrevistas realizadas em formato de reunião, participação de mais de um agente, proporcionou a promoção de diálogos com diferentes agentes sobre o tema, mesmo que os entrevistados estejam em uma mesma categoria, resultando na geração de informações sobre experiências, pontos de vistas e interesses diversificados sobre uso público nestas UC's.

As entrevistas e reuniões realizadas além de ter gerado informações importantes e necessárias para diagnosticar o uso público das UC's, possibilitaram a consultoria recomendar ações de ordenamento, incremento e implantação considerando as diferentes opiniões e olhares sobre o uso público.

Segue a lista de entrevistados e abordados durante o levantamento de dados por categoria (**TABELA 2-1, 2-2, 2-3, 2-4, 2-5**).



TABELA 2-1 – Lista de gestores e servidores/contratados das UC's entrevistados e abordados

| CATEGORIA: GESTORES SERVIDORES/CONTRATADOS DAS UC's | | |
|--|---|--|
| INSTITUIÇÃO/UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | NOME ENTREVISTADO /CARGO | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| ICMBio – RESEX Cassurubá | Alessandro Marcuzzi / Analista ambiental | Entrevista feita pessoalmente em 14/04/2014 |
| ICMBio – Parque Nacional Marinho dos Abrolhos | Ricardo Jerzolinski / Chefe da UC; Marcello Lourenço / Analista ambiental Bernadete Barbosa / Guarda Parque | Entrevista feita pessoalmente em 14 e 15/04/2014. Entrevista com Guarda Parque Bernadete feita por formulário escrito enviado por e-mail |
| ICMBio – RESEX Marinha do Corumbau | Ronaldo de Oliveira / Gestor da UC; Janina Santos Azevedo / Analista ambiental | Entrevista feita pessoalmente em 16/04/2014 |
| ICMBio – Parque Nacional do Descobrimento | Aristides Salgado Guimarães Neto / Chefe da UC | Entrevista feita pessoalmente em 23/04/2014 |
| ICMBio – Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal | Raquel Mendes Miguel / Chefe da UC | Entrevista (formato reunião) feita pessoalmente em 25/04/2014. Envolveu representantes da CR 7/ICMBio; CTL Barra Velha/FUNAI; Pataxó. |
| ICMBio – Parque Nacional do Pau Brasil | Fábio Faraco / Chefe da UC | Entrevista feita pessoalmente em 20/05/2014 |
| ICMBio – REVIS Rio dos Frades | Thiago Leão Pereira / Chefe da UC; Francisco Oneizete / Analista ambiental | Entrevista feita pessoalmente em 21/05/2014 |



TABELA 2-2 – Lista de agências de turismo que operam nas UC's entrevistadas e abordadas

| CATEGORIA: AGÊNCIAS DE TURISMO QUE OPERAM NAS UC's | | | |
|---|--|---|--|
| EMPRESA | NOME ENTREVISTADO /CARGO | UC QUE OPERA | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Horizonte Aberto Viagem e Turismo LTDA | Daniela Figueiredo / Agente de viagem | PNM dos Abrolhos. Esporadicamente RESEX Cassurubá. | Entrevista feita pessoalmente em 15/04/2014 |
| APECATUR Expedições | Mitchel Kibapgen / Gerente operacional | PNM Abrolhos | Entrevista feita pessoalmente em 15/04/2014 |
| Sanuk | Renato Santoro / sócio proprietário | PNM Abrolhos | Reunião por telefone. Não retornou formulário respondido por e-mail |
| Libra embarcações | Antonio Carlos / proprietário | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 17/04/2014 |
| Acquamar | Ademir Januário de Azevedo / Condutor náutico aquaviário | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 18/04/2014 |
| Cumuru Magical Tour | Ana Paula e Nitão / sócios proprietários | RESEX Marinha Corumbau. Interesse em operar o PN Descobrimento (agência potencial) | Entrevista feita pessoalmente em 16/04/2014 |
| Corumbau Adventure | Vando Souza Delclecinio / proprietário | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 19/04/2014 |
| Pataxó Turismo | Maria Luisa Cruza / Diretora executiva | Esporadicamente PNH do Monte Pascoal. Tem interesse no PN do Pau Brasil e REVIS do Rio dos Frades | Reunião por internet. Não retornou formulário respondido por e-mail. |



TABELA 2-3 – Lista de potenciais agências de turismo do entorno para operar nas UC's entrevistadas e abordadas

| CATEGORIA: POTENCIAIS AGÊNCIAS DE TURISMO DA REGIÃO PARA OPERAR NAS UC's | | | |
|---|--|---|--|
| EMPRESA | NOME ENTREVISTADO / CARGO | UC DE INTERESSE | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Prado Tour | Luis Antonio Almeida / / proprietário | PN do Descobrimento | Entrevista feita pessoalmente em 17/04/2014 |
| La Isla Tour | Luis Alberto Lemos / Gerente operacional | PN do Descobrimento | Entrevista feita pessoalmente em 24/04/2014 |
| AR Turismo | Paulo Cesar Onichi / Gerente | PN do Pau Brasil | Entrevista feita pessoalmente em 22/05/2014 |
| Portal Turismo | Adriana / Sócia proprietária | PN do Pau Brasil ; PNH do Monte Pascoal; REVIS do Rio dos Frades | Entrevista feita pessoalmente em 20/05/2014 |
| Bonfim Turismo | Nalmir Reis / agente de viagens | REVIS do Rio dos Frades | Entrevista feita pessoalmente em 19/05/2014 |
| Fascínio Turismo | Breno / proprietário | Tem interesse nas áreas das UC's de Porto Seguro, mas desconhece as áreas | Entrevista feita pessoalmente em 19/05/2014 |
| Arraial Trip Tur | Juliana e Fábio / Sócios proprietários | PN do Pau Brasil ; PNH do Monte Pascoal; REVIS do Rio dos Frades | Entrevista feita pessoalmente em 22/05/2014 |
| Cumuru - Eco Tour | Pedro / Proprietário | PN do Descobrimento; PNH do Monte Pascoal | Entrevista feita por formulário escrito enviado por e-mail |



TABELA 2-4 – Lista dos prestadores de serviços ecoturísticos nas UC's entrevistados e abordados

| CATEGORIA: PRESTADORES DE SERVIÇOS ECOTURÍSTICOS NAS UC's | | | | |
|--|--|------------------------|---|--|
| NOME ENTREVISTADO | EMPRESAS QUE ATUAM | UC's QUE ATUAM | TIPO DE SERVIÇOS | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Jonathan Alcântara | APECATUR. Trabalha como autônomo | PNM dos Abrolhos | Condutor de ecoturismo subaquático dos Abrolhos | Entrevista feita pessoalmente em 15/04/2014 |
| Carlo Lavina D'angelo | Autônomo. Atualmente pouca atuação | PNM Abrolhos | Condutor de ecoturismo subaquático dos Abrolhos | Entrevista feita pessoalmente em 13/04/2014 |
| Mauro Lana | Autônomo | PNM Abrolhos | Condutor de ecoturismo subaquático dos Abrolhos | Reunião feita por telefone. Não enviou formulário respondido por e-mail. |
| Renato Bucar Santoro | Sanuk | PNM Abrolhos | Condutor de ecoturismo subaquático dos Abrolhos | Reunião feita por telefone. Não enviou formulário respondido por e-mail. |
| Ivair Matos | Autônomo. Serviço de passeios náutico feito informalmente com sua própria embarcação | RESEX Corumbau Marinha | Passeios embarcados na RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 16/04/2014 |
| Lazaro Silva do Carmo | Autônomo. Serviços para Corumbau Adventure | RESEX Corumbau Marinha | Condutor da embarcação durante passeios na RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 22/04/2014 |
| Manoel Robalo | Autônomo. Serviço de passeios náutico feito com sua própria embarcação | RESEX Corumbau Marinha | Condutor da embarcação durante passeios na RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 20/04/2014 |



A 2-4 – Lista dos prestadores de serviços ecoturísticos nas UC's entrevistados e abordados (CONTINUAÇÃO)

| CATEGORIA: PRESTADORES DE SERVIÇOS ECOTURÍSTICOS NAS UC's | | | | |
|--|--|--|--|---|
| NOME ENTREVISTADO | EMPRESAS QUE ATUAM | UC's QUE ATUAM | TIPO DE SERVIÇOS | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Antônio José Silva Conceição | Libra embarcações. Autônomo | RESEX Marinha Corumbau | Marinheiro | Entrevista feita pessoalmente em 18/04/2014 |
| Janderson Arantes Martins | Autônomo. | RESEX Marinha Corumbau (entorno) | Instrutor de Parapente. Venda e operação de passeios de parapente na área costeira da RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 17/04/2014 |
| Gildo Bonfim Cardoso | Autônomo. Associação dos Canoeiros de Caraíva e Nova Caraíva | RESEX Marinha Corumbau | Passeios e travessia de canoa | Entrevista pessoalmente em 20/04/2014 |
| Gilmar Jesus de Souza | Autônomo. Associação de Pescadores do Bujigão | RESEX Marinha Corumbau | Operação e venda de passeios na RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 18/04/2014 |
| Bau | Autônomo. Associação dos Bugueiros Indígenas Pataxó da aldeia de Barra Velha | RESEX Marinha Corumbau (litoral); PNH do Monte Pascoal | Operação e venda de passeios de bugue nas UC's | Entrevista feita pessoalmente em 18/04/2014 |
| José Conceição Santana Braz | Autônomo | RESEX Marinha Corumbau (litoral); PNH do Monte Pascoal | Venda de artesanato | Entrevista feita pessoalmente em 24/05/2014 |
| Moises Santos Santana Ferreira | Autônomo. | PNH do Monte Pascoal | Condutor Indígena do PNH do Monte Pascoal | Entrevista feita pessoalmente em 25/05/2014 |



TABELA 2-4 – Lista dos prestadores de serviços ecoturísticos nas UC's entrevistados e abordados (CONTINUAÇÃO)

| CATEGORIA: PRESTADORES DE SERVIÇOS ECOTURÍSTICOS NAS UC's | | | | |
|--|--|---|--|---|
| NOME ENTREVISTADO | EMPRESAS QUE ATUAM | UC's QUE ATUAM | TIPO DE SERVIÇOS | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Anilson Vieira dos Santos (Tijé Pataxó) | Autônomo | PNH do Monte Pascoal | Condutor Indígena do PNH do Monte Pascoal; Bugueiro | Entrevista feita pessoalmente em 21/04/2014 |
| Fábio Braga | Autônomo. Proprietário e prestador de serviço da Escuna Bahia Boa | RESEX Cassurubá – passeio Ilha de Barra Velha | Transporte aquaviário de passageiros em passeios náuticos na RESEX Cassurubá e entorno | Entrevista feita por e-mail em 08/07/2014 |
| Ivan Bisnane | Autônomo. Serviço de passeios náutico feito com sua própria embarcação | RESEX Marinha Corumbau | Condutor da embarcação durante passeios na RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 20/04/2014 |



TABELA 2-5 – Lista das instituições públicas e privadas envolvidas/interessadas no uso público das UC's, entrevistadas e abordadas

| CATEGORIA: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS | | | |
|--|---|---|---|
| INSTITUIÇÃO | REPRESENTANTE | UC's ENVOLVIDAS | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Câmara de Turismo da Costa das Baleias | Reunião com membros | RESEX Cassurubá; RESEX Marinha Corumbau; PNM dos Abrolhos; PN do Descobrimento | Participação em reunião no dia 15/04/2014 |
| Secretaria Municipal de Turismo de Caravelas | Secretário Municipal de Turismo Fábio Negrão | RESEX Cassurubá; PM dos Abrolhos | Entrevista feita pessoalmente em 14/04/2014 |
| Secretaria Municipal de Turismo de Prado | Secretário Municipal de Turismo Igor Lago | RESEX Marinha Corumbau; PNM dos Abrolhos; PN do Descobrimento | Entrevista feita pessoalmente em 17/04/2014 |
| Secretaria Municipal de Turismo de Porto Seguro | Secretário Municipal de Turismo Luis Otávio | PN do Pau Brasil; RESEX Marinha Corumbau; REVIS do Rio dos Frades; PNH do Monte Pascoal | Não consegui contato |
| Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento | Coordenadora | PN do Pau Brasil; RESEX Marinha Corumbau; REVIS do Rio dos Frades; PNH do Monte Pascoal | Não consegui contato |
| Associação de Canoeiros de Caraíva e Nova Caraíva | Diretoria – Conselho Fiscal: Gildo Bonfim Cardoso | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 20/04/2014 |



TABELA 2-5 – Lista das instituições públicas e privadas envolvidas/interessadas no uso público das UC's, entrevistadas e abordadas (Continuação)

| CATEGORIA: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS | | | |
|--|--|--|--|
| INSTITUIÇÃO | REPRESENTANTE | UC's ENVOLVIDAS | HISTÓRICO DA ENTREVISTA |
| Associação de Nativos de Caraíva - ANAC | Presidente – José Raimundo Bonfim Cardoso | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 20/04/2014 |
| Associação de Pescadores do Bujigão | Presidente – Gilmar Jesus de Souza | RESEX Marinha Corumbau; PNH do Monte Pascoal | Entrevista feita pessoalmente em 21/04/2014 |
| Associação dos Bugueiros Indígenas da Aldeia de Barra Velha - ABIPA | Membro - Bau | RESEX Marinha Corumbau; PNH do Monte Pascoal | Entrevista feita pessoalmente em 18/04/2014 |
| Associação Pataxó da Aldeia do Pé do Monte | Presidente – Moises Santos Santana Ferreira. Reunião com membros | PNH do Monte Pascoal | Entrevista feita pessoalmente em 25/05/2014 |
| Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento - APAACD | Membro - Albino | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 17/04/2014 |
| Projeto Coral Vivo | Gustavo Duarte / Coordenador executivo | RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita pessoalmente em 18/05/2014 |
| ECOMAR | Paulo Beckcamp / Presidente | RESEX Cassurubá; PNM dos Abrolhos | Não retornou formulário respondido por e-mail |
| Instituto Baleia Jubarte - IBJ | Milton / Diretor de pesquisa | PNM dos Abrolhos ; RESEX Marinha Corumbau | Entrevista feita por formulário escrito enviado por e-mail |

A oferta ecoturística neste documento é compreendida como os atrativos e as atividades de visitação que já ocorrem no interior da UC. O potencial ecoturístico ou potencial atrativo como áreas naturais e elementos culturais e históricos existentes no interior da UC, que apresentam possibilidades de atratividade por suas características serem significativas para uma ou mais demandas de turistas, como beleza cênica, importância histórica, visibilidade da água, biodiversidade da floresta e outros (BORGES, 2003).

O levantamento das ofertas e potenciais ecoturísticos das sete UC's foi realizado em duas etapas seguindo o calendário estabelecido no **Produto I**. As ferramentas definidas para estes levantamentos, formulários, GPS e máquina fotográfica digital, foram utilizadas durante as visitas nas UC's da consultoria junto com servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e/ou outros agentes informantes que atuam nas UC's. As ofertas e potenciais ecoturísticos reconhecidos durante o levantamento foram definidas por esta consultoria com participação do gestor da área e outros agentes informantes e considerando as publicações sobre uso público das UC's. Nestas visitas, que duraram em média dois dias em cada área protegida, foi possível caracterizar as atividades ecoturísticas realizadas e identificar os potenciais existentes (**FIGURA 2-3, 2-4, 2-5 e 2-6**).



Figura 2-3 – Coleta de dados sobre potenciais da REVIS Rio dos Frades com agentes informantes



Figura 2-4 – Registro fotográfico dos potenciais da REVIS do Rio dos Frades

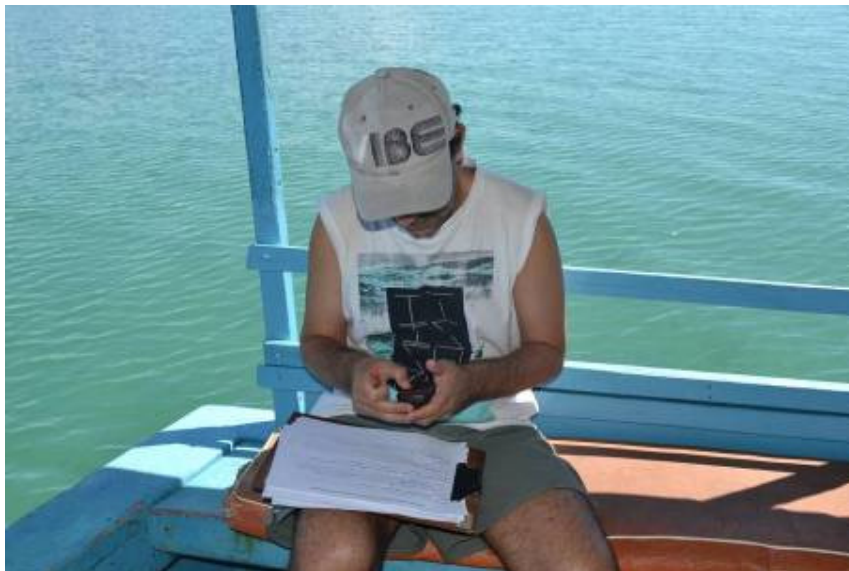


Figura 2-5 – demarcando localização geográfica de atrativo (uso do GPS) na RESEX Marinha Corumbau.



Figura 2-6 – Reconhecimento de potencial em trilha no PN do Descobrimento

No PNM dos Abrolhos não ocorreu este levantamento *in loco* devido à consultoria, em diálogo com a contratante, identificar que os dados já existentes na bibliografia e documentos junto com os gerados nas entrevistas e a experiência da consultoria na UC já correspondiam às informações necessárias para elaboração do diagnóstico e prognóstico previsto. Na RESEX Cassurubá foi realizado apenas reconhecimento de duas áreas que são esporadicamente visitadas, devido o mesmo motivo do PNM dos Abrolhos.

A visita *in loco* no PN do Descobrimento ocorreu em apenas duas áreas indicadas pelo chefe da UC que apresentam potenciais ecoturísticos a serem desenvolvidos na UC. Esta visita breve e limitada em apenas duas localidades foi por estar ocorrendo uma ocupação da sede do parque por um grupo indígena da etnia Pataxó. O gestor da UC neste período identificou que a atividade de campo programada da equipe, servidores e consultoria, no interior da área protegida poderia colocar em risco aspectos físicos e morais destes participantes.

Os dados coletados nas entrevistas com os agentes informantes foram sistematizados em categorias de análise (MINAYO, 2004) que possibilitou identificar e analisar os seguintes aspectos do uso público das UC's: **a)** características e condições da gestão do uso público da UC, envolvendo ICMBio e agentes envolvidos; **b)** serviços, infraestrutura e promoção do uso público, envolvendo agências de turismo e prestadores de serviços turísticos; **c)** ações necessárias para implantação, incremento e ordenamento do uso público na UC.

Os dados coletados no levantamento das ofertas e potenciais ecoturístico foram sistematizados em planilhas e banco de imagens que segue em anexos



que integram este documento. Estas planilhas e imagens organizadas proporcionam a gestão do uso público conhecer de forma sistematizada as ofertas e potenciais existentes na UC e embasar-se tecnicamente para tomadas de decisões que visam implantação, incremento e ordenamento da atividade. Após a sistematização, as informações foram analisadas e descritas de forma sintetizada em conjunto com os resultados da análise das entrevistas. A junção destas duas análises gerou os seguintes resultados: **a)** descrição dos aspectos socioambientais relevantes das ofertas e potenciais ecoturísticos; **b)** caracterização e recomendações dos serviços e infraestruturas necessários ou existentes; **c)** grau de potencialidade das ofertas e potenciais; **d)** levantamento das formas e condições atuais da gestão do uso público; **e)** identificação das ofertas e potenciais ecoturísticos que integram o uso público das UC's.

Esta análise dos dados foi realizada de forma descritiva e analítica, confrontando os dados primários com os secundários (DENCKER, 1998). Os resultados desta análise geraram informações necessárias para estruturação de uma matriz de limites e oportunidades do uso público de cada UC e recomendações por oferta ou potencial ecoturístico inventariado.

A partir dos resultados do diagnóstico foi elaborado prognóstico que consiste em matriz elencando, por eixo temático e etapas, recomendações de ações para ordenamento, implantação e incremento do uso público por UC. Com a sistematização destas recomendações foram indicadas ações integradas entre as UC's em prol de melhorias na visitação destas áreas protegidas.

3. CONTEXTO E CONCEITOS DO USO PÚBLICO E DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O uso público em UC's é indicado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2002) e nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006) como a utilização destas áreas protegidas por meio da visitação e do turismo.

A visitação nas UC's é compreendida como atividades de utilização pública para fins recreativos, educacionais e turísticos. Esta visitação pode ser feita por moradores do entorno ou do interior das UC's e/ou por turistas que estão em viagens na região. O turismo e o turista são caracterizados em seus conceitos pela ação voluntária e temporária de deslocar-se de sua residência para um destino, por diversas motivações, gerando inter-relações de importância social, econômica e cultural (ANDRADE, 1992; IGNARRA, 1999; DE LA TORRE, 1992)

O uso público nas UC's refere-se a todas as atividades de visitação, turísticas ou não, que por envolver o uso de uma área protegida que tem como objetivo a conservação (MMA, 2006) precisa ser gerida e direcionada para: **a)** promoção de experiências positivas do público com a área e seus aspectos naturais e culturais; **b)** sensibilização do público sobre a importância da conservação e



uso sustentável de biomas, ecossistemas e elementos culturais da UC; **c)** como meios de conseguir apoio e recursos financeiros e humanos para gestão e manejo da UC; **d)** colaborar com a geração e distribuição de renda nas comunidades envolvidas na operação da atividade; **e)** minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos da visitação sobre os fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais do interior e entorno da UC.

Existem categorias de UC's que permitem em seu uso público atividades turísticas e recreativas e outras não. Neste documento estão sendo envolvidas três categorias de UC's federais: Parque Nacional, RESEX e REVIS.

Nos Parques Nacionais e REVIS a visitação pública é permitida estando sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e pelo ICMBio, e àquelas previstas em regulamento. Nas RESEX's a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo (BRASIL, 2002).

Nestas categorias que permitem a realização de visitação pública sugere-se que o segmento turístico a ser desenvolvido no interior da área seja o ecoturismo.

O ecoturismo é um segmento turístico que possui atividades recreativas e educativas realizadas em áreas naturais, protegidas ou não, e que tem como objetivos e princípios: uso sustentável das áreas naturais e dos patrimônios culturais existentes em uma localidade; sensibilização dos envolvidos, através da educação e interpretação ambiental, sobre a importância da conservação dos recursos naturais e dos patrimônios visitados; inclusão da comunidade local no desenvolvimento do segmento; geração e distribuição de benefícios para estas comunidades (BRASIL, 1994; WWF, 2003).

Acredita-se que as peculiaridades legais que as UC's possuem para efetivar a gestão e o manejo da visitação em suas áreas, facilitem a prática do conceito e princípio do ecoturismo (FONTES; VITORINO; FILETTO, 2003).

Considerando o conceito e os princípios do ecoturismo, este segmento é indicado como modelo de turismo a ser desenvolvidos nas UC's, sendo-o guarda chuva para outras modalidades turísticas a serem desenvolvidas na área, como turismo de aventura e cultural.

O ecoturismo é uma ferramenta eficaz ao uso público, promovendo apoio para conservação e sustentabilidade das UC's. Esta afirmação se relaciona mais ao âmbito da retórica do que dos fatos (PIRES, 2002). De acordo com Brandon (2005) o ecoturismo na prática não está conseguindo resultados efetivos para conservação e sustentabilidade das UC's devido duas principais razões: **a)** falta de comprometimento político dos governos para garantir a integração dos princípios ecológicos com o crescimento econômico, ordenando a atividade em um viés socioambiental e não apenas de interesse econômico; **b)** está sendo implantado para satisfazer interesses variados de agentes externos,



ocasionando falta de integração das necessidades e preferências locais no processo de planejamento e implantação.

A falta de participação comunitária no planejamento e implantação do ecoturismo e suas consequências negativas fizeram instituições socioambientais e profissionais do setor a repensarem este segmento, chegando a conceitos, princípios e redes de trabalho que consideram como primordial o seu desenvolvimento através da base comunitária, proporcionando envolvimento efetivo e às tomadas de decisões locais sobre o processo (IRVING, 2002; LUIZA, 2007; WWF, 2003).

O uso público das UC's, considerando suas diferentes categorias, precisa ser planejado e gerido com participação das comunidades que vivem no seu entorno e interior. No caso da visitação turística o segmento adequado para ser desenvolvido na UC é o ecoturismo de base comunitária que de acordo com a WWF (2003, p. 23) é definido como: "turismo realizado em áreas naturais, determinado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade".

O grau de envolvimento e determinação pelas comunidades sobre a gestão do uso público pode variar de acordo com a categoria da UC. Em uma RESEX por ser gerida por um conselho deliberativo este grau pode ser acentuado pela possibilidade de uma gestão compartilhada da área (BRASIL, 2002). No SNUC (BRASIL, 2002) a visitação pública, incluindo ecoturismo, é permitida na RESEX desde que compatível com os **interesses locais**.

A visitação, turística ou não, em uma UC para ocorrer legalmente precisa estar de acordo com previsto no plano de manejo da área protegida (BRASIL, 2002). Além da legalidade da atividade de visitação, é importante considerar o seu planejamento e gestão em prol de atingir princípios e objetivos estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA (2006): **a)** objetivos de manejo da UC; **b)** os seus objetivos educacionais e recreativos com o público; **b)** qualidade na infraestrutura e serviços existentes e acessíveis para maioria; **c)** contribuir para promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades do interior e entorno da UC; **d)** considerar as múltiplas formas de visitação, como individuais, em grupo, comerciais e não comerciais, entre outras. Uma gestão de uso público direcionada para estes objetivos e princípios e com envolvimento efetivo dos agentes locais no processo precisa de investimentos que possibilitem prestação de serviços e a infraestrutura adequada. Este investimento pode ser através de recursos públicos e/ou privados.

Os recursos financeiros e humanos para implantação e gestão do uso público podem ser originários de investimento público advindas de arrecadações diversas, como: impostos em geral, ingressos de visitação da UC, aluguel gerando encargos de imóvel ou equipamentos da UC, pagamento pelos serviços de acomodações/hospedagem, venda de mercadorias (*souvernins* com identidade visual da UC), pagamento de contrapartida pelas concessões, permissões e autorizações, doações voluntárias. Existe também a possibilidade



de recursos advindos de compensações ambientais de empreendimentos, definidas nos processos de licenciamento, que são direcionados para estruturação do uso público das UC's.

A visitação pública em UC's federais, considerando Parques Nacionais, RESEX e REVIS, é um atributo legal a ser gerido pelo ICMBio responsável pela área. Este órgão vem encontrando limitações de recursos financeiros e humanos e outras para implantar e gerir os serviços e infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do uso público nas UC's brasileiras. Um das soluções encontradas e acreditadas pelo estado é delegar para o privado a prestação de serviços e a implantação de infraestruturas necessárias para implantação e incremento da visitação (RODRIGUES, 2009).

No SNUC (BRASIL, 2002) em seu artigo 25 trata da possibilidade de autorização para instituições privadas explorarem bens e serviços de visitação nas UC's. Neste Decreto esta autorização de exploração é passível, mas não são informadas as especificações legais e operacionais para gestão da UC orientar-se na execução e administração do processo necessário para formalidade desta exploração.

Nas últimas duas décadas a concessão, permissão e autorização vêm sendo as modalidades encontradas e utilizadas pelos órgãos gestores das UC's para delegar parte dos atributos do uso público ao privado, visando viabilizar a implantação e funcionamento dos serviços e infraestruturas de visitação nas áreas protegidas, principalmente nos parques nacionais que possui em seus objetivos básicos o desenvolvimento de atividades de visitação (BRASIL, 2002). Cada modalidade citada possui características específicas, segue:

Concessão: contrato administrativo pelo qual o poder público, no caso das UC's federais o ICMBio, atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio ou serviço de sua competência a particular, para que explore seguindo sua destinação específica (MEIRELLES, 2000). Nesta modalidade é necessário realização de licitação, nos termos da lei 8.666/93. Ressalta-se necessidade da garantia contratual de um equilíbrio econômico – financeiro que pode ser demonstrado em um estudo de viabilidade econômica presente no processo de licitação da concessão (BANDEIRA DE MELLO, 2004). Esta modalidade é sugerida apenas quando houver necessidade na prestação de serviços e/ou instalação de infraestruturas que exigem grande investimento por razão de ser um processo complexo e custoso para instituição.

Permissão: ato unilateral e precário, através do qual o ICMBio Público transfere para alguém a prestação de serviço de sua alçada, proporcionando possibilidade de cobrança de tarifas dos usuários (BANDEIRA DE MELLO, 2004). Nesta modalidade deve ser sempre assegurado aos possíveis interessados oportunidade idêntica de obter a permissão. A licitação será exigível sempre que possível e caracterizar concorrências entre interessados na permissão maior que a demanda. A recomendação é adotar esta modalidade, geralmente menos complexa e mais ágil, nos casos em que houver necessidade de exclusividade para prestação do serviço, sem a



exigência de grandes investimentos em infraestrutura por parte do prestador, que poderá ser pessoa física ou jurídica.

Autorização: delegação a pessoa física ou jurídica, por meio de ato administrativo e precário, pelo qual o ICMBio torna possível ao postulante a realização de certa atividade, serviço, ou a utilização de determinados bens públicos e/ou privados (IBAMA/GTZ, 1999). Nesta modalidade não é necessária licitação. De acordo com Nota Técnica N° 02, de 06 de junho de 2011, elaborado por equipe técnica do ICMBio e MMA (CGEVI/DIREP, 2011) é uma modalidade a ser utilizada em atividades de baixa complexidade que exijam apenas investimentos em bens móveis, como transportes diversos dentro da UC e condução de visitantes. A autorização também pode ser utilizada em casos de caráter provisório, como atividades de visitação realizadas por terceiros e que ocorre de forma desordenada e precisa de um instrumento legal, temporário ou não, para formalizar e ordenar a atividade.

Ressalta-se que nas três modalidades o ICMBio continua sendo responsável pela implantação e gestão do uso público. O que é feito na aplicação destas modalidades é conceder, permitir ou autorizar ao privado explorar serviços de apoio ao uso público nas UC's, afim de que esses contribuam para implantação e operacionalização do uso público. Sendo assim o ICMBio ainda fica responsável pelo monitoramento da visitação atentando para os requisitos mínimos da qualidade dos serviços, acessibilidade aos diferentes públicos e estabelecimento e cumprimento de condutas de mínimo impacto socioambiental.

Além destas modalidades existe a Instrução Normativa (IN) N° 08, de 18 de setembro de 2008, do ICMBio (2008), que estabelece as normas e procedimentos para prestação de serviços vinculadas à visitação em UC's federais por condutores de visitantes. Nesta IN é estabelecido que os condutores para adquirir autorização de atuação no interior das UC's é preciso realizar capacitação específica que cumpra requisitos mínimos e cadastro da função no ICMBio.

Os objetivos do privado, pessoa jurídica e/ou física, nas concessões de explorar serviços e locais de visitação das UC's é formatar e comercializar produtos ecoturísticos e com isso obter renda que traga sustentabilidade ao seu negócio. Por esta razão a gestão na aplicação destes processos precisa atentar para os seguintes fatores: **a)** identificar a efetiva necessidade de se utilizar alguma das modalidades citadas para implantar, incrementar e ordenar o uso público na UC; **b)** identificar qual a modalidade mais adequada para se obter os serviços e infraestruturas necessárias de visitação; **c)** estabelecer as contrapartidas do privado através dos resultados da viabilidade socioeconômica da exploração dos serviços e locais; **d)** construir os processos necessários em conjunto com os agentes locais envolvidos. Sugerem-se os conselhos das UC's para tal; **e)** gerar oportunidade de participação competitiva dos agentes locais nos processos de cadastramentos e licitações da exploração dos serviços de visitação; **f)** no caso da RESEX identificar os meios de utilizar a modalidade de autorização para os prestadores de serviços



turísticos locais, a fim de atender o previsto no SNUC (BRASIL, 2002) de desenvolver uma visitação pública compatível com os interesses locais e também como forma de facilitar o ordenamento da atividade através de um cadastramento que estabeleça requisitos mínimos de qualificação profissional e regras para obter-se autorização; **g)** considerar que a visitação pública em UC's tem que contemplar o público em geral, abrangendo prestações de serviços comerciais e não comerciais. Precisa existir acesso para aqueles que querem conhecer as áreas de visitação da UC sem necessariamente está pagando pelos serviços e estruturas de exploração privadas existentes. Neste fato considerar principalmente os cidadãos brasileiros que pagam impostos que contribuem para gestão e manejo da UC.

Considerando especificamente a visitação turística nas UC's a sua exploração comercial se faz a partir da estruturação e operacionalização de produtos ecoturísticos. Estes produtos são formados por atrativo natural/cultural, serviços, infraestrutura e informação. Estes elementos que torna um atrativo natural/cultural de uma UC preparado para ser oferecido ao mercado (JANÉR; MOURÃO, 2003). Os produtos ecoturísticos operacionalizados em uma UC são as ofertas ecoturísticas existentes. São estes produtos que o privado interessasse em estruturar a partir de um atrativo potencial, ou apenas operacionalizar e comercializar quando já existente na UC.

Por tratar de produtos ecoturísticos formatados e operacionalizados em uma área protegida é necessário atentar nos princípios do ecoturismo como alicerce para sua formatação, operacionalização e comercialização. Estes princípios são muitas vezes desconsiderados ou sobrepostos pelo interesse econômico predominante. No caso das UC's a gestão pública e participativa dos envolvidos, através de conselhos, comissões e grupos de trabalho, pode ser eficiente mecanismo de monitoramento destas atividades impedindo que a visitação pública na área desvie dos rumos já estabelecidos no plano de manejo e/ou de uso público e nos objetivos e princípios do ecoturismo já apresentados.

Ressalta-se que o planejamento e operação de serviços turísticos em UC's também precisam cumprir a Lei Geral do Turismo No 11.771, de 17 de Setembro de 2008, que estabelece normas sobre a PNT, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2008).

4. DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO

4.1 O TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DO DESCOBRIMENTO

O governo da Bahia na década de 1990, com a finalidade de um zoneamento turístico estadual que facilitasse o planejamento e divulgação turística do estado e a integração regional da cadeia produtiva do turismo, dividiu as regiões do estado com potencialidades turísticas em Zonas Turísticas (ZT's).

Foram formadas nove ZT's na Bahia. A faixa litorânea do extremo sul da Bahia foi dividida em duas ZT's denominadas Costa do Descobrimento (CD) e Costa das Baleias (CB) (PRODETUR/NE II 2002; 2003).

Durante a implantação do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste II (PRODETUR/NE II), a partir de 2001, o Estado da Bahia passou adotar o conceito de Pólo Turístico, que incorpora mais de uma ZT, no intuito de proporcionar uma melhor operacionalização de recursos do PRODETUR II nos seis pólos turísticos considerados prioritários pelo Estado da Bahia.

A CB e CD formam o Pólo Turístico do Descobrimento. Neste Pólo estão inseridos os seguintes municípios do extremo sul da Bahia, por ZT: **a) CB:** Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça; **b) CD:** Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte (**FIGURA 4.1-1**). Em 2011 foram incluídos os municípios de Teixeira de Freitas e Itamaraju na CB.

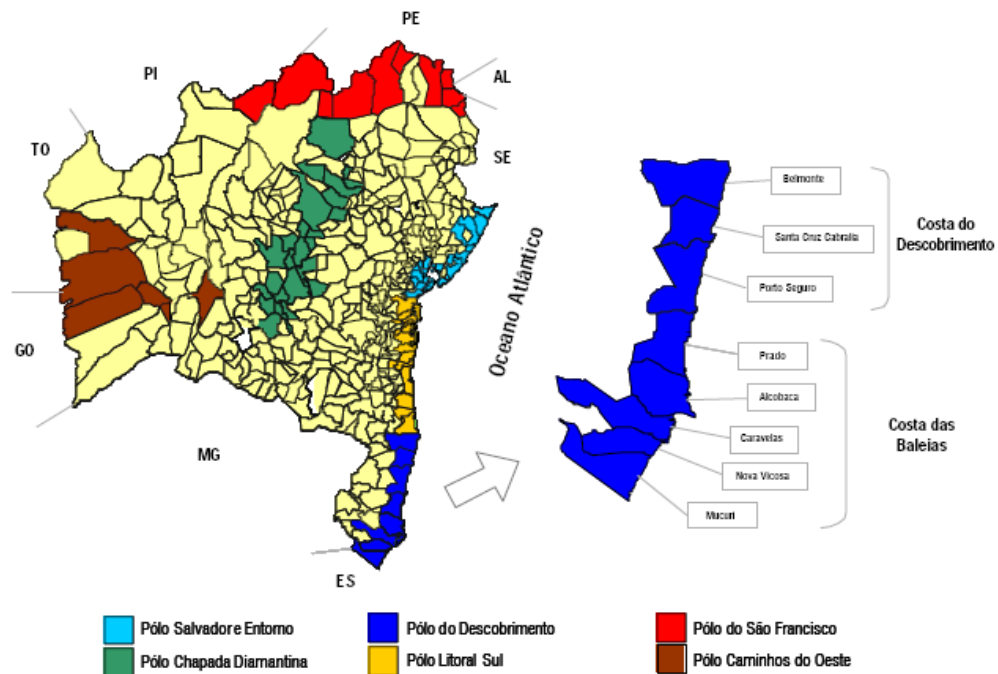


Figura 4.1-1 – Mapa de localização dos pólos e ZT's turísticas BA. Destaque CB e CD. Fonte: PRODETUR NÉ II , 2003.

Os Pólos Turísticos são conceitos utilizados por diversas regiões turísticas do mundo com a finalidade de criar roteiros integrados envolta de uma temática principal fortalecendo a divulgação dos produtos turísticos e a permanência do turista naquele destino. Estes pólos turísticos quando planejam seu ordenamento e divulgação conquistam o poder indutor que a marca criada e



fortalecida pelo pólo obtém junto à diversidade de atividades turísticas que o conjunto de atrativos pode proporcionar atraindo públicos com perfis variados.

Atualmente com a finalização do PRODETUR II e seu recurso que era gerido pelo Conselho do Pólo do Descobrimento, as ZT's tornaram-se novamente o termo e formato territorial mais adotado para gestão regional integrada do turismo na Bahia.

A partir da criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, e da elaboração do Plano Nacional do Turismo (PNT), um Programa de Regionalização do Turismo vem sendo implantado nacionalmente. Neste programa é ressaltada necessidade de se gerir o turismo regionalmente e de forma participativa (MTur, 2003; 2007), com objetivo da região se estabelecer como destino turístico que de acordo com Valls (2006) é um espaço geográfico determinado, com características de clima, infraestrutura e serviços próprios, com certa capacidade administrativas de um planejamento comum e que adquire centralidade atraindo turistas mediante produtos dotado de uma marca e que se comercializa tendo em conta seu caráter integral.

Seguindo as diretrizes de gestão descentralizada e participativa do turismo, indicadas pelo Programa de Regionalização Turística foram instaladas instâncias de governança participativa e regional do turismo nas ZT's CB e CD. Para cada ZT foi criada uma instância: **a)** Câmara de Turismo da Costa das Baleias; **b)** Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento.

Estas duas instâncias tem como missão contribuir e impulsionar o desenvolvimento do turismo sustentável da CB e CD, através da articulação e integração dos órgãos governamentais, entidades empresariais e da sociedade civil e, de proposições de políticas, planos e projetos turísticos para região. São formadas por órgãos governamentais, associações e organizações não governamentais (ONG's) que representam setor turístico, mas também envolvem instituições socioambientais de atuação regional. Foi identificada que no momento atual a representatividade do setor privado turístico encontra-se fragilizada devida descrença que possuem sobre o papel e o alcance de resultados concretos destas instâncias. Os órgãos públicos municipais relacionados ao turismo junto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) apresentam no momento maior interesse e participação no funcionamento destas duas instâncias. Na formação atual dos membros destas instâncias não ocorre representatividade de organizações socioambientais, públicas ou privadas, estas organizações vem apresentando a mesma descrença que o setor turístico a respeito do poder de ação e articulação destas Câmaras, além de limitações de pessoal para participar efetivamente.

Um dos motivos das descrenças sobre a efetiva atuação destas instâncias deve-se pelo fato dela não apresentar estrutura, ações e diálogos que demonstrem serem instâncias de governança propositiva e deliberativa de

políticas, planos e projetos que visam desenvolver um turismo responsável e diferenciado para região.

Segue na Tabela 4.1-1 os órgãos e instâncias da gestão turística regional e municipal das duas ZT's.

TABELA 4.1–1 Instâncias de Governança Turística Regionais e Municipais

| Zona Turística | Municípios | Instâncias de Governança Regional e Municipal |
|-----------------------------|---|--|
| Costa do Descobrimento (CD) | Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia, Belmonte | Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); |
| Costa das Baleais (CB) | Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri | Câmara de Turismo da Costa das Baleias, Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Prado; COMTUR de Prado; Secretaria Municipal de Turismo de Alcobaça; Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Caravelas; Secretaria Municipal de Turismo de Nova Viçosa; COMTUR de Nova Viçosa; Secretaria de Municipal de Turismo e Cultura de Mucuri |

As sete UC's federais relacionadas neste documento encontram-se inseridas nestas duas ZT's. De acordo com Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável - PDTIS (PRODETUR II, 2002; 2003) e o Plano Estratégico de Marketing Turístico (MTur; SEBRAE, 2010) da CB e CD, as UC's localizadas nestas ZT's possuem os principais potenciais de atratividade turística desta região.

Nestas UC's e o seu entorno encontram-se um conjunto de ecossistemas costeiros e marinhos integrados que são denominados por cientistas e ambientalistas como Complexo dos Abrolhos, constituído por um mosaico de

ilhas vulcânicas, recifes de coral, mares rasos, manguezais, restinga e remanescentes da Mata Atlântica (WERNER et al., 2000). Além do seu endemismo e biodiversidade, encontram-se nesta região Pataxó, pescadores artesanais, marisqueiros e ribeirinhos, formando uma sociobiodiversidade de importância nacional. Uma das estratégias para proteção desta região é o estabelecimento e funcionamento de um Mosaico de UC's, que podem incluir outras formas de áreas protegidas como as Terras Indígenas, como meio de uma gestão participativa e integrada para proteção de sua sociobiodiversidade. Atualmente existe o Mosaico do Extremo Sul da Bahia que das sete UC's federais, não está inserido o PNM dos Abrolhos e a RESEX Cassurubá.

Os aspectos históricos da chegada dos portugueses, os elementos culturais das populações tradicionais, a concentração das baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*), diversidade e endemismo dos recifes de corais, a Mata Atlântica, manguezais e restinga conservados indicam os principais potenciais indutores do turismo na Costa das Baleias e do Descobrimento que são denominadas e caracterizadas através destas potencialidades apresentadas (FIGURA 4.1-2 e 4.1-3).



FIGURA 4.1-2 – Beleza Cênica do Largo / Manguezais RESEX CassurubáFoto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.1-3 – Recifes de corais PNM Abrolhos. Fonte: ICMBio/PNM Abrolhos

Considerando o Pólo Turístico do Descobrimento, envolvendo as duas ZT's, o município de Porto Seguro apresenta-se como o município de maior infraestrutura e serviços turísticos da região, sendo principal destino indutor de turistas no Pólo. Além do aeroporto internacional com voos domésticos diários possui o maior número de leitos da Bahia. O histórico do turismo neste município iniciou na década de 70 aonde “turistas aloctéricos”¹ era a demanda e o público existente. Com a melhoria de acessos, instalação de infraestrutura e serviços, divulgação e o crescimento do turismo doméstico e internacional a demanda turística cresceu trazendo um novo perfil de turistas mais introvertidos, que viaja com a família e procura descanso e momentos de lazer principalmente nas praias (PRODETUR NE II, 2002).

Atualmente o município apresenta diferentes localidades turísticas, como Porto Seguro sede, Arraial D'ajuda, Trancoso e Caraíva que apresentam diversificação de públicos pelas características dos seus atrativos e serviços (**FIGURA 4.1-4 e 4.1-5**).

¹ De acordo com Ruschmann (1997, p. 94) o “turista aloctérico são pessoas extrovertidas e autoconfiantes, com padrões de interesse em várias atividades e que buscam, sempre, novidade e aventura”.



FIGURA 4.1-4 – Comércio turístico em Porto Seguro sede. Foto: Carlos Ferraz



Figura 4.1-5 – Comercio turístico em Arraial D'ajuda. Foto: Carlos Ferraz

Mesmo com atrativos, serviços e públicos turísticos diferenciados entre as localidades de Porto Seguro os produtos de turismo que predomina caracteriza um turismo de “sol e praia” que pode ser definido como “atividades turísticas relacionadas á recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função de presença conjunta de água, sol e calor” (MTur, 2010, p. 11).

As agências de turismo receptoras de Porto Seguro comercializam e realizam a operação de produtos turísticos que caracteriza o turismo de sol e praia direcionados para passeios em praias e eventos de lazer da região, existe

pouca diversificação e diferencial nos produtos oferecidos. Os poucos diferenciais demonstram timidez e incipiência na formatação e comercialização de roteiros que insiram elementos do ecoturismo (OLIVEIRA, 2011) (FIGURA 4.1-6; 4.1-7; 4.1-8; 4.1-9; 4.1-10).



FIGURA 4.1-6 – Comercialização em Porto Seguro de passeios para praias e locais que se repetem na maioria das agências. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.1-7 – Comercialização em Arraial D'ajuda de passeios para praias e locais que se repetem na maioria das agências. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.1-8 – Comercialização em agência de turismo de ingresso para eventos em complexos de lazer na praia de Porto Seguro. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.1-9 – Complexo de lazer Tô a Tôa em Porto Seguro, estabelecimento onde ocorrem eventos na praia com significativo fluxo turístico, advindos principalmente das agências de turismo receptivas e emissivas. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.1-10 – Agência de turismo promovendo passeios diversificados em atrativos naturais e culturais da CD, como trilhas, mergulho e interação turista e Pataxó. Foto: Carlos Ferraz.

Em 2007, através do PN do Pau Brasil/ICMBio e o Projeto Corredores Ecológico, foi realizado por Araújo (2007), um levantamento do perfil e tipologia de 20 agências de turismo do município de Porto Seguro, no qual constatou que a maior parte destas agências trabalham com turismo de lazer em áreas naturais, podendo ser caracterizado como turismo de massa por ser feito com grande grupos em um pequeno espaço geográfico não apresentando compromisso socioambiental com os atrativos trabalhados.

Foi identificado que entre estas 20 agências apenas quatro apresentam produtos ecoturísticos em estágio de construção, e que mesmo as agências não apresentarem capacidade técnica e compromisso socioambiental com os atrativos operacionalizam e vendem roteiros em áreas naturais e culturais de grande importância como: Centro histórico, Terras Indígenas, PN do Monte Pascoal, Manguezais, trilhas na Mata Atlântica, RESEX Corumbau e as vilas de pescadores artesanais do seu entorno e áreas de recifes de corais.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que a CD ainda não possui um produto de ecoturismo devidamente consolidado, e que a maior parte dos produtos existentes vem sendo formatados a partir de uma demanda espontânea que ocorre sobre determinado atrativo. Como forma de exemplificar esta afirmação feita no estudo do Araújo (2007), pode citar o caso Praia do Espelho que até a década de 1990 era pouco conhecida e visitada, no momento em que os meios de comunicação diversos e de repercussão nacional e internacional divulgaram a localidade, a demanda pelo atrativo aumentou significativamente o que fez surgir passeios formatados e



comercializados pelas agências de turismo da região. Atualmente é um dos produtos mais divulgados e comercializados na CD.

Durante este diagnóstico nas entrevistas com as agências de turismo do município de Porto Seguro elas apresentaram interesse de diversificarem os seus produtos e direcioná-los para serviços mais qualificados que considere: atendimento mais exclusivo para grupos menores; serviços receptivos bilíngues (guias/condutores); transmissão de informações sobre fauna, flora e histórico/cultural local. Este interesse vem da percepção de que existe uma demanda reprimida por produtos diferenciados que envolva áreas naturais e aspectos culturais conservados, e esta apresenta dificuldade em ser atendida na CD. Estas agências ressaltaram que além da necessidade da formatação de novos produtos na região é necessário definir estratégias de sua divulgação nos pólos emissivos, pois a maioria dos turistas da CD já chegam com os roteiros já estabelecidos o que dificulta inserir novos passeios durante sua estadia.

A CB possui um histórico turístico diferenciado da CD, iniciando através do fluxo turístico de veraneios advindos principalmente de Minas Gerais, Goiás e Brasília e posteriormente ocorrendo uma tímida diversificação e aumento de turistas e de produtos em consolidação. Em relação a CD possui um número menor de fluxo turístico e a maior parte dos seus atrativos se encontra em fase de efetivação (PRODETUR NE II, 2003). Os atrativos naturais marinhos são os grandes destaques desta ZT, principalmente o PNM dos Abrolhos e a atividade de observação de Baleias Jubarte. As manifestações culturais e os atrativos histórico-culturais também possuem potencial (OLIVEIRA, 2008).

Na CB também predomina o turismo de “sol e praia” principalmente de veraneios que possuem ou alugam casas nas localidades de praia (**FIGURA 4.1-11**). A sazonalidade do fluxo turístico na CB é maior do que na CD, concentrando-se especificamente nos meses de verão, do período natalino ao carnaval. No restante do ano ocorre esporadicamente fluxo turístico, principalmente nos feriados e eventos, advindos principalmente das cidades do extremo sul da Bahia, de Vitória e norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais.



FIGURA 4.1-11 – Aluguei de casas em Cumuruxatiba/Prado para turistas. Foto: Carlos Ferraz

O município de Prado oferece maior infraestrutura, serviços e diversidade de atrativos em suas localidades em relação aos outros municípios da CB. Em Caravelas por possuir um centro de importância histórica, características paisagística litorânea de manguezais conservados com rios largos e extensos e de boas condições de abrigo para embarcações e navegação apresenta potenciais diferenciados mais subutilizados para o turismo da região.

As agências de turismo existentes na CB ficam localizadas em Prado, Caravelas e Nova Viçosa. Em Caravelas e Nova Viçosa atualmente as agências existentes possui como produtos na região apenas os passeios de navegação e mergulho para PNM dos Abrolhos. Em Prado existem agências de turismo em três localidades litorâneas que ocorrem infraestrutura, serviços e fluxo turístico: Prado sede, Cumuruxatiba e Corumbau. Estas agências realizam passeios direcionados para atividades náuticas na RESEX Corumbau e áreas de recifes de corais da região e passeios terrestres para as praias do município (**FIGURA 4.1-12 e 4.1-13**).



FIGURA 4.1-12 – Agência de turismo Aquamar em Cumuruxatiba, passeios de barco na RESEX Corumbau. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.1-13 – Agência de turismo La Isla em Prado sede – divulgação de passeios náuticos e terrestres na CB. Foto: Carlos Ferraz

Assim como as agências de turismo entrevistadas em Porto Seguro, as agências de Prado, Caravelas e Nova Viçosa identificam necessidade de qualificar e diversificar os seus produtos, mas para isto precisam de apoio dos setores públicos e privados para utilização e prestação de serviços nos atrativos das UC's federais da CB e nas estratégias de divulgação e

comercialização que proporcione aumento do fluxo turístico durante o ano, diminuindo a atual sazonalidade concentrada em apenas dois a três meses por ano. Atualmente com a sazonalidade turística existente na CB, parte das agências de turismo considera-se inviável economicamente para manter-se funcionando o ano todo e cumprindo as exigências legais da empresa. A previsão de inauguração e funcionamento de aeroporto na região motiva o setor turístico na CB, que acredita no aumento do fluxo e a diminuição da sazonalidade.

No Plano Estratégico de Marketing Turístico da CB e CD é reconhecida a importância que as UC's da região têm como potencial indutor de atração e permanência do fluxo turístico nesta região. É também indicado como estratégia de aumentar e manter o fluxo, principalmente em períodos fora da alta temporada, formatação de roteiros integrados entre os municípios de cada ZT como também entre a CB e CD (MTur; SEBRAE, 2010). A visitação na RESEX Corumbau, PNH do Monte Pascoal e indiretamente no PNM dos Abrolhos já vem ocasionando o fluxo turístico entre as duas ZT's. Neste plano foi estabelecido como ação prioritária implantação de placas de sinalização turística direcionadas para motivar e facilitar a circulação do turista na região e nos seus diferentes atrativos das duas ZT's inclusive nas UC's (**FIGURA 4.1-14**). Esta ação foi formatada e estabelecida pelas Câmaras de Turismo da CB e CD que foram as instâncias que participaram e deliberaram as ações definidas neste plano.



FIGURA 4.1-14 – Placa na BR 101 sinalizando PNH do Monte Pascoal junto com a promocional da CB. Foto: Carlos Ferraz

O turismo identificado no Pólo Turístico do Descobrimento pode ser caracterizado predominantemente como segmento do turismo “sol e praia” direcionado ao desenvolvimento de atividades recreativas em praias e que não



apresentam diferenciais e compromissos socioambientais com os atrativos e comunidades envolvidas. Este modelo de turismo adotado na região tem gerado consequências que já foram identificadas em pesquisas (ANDRADE; ARANTES, 2001; CIOMMO, 2007; FERNANDES-PINTO, 2005; STORI, 2005), como: **a)** especulação imobiliária na faixa litorânea; **b)** exclusão territorial e de acesso ao mar das comunidades de pescadores artesanais; **c)** ocupação e urbanização desordenada; **d)** degradação ambiental de ecossistemas e de patrimônios histórico-culturais. Estes impactos provocaram a imagem de um destino turístico predador e desordenado, principalmente sobre o município de Porto Seguro (OLIVEIRA, 2011).

O modelo de turismo predominante no Pólo Turístico do Descobrimento demonstra limitação em suas ofertas ocasionando saturação na demanda existente e reprimindo uma demanda potencial que procura produtos direcionados para atrativos naturais e culturais diferenciados em suas características (PRODETUR NE II 2002, 2003). A formatação e operação de produtos ecoturísticos neste pólo é um caminho possível para renovação e sustentabilidade do turismo na região.

A regionalização do turismo pode ser uma estratégia importante como a implantação de uma política que promove aos destinos turísticos a formatação de produtos que integrem diferentes atrativos de uma região e a possibilidade de uma gestão participativa através das instâncias de governança.

A gestão participativa do turismo nas duas ZT's necessita estabelecer-se como espaço participativo com representatividades dos diversos setores envolvidos no turismo da região e como organização efetivamente influente no desenvolvimento da atividade. A partir destas conquistas, que podem vir paralelamente, é preciso estabelecer estratégias que estruture produtos turísticos integrados regionalmente e diversificados, transformando a imagem turística atual do destino em uma região que apresenta diversidade de atrativos culturais e naturais que precisam ser apreciados e conservados.

Considerando a visitação das UC's federais desta região, os seus atrativos e potenciais turísticos são importantes e estratégicos para a transformação da imagem e dos produtos turísticos da região. Necessita-se, através de um planejamento responsável, estabelecer o uso sustentável destes atrativos e potenciais das UC's e de como sua operação e gestão integram-se com a regional e colabora com a conservação das áreas.



4.2 USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA CASSURUBÁ

A RESEX Cassurubá foi criada em 5 de julho de 2009 com objetivo de proteger os meios de vida e cultura dos ribeirinhos e pescadores artesanais da região e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais do complexo estuarino e a área marinha do entorno (BRASIL, 2009).

Esta UC fica localizada na área costeira dos municípios de Nova Viçosa e Caravelas abrangendo o complexo estuarino Cassurubá e o seu entorno marinho. Neste complexo estuarino, conforme documento não publicado de mapeamento da área, elaborado pelo Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), apresenta-se manguezais que em sua totalidade abrange aproximadamente 11.000 hectares (ha) com uma área de influência de 36.000 ha, onde encontram-se áreas conservadas dos ecossistemas da restinga, praias, rios, alagados, residências e localidades de plantio, produção e manifestações culturais das comunidades ribeirinhas.

A área desta UC é considerada de fundamental importância para o bom funcionamento dos ecossistemas marinhos do PNM dos Abrolhos e o seu entorno, incluindo o recurso pesqueiro da região (UERJ, 2006), como também para qualidade de vida dos ribeirinhos e pescadores que tradicionalmente a utilizam (RANAURO, 2004). A delimitação da UC e de sua Zona de Amortecimento (ZA) são estratégicas para conservação e melhoria socioambiental do Complexo dos Abrolhos (**FIGURA 4.2-1**).

rio do Calabouço, rio do Santiago, rio do Caribê (de Baixo, do Meio, de Cima e do Tribaúna), rio do Poço, rio do Atalho, rio do Largo, Ilha do Cassurubá (Cassurubá, Telhas e Perobas), Ilha de Barra Velha (Ponta do Catueiro), rio Nova Viçosa, rio Peruípe e rio Pituaçu (OLIVEIRA, 2011; UERJ, 2006) **(FIGURA 4.2-2)**. Os acessos para estas localidades, tendo como origem a sede de Caravelas e Nova Viçosa, são geralmente por água, através de embarcação, podendo necessitar em alguns locais, de acrescentar um trajeto terrestre (OLIVEIRA, 2004). Cada localidade apresenta núcleos familiares em comunidades que se consideram, nos aspectos socioculturais e socioeconômicos, únicas se diferenciando das outras da UC (OLIVEIRA, 2011).

Nestas localidades existe um histórico de pouca visitação com finalidade turística, recreativa e educativa, não apresentando nenhum produto turístico em funcionamento. Ocorre esporadicamente visitação, principalmente de escolas e instituições, promovidas pelas instituições socioambientais de Caravelas, e no verão, entre período natalino ao carnaval, ocorre principalmente uma visitação espontânea na Ilha de Barra Velha de turistas que estão hospedados em Nova Viçosa (OLIVEIRA, 2011). A caracterização da visitação e de sua gestão nesta UC será apresentada nos subcapítulos seguintes deste documento.

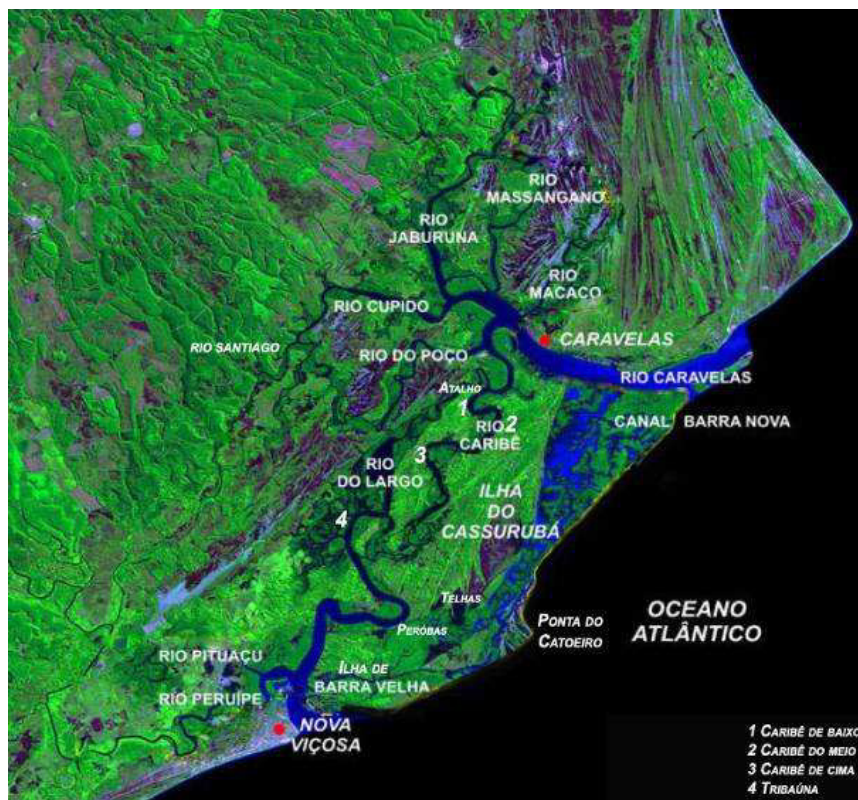


Figura 4.2-2 – Complexo Estuarino Cassurubá: localização de rios e comunidades. Fonte: Imagem de satélite landsat STM, de órbita / ponto 215/72 C, bandas 3,4 e 5, datada em 11 de outubro de 1991. Escala 1:180.000.

4.2.1 Caracterização da gestão do uso público na RESEX Cassurubá

Durante o processo de criação da RESEX Cassurubá, especificamente entre os anos de 2002 a 2004, o Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral do Nordeste (CEPENE), através do Projeto Manguezal e de sua base de pesquisa sediada em Caravelas, realizou na área da UC um diagnóstico do potencial ecoturístico, identificando que existem áreas naturais e elementos culturais que podem proporcionar a realização de atividades recreativas e educativas com potencial de gerar fluxo turístico e atender uma demanda por novos produtos ecoturísticos que já ocorre na região devido à visitação no PNM dos Abrolhos (OLIVEIRA, 2008).

Este estudo avaliou que naquele momento, entre 2002 a 2004, a área não apresentava visitação turística significativa para as comunidades ribeirinhas, com exceção da localidade de Barra Velha que durante período do verão recebiam turistas que estavam hospedados na sede de Nova Viçosa. Para desenvolvimento de atividades turísticas o diagnóstico indica necessidade de envolvimento e protagonismo das comunidades ribeirinhas, capacitações para criação e qualificação de serviços e instalação de infraestruturas básicas para apoio a visitação.

Os resultados do diagnóstico recomenda que sejam necessárias elaboração e implementação de uma proposta com o objetivo de iniciar o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária na área através de um processo de construção participativa, visando à geração e distribuição de renda, fortalecimento do modo de vida ribeirinho e a criação e manutenção de atividades socioeconômicas de uso sustentável do ambiente natural (OLIVEIRA, 2004).

Em 2008 e 2009, ano de criação da RESEX Cassurubá, a Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos (ECOMAR) norteada pelos resultados do diagnóstico realizado pelo CEPENE elaborou projeto “Ações prioritárias para a organização e inserção comunitária na implantação e gestão de atividades ecoturísticas no complexo estuarino Cassurubá” que tinha objetivo de iniciar junto com as comunidades ribeirinhas interessadas a estruturação do ecoturismo de base comunitária na área. Este projeto foi aprovado através do edital 01/2008 da chamada pública do MTur direcionado para apoiar iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil.

A execução do projeto iniciou logo após a criação da UC durante o período de 2009 a 2010. Teve como recorte da RESEX as localidades do rio do Poço, Caribê de Cima e rio do Atalho e rio do Massangano ambas no município de Caravelas. Este recorte foi feito através das indicações do diagnóstico para áreas estratégicas e piloto para o desenvolvimento do ecoturismo e também com os resultados das consultas as comunidades ribeirinhas sobre o seus interesses no desenvolvimento da atividade.

A execução deste projeto promoveu: **a)** envolvimento de 15 famílias e 13 instituições no diálogo, experiências e reflexões sobre a implantação do

ecoturismo de base comunitária na RESEX Cassurubá; **b)** capacitação de nove condutores de visitantes da RESEX (conteúdo corresponde IN No 8/ICMBio), oficina de artesanato tradicional e sustentável com seis ribeirinhos, oficina de técnicas de bioconstrução de baixo impacto para implantação de estruturas de apoio ao ecoturismo envolvendo oito ribeirinhos, capacitação de sete ribeirinhas em culinária e manipulação de alimentos, oficinas de associativismo/cooperativismo direcionado para ecoturismo de base comunitária envolvendo 68 ribeirinhos, oficinas de higiene doméstica e manejo de resíduos sólidos envolvendo 100 ribeirinhos; **c)** intercâmbio envolvendo 20 ribeirinhos na RESEX Corumbau e Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira para conhecer e dialogar sobre experiências de ecoturismo de base comunitária na região; **d)** elaboração participativa das diretrizes de ordenamento do ecoturismo de base comunitária nas localidades da RESEX Cassurubá envolvidas no projeto; **e)** planejamento participativo de cinco roteiros, detalhamento operacional, precificação e divulgação, de ecoturismo de base comunitária nas localidades; **f)** implantação de placas interpretativas em duas trilhas e um ponto de apoio ao visitante para funcionamento dos roteiros elaborados; **g)** elaboração participativa e confecção de folheto para divulgação dos roteiros elaborados (FIGURA 4.2.1-1 e 4.2.1-2).



FIGURA 4.2.1-1 – Folheto de divulgação Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Cassurubá. Fonte: ECOMAR



FIGURA 4.2.1-2 – Mapa dos atrativos da RESEX Cassurubá. Fonte: ECOMAR

Durante e após execução do projeto foi identificado que as 15 famílias ribeirinhas envolvidas não se percebiam protagonistas do processo de implantação do ecoturismo de base comunitária em suas localidades e indicavam a necessidade de existir instituições externas para viabilizar a



comercialização e operação dos roteiros elaborados, como também a instalação de infraestruturas necessárias (OLIVEIRA, 2011).

Ocorreram durante os últimos três anos, após execução do projeto, visitas esporádicas de grupos, principalmente escolas e faculdades, para realizar os roteiros elaborados. Há aproximadamente um ano não ocorre visita nestes roteiros de ecoturismo de base comunitária.

Atualmente o processo piloto de implantação da atividade na RESEX, iniciado na execução do projeto, não foi efetivado. Os principais motivos identificados foram: **a)** roteiros formatados tiveram pouco empenho para divulgação e venda, as agências de turismo de Caravelas, consideradas no projeto como pontos estratégicos de divulgação e venda, possuem produtos direcionados para o PNM dos Abrolhos. Estas agências não apresentaram confiança e empenho na comercialização destes novos roteiros elaborados com as famílias ribeirinhas da RESEX Cassurubá; **b)** as famílias envolvidas não se interessaram em assumir o processo de continuidade necessária para implantação; **c)** instituições socioambientais direcionaram seu empenho na instalação do Conselho Deliberativo da RESEX. Este conselho depois de criado não apresentou muito interesse, em suas reuniões, de dialogar e estabelecer encaminhamentos sobre a implantação da atividade na UC, direcionando atenção e ações das instituições parceiras para outros assuntos considerados mais importantes e prioritários para área; **d)** falta de infraestruturas básicas para viabilizar a operação dos roteiros com qualidade e segurança.

Os ribeirinhos que participaram das capacitações de prestação de serviços, como condutores, artesãos e cozinheiras, não estão exercendo a função na RESEX Cassurubá. Apenas alguns condutores esporadicamente, a partir da demanda espontânea, prestam este serviço. As duas trilhas implantadas estão sem uso e a estrutura de culinária e encontros comunitários, usadas para apoio ao ecoturista, encontra-se deteriorada e sem condição de funcionamento.

Mesmo o diagnóstico realizado pelo CEPENE e a execução do Projeto da ECOMAR não terem resultado na implantação de atividades piloto de ecoturismo de base comunitária na RESEX Cassurubá, os documentos produzidos e a experiência adquirida nestas ações proporcionam conteúdo e prática que servem como alicerce para o planejamento e gestão do uso público na UC.

Importante ressaltar que além destas iniciativas de planejamento e implantação da visita na UC, a localidade Barra Velha e outras localidades da RESEX Cassurubá apresentam visita esporádica de turistas para banho de mar e rio, culinária, navegação fluvial, educação ambiental, pesca esportiva e outras atividades recreativas e educativas. Esta visita ocorre sem planejamento e ordenamento de forma espontânea com ou sem participação de ribeirinhos e/ou extrativistas da RESEX.

A gestão da RESEX Cassurubá pelo ICMBio possui três analistas ambientais. A estrutura física desta gestão conta com um escritório localizado na base de



pesquisa do CEPENE em Caravelas, três embarcações e três veículos terrestre. Além dos servidores, existem dois estagiários e um marinheiro cedido a UC pela administração do PNM dos Abrolhos. Está sendo executado Programa de Comunicação e Educação Ambiental da RESEX Cassurubá que conta com uma equipe de quatro profissionais que realizam atividades que envolvem esclarecimentos, mobilizações e capacitações nas comunidades de extrativistas da UC. Este programa é uma condicionante do licenciamento ambiental de operação da dragagem do Canal do Tomba para funcionamento do Terminal de Barcaças da empresa Fibria S.A no rio Caravelas.

A UC possui Conselho Deliberativo, mas não tem plano de manejo documento essencial para implantação e gestão do uso público, junto com interesse comunitário, nesta categoria de UC conforme o SNUC (BRASIL, 2002).

O analista ambiental entrevistado durante este diagnóstico considera a visitação na UC incipiente ocorrendo esporadicamente e sem regulamentação e ordenamento. Considera necessário elaboração do plano de manejo participativo para definição do ordenamento e implementação da atividade na área protegida. Foi ressaltado que a prioridade da gestão, incluindo o Conselho Deliberativo, é o ordenamento e melhorias das atividades de pesca e mariscagem realizadas na área e que o turismo desperta interesse nos membros do conselho, mas na prática não são identificadas iniciativas efetivas das comunidades e das instituições em planejar, implantar e ordenar a atividade.

Por razão da incipiência das atividades de visitação na UC e da demanda que ocorre sobre outros temas na gestão e manejo da área, não foi identificada nenhuma atuação da equipe atual do ICMBio, formada por três analista ambientais e serviços terceirizados, direcionada para implantação e ordenamento do uso público na RESEX Cassurubá.

O representante do ICMBio entrevistado observa que para implantação do uso público, considerando o turismo, na RESEX Cassurubá é necessário, além da elaboração do plano de manejo, articulação entre comunidades interessadas e instituições de fomento do turismo regional e estadual. Esta articulação deve ser direcionada para viabilizar qualificação da prestação de serviços, instalação de infraestruturas de apoio à visitação e promoção e divulgação dos produtos formatados.

Representantes das comunidades no Conselho Deliberativo consideram o turismo na RESEX Cassurubá uma oportunidade de geração de renda para os extrativistas. Identificam que agentes das comunidades envolvidos em iniciativas de ecoturismo de base comunitária anteriores na área, encontram-se desmotivados para continuar. Para reverter este cenário acreditam que é necessário o conselho ter como pauta assuntos relacionados ao tema e buscar caminhos, através das associações comunitárias, para implantar uso público.

A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Caravelas observa que as iniciativas de ecoturismo de base comunitária realizadas na RESEX Cassurubá não resultaram na implantação das atividades turísticas em seus



potenciais como era esperado. Acredita-se que faltou interesse dos serviços comunitários capacitados, condutores e cozinheiras, em se empenharem na organização da atividade na comunidade e das agências de turismo de Caravelas de realizar promoção e comercialização dos roteiros formatados. Observa que é necessária primeiramente a elaboração do plano de manejo da UC que deve estabelecer de forma clara e detalhada as regras de funcionamento turístico no interior da UC. Indica que este plano deve prever possibilidade das comunidades extrativistas em conjunto com o trade turístico realizar a operação turística dos atrativos da UC, acreditando que esta parceria vai colaborar para qualidade dos produtos a serem formatados. Este órgão informou que possui projeto em fase de avaliação pelo MTur, que visa revitalizar a orla do porto de Caravelas o que pode contribuir para atrair visitantes da região a quererem realizar passeios embarcados no complexo estuarino da UC.

Representantes do trade turístico e do poder público municipal de Nova Viçosa demonstraram, durante reunião da Câmara de Turismo da Costa das Baleias, discordância com a criação e gestão da RESEX Cassurubá. Ressaltaram que a UC representa um processo ditatorial de criação de uma área protegida federal que impede o desenvolvimento do turismo em uma região do município que possui potencial.

As áreas ribeirinhas da RESEX Cassurubá são consideradas na região como local de produção de alimentos de qualidade que possibilitam a culinária típica que é preparada para residentes e turistas das ZT's. Os produtos extraídos e plantados mais importantes para culinária da região são: mariscos e peixes, frutas nativas e exóticas, derivados da mandioca e azeite de dendê. Esta produção não é inserida na cadeia produtiva do turismo de forma consciente pelos seus agentes, resultando em pouca participação dos ribeirinhos e extrativistas da UC nesta cadeia.

4.2.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Cassurubá

O diagnóstico realizado pelo CEPENE, as ações do projeto executado pela ECOMAR e a visita de campo durante elaboração deste documento geraram informações necessárias para apresentar e caracterizar os atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Cassurubá.

Conforme já foi explanado no **Capítulo 2** deste documento, serão apresentados as ofertas/atrativos e os potenciais ecoturísticos de forma distinta por razão de suas características diferenciadas. Cada oferta/atrativo e potencial será apresentado em sua planilha de inventário e banco de imagens anexa e integrada a este documento. Neste texto será feita uma síntese da sua caracterização junto com mapa da localização das ofertas, atrativos e potenciais identificados na RESEX Cassurubá (**FIGURA 4.2.2-1**).

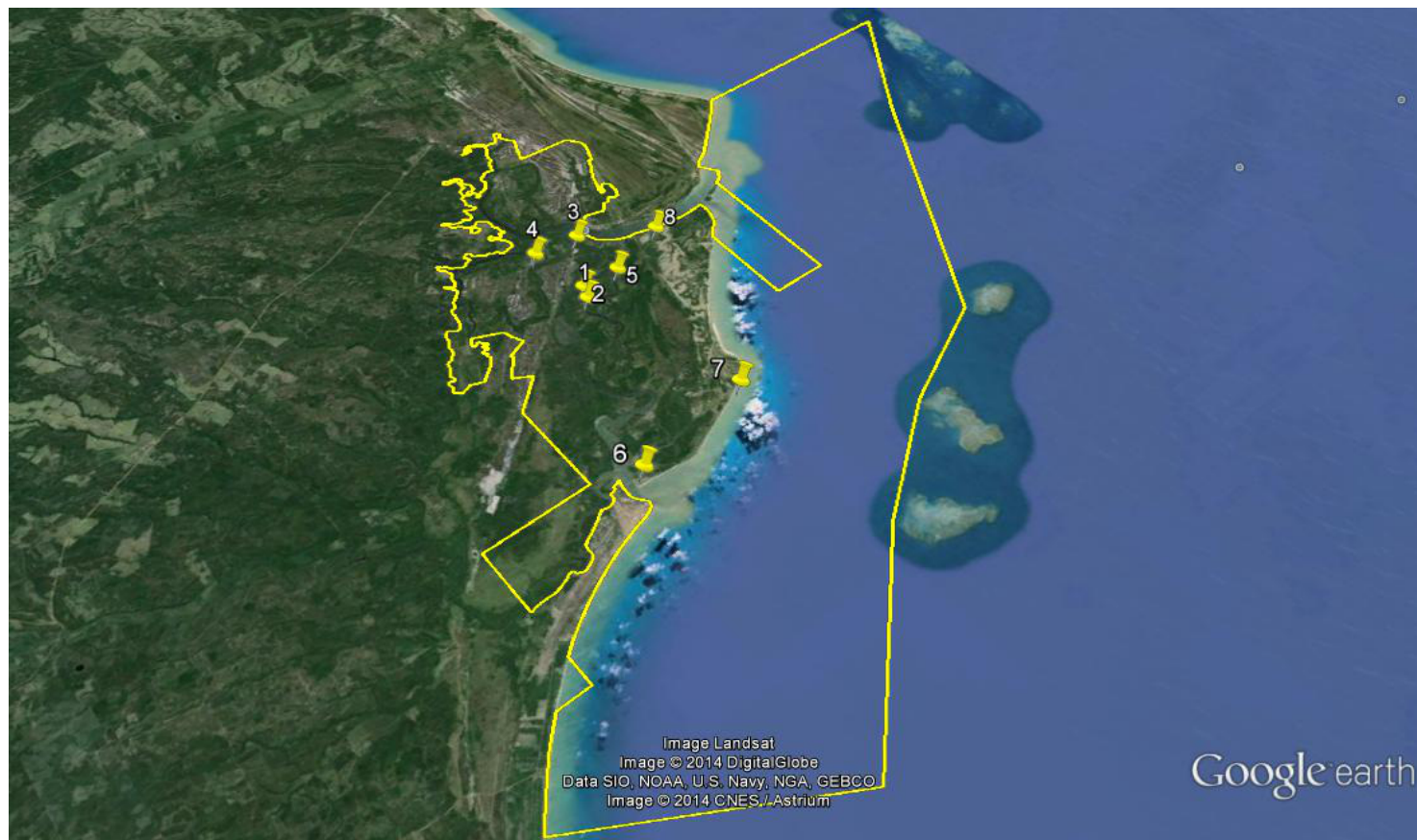


FIGURA 4.2.1-1. Localização dos atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Cassurubá. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação da RESEX Cassurubá; 1 - Trilha Comunidade e a Mata (1); 2 – Trilha Comunidade e a Mata (2); 3 – Trilha Tapera Miringaba; 4 – Coroas de Areia do Rio do Poço; 5 – Trilha Aquática Caravelas – Nova Viçosa; 6 – Trilha Caravelas Nova Viçosa (2); 7 – Ilha Barra Velha; 8 – Ilha Cassurubá.



Trilha Comunidade e a Mata (Oferta/Atrativo) – (ANEXO I)

Características Gerais: esta trilha é caracterizada como uma oferta ecoturística na UC, que resultou das oficinas de formatação de roteiros realizadas na comunidade do Caribê de Cima durante execução do projeto de ecoturismo que teve como proponente a ECOMAR. O objetivo do roteiro é possibilitar ao visitante conhecer e interagir com a comunidade do Caribê de Cima e as áreas naturais locais. O público alvo é definido como estudantes e instituições de ensino, visitantes do PNM dos Abrolhos e turistas que residem na região. Durante o roteiro é feita uma navegação em rios onde é possível observar a fauna e flora do manguezal e a beleza cênica do complexo estuarino. O local da trilha interpretativa fica na comunidade do Caribê de Cima que é constituída por famílias de pescadores, marisqueiros e agricultores. Na trilha é possível conhecer um pouco do modo de vida destas famílias, degustar comidas típicas (Beiju, Tapioca) produzidas na cozinha de farinha na comunidade e caminhar em uma floresta de restinga e conhecer seus usos locais (**FIGURA 4.2.2-2**). A operação deste roteiro é realizada pelos condutores da comunidade e sua comercialização recebeu apoio de instituições socioambientais de atuação em Caravelas e de uma agência de turismo que opera PNM dos Abrolhos. Atualmente os condutores encontram-se desmotivados e aproximadamente um ano este roteiro não é operado. Quando o roteiro foi comercializado o valor médio cobrado por pessoa foi de R\$ 45,00 incluindo degustação do beiju e tapioca. Os serviços previstos para funcionamento deste roteiro são: transporte embarcado, feito pelos próprios ribeirinhos; condutores de visitantes durante todo roteiro; culinária típica, preparada pelas cozinheiras locais na casa de farinha; manutenção da trilha, feita pelos condutores. Mesmo com Programa de Capacitação realizado durante projeto de ecoturismo de base comunitária, estes serviços necessários encontram-se sem funcionamento no momento. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento deste roteiro são: píer flutuante, reforma na atual casa de farinha, instalação de pontos de apoio com área para alimentação, venda de artesanato e toailete, e adaptação das embarcações locais para transporte de passageiros. Atualmente o píer no Caribê de Cima encontra-se em situação precária, apresentando dificuldades de uso na maré baixa (**FIGURA 4.2.2-3**). Este roteiro é caracterizado como Hierarquia 3 sendo potencial produto ecoturístico de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes de instituições de ensinos e turistas do Espírito Santo e extremo sul da Bahia (visitantes regionais), e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-2 – Placa da trilha Comunidade e a Mata. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.2.2-3 – Uso do píer na maré baixa – limita acesso. Foto: Carlos Ferraz

Trilha Tapera Miringaba (Oferta/Atrativo) – (ANEXO I)

Características Gerais: esta trilha é caracterizada como uma oferta ecoturística na UC, que resultou das oficinas de formatação de roteiros realizadas na comunidade do Caribê de Cima durante execução do projeto de ecoturismo que teve como proponente a ECOMAR. O objetivo do roteiro é possibilitar ao visitante conhecer e interagir com a comunidade da Tapera e Miringaba, com a Praia da Tapera e as áreas de restinga. O público alvo é definido como estudantes e instituições de ensino, visitantes do PNM dos Abrolhos e turistas que residem na região, inclusive de Caravelas sede por



envolver a Praia da Tapera que é uma área de lazer dos residentes desta cidade. Durante o roteiro é feita uma navegação em rios para acesso a trilha, onde é possível observar a fauna e flora do manguezal e a beleza cênica do complexo estuarino. A trilha interpretativa envolve as comunidades da Tapera e da Miringaba que são constituídas por famílias de pescadores, marisqueiros e agricultores (**FIGURA 4.2.2-4**). Na trilha é possível conhecer um pouco do modo de vida destas famílias e caminhar em um mosaico de ecossistemas da restinga e do manguezal e conhecer seus usos locais (**FIGURA 4.2.2-5**). Um dos diferenciais do roteiro é a culinária local (moquecas de peixe e marisco, frango caipira a molho pardo, Beiju, Tapioca, cocada) e o banho de rio na Praia da Tapera que são oferecidos como atividade extra do roteiro (**FIGURA 4.2.2-6**). A operação deste roteiro é realizada pelos condutores da comunidade e sua comercialização recebeu apoio das instituições socioambientais de atuação em Caravelas. Atualmente os condutores encontram-se desmotivados e este roteiro não está ocorrendo. Quando o roteiro foi comercializado o valor médio cobrado por pessoa foi de R\$ 50,00 incluindo refeição com culinária local. Os serviços previstos para funcionamento deste roteiro são: transporte embarcado (remo ou motorizada), feito pelos próprios ribeirinhos; condutores de visitantes durante todo roteiro; culinária típica, preparada pelas cozinheiras da Miringaba; manutenção da trilha, feita pelos condutores. Mesmo com Programa de Capacitação realizado durante projeto de ecoturismo de base comunitária, estes serviços necessários encontram-se sem funcionamento no momento. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento deste roteiro são: reforma no espaço culinário e cultural da Miringaba (Toca do Siri-Açú). Atualmente o espaço encontra-se sem condições de uso devido ocorrência de desmoração da instalação; instalação de toaletes para visitantes na comunidade da Tapera e da Miringaba; instalação de ponto de apoio com área para alimentação e venda de artesanato na Praia da Tapera; adaptação das embarcações locais para transporte de passageiros. Este roteiro é caracterizado como **Hierarquia 3** sendo potencial produto ecoturístico de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes de instituições de ensino e turistas do Espírito Santo, Leste mineiro e extremo sul da Bahia (visitantes regionais), e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-4 – Placa Trilha Tapera – Miringaba. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.2.2-5 – Trecho de manguezal na trilha, condutor guiando grupo de ensino médio (Turistas de Minas Gerais). Foto: Carlos Ferraz. Fonte: ECOMAR.



FIGURA 4.2.2-6 – Praia da Tapera. Foto: Carlos Ferraz. Fonte: CEPENE

Coroas de Areia do Rio do Poço (Potencial) – (ANEXO I)

Características Gerais: as coroas de areia do Rio do Poço são caracterizadas como potencial ecoturístico da UC. Este potencial foi identificado no diagnóstico realizado pelo CEPENE. No Rio do Poço durante as marés baixas ocorrem aparições de coroas de areia que apresentam potencial para lazer, através de banho de rio, canoagem e contemplação da beleza cênica (**FIGURA 4.2.2-7**). O acesso a este rio e suas coroas é através de navegação motorizada ou a remo pelo estuário onde apresenta-se paisagens de manguezais conservados e residências das famílias ribeirinhas. As saídas destas embarcações podem ocorrer de Nova Viçosa ou Caravelas (sede), mas pela distância torna-se mais viável para operação a saída dos visitantes por Caravelas. O público alvo potencial é definido como visitantes do PNM dos Abrolhos e turistas que residem na região, inclusive de Caravelas sede. Atualmente estas coroas são utilizadas esporadicamente como áreas de lazer por residentes desta cidade. Os serviços necessários para operação de passeios para este potencial são: transporte embarcado (remo ou motorizada), feito pelos próprios ribeirinhos; condutores de visitantes durante todo roteiro; degustação da culinária típica, preparada pelas cozinheiras ribeirinhas, podendo ser oferecidas/servidas na embarcação ou em ponto de apoio na Praia da Tapera. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento deste roteiro são: instalação de toaletes para visitantes na comunidade da Tapera; instalação de ponto de apoio com área para alimentação e venda de artesanato na Praia da Tapera; adaptação das embarcações locais para transporte de passageiros. Este roteiro é caracterizado como **Hierarquia 3** sendo potencial ecoturístico de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de turistas do Espírito Santo, leste mineiro e extremo sul da Bahia

(visitantes regionais), e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-7 – Coroa de areia do Rio do Poço. Foto: Tatiana Gomes. Fonte: ECOMAR.

Trilha Aquática Caravelas – Nova Viçosa (Potencial) – (ANEXO I)

Características Gerais: esta trilha aquática é caracterizada como potencial ecoturístico da UC. Este potencial foi identificado no diagnóstico realizado pelo CEPENE. A trilha é direcionada para ser realizada de canoa em um trajeto de 50 quilômetros de navegação em rios do complexo estuarino: rio Caravelas, rio do Atalho, rio do Largo, rio de Nova Viçosa, rio do Caribê (. Durante a trilha são previstas paradas em comunidades e famílias ribeirinhas para apoio (alimentação, acampamento) e interação. O mesmo trajeto pode ser realizado em embarcação motorizada, mas o perfil da atividade será alterado. O início da trilha pode ocorrer em Nova Viçosa ou Caravelas (sede). O público alvo potencial é definido como visitantes do PNM dos Abrolhos, praticantes e grupos de canoagem recreativa, turistas que estejam na região e que apresentam motivação pelo contato com a natureza através de atividades físicas que exigem esforço, experiência e condicionamento. Os serviços necessários para operação deste potencial são: condutores de visitantes com qualificação e experiência em canoagem; transporte embarcado para apoio, feito pelos próprios ribeirinhos; serviço de alimentação da culinária típica, preparada pelas cozinheiras ribeirinhas nos pontos de apoio. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento deste roteiro são: instalação de pontos de apoio no sítio Tucunzeiro, Largo, Comunidade Tapera, Praia do Bocão e Comunidade Caribê de Cima. Nestes pontos de apoio serão necessários toaletes, local para preparo de refeições, venda de artesanato e área de acampamento (**FIGURA 4.2.2-8**). Aquisições de canoas adequadas para experiência e contexto local do ribeirinho. Este roteiro é caracterizado como Hierarquia 2 sendo potencial ecoturístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar correntes de turistas que apresentam experiência e prática de

canoagens em rios, e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-8 – Acampamento na Praia do Bocão. Foto: Carlos Ferraz. Fonte: CEPENE.

Ilha Barra Velha (Oferta/Atrativo) – (ANEXO I)

Características Gerais: a Ilha de Barra Velha é caracterizada como uma oferta ecoturística na UC, que resultou de uma demanda espontânea de turistas hospedados em Nova Viçosa durante os períodos de verão. Esta demanda foi motivada pelas características paisagística e de sossego que a praia da ilha oferece (**FIGURA 4.2.2-9**). Para acesso a esta ilha é feito transporte embarcado pelos rios Peruípe e Barra Velha no estuário da RESEX. O público existente são turistas do período de verão (veraneios) que estão hospedados em Nova Viçosa e que procuram lazer nas praias da região. Predominam famílias do leste e capital de Minas Gerais. Este público pode ampliar para estudantes e instituições de ensino, principalmente nos períodos letivos das escolas onde atualmente não corre visitação, visitantes do PNM dos Abrolhos e turistas que residem na região, a partir de elementos de interpreta o ambiental a serem inseridos no roteiro como também a integra o com roteiros que envolvem áreas marinhas de recifes de corais próximas. O desembarque na ilha   feito em pier e as atividades realizadas pelos visitantes são banho e mar, lazer na praia e culinária. Os serviços de alimenta o e bebida são realizados pelos moradores da ilha através de três quiosques instalados próximos a praia. A comercializa o do passeio em Nova Viçosa   feita por agência de turismo ou informalmente pelo proprietário da embarca o. O transporte dos turistas até a ilha   feita por duas escunas licenciadas pela Marinha do Brasil para o serviço e também informalmente por embarca o de pesca da região. O valor do passeio pelas Escunas custa em média R\$ 40,00 por pessoa, quando   vendido para embarca o de pesca o

valor passa ser em média R\$ 15,00 por pessoa, esta diferença de preço é considerada pelos donos das Escunas uma concorrência desleal, sendo que as outras embarcações e seus condutores não estão adequados, considerando qualificação e infraestrutura, para o serviço. Os serviços necessários para melhoria deste roteiro são: condutores de visitantes durante todo roteiro; capacitação de Auxiliar de Convés direcionado para qualificação e inclusão dos moradores da ilha no serviço de transporte náutico. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento deste roteiro são: reforma de melhoria nos quiosques de praia existentes; instalação de toaletes com bom funcionamento e imagem integrada ao local; melhoria na capacidade do sistema de energia solar; instalação de sistema de captação e distribuição de água; lixeiras seletivas; adaptação das embarcações dos pescadores locais (exigência/registro da Marinha) para transporte de passageiros. Este roteiro é caracterizado como Hierarquia 3 sendo potencial produto ecoturístico de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes de turistas do Espírito Santo, Leste mineiro e extremo sul da Bahia (visitantes regionais), e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-9 – Praia de Barra Velha. Foto: Carlos Ferraz. Fonte: CEPENE

Ilha Cassurubá (Potencial) – (ANEXO I)

Características Gerais: esta ilha é caracterizada como potencial ecoturístico da UC. Este potencial foi identificado no diagnóstico realizado pelo CEPENE. A Ilha Cassurubá se estende em quase toda extensão litorânea e parte do complexo estuarino da UC. O seu acesso advindo de Caravelas sede é feito pela travessia embarcada do rio Caravelas, e de Nova Viçosa sede pela navegação até comunidade Peroba. Na ilha só é possível se locomover caminhando, de bicicleta e a cavalo. Existe possibilidade da locomoção com motocicleta caso consiga atravessá-la em uma embarcação. Na ilha encontram-se áreas de restinga, manguezais, apicum e espacelados (planícies hipersalina), alagados, praias e moradores que possibilitam o desenvolvimento

de atividades de ciclismo, observação de fauna e flora, culinária local, banho de mar (**FIGURA 4.2.2-10; 4.2.2-11**). O público alvo potencial é definido como visitantes do PNM dos Abrolhos, estudantes e instituições de ensino, curiosos e praticantes de atividades de observação de aves, praticantes e grupos de cicloturismo, turistas que estejam na região e que apresentam motivação pelo contato com a natureza através de atividades físicas que exigem esforço, experiência e condicionamento. Os serviços necessários para operação da visitação deste potencial são: condutores de visitantes com qualificação e experiência em ciclismo em trilhas; transporte embarcado para apoio, feito pelas próprias comunidades locais; serviço de alimentação da culinária típica, preparada pelas cozinheiras nos pontos de apoio. As infraestruturas de apoio necessárias para funcionamento da visitação na ilha são: instalação de píer para embarque e desembarque na estrada da Petrobrás e na comunidade Peroba; instalação de apoio ao ciclista na Comunidade da Peroba e próximas as residência dos moradores (dois pontos de apoio na ilha). Estes pontos de apoio possibilite área de alimentação e venda de artesanato, toailete e acampamento; manutenção e melhoria da estrada/trilha; adaptação das embarcações dos ribeirinhos (exigência/registro da Marinha) para transporte de passageiros na travessia. Aquisições de bicicletas adequadas para locomoção na ilha. Este potencial é caracterizado como Hierarquia 3 sendo potencial ecoturístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar correntes de turistas que apresentam experiência e prática de ciclismo em trilhas, estudantes e instituições de ensino que se interessam em atividade educacionais em ecossistemas costeiro diversificados, como restinga e manguezais e suas interação com a comunidade tradicional, e também de complemento e opção de atividades para os visitantes do PNM dos Abrolhos e de outros atrativos da região.



FIGURA 4.2.2-10 – Apicum na Ilha Cassurubá. Foto: Carlos Ferraz. Fonte: CEPENE



FIGURA 4.2.2-11 – Alagado da Ilha Cassurubá. Foto: Carlos Ferraz. Fonte: CEPENE

4.2.3 Limites e oportunidades do uso público da RESEX Cassurubá

Os limites e oportunidades para a implantação do uso público na RESEX Cassurubá foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público da RESEX Cassurubá estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: a) instrumentos de gestão; b) pessoal e estrutura para gestão; c) envolvimento dos extrativistas e familiares (agentes internos); d) envolvimento dos agentes externos (**TABELA 4.2.3-1**).

Os limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Cassurubá estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: a) serviços de apoio à visitação; b) infraestruturas de apoio a visitação; c) divulgação e comercialização (**TABELA 4.2.3-2**).



TABELA 4.2.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público na RESEX Cassurubá

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | Não possui plano de manejo ou qualquer instrumento de gestão que regulariza e ordena o uso público na UC | A UC possui documentos e iniciativas norteadoras para elaboração participativa de um instrumento de gestão do uso público: Diagnóstico e prognóstico dos potenciais ecoturísticos do Complexo Estuarino Cassurubá elaborado pelo CEPENE (2002 – 2004); Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária que teve como proponente a ECOMAR. Durante a execução deste projeto foi elaborado, com participação de representantes ribeirinhos, as diretrizes de ordenamento do uso público em áreas da UC, roteiros e sua operação e divulgação. Existem possibilidades de captação de recurso para elaboração do plano de manejo: Programa GEF Mar. |
| Pessoal e estrutura para gestão | A UC atualmente possui três servidores (analistas ambientais) que conseguem atender uma demanda prioritária que trata do extrativismo e produção agrícola das comunidades contempladas e fiscalização e monitoramento da UC, possuindo limitação de pessoal e estrutura para gerir outros temas; não existe nenhum servidor ou técnico terceirizado trabalhando com tema uso público; o uso público não tem sido uma pauta inserida nas reuniões do Conselho Deliberativo da UC. | Além dos três servidores existem dois estagiários e um marinheiro, cedido pelo PNM Abrolhos, e a equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental que podem apoiar ações relacionadas ao ordenamento e implantação do uso público na UC; a RESEX Cassurubá apresenta como equipamentos que podem apoiar as iniciativas de uso público: 01 lancha; 02 barcos de alumínio com motores de 25 e 15 hp; 02 carros e uma motocicleta. Conselho Deliberativo formado e em funcionamento. |



TABELA 4.2.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público na RESEX Cassurubá (Continuação)

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Envolvimento comunitário na gestão do uso público | Conselho deliberativo não prioriza em suas reuniões pautas que trate sobre uso público; comunidade da Ilha de Barra Velha não relaciona e integra a visitação que ocorre em sua localidade com a gestão da UC; as comunidades de Caribê de Cima, Miringaba e Tapera encontram-se desmotivadas em gerirem as ofertas ecoturísticas que ocorrem em suas localidades. | Os resultados do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária executado pela ECOMAR junto com comunidades da UC precisam ser conhecidos e avaliados pelas comunidades, junto com ICMBio, para que esta experiência possa colaborar para reflexão e tomadas decisões sobre o tema na UC; iniciativas ao fortalecimento das associações comunitárias da RESEX, podendo ser estes espaços apropriados para as comunidades protagonizarem o uso público na UC; Cadastramento dos extrativistas (regulariza os beneficiários); Programa de Comunicação e Educação Ambiental da RESEX apresenta potencial de trabalhar questões relacionadas com uso público nas comunidades. |
| Envolvimento de agentes externos (instituições) na gestão do uso público | As agências de turismo localizadas em Caravelas apresentam pouco interesse de participação atual na comercialização e divulgação das ofertas ecoturísticas da UC, devido a pouca infraestrutura e serviços qualificados existentes; o poder público municipal de Caravelas considera que atualmente a RESEX Cassurubá não encontra-se organizada e estruturada para desenvolvimento do turismo; o trade turístico e o poder público municipal de Nova Viçosa apresenta-se contrário a criação e implantação da UC; representantes da Câmara de Turismo da CB em sua maioria desconhecem os potenciais ecoturísticos da UC. | Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária, executado pela ECOMAR junto com comunidades da UC, iniciou diálogos e acordos entre representantes das comunidades e agências de turismo de Caravelas. Estes acordos precisam ser avaliados, e identificadas as possibilidades de ações conjuntas; Conselho Deliberativo com apoio do Programa de Comunicação e Educação Ambiental pode realizar ações de esclarecimentos e diálogos sobre uso público na RESEX Cassurubá com os agentes regionais envolvidos no turismo, e a partir destas ações estabelecer parcerias para apoio destes agentes no desenvolvimento do ecoturismo nestas áreas. |



TABELA 4.2.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticas na RESEX Cassurubá

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| <p>Serviços de apoio à visitação</p> | <p>Existem poucos condutores das embarcações dos ribeirinhos qualificados pela Marinha para transporte hidroviário de passageiros; ocorreu qualifica o de serviços turísticos apenas em três comunidades da RESEX. Os participantes desta qualifica o encontram-se desmotivados e não estão atuando; maioria das comunidades ribeirinhas e extrativistas não compreendem o ecoturismo e suas possibilidades na UC; produ oes pesqueiras e agrícolas da RESEX não estão inseridas na cadeia produtiva do turismo regional.</p> | <p>Foram capacitados na RESEX Cassurubá: nove condutores de visitantes, onde o curso seguiu o conteúdo mínimo recomendado pela IN N 8 do ICMBio; seis artesões; sete cozinheiras em preparo e manipula o de alimentos. Precisa ser feita uma avalia o conjunta sobre o interesse na continuidade de exercer a fun o e a necessidade de reciclagens; o Conselho Deliberativo com apoio do Programa de Comunica o e Educa o Ambiental e de institui oes de atua o na UC e na ZT apresenta potencial para mobilizar as comunidades interessadas e desenvolver um Programa de Capacita o Comunitária direcionada para qualifica o de serviços de apoio a visita o que envolva as localidades que apresentam potenciais ecoturísticos na UC; Conselho Deliberativo apresenta potencial de estabelecer um diálogo com Marinha do Brasil visando viabilizar o curso de Auxiliar de Convés para ribeirinhos e extrativistas interessados; a Câmara de Turismo da CB   um espaço possível para representantes das comunidades da RESEX apresentar os seus potenciais e dialogar sobre a importância da produ o pesqueira e agrícola da área para gastronomia regional; RESEX Cassurubá possui potencial de desenvolver selos de certifica o de qualidade dos produtos extraídos e produzidos na área.</p> |



TABELA 4.2.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticas na RESEX Cassurubá (Continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Infraestrutura de apoio à visitação | As ofertas/atrativos e também os potenciais ecoturísticos identificados na UC não apresentam infraestrutura de apoio necessária para visitação na área; as poucas infraestruturas implantadas na RESEX (trilhas, placas e pontos de apoio) não tiveram manutenções para bom funcionamento. | Condutores de visitantes foram qualificados para implantação e manejo das trilhas interpretativas; reconhecimento do potencial ecoturístico da UC, planejamento e ordenamento da atividade pela comunidade, com apoio de parceiros e reconhecida pela gestão da UC, possibilitam captação de recursos para implantação de infraestruturas. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | A divulgação e comercialização das ofertas/atrativos ecoturísticos da RESEX Cassurubá são feitas de maneira tímida e informal, sem conseguir atingir os seus públicos alvos e dependendo de uma demanda espontânea e sazonal; agências de turismo da região não estabeleceram acordos comerciais com os prestadores de serviços turísticos da UC, por não reconhecer infraestrutura e serviços de confiança. | Caravelas e Nova Viçosa sede são os portos de saída dos visitantes do PNM dos Abrolhos. Estes visitantes apresentam demanda reprimida por novos atrativos naturais na região, principalmente em períodos que precisam aguardar a melhora das condições climáticas para conseguirem navegar até o parque; a gestão das ZT's e pólos turísticos visa planejar e desenvolver o turismo de forma integrada regionalmente o que possibilita as ofertas/atrativos da RESEX Cassurubá se inserir no contexto regional da CB e CD e serem divulgados e comercializados em conjunto com outros atrativos já consolidados e/ou conhecidos no mercado turístico; o projeto de ecoturismo de base comunitária realizado na UC elaborou com participação das comunidades ribeirinhas envolvidas um plano de divulgação dos roteiros formatados na RESEX. Este processo e o documento resultante são importantes de serem avaliados e podem servir de norte para etapas seguintes. |

4.3 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS

O PNM dos Abrolhos é o primeiro parque nacional marinho no Brasil, criado em 06 de abril de 1983 pelo Decreto No 88.218 (IBAMA/FUNATURA, 1991). A área do parque é de 91.300 ha, formado por duas distintas áreas marinhas que ficam localizadas próximas aos municípios que formam a ZT CB, sendo que Caravelas e Nova Viçosa são os principais portos de saída das embarcações que navegam para UC (**FIGURA 4.3-1**).

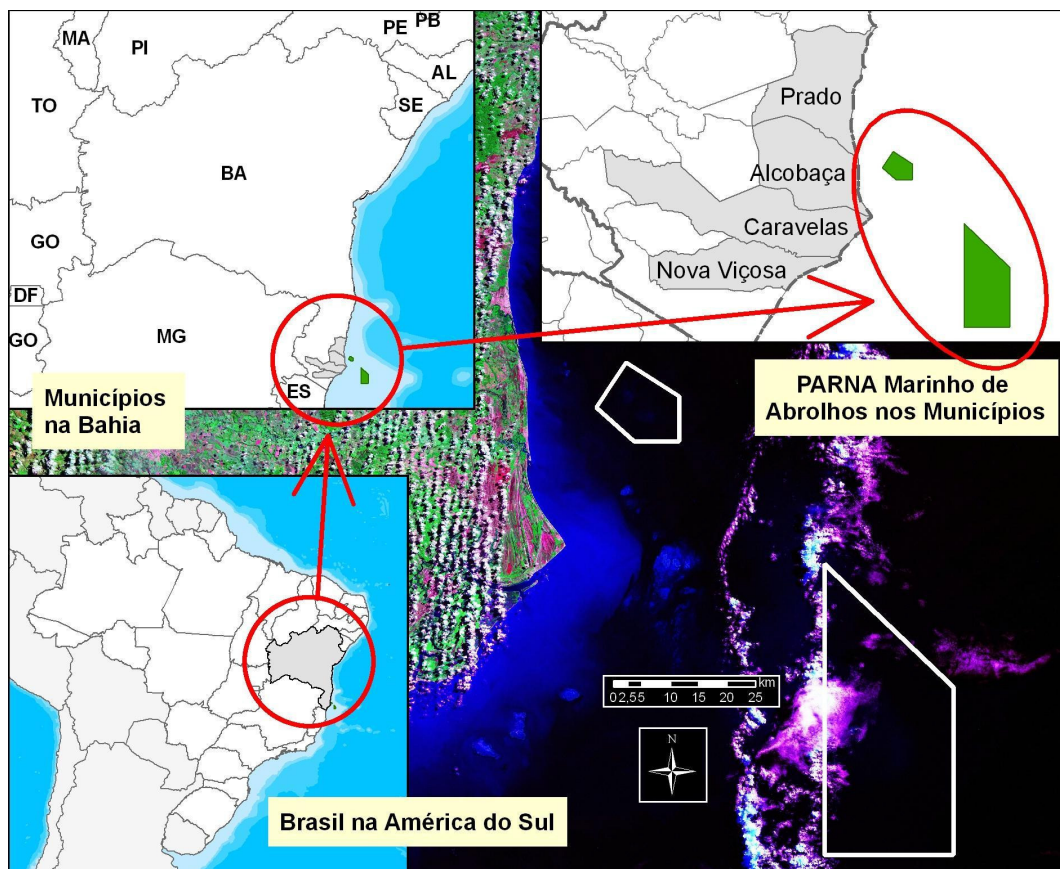


Figura 4.3-1 – Área do PNM dos Abrolhos. Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2008; NASA, 2008; IBGE, 2003.

A parte maior é formada pelo parcel do Abrolhos e o arquipélago dos abrolhos que possui cinco ilhas: ilha Redonda, ilha Siriba, ilha Sueste, ilha Guarita e ilha de Santa Bárbara. Esta última é de jurisdição e controle do Ministério da Marinha. A parte menor é formado pelos recifes de Timbebas que fica mais próximo do município de Prado (**FIGURA 4.3-1**).

Esta UC marinha é formada por complexo ecossistema de recifes de corais que apresentam as principais espécies de corais do Atlântico Sul Ocidental e uma espécie endêmica o coral cérebro "*Mussismilia braziliensis*", sendo identificada como uma área prioritária para conservação por possuir significativa



biodiversidade marinha do país. O PNM dos Abrolhos é considerado uma área estratégica para reprodução de peixes possuindo grande valor faunístico e contribuindo sistematicamente com abastecimento do recurso pesqueiro do seu entorno (CASTRO, 1994; LEÃO, 1982).

Além dos recifes de corais a UC apresenta naufrágios, um arquipélago com cinco ilhas, presença de aves marinhas residentes e migratórias, reprodução de Baleias Jubarte e de Tartarugas Marinhas. A presença destes animais e aves marinhas em conjunto com a paisagem das ilhas e do oceano, a visibilidade da água nos ambientes recifais biodiversos e conservados e os naufrágios ocasionam uma área de grande atratividade para atividades recreativas e educativas de mergulho, náuticas e de observação de fauna e flora.

Nesta UC ocorre visitação desde sua criação sendo formalizada e regularizada apenas na década de 1990 com publicação do plano de manejo (IBAMA/FUNATURA, 1991) e da implementação de suas regras de visitação. A caracterização da visitação e de sua gestão nesta UC será apresentada nos subcapítulos seguintes deste documento.

4.3.1 Caracterização da gestão do uso público no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

As atividades de uso público no PNM dos Abrolhos são: mergulho recreativo autônomo e livre para contemplação, visitação nas ilhas do arquipélago, observação das baleias Jubarte e aves marinhas (KROB, 2003). A implantação e gestão destas atividades no interior da UC apresenta uma trajetória necessária de ser contextualizada para melhor compreensão do momento atual.

A primeira a o de normatização para gestão do uso público veio com a publicação e implementação do Plano de Manejo da UC publicado em 1991. Neste documento   apresentado o zoneamento das duas áreas distintas onde são estabelecidas as localidades que permitem atividades de uso público, suas normas para este uso e a capacidade de carga por área e atividade.

Além do zoneamento   apresentado o programa de uso público com seus subprogramas: subprograma de recrea o e lazer, subprograma de interpreta o ambiental e subprograma de rela oes públicas. Nestes são estabelecidos os objetivos, atividades e normas, requisitos e prioridades de sua execu o pela gestão da UC.

O zoneamento e o programa elaborado no plano de manejo consideraram as atividades recreativas e educativas que já ocorriam na UC. A partir de sua elabora o, nos sete anos seguintes, esta visitação aumentou significativamente e resultaram em fatos que promoveram a necessidade de diálogo e detalhamentos no zoneamento e nas normas de uso público definidas no plano. Com a Portaria N 72-N de 2 de junho de 1998 foram introduzidas



condutas ambientais e regulamentos internos às atividades, destacando-se: obrigação na condução dos visitantes por condutor cadastrado no PNM dos Abrolhos em atividades de mergulho autônomo, exigência da apresentação da carteira de mergulho autônomo pelo visitante antes da realização da atividade, limite na quantidade de mergulhadores autônomos visitantes por condutor na proporção de oito por um. A normatização, aprofundamento e detalhamento das atividades de visitação da UC foram melhores estabelecidas no Plano de Uso Público (PUP) do PNM dos Abrolhos publicado em 2003 (PATRÍCIO, 2005; RODRIGUES, 2009).

O PUP ressalta que o sistema de credenciamento e autorização das embarcações e condutores realizado até aquele momento pelo IBAMA (órgão gestor da UC em 2003) possui vulnerabilidade do ponto de vista legal por não possuir um contrato entre ambas as partes. Informa que é necessário este contrato, sendo único instrumento legal para estabelecer regras válidas e necessárias para boa gestão do uso público na área. O meio de contrato recomendado no PUP é através da modalidade de concessão para prestação de serviços de apoio a visitação. Esta modalidade é sugerida devido à complexidade e o custo operacional das atividades de apoio à visitação desta UC (KROB, 2003).

No PUP são detalhadas as atividades recreativas e educativas realizadas na UC, como também os potenciais de visitação a serem desenvolvidos considerando as indicações e normas de uso público estabelecido no plano de manejo. Neste detalhamento são definidas regras e procedimentos para visitação que serviu de embasamento na construção do processo de concessão da prestação de serviços de apoio à visitação, indicado como necessário.

Desde 1998 ocorrem diálogos entre o ICMBio e os prestadores de serviços de apoio a visitação do PNM dos Abrolhos sobre a possibilidade de realizar um contrato de concessão para melhor regularizar as prestações de serviços. Este diálogo foi acentuado e melhor instrumentalizado com a publicação do PUP, em 2003, onde foi explanado o processo de concessão previsto e a execução dos procedimentos transitórios e provisórios na prestação de serviços dos credenciados até se efetivar a concessão. Estes procedimentos foram sendo implementados pela gestão da UC e consistiu principalmente em: **a)** adaptações nas embarcações de transporte de visitantes no parque visando melhorar segurança e minimizar impacto; **b)** agendamento da visitação, visando controle e monitoramento; **c)** capacitações periódicas dos condutores de ecoturismo subaquático, sendo procedimento obrigatório para credenciamento; **d)** formação da Comissão do Uso Público através do Conselho Consultivo da UC; **e)** elaboração e validação do Plano de Emergência para visitação da UC; **f)** implantação de fase piloto do Programa de Monitoramento dos Impactos do Mergulho Autônomo no parque.

Além destes procedimentos foi instalado Centro de Visitantes da UC, contratado dez prestadores de serviços para atuar no uso público, tendo como orientador das ações necessárias o PUP. Esta equipe além de coordenar as



atividades de uso público no parque executou Programa de Educação Ambiental no Centro de Visitantes que tinha como objetivo informar e sensibilizar as comunidades do entorno sobre a importância do parque e sua conservação relacionando aspectos ambientais com os culturais destas comunidades. Esta infraestrutura, contratações e ações foram viabilizadas através de cumprimento de condicionante da empresa Aracruz Celulose, o que não garantiu permanência destes recursos humanos e manutenção da infraestrutura.

Para realizar a concessão da prestação de serviços de apoio a visitação no PNM dos Abrolhos foi previsto: a) estudo de viabilidade econômica; b) estudo de capacidade de suporte; c) elaboração e consulta do Projeto Básico da concessão; d) elaboração e publicação do edital de licitação; e) licitação e estabelecimento dos contratos. Durante este processo de efetivar a concessão dos serviços a visitação na UC sofreu uma queda acentuada (**TABELA 4.3.1-1**).

TABELA 4.3.1-1 - Fluxo de visitantes no PNM dos Abrolhos de 2000 a 2008. Fonte: PNM dos Abrolhos/ICMBio, 2014.

| Ano | Visitantes |
|--------------|---------------|
| 1997 | 14639 |
| 1998 | 13349 |
| 1999 | 13755 |
| 2000 | 12671 |
| 2001 | 12788 |
| 2002 | 8879 |
| 2003 | 9511 |
| 2004 | 8669 |
| 2005 | 7594 |
| 2006 | 5607 |
| 2007 | 4733 |
| 2008 | 4465 |
| TOTAL | 78.242 |

Os motivos desta diminuição do fluxo de visitação estão relacionados a diversos fatores internos e externos, como: **a)** o aeroporto de Caravelas (principal porto de saída do continente para UC) foi desativado durante este período. Limitações na infraestrutura e serviços para acesso a Caravelas e Nova Viçosa; **b)** os resultados das pesquisas realizadas com os visitantes da UC neste período indicam sua insatisfação na qualidade dos serviços prestados pelas empresas que operam o transporte e o mergulho no parque e percepção de poucas opções de atrativos no entorno da área sendo ofertadas; **c)** falência da principal operadora emissiva de turistas ao parque durante este período; **d)** outros destinos, com imagem e características semelhantes ao parque, nacionais e internacionais começaram a consolidar-se neste período promovendo concorrência entre destinos e novos produtos turísticos ofertados.

Neste mesmo período foram concluídos os estudos de viabilidade econômica e de capacidade de suporte que possibilitou, considerando o PUP, a elaboração da minuta do Projeto Básico da concessão para consulta pública através da *internet* em 2006. Esta minuta foi criticada negativamente pelo trade turístico



que operava as atividades de turismo na UC. As críticas ressaltavam que o proposto no projeto inviabilizaria o serviço, indicando que as projeções de visitação e faturamento apresentadas no Estudo de Viabilidade Econômica não consideravam a queda da visitação e o contexto econômico da operação turística atual no parque. Estas empresas cadastradas demonstraram desinteresse em participar da concessão no formato apresentado no Projeto Básico.

Apenas no final de 2008 a coordenação de visitação do ICMBio realizou alterações no Projeto Básico, principalmente no que se refere ao formato da concessão e aos encargos previstos para os concessionários (RODRIGUES, 2009). Após esta última alteração o edital de concessão é confeccionado e publicado em março de 2010. O mesmo foi contestado e cancelado na justiça através de um processo jurídico aberto por uma agência de turismo autorizada no parque que apresentou discordância legal de cláusulas do edital.

Após o cancelamento do edital, em 2011 foi elaborado outro estudo de viabilidade econômica que considerou a queda do fluxo de visitação na UC e a realidade econômica da operação turística atual da visitação no parque (ALVARENGA; FLECK, 2011). As informações atualizadas e geradas neste novo estudo não foram aceitas para nortear a elaboração de um novo edital.

Considerando o lançamento do PUP onde foi estabelecido tecnicamente e informado aos envolvidos publicamente a necessidade da concessão, este processo de viabilizar a concessão dos serviços de apoio da visitação no parque já ocorre há 11 anos sem uma conclusão. De acordo com as agências de turismo entrevistadas esta demora e indefinições constantes sobre o desfecho do processo, resultaram em: **a)** desestimular seus investimentos para melhoria dos seus serviços no parque e de captação de clientes (promoção e divulgação); **b)** promover relações conflituosas entre prestadores de serviços de apoio a visitação e a gestão da UC, por razão de criar-se uma percepção instável de regras e acordos da visitação.

O PNM dos Abrolhos atualmente possui os seguintes servidores e terceirizados envolvidos diretamente com uso público: **a)** dois analistas ambientais do ICMBio, sendo um o chefe da UC. Ambos acompanham questões relacionadas ao uso público, mas apenas um tem função direcionada de acompanhar o tema. Existe previsão da remoção de mais dois analistas; **b)** três monitores ambientais terceirizados, sendo dois destinados à recepção e monitoramento das atividades de visitação no PNM dos Abrolhos e um para o Centro de Visitantes, podendo atuar no parque quando necessário; **d)** dois recepcionistas do Centro de Visitantes; **e)** voluntários que participam do Programa de Voluntariado do parque e que colaboram com ações relacionadas ao uso público. Além destes o parque com suas diferentes atribuições conta com um técnico administrativo (agente de fiscalização) do ICMBio, uma secretária, dois marinheiros para condução das embarcações para UC, serviços de jardinagem, limpeza e segurança do Centro de Visitantes e escritório administrativo.



A infraestrutura e equipamentos do parque para apoio ao funcionamento do uso público são: **a)** três embarcações. Sendo um bote inflável e dois motores (25 e 15 HP) que ficam no arquipélago do parque servindo de transporte para monitores ambientais e voluntários durante atividade de monitoramento da visitação e outras atividades; **b)** veículos terrestres; **c)** casa de apoio aos monitores ambientais, estagiários e voluntários, servidores e pesquisadores na ilha de Santa Bárbara cedida pela Marinha do Brasil; **d)** rádio VHF de comunicação; **e)** poitas de fundeio das embarcações na UC; **f)** Centro de Visitantes no kitongo - Caravelas; **g)** trilha interpretativa anexada ao Centro de Visitantes.

Os recursos humanos, infraestrutura e equipamentos destinados ao uso público do parque são considerados pelos servidores do parque, agências de turismo autorizadas e condutores de ecoturismo subaquáticos credenciados como insuficientes para bom funcionamento das atividades de visitação previstas no PUP.

A gestão do uso público é feita atualmente pelo chefe do parque e um analista ambiental responsável pelo tema com participação do Conselho Consultivo e de sua Comissão de Uso Público. Esta gestão atualmente tenta manter o funcionamento do Centro de Visitantes e do serviço do monitor ambiental na UC, cumprimento dos procedimentos transitórios para concessão estabelecidos no PUP, controle da cobrança de ingressos e o agendamento da visitação, realização do credenciamento e autorização dos prestadores serviços de apoio à visitação.

O credenciamento e autorização são realizados com as agências de turismo com transporte embarcado, tendo validade de um ano. Estas agências precisam credenciar os seus condutores de ecoturismo subaquático que passam por capacitações realizadas pelo parque anualmente e que tentam seguir o conteúdo mínimo estabelecido na IN ICMBio n° 8. Estes procedimentos eram feitos de acordo com a Portaria n°72-N de 2 de junho de 1998. A eficiência legal desta portaria é questionada no PUP considerando a autorização de uso uma modalidade inadequada para as características dos serviços de apoio a visitação nesta UC. Este credenciamento e autorização, além da portaria, também aderiram normas estabelecidas nos procedimentos transitórios do PUP como já foi informado.

Com objetivo de atualizar a Portaria n°72-N e de avaliar o comportamento do mercado turístico do parque para servir de base para elaboração de um novo edital de concessão que apresente viabilidade econômica fundamentada em dados concretos, foi publicada em 21 de dezembro de 2012 a Portaria n° 138 que estabelece as normas para credenciamento e autorização de uso para realizar atividade comercial de visitação embarcada podendo incluir atividades de mergulho, observação de fauna e flora e caminhada monitorada na trilha.

Esta nova portaria considerou a Portaria n° 72-N, PUP, Plano de Manejo e IN ICMBio N° 8 e apresentou novas normas e estabelecimentos, destacando-se: **a)** Chefe do parque possui competência de credenciar os interessados e emitir



autorização de uso; **b)** empresas interessadas tem o prazo de 90 dias, após publicação da portaria, para o recredenciamento das empresas, visando sua adequação as normas desta portaria. Após este prazo as autorizações expedidas anteriormente não terão validade; **c)** as empresas possuem e apresentarem o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur (CADASTUR); **d)** as empresas autorizadas preencher e assinar cadastros e termos internos do parque; **e)** a gestão do parque realizar e/ou promover duas vezes por ano o curso de capacitação de condutores de ecoturismo subaquáticos; **f)** nas atividades de mergulho autônomo a cada seis mergulhadores é necessário a presença de um condutor; **g)** as prestações de serviço de mergulho recreativo realizadas devem seguir as normas da ABNT referentes aos requisitos mínimos relativos a segurança dos mergulhadores envolvendo os diferentes níveis de qualificação exigidos; **h)** as empresas autorizadas terão responsabilidade de confeccionar 2.000 folhetos informativos sobre o parque para ser distribuído nas embarcações e no Centro de Visitantes, podendo colocar o seu logo tipo e contatos; **i)** as empresas autorizadas deverão aplicar e entregar questionários do perfil e satisfação de cada visitantes mensalmente; **j)** as empresas autorizadas deverão realizar apoio na manutenção e manejo das poitas de fundeio e áreas de visitação; **l)** as empresas autorizadas deverão entregar mensalmente uma planilha de receitas e despesas (discriminação e valores) de suas operações no parque.

As agências de turismo com embarcação que prestam serviços de apoio a visitação no parque não aderiram este novo credenciamento e autorização. Encontram-se atualmente operando as atividades, mas sem uma autorização de uso válida pela UC. Estas agências discordam da portaria, especificamente sobre obrigatoriedade da apresentação das planilhas de receitas e despesas da empresa em sua operação, eles consideram a exigência inconstitucional.

Durante as entrevistas informaram que irão continuar a operar as atividades no parque e se ocorrer uma exigência formal do ICMBio que impeçam seus serviços na UC irão recorrer na justiça. A gestão da UC informou a situação de discordância e de não cumprimento das empresas para Coordenação de Uso Público do órgão e aguarda retorno. No momento esta sendo considerado pela gestão as antigas autorizações e o cumprimento das normas da Portaria n° 72-N e os procedimentos transitórios do PUP.

No parque ocorre também a visitação não comercial feita por embarcações particulares. Estes visitantes de acordo com a nova Portaria n° 138 devem ser recebidos e informados pelos monitores ambientais, conhecerem e assinarem termos da UC, conhecerem e cumprirem as regras de visitação, estarem com embarcação e tripulação de acordo com as exigências da Marinha do Brasil e pagar ingressos estabelecidos pelo ICMBio. As atividades de mergulho autônomo recreativo só poderão ser realizadas com acompanhamento do condutor de ecoturismo subaquático credenciado na UC.

O PNM dos Abrolhos possui como instrumento de gestão do uso público os seguintes documentos: plano de manejo, PUP, plano de emergência, Portaria n° 72-N e n° 138. A gestão é realizada pelo chefe e um analista ambiental



tendo participação do Conselho Consultivo e de uma Comissão de Uso Público que atualmente não concordam com as normas e procedimentos estabelecidos. Esta gestão para operação de suas competências no funcionamento do uso público possui cinco funcionários envolvidos diretamente na atividade.

De acordo com as empresas e prestadores de serviços turísticos entrevistados a gestão do uso público pelo ICMBio não consegue efetivar suas ações planejadas e normatizadas. Como exemplo ressaltaram as seguintes ações: **a)** 11 anos de tentativas para implantação do processo de concessão, que até o momento não ocorreu; **b)** ineficiência do monitoramento das atividades de uso público que ocorre na UC. Apenas três monitores ambientais, que trabalham por escala, não conseguem acompanhar e fiscalizar a atividade; **c)** os instrumentos de gestão de uso público que existem atualmente, destacando o PUP, precisam ser revisados por estarem vencidos e desatualizados em relação à operação atual; **d)** os cursos de capacitação dos condutores vêm ocorrendo apenas uma vez por ano. Os conteúdos precisam ser renovados nos cursos de reciclagem. Necessita-se pensar em cursos de formação para novos condutores, os atuais são apenas reciclagens.

A Câmara de Turismo da Costa das Baleias e a secretarias municipais de turismo da CB consideram o PNM dos Abrolhos como os principais atrativos turísticos da região. Atualmente a participação destes agentes na gestão do uso público da UC é através do Conselho Consultivo e Comissão de Uso Público. Consideram necessário estreitar o diálogo e estabelecer ações conjuntas com ICMBio em prol do aumento do fluxo turístico no parque e consequentemente na região.

4.3.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Os atrativos ecoturísticos do PNM dos Abrolhos atualmente são utilizados comercialmente principalmente por quatro empresas sediadas em Caravelas. Segue na **Tabela 4.3.2-1** informações básicas sobre o perfil destas e as atividades que realizam nos atrativos da UC:



Tabela 4.3.2-1 – Perfil das empresas que operam comercialmente a visitação no PNM dos Abrolhos

| EMPRESA | EQUIPAMENTOS | TRABALHADORES ENVOLVIDOS | SERVIÇOS | ATIVIDADES | ATRATIVOS UTILIZADOS | POTENCIAIS INDICADOS |
|----------------------|---|---|--|---|---|---|
| Abrolhos Embarcações | 01 Lancha; 01 Píer; equipamentos de mergulho livre e autônomo; agência. | Proprietário: 01 Mestre e condutor subaquático; Autônomo: 01 marinheiro; 01 condutor subaquático. | Transporte náutico; alimentação e hospedagem a bordo; operação e curso de mergulho autônomo. | Mergulho livre e autônomo; observação de fauna e flora; visitação e caminhada nas ilhas da Santa Bárbara. | Ilha da Siriba e Santa Bárbara; chapeirões; naufrágios: Rosalinda, Santa Catarina e Guadiana; pontos de mergulho: portinho sul e norte; língua da Siriba; mato verde; caldeiros; cavernas da Siriba; costão do farol. | Não identificado |
| Horizonte Aberto | 03 Catamarãs (FIGURA 4.3.2-1); equipamentos de mergulho livre e autônomo; agência; botes infláveis motorizado. | Funcionário: 01 Auxiliar administrativo; 01 repcionista; 02 Mestres; 01 vigia; 01 auxiliar de limpeza; 01 gerente logística. Autônomo: 01 condutor de visitantes; 04 marinheiros; 04 condutores subaquáticos. | | | | Procurar novos naufrágios na área do parque; atividades de ecoturismo no entorno da UC, como RESEX Cassurubá. |
| Apecatu Expedições | 02 Catamarãs (FIGURA 4.3.2-2) e 01 lancha; equipamentos de mergulho livre e autônomo; agência; botes infláveis motorizados. | Funcionário: 02 Mestres; 02 cozinheiros; 03 marinheiros; 01 vigia; 01 técnico de manutenção; 01 mecânico. Autônomo: 03 condutores subaquáticos; 01 marinheiro. | | | | Procurar novos naufrágios e pontos de mergulho na área do parque; possibilitar mergulho noturno em outros pontos de mergulho. |



| | | | | | | |
|-------|---|--|--|------|------|------------------|
| SANUK | 01 Catamarã; equipamentos de mergulho livre e autônomo; bote inflável motorizado. | | Transporte náutico; alimentação e hospedagem a bordo; operação de mergulho autônomo. | Idem | Idem | Não identificado |
|-------|---|--|--|------|------|------------------|



FIGURA 4.3.2-1 – Catamarãs da empresa Horizonte Aberto. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.3.2-2 – Ambiente interno do Catamarã Netuno da empresa Apecatu Expedições. Foto: Carlos Ferraz.

Estas empresas realizam dois tipos de roteiros de visitação no parque: **a)** passeio de um dia, sem pernoite na embarcação, que geralmente envolve atividades de mergulho livre, um mergulho autônomo em pontos próximos a ilha Siriba ou Santa Bárbara, desembarque e caminhada na ilha Siriba para observação de fauna e flora, durante a navegação de ida e/ou volta, no período das baleias Jubarte, é possível realizar observação de baleias; **b)** passeio para UC com pernoite na embarcação que pode variar de uma a três pernoites. Este passeio geralmente envolve as mesmas atividades do passeio de um dia



acrescentando a visitação a ilha de Santa Bárbara, que ocorre apenas com autorização da Marinha do Brasil, e a visita em diferentes pontos de mergulho, sendo um passeio direcionado principalmente para mergulho autônomo recreativo. Os pontos de mergulho visitados variam de acordo com o grau de experiência e das motivações dos mergulhadores.

Das quatro empresas abordadas, duas apresentaram preocupação em certificar a qualidade dos seus serviços e compromisso socioambiental com a UC e seu entorno diante do seu público e das instituições que se relacionam. Estas informaram serem associadas e participarem de iniciativas da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e também possuir o CADASTUR junto ao MTur.

O PUP e outros materiais bibliográficos sobre a visitação no parque em conjunto com as informações coletadas nas entrevistas realizadas com agentes informantes demonstraram que existem dois tipos de ofertas comercializadas, que variam em número de dias e nos atrativos utilizados. Os atrativos utilizados durante estes dois roteiros dependerão dos seguintes fatores: **a)** experiência comprovada do mergulhador; **b)** motivação do visitante; **c)** condições climáticas e do mar.

Será apresentada a caracterização destas duas ofertas na planilha de inventário anexa e integrada a este documento. Os atrativos utilizados nestes dois roteiros serão indicados durante a caracterização. Neste texto será feita uma síntese da caracterização das ofertas, apresentando maiores informações e imagens dos atrativos.

Passeio diário “bate e volta” PNM dos Abrolhos (Oferta) – (ANEXO II):

Características Gerais: este passeio é caracterizado como uma oferta ecoturística do parque. A comercialização e operação deste passeio são realizadas pelas agências de turismo com embarcações credenciadas/autorizadas pela UC. O objetivo do passeio é possibilitar em aproximadamente quatro horas o visitante conhecer e interagir com o arquipélago e a biodiversidade dos recifes de corais de uma área abrigada do Parcel do Abrolhos. O passeio inicia por volta das 07h30min da manhã no píer municipal de Caravelas ou de Nova Viçosa ou da empresa Abrolhos Embarcações onde ocorre embarque dos passageiros (**FIGURA 4.3.2-3**). A navegação até o arquipélago na UC percorre uma área marinha de 36 milhas em aproximadamente três horas. Neste trajeto durante o período de reprodução das baleias Jubarte (Temporada da Baleia) é possível realizar observação desta espécie de baleia, tornando importante atrativo e motivador da visitação do parque neste período. Na chegada da embarcação na UC o Monitor Ambiental realiza uma palestra direcionada para apresentação do parque e suas características ambientais e informar as condutas e regras de visitação (**FIGURA 4.3.2-4**). Após palestra é feito o desembarque na ilha Siriba onde é realizada uma trilha interpretativa direcionada para geologia do arquipélago e a observação de aves marinhas, esta atividade é conduzida pelo Monitor Ambiental (**FIGURA 4.3.2-5**). Neste passeio é feito predominantemente o mergulho recreativo livre por razão do seu público alvo e pelo pouco tempo

disponível (**FIGURA 4.3.2-6**). O mergulho autônomo também é realizado em pontos de menor profundidade e correnteza sendo indicado para mergulhador de categoria básico ou para batismo. O mergulho livre é realizado sem a presença obrigatória de condutores e o autônomo ocorre sempre com presença de condutores de ecoturismo subaquático. Os pontos de mergulho utilizados no passeio variam de acordo com as condições do mar e com as motivações do visitante. Os pontos utilizados no passeio são: Portinho Sul; Língua Siriba; Mato Verde; Costão do Farol; Entre a Redonda e a Siriba. Nestes pontos é possível conhecer uma amostra significativa da biodiversidade marinha do parque em uma área de pouca profundidade e correnteza. O passeio finaliza no píer de embarque no continente com horário previsto para 17h30min no mesmo dia. Os serviços identificados como necessários para melhoria da operação do passeio são: **a)** regularizar, utilizando as recomendações do PUP, o credenciamento do condutor de ecoturismo que é indicado para está presente a bordo durante este passeio, incluindo o acompanhamento das atividades de mergulho livre recreativo e de observação da fauna e flora; **b)** manutenção periódica das poitas de fundeio; **c)** abastecimento de combustível das embarcações no píer de Caravelas; **d)** monitoramento das atividades do passeio feito pelos Monitores Ambientais. As infraestruturas identificadas como necessárias para melhoria da operação do passeio são: **a)** ponto de apoio para visitantes e prestadores de serviço (área pequena coberta) na ilha Siriba; **b)** melhora nas poitas para fundeio; **c)** melhora nas instalações do píer municipal de Caravelas. Este passeio é caracterizado como Hierarquia 1 sendo produto ecoturístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais. Sua potencialidade de atratividade aumenta se o entorno da UC apresentar opções de atividades em áreas naturais costeiras conservadas tornando-se complemento de sua experiência na região.



FIGURA 4.3.2-3 – Píer Municipal de Caravelas. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.3.2-4 – Palestra do Monitor Ambiental. Foto: Gabriel



FIGURA 4.3.2-5 – Trilha na ilha Siriba. Foto: Gabriel



FIGURA 4.3.2-6 – Mergulho livre no Portinho Sul. Foto: Gabriel

Passeio pernoite no PNM dos Abrolhos – *Live aboard* (Oferta) – (ANEXO II)

Características Gerais: este passeio é caracterizado como uma oferta ecoturística do parque. A comercialização e operação deste passeio são realizadas pelas agências de turismo com embarcações e profissionais credenciados/autorizados pela UC. Este passeio pode variar de dois a quatro dias, dependendo da escolha do visitante. A variação do tempo de duração influencia no número de pontos de mergulho a ser visitados e a experiência proporcionada. De acordo com as empresas entrevistadas os passeios de três dias são os mais comuns de serem realizados. O objetivo do passeio é possibilitar o visitante conhecer e interagir com duas ilhas do arquipélago e mergulhar em diferentes pontos ao redor das ilhas e no Parcel dos Abrolhos proporcionando uma experiência subaquática em ambientes recifais e naufrágios que representam uma amostra significativa da biodiversidade e dos sítios-históricos do parque. O passeio inicia por volta das 07h30min da manhã no píer municipal de Caravelas ou da empresa Abrolhos Embarcações onde ocorre embarque dos passageiros. A navegação até o arquipélago na UC percorre uma área marinha de 36 milhas em aproximadamente três horas. Neste trajeto durante o período de reprodução das baleias Jubarte (Temporada da Baleia – julho à novembro) é possível realizar observação desta espécie de baleia, tornando importante atrativo e motivador da visitação do parque neste período. Na chegada da embarcação na UC o Monitor Ambiental realiza uma palestra direcionada para apresentação do parque e suas características ambientais e informar as condutas e regras de visitação. Após palestra é feito o desembarque na ilha Siriba onde é realizada uma trilha interpretativa direcionada para geologia do arquipélago e a observação de aves marinhas, esta atividade é conduzida pelo Monitor Ambiental. Durante os dias de passeio



(de dois a quatro dias), a partir da autorização da Marinha do Brasil através solicitação prévia, é feita uma visita na ilha de Santa Bárbara para conhecer um trecho da ilha e o seu farol que representa a história da navegação na região por ter sido instalado em 1860 e servir de orientação para diversos navegadores que passaram pela área dos Abrolhos. Esta visita ocorre geralmente no final da tarde onde é possível acompanhar o acendimento do farol e contemplar a vista do arquipélago da parte superior do mesmo (**FIGURA 4.3.2-7; FIGURA 4.3.2-8**). Neste passeio é feito mergulho recreativo livre e autônomo. O mergulho autônomo realizado inicia em área abrigada e de pouca profundidade para condutor de ecoturismo subaquático avaliar a experiência e habilidade dos visitantes mergulhadores. A partir da avaliação, do nível de certificação de mergulho dos visitantes, o número dos dias do passeio e das condições climáticas e do mar são definidas os pontos de mergulho a serem visitados durante o passeio. De acordo com PUP são permitidos até quatro mergulhos por dia. Os grupos de mergulhadores com certificação a partir de avançado geralmente realizam a seguinte programação de mergulho: **1º** mergulho do dia no entorno das ilhas do arquipélago em área mais abrigada e com profundidade média de até 10 metros; **2º** mergulho nos Chapeirões localizado no Parcel dos Abrolhos em áreas mais abertas e com profundidade até 25 metros; **3º** mergulho em naufrágio localizado no Parcel dos Abrolhos; **4º** mergulho noturno no entorno do arquipélago. Os pontos de mergulho autônomo Portinho Sul, Língua da Siriba, Mato Verde, Costão do Farol e Entre Redonda e Siriba caracterizam-se por estruturas recifais variadas como, os recifes de franja e apresentam significativa biodiversidade e quantidade de peixes e corais no entorno das ilhas Santa Bárbara, Siriba e Redonda do Arquipélago dos Abrolhos. Os Chapeirões da Sueste, de Fora, Atobá são grupos de colunas isoladas formadas por corais, com alguns atingindo altura aproximada de 25 metros no Parcel dos Abrolhos. Ocorre mergulho em três naufrágios identificados na UC que são Naufrágio Rosalinda, Guadiana e Santa Catarina. Neste passeio as embarcações oferecem hospedagem e alimentação caracterizando o serviço de *“Live aBoard”*. Os serviços identificados como necessárias para melhoria da operação do passeio são: **a)** regularizar, utilizando as recomendações do PUP, o credenciamento do condutor ecoturismo que é indicado está presente a bordo durante este passeio, incluindo o acompanhamento das atividades de mergulho livre realizadas e de observação da fauna e flora **b)** manutenção periódica das poitas de fundeio; **c)** abastecimento de combustível das embarcações no píer de Caravelas; **d)** implantar sistema de monitoramento de impactos nos pontos de mergulho, conforme previsto no PUP, a ser realizado pelos Monitores Ambientais com apoio dos condutores de ecoturismo subaquáticos. As infraestruturas identificadas como necessárias para melhoria da operação do passeio são: **a)** ponto de apoio para visitantes e prestadores de serviço (área pequena coberta) na ilha Siriba; **b)** melhora nas poitas para fundeio; **c)** melhora nas instalações do píer municipal de Caravelas; **d)** instalações de apoio na ilha de Santa Bárbara prevista no PUP; **e)** Câmara Hiperbárica na ilha de Santa Bárbara ou no continente (Caravelas sede) em caso de acidentes no mergulho que cause doença descompressiva. Este passeio é caracterizado como Hierarquia 1 sendo produto ecoturístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais

interessados em mergulhar e ter experiências náuticas de navegação e vivências no mar. Sua potencialidade de atratividade aumenta se o entorno da UC apresentar opções de atividades em áreas naturais costeiras conservadas tornando-se complemento de sua experiência na região.



FIGURA 4.3.2-7 – Área visitada na Ilha de Santa Bárbara. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.3.2-8 – Paisagem do arquipélago da parte superior do Farol de Santa Bárbara. Foto: Gabriel

Além das ofertas e atrativos ecoturísticos que ocorrem na UC existe o Centro de Visitantes do parque que fica localizado no continente em Caravelas. As suas instalações e funcionamento atual conta com: **a)** estacionamento e toaletes; **b)** instalações de cozinha e espaço de loja. A previsão para estas instalações é funcionarem como cantina e loja de produtos (souvenir, vídeos e outros) do parque. Estes espaços seriam operados por empresas que fossem

licitadas para processo de concessão de uso que até o momento não foi realizado. Estão sendo utilizadas esporadicamente para outras finalidades; **c)** réplica da baleia Jubarte, anfiteatro e recepção; **d)** sala de multiuso e de exposição e biblioteca. A sala de exposição prevê a instalação de uma exposição permanente que apresente a história natural e as características do parque, até o momento ocorreu algumas instalações que atualmente encontram-se danificadas em conjunto com estrutura física; **e)** três salas de escritório utilizadas atualmente na administração do parque; **f)** trilha interpretativa do Marobá anexa ao Centro Visitante em uma área natural de transição da restinga com manguezal (**FIGURA 4.3.2-9; FIGURA 4.3.2-10; FIGURA 4.3.2-11**).



FIGURA 4.3.2-9 – Anfiteatro do Centro de Visitantes. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.3.2-10 – Sala de exposição em 2004. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.3.2-11 – Replica da baleia Jubarte em 2004. Foto: Carlos Ferraz

De acordo com PUP a função deste Centro é de servir como local para informar e sensibilizar os visitantes do parque, antes de sua visita na área, como também espaço de lazer e educativo para as comunidades do entorno. O plano previa junto com o Centro de Visitantes a instalação de um píer que serviria de porto de saída das embarcações para o parque, anexando o centro nos passeios do parque. Por razão de limitações financeiras e também de aspectos naturais do rio Caravelas que limitam este tipo de instalações na área selecionada, este píer não foi instalado. Este Centro até o momento cumpri sua importante função de mobilização e informação socioambiental com as comunidades do entorno, promovendo pouca influência no visitante turista da UC.

O chefe do parque informou que no momento existe pouco recurso para manutenção e funcionamento do Centro de Visitantes. As infraestruturas físicas estão apresentando necessidade de reforma, o espaço de loja e exposição precisa de uma melhor destinação, considerando instalação de equipamentos e confecção de materiais interpretativos e para venda (**FIGURA 4.3.2-12**).



FIGURA 4.3.2-12 – Rachaduras na estrutura da sala de exposição. Foto: Carlos Ferraz.

Após a queda de visitação que foi acentuada principalmente de 2000 a 2005, a partir de 2007 o fluxo de visitantes aumentou durante o período de julho a outubro devido ampliação da demanda para atividade de observação das baleias Jubarte (**Figura 4.3.2-13**). A promoção e a melhoria dos serviços para operação desta atividade vêm provocando aumento da procura e oferta o que ocasionou maior fluxo na UC neste período. Este fato pode demonstrar que se houver a formatação de novos produtos ecoturístico no parque, considerando qualidade, divulgação e compromisso socioambiental, esta diminuição e estagnação do fluxo podem ser alteradas.

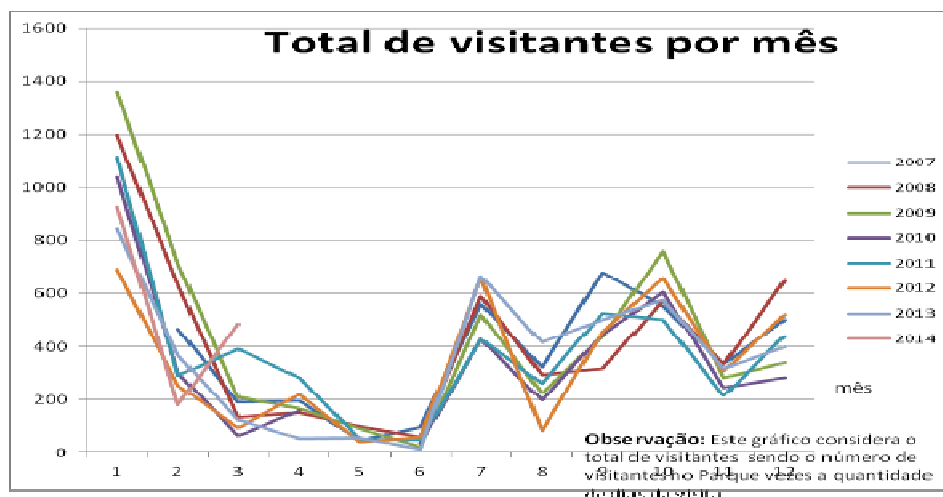


FIGURA 4.3.2-13 – Fluxo de visitantes ao mês no PNM dos Abrolhos. Fonte: PNM dos Abrolhos/ICMBio.



Os Recifes de Timbebas localizados na UC, sendo área distinta do arquipélago e do Parcel dos Abrolhos, de acordo com PUP apresenta potencial para realização de atividades de mergulho livre e autônomo recreativo. Neste plano são indicadas as áreas mais adequadas. Esta localidade da UC até o momento não foi aberta para visitação por falta de recursos humanos e embarcação (funcionamento e manutenção) para monitorar atividade e instalação de poitas para fundeio adequado das embarcações. Mesmo sem autorização da UC e as instalações necessárias, de acordo com as agências de turismo de Prado sede ocorre visitação no período de verão na área para realização de atividades de mergulho recreativo.

4.3.3 Potenciais e limitações do uso público do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Os limites e oportunidades para melhoria do uso público no PNM dos Abrolhos foram identificados neste diagnosticado e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público do PNM dos Abrolhos estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: a) instrumentos de gestão; b) pessoal e estrutura para gestão; c) envolvimento dos prestadores de serviço de apoio a visitação (**TABELA 4.3.3-1**).

Os limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos do PNM dos Abrolhos estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: a) serviços de apoio à visitação; b) infraestruturas de apoio a visitação; c) divulgação e comercialização (**TABELA 4.3.3-2**).



TABELA 4.3.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público do PNM dos Abrolhos

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | Plano de Manejo (1991) e Plano de Uso Público - PUP (2003) estão sem atualizações e revisões desde sua publicação; o processo de concessão previstos e recomendados no PUP tenta ser implantado à 11 anos sem uma definição efetiva; a portaria N° 138/2012 - ICMBio que regulariza as prestações de serviços de apoio à visitação no parque não está sendo cumprida pelas empresas que operam estes serviços, que alegam discordância e inconstitucionalidade nas exigências do instrumento; não ocorre monitoramento de impacto das atividades de uso público; o PUP prevê atividades de visitação na Ilha de Santa Bárbara (jurisdição da Marinha). Estas atividades estão sendo feitas sem integração do ICMBio com a Marinha. | A UC possui PUP, sendo documento específico para gestão do uso público; os instrumentos de gestão do uso público do PNM dos Abrolhos, portarias e PUP, possuem pioneirismo nas UC's federais brasileiras reconhecido no ICMBio e no meio das pesquisas da área; Comissão de Uso Público do parque é um espaço instituído para gestão do tema na UC, que possui potencial de promover diálogos de discordâncias e conflitos visando possíveis acordos; durante 2002 à 2005 ocorreu atividades de monitoramento de impactos do mergulho na UC que pode servir de norte para implantação de um programa. O método Reef Chek já foi aplicado pelo Monitor Ambiental atual que participou de capacitações. |
| Pessoal e estrutura para gestão | A UC atualmente possui número insuficiente de pessoal para gerir o uso público conforme os instrumentos de gestão orientam; o Centro de Visitantes possui necessidade de melhoras. | Previsão da remoção de dois novos servidores para UC; equipe de terceirizados direcionada especificamente para funcionamento básico do uso público; Centro de Visitantes funcionando e com visitação e atividades; Captação de recurso com projetos elaborados conjuntamente com instituições socioambientais atuantes na UC e na criação de um fundo de apoio ao parque. O parque apresenta como equipamentos que podem apoiar as iniciativas de uso público: 02 embarcações; bote inflável com motores de 25 e 15 hp; veículos terrestres, estrutura de escritório. Conselho Consultivo e Comissão |



| | | |
|--|--|--|
| | | de Uso Público formado e em funcionamento. |
|--|--|--|

TABELA 4.3.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público do PNM dos Abrolhos (Continuação)

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Envolvimento dos prestadores de serviço de apoio à visitação | Os prestadores de serviço de apoio a visitação discordam com a portaria N° 138/2012 – ICMBio e solicitam alterações que até o momento não ocorreu retorno do órgão; os prestadores de serviços de apoio a visitação apresentam descrença no processo de concessão previsto devido os insucessos anteriores; não existe uma organização social formalizada (associação) que representa de forma coletiva estes prestadores de serviços; estas empresas consideram a gestão do uso público da UC insuficiente a para funcionamento básico das atividades. | Prestadores de serviços participam da Comissão de Uso Público e alguns do Conselho Consultivo da UC; prestadores de serviço apresentam conhecimento dos instrumentos e do processo de gestão do uso público da UC que vem ocorrendo; ocorre histórico de apoio destes prestadores em prol de ações de melhorias na UC. |



TABELA 4.3.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos do PNM dos Abrisos

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| <p>Serviços de apoio à visitação</p> | <p>Número de Monitores Ambientais é considerado insuficiente para realizar os seus serviços de condutor em trilhas interpretativas, palestras e monitorar as atividades na UC com qualidade; demanda de realizar cursos semestrais sobre fauna e flora do parque e reciclagem de 1º socorros para condutores de ecoturismo subaquáticos; não existem capacitações sobre a UC e suas condutas direcionadas para mestres e marinheiros das embarcações autorizadas e também para os gestores e funcionários gerais das empresas responsáveis pela operação; não existe recurso previsto para alimentação dos Monitores Ambientais e voluntários durante seu trabalho na UC; os condutores de ecoturismo, previstos no PUP para acompanhar atividades a bordo e mergulho livre, não são regularizados pela UC; não foi identificado previsão de cursos de capacitação para novos condutores subaquáticos considerando o conteúdo mínimo da IN n° 8 – ICMBio e as competências mínimas de condutores informadas na ABNT; com o não cumprimento pelas empresas da portaria N° 138/2012 – ICMBio a situação dos condutores subaquáticos, que são credenciados através destas empresas, fica instável.</p> | <p>Ocorre anualmente pelo ICMBio capacitação de reciclagem dos condutores de ecoturismo subaquático; existem empresas autorizadas que já possuem inseridas em seus produtos a prestação de serviços de condutores de ecoturismo para atividade de observação de Baleias e mergulho livre; nos municípios de entorno existem instituições que possuem técnicos qualificados para realizar capacitações sobre fauna e flora da UC; Monitor Ambiental entrevistado apresenta cursos de capacitações úteis para função; o SENAC e SEBRAE da região apresenta disponibilidade de realizar cursos de capacitação direcionados para qualificação de serviços turísticos;</p> |



TABELA 4.3.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos do PNM dos Abrolhos (continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Infraestrutura de apoio à visitação | As poitas de fundeio das embarcações no parque apresentam necessidade manutenção; a ilha Siriba apresenta carência de ponto de apoio; a ilha de Santa Bárbara (jurisdição Marinha) não tem previsão de instalar infraestrutura prevista no PUP; o píer de Caravelas e a rua da orla, principal porto de saída para UC, encontra-se com necessidade de reformas que vise funcionalidade e apresentação; o Centro de Visitantes da UC apresenta necessidade de reformas e demanda de implementações de espaços interpretativos/educacionais; a Câmara Hiperbárica mais próxima fica aproximadamente 480 km de Caravelas o que pode ocasionar insegurança para os praticantes de mergulho; o aeroporto de Porto Seguro e o local que recebe os voos comerciais mais próximo de Caravelas, estando 270 Km de distância o que dificulta o acesso ao visitante de outras regiões. | O município de Caravelas prevê reforma do píer municipal e da rua da orla; as embarcações que operam a visitação no parque apresentam estruturas que cumpri o exigido nos procedimentos transitórios do PUP; existe previsão para os próximos meses de iniciar a ocorrência de voos comerciais para aeroporto de Teixeira de Freitas que localiza-se a 80 Km de Caravelas. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | O Centro de visitantes não é inserido como local que integra a visita a UC pelas empresas que comercializam os passeios ao parque; as empresas que operam a visitação na UC demonstram timidez e cautela no investimento em divulgação por razão da indefinição sobre os procedimentos de operação do transporte e mergulho na UC; | A gestão das ZT's e pólos turísticos visa planejar e desenvolver o turismo de forma integrada regionalmente o que possibilita as ofertas/atrativos do parque serem divulgados e comercializados em conjunto com outros atrativos; o parque é um destino já conhecido pelo público de mergulhadores e ecoturistas com interesse em fauna e fora marinha; |



| | | |
|--|--|---|
| | <p>não foi identificado comercialização dos passeios ao parque através das principais operadoras emissivas de ecoturismo; o custo elevado para operar o transporte náutico e do mergulho autônomo condiciona as empresas estabelecerem um valor de passeio que é considerado alto em relação a outros destinos semelhantes; os passeios são vendidos sem integrar roteiros do entorno.</p> | <p>diferentes meios de mídia periodicamente interessam em produzir conteúdo sobre a UC e divulga-los; as atividades de observação de baleias Jubarte vem aumentando na área, possibilitando uma diminuição da sazonalidade da visitação; a UC representa laboratório vivo marinho apresentando potencial para turismo pedagógico.</p> |
|--|--|---|



4.4 USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CORUMBAU

A RESEX Marinha Corumbau foi criada em 21 de setembro de 2000 por decreto presidencial com objetivo de garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área. Esta UC localiza-se em uma área marinha costeira de 98.174 ha entre os municípios de Porto Seguro e Prado (IBAMA/CNPT; CI 2002). Em seu entorno terrestre encontra-se os PN do Monte Pascoal e do Descobrimento e a Terra Indígena (TI) Barra Velha e no entorno marinho o PNM dos Abrolhos integrando o que é denominado Complexo dos Abrolhos (**FIGURA 4.4-1**).

Os extrativistas desta UC são pescadores artesanais de cultura diversificada que residem no seu entorno terrestre especificamente em sete localidades: Corumbau, Cumuruxatiba, Veleiro, Imbassuaba, Aldeia Barra Velha e Bujigão, e Caraíva. Estas localidades apresentam em seu litoral, falésias, restingas, manguezais, praias arenosas e barras com pequenos e médios cursos d'água que formam paisagens com beleza cênica atraentes. A área marinha da UC apresenta recifes coralíneos, principalmente em sua porção centro/norte, onde nos períodos de verão e início de outono a visibilidade da água e as condições do mar possibilitam uma navegação tranquila e a contemplação da biodiversidade marinha destes ambientes.

Estes elementos que formam a sociobiodiversidade da UC atraem visitantes de diferentes regiões do país e do mundo para esta área protegida, tornando o turismo um importante setor para estes extrativistas e para uso sustentável da UC. Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva formam os núcleos receptivos dos turistas da UC.

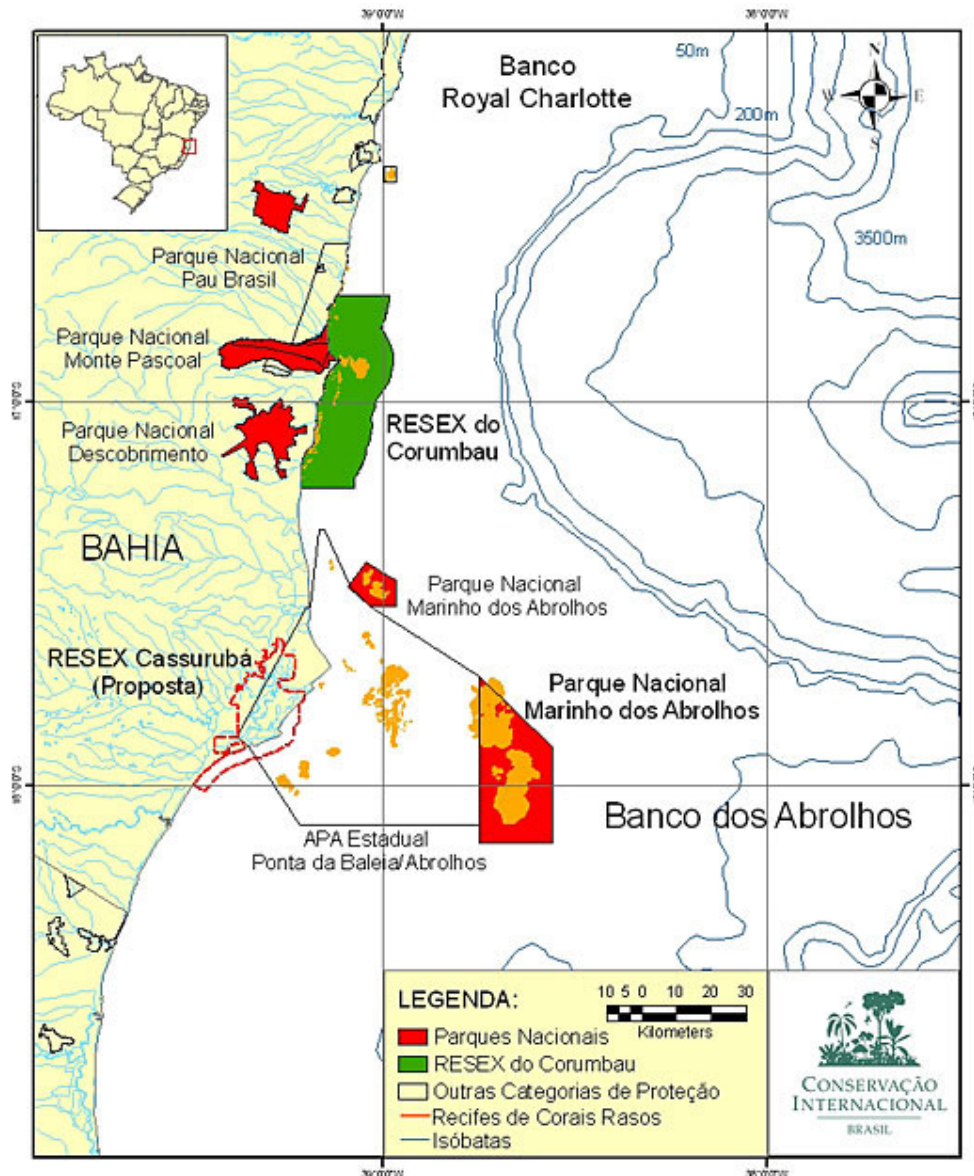


Figura 4.4-1 – Mapa da RESEX Corumbau. Fonte: CI – Brasil

4.4.1 Caracterização da gestão do uso público na RESEX Marinha Corumbau

O turismo na área da RESEX Corumbau e no seu entorno já ocorre desde a década de 1970, mas foi principalmente na década de 1990 e após a criação da UC em 2000 que o fluxo turístico aumentou significativamente e as localidades de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva e suas comunidades direcionaram suas atenções para atividade turística como uma efetiva geradora de renda e transformadora socioambiental (STORI, 2005).

As três localidades com o aumento do fluxo turístico foram transformando-se em núcleos receptivos de turistas na região, principalmente durante o período



de verão. Esta transformação foi gerida por pequenos e médios empresários de outras localidades que vieram pela oportunidade de negócios que estava configurando. Os pescadores artesanais destas localidades acompanharam as transformações a margem do processo, participando em alguns momentos como fornecedor de peixe, muitas vezes vendendo a baixo custo, para os restaurantes, fazendo serviços gerais para pousadas e casas de veraneio e realizando esporadicamente de maneira informal passeio embarcado com turistas para mergulho e pesca recreativa (STORI, 2005).

Com a criação da RESEX, a formação do Conselho Deliberativo e elaboração do Plano de Manejo – Fase I o uso turístico da área marinha foi sendo pensado e estabelecido a partir de diálogos e deliberações dos pescadores. No plano de manejo são estabelecidos os seguintes itens para ordenamento da atividade turística na UC: **a)** definição das áreas permitidas e não permitidas a atividade turística (zoneamento); **b)** definição do ecoturismo como tipologia turística a ser fomentada na UC; **c)** a pesca esportiva/amadora pode ser autorizada mediante cadastramento e autorização de associação comunitária de pescador. Este cadastramento e autorização dos denominados “Demais Usuários” precisa ser regularizado com detalhamento do procedimento no Conselho Deliberativo. A captura da espécie através da pesca esportiva/amadora pelos “Demais Usuários” pode ser cobrada pela associação extrativista, esta cobrança precisa ser regularizada através de anuência previa do Conselho Deliberativo; **d)** as embarcações de turismo e recreação (transporte de passageiros/passeios) precisam ser cadastradas pelo ICMBio; **e)** as regras de turismo na UC precisam ser definidas e detalhadas em portaria específica.

A partir do plano de manejo da UC o Conselho Deliberativo, composto por maioria de representante dos extrativistas, estabeleceu regras de cadastramento e autorização das embarcações para operação das atividades turísticas. O cadastramento e autorização eram realizados pelo IBAMA/CNPT (órgão responsável naquele período). A portaria prevista para detalhar as regras de turismo na UC não foi elaborada e publicada, as tentativas de ordenamento da atividade foram sendo definidas pelo Conselho Deliberativo e registradas em suas atas, a partir de demandas e conflitos que surgiam e necessitavam de soluções.

Para cadastramento e autorização os procedimentos são: **a)** preenchimento e entrega da ficha de embarcações de turismo náutico – IBAMA/CNPT; **b)** possuir licença da marinha para transporte de passageiros em áreas abrigadas e/ou abertas; **c)** ser extrativista cadastrado da RESEX (População tradicional da UC); **d)** qualquer morador que comprove residir no mínimo quatro anos nas localidades do entorno da UC informada e possua quatro anos com experiência em ecoturismo; **e)** cadastro ser aprovado e autorizado no Conselho Deliberativo da UC.

Este processo de cadastramento e autorização promoveu inclusão de agentes da comunidade no setor turístico, mas também conflitos entre agentes externos e internos sobre uma disputa de controle do processo que envolveu discussões e tensões sobre quem são os extrativistas beneficiários da RESEX Corumbau e



quais os seus direitos de uso na área, demonstrando dúvidas e fragilidades nesta definição (PINTO, 2005).

O associativismo comunitário das sete localidades entre 2003 a 2006, através do Projeto RESEX², passou por um processo de fortalecimento que visava possibilitar maior protagonismo dos extrativistas na gestão da área a partir de uma participação consciente das suas associações representativas. Neste processo estava previsto como resultado a elaboração de um novo Plano de Manejo mais eficiente e detalhado e com participação efetiva dos extrativistas. Seria incluso neste plano um programa de ecoturismo de base comunitária da UC onde iria ser detalhado o ordenamento da atividade e estabelecido os caminhos para implantação de produtos ecoturísticos a serem geridos e operados pelos extrativistas.

O plano de manejo e o programa não foram elaborados ao termino de execução do Projeto RESEX. Foram produzidos uma dissertação de mestrado (STORI, 2005) e um estudo de viabilidade socioambiental e econômica para desenvolvimento da atividade (PINTO, 2005) que diagnosticam o turismo realizado na área e estabelecem recomendações de ordenamento e ações para implantação do ecoturismo de base comunitária na UC.

A partir deste processo de fortalecimento do associativismo nas sete localidades, a Associação de Nativos e Amigos de Caraíva (ANAC) estabelece uma organização local do turismo náutico na RESEX realizado a partir do povoado de Caraíva. Esta organização durante a temporada de verão, período de maior fluxo turístico, instala um ponto de divulgação e comercialização dos passeios na UC, realiza o cadastro das embarcações autorizadas pelo conselho, e estabelece uma escala de ordem para estas embarcações visando equidade na distribuição do trabalho e renda entre os cadastrados. A ANAC a partir da organização da atividade estabeleceu para os cadastrados uma taxa de 10% do valor obtido pelo passeio que deve ser repassada para os membros que realizam a comercialização e divulgação no ponto instalado.

A organização desde 2007 vem possibilitando aos agentes locais maior controle sobre o turismo e sua exploração e ocasionando geração e distribuição de renda entre os envolvidos. Ao mesmo tempo este controle local mais presente definindo e monitorando o cumprimento de regras e o repasse da taxa de 10 % vem ocasionando discordâncias entre alguns envolvidos e consequentemente conflitos que interferem na gestão do turismo na UC.

Em 2012 a discordância da organização estabelecida pela ANAC de um proprietário de embarcação, após advertência e suspensão de sua autorização, resultou em uma autuação de infração realizada pelo servidor do ICMBio da UC. O autuado recorreu o cancelamento da multa, no qual a partir do Parecer

² Projeto RESEX foi Projeto de Fortalecimento da Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros na RESEX. Teve como proponente Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA) e financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) através do convênio 051/03.



Nº 03/PGF/PFE/ICMBio/Porto Seguro/2013/PDGO do procurador do órgão a Coordenação Regional (CR7) acatou.

Este parecer invalida a autuação argumentando que as regras estabelecidas pela associação não tem validade pelas seguintes razões: **a)** o Plano de Manejo – Fase I que delega poder as associações comunitárias da RESEX de reger os procedimentos de autorização da operação do turismo náutico na UC não tem validade por ser um documento de gestão aprovado por um Conselho Deliberativo que ainda não tinha sua portaria de criação; **b)** que as regras do Plano de Manejo – Fase I e do Conselho Deliberativo para autorização da operação turística na UC são inconstitucionais.

O cancelamento da multa e os argumentos apresentados no parecer provocaram dúvidas no conselho sobre o real poder que eles possuem na gestão da UC e especificamente sobre atividade turística que ali ocorre. Ao mesmo tempo pode ser considerado um momento importante para revisar de forma participativa as regras e procedimentos até então estabelecidos para visitação na área e identificar caminhos válidos de gestão da atividade junto ao ICMBio e extrativistas.

As associações dos pescadores de Cumuruxatiba e Corumbau realizam cadastramento das embarcações para turismo náutico em sua localidade, mas não apresentam no momento ações de organização e gestão sobre atividade na UC. Identificam que existe necessidade de um monitoramento das atividades turísticas para melhor cumprimento das regras e que atualmente em Corumbau vem ocorrendo operação de atividades náuticas sem autorização.

Na localidade da aldeia Bujigão a Associação de Pescadores do Bujigão apresenta iniciativas de organização das atividades turísticas na área da RESEX e do PNH do Monte Pascoal onde aldeia fica em sobreposição. O representante da associação informou que suas iniciativas consistem na formatação dos roteiros, estabelecimento de regras internas entre os envolvidos para controle e ordenamento da atividade e participação de projetos e ações visando conquistar infraestruturas e qualificações necessárias para implantação de um turismo desejado na comunidade Pataxó do Bujigão.

A gestão do ICMBio na UC conta com três servidores analistas ambientais e um estagiário. O tema uso público é tratado entre os três servidores. Esta equipe conta com uma embarcação motorizada utilizada principalmente para monitoramento e fiscalização na área, veículo terrestre e um escritório localizado em Prado sede. Identificam dificuldade na gestão da atividade turística junto aos pescadores artesanais da RESEX, observam que o turismo é a 2º principal cadeia produtiva da UC que tem gerado renda na comunidade, mas também discussões e conflitos internos e externos. O fato da procuradoria do ICMBio considera irregulares os instrumentos e regras de gestão da atividade que até o momento foram gerados e aprovados a partir do Conselho Deliberativo, órgão gestor da UC (BRASIL, 2002), e executados pelas associações e esta equipe, provocou indefinições nos rumos e nas atuações da gestão participativa do turismo nesta área protegida.

4.4.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Marinha Corumbau

O turismo na RESEX Corumbau ocorre nas praias, rios, manguezais, recifes de corais e mar aberto. Este turismo pode ocorrer através de uma visita à praia ou rios com acesso por caminhada ou veículo terrestre com ou sem participação de serviços de transporte, guia e/ou alimentação, ou por passeios embarcados que promovem visitação nos diversificados atrativos da UC.

Na área do entorno/contígua da UC as localidades Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva são os núcleos comunitários onde apresentam infraestrutura e serviços de hospedagem e alimentação dos turistas. Nestas localidades é que são formatadas e comercializadas as ofertas ecoturísticas na área protegida.

A localidade de Cumuruxatiba é uma vila que apresenta para região significativa oferta de meios de hospedagem, restaurante e lojas direcionados para o turismo, sendo considerado um importante núcleo receptivo do turismo na CB (**FIGURA 4.4.2-1**). Em conjunto a esta relevância turística abriga residência, vivência e história de pescadores artesanais que são os beneficiários da RESEX. A atividade turística na localidade ocasionou grande especulação imobiliária que trouxe consequências negativas para sustentabilidade do local, inclusive do modo de vida dos pescadores (STORI, 2005; PINTO, 2005).



FIGURA 4.4.2-1 Bar, sorveteria e lojas em Cumuruxatiba. Foto: Carlos Ferraz

Na localidade de Corumbau a moradia e a vivência dos pescadores ainda predominam. A pesca é a principal atividade da localidade e o turismo vem representando aumento de sua importância no cotidiano do local. Os meios de hospedagem são caracterizados por três pousadas que apresentam custos e padrões diferenciados, pousadas diversificadas, casas de veraneio e alugueis de quartos suítes e restaurantes gerenciados por famílias locais de pescadores

(FIGURA 4.4.2-2; 4.4.2-3). Durante o verão a ponta de Corumbau, área da praia mais visitada, apresenta fluxo turístico elevado considerando infraestrutura local e a falta de regras de uso ocasionando impactos que atingem moradores e turistas (FIGURA 4.4.2-4). A especulação imobiliária por decorrência do turismo apresenta diversos impactos sobre a sustentabilidade da área (STORI, 2005; PINTO, 2005).



FIGURA 4.4.2-2 – Área de piscina da pousada em Corumbau. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-3 – Restaurante de família local. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-4 – Acampamento sem ordenamento na ponta de Corumbau. Foto: Carlos Ferraz

Em Caraíva o fluxo turístico acentuado faz do turismo uma atividade cotidiana do local. A pesca artesanal ainda é de grande importância e participa da estrutura social, econômica e cultural de sua população. Os meios de hospedagem são constituídos por pousadas diversas, áreas de acampamento e aluguel de casas e quartos onde muitos pertencem e são administrados por famílias de pescadores locais. A localidade apresenta acervo arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico. Uma importante atividade em Caraíva é o entretenimento noturno como bares, casas de forró, lojas e restaurantes promovendo uma diferenciação significativa de público em relação às outras duas localidades.

Atualmente a localidade da aldeia Bujigão através da Associação de Pescadores do Bujigão está operando e comercializando passeios e serviços no rio Corumbau e recifes de corais próximos da aldeia. Esta atividade ainda é incipiente, mas o representante da associação demonstra motivação em desenvolver o turismo de forma que possibilite participação das famílias, serviços de qualidade e mínimo impacto socioambiental.

De acordo com Stori (2005) os visitantes da RESEX do Corumbau apresentam predominantemente a seguinte tipificação: são oriundos de São Paulo; faixa etária média de 26 a 35 anos; possuem curso superior; renda mensal de 8 a 10 salários mínimos; viajam sem a organização de agências de turismo; viajam principalmente em carro próprio seguido de ônibus de linha; permanecem no destino visitado de 2 a 4 dias; a principal influência de divulgação sobre o local visitado foi a propaganda “boca a boca”; o principal interesse foi descanso e contato com a natureza. Outro dado identificado nesta pesquisa e que maior parte dos visitantes entrevistados não sabiam ao certo o que era a RESEX do Corumbau. A partir da observação de campo e as entrevistas realizadas neste

trabalho observou-se que ocorreu aumento de turistas da região de Minas Gerais, Espírito Santo e cidades próximas, e de famílias na visitação das três localidades e conseqüentemente na RESEX.

Nas três localidades o turismo representa para as famílias de pescadores uma fonte de renda importante através de trabalho direto e indireto que atividade promove. A produção pesqueira é utilizada nos restaurantes para servir turistas, mas sem ser mencionada e valorizada a questão da UC e a pesca tradicional nesta produção o que poderia promover maior reconhecimento sobre o pescador e conquista de maior valor financeiro na comercialização.

A atratividade paisagística e cultural que estas localidades exercem sobre o turista da região junto com a presença de imobiliárias e negociadores de imóveis que ocorrem frequentemente nas áreas turísticas, principalmente litorâneas, promove desde a década de 1990, acentuado a partir de 2000, a especulação imobiliária nestes três povoados (**FIGURA 4.4.2-4**). Esta especulação provoca impactos socioambientais diversos para UC e o seu entorno, como: **a)** supressão de vegetação nativa, principalmente da restinga e mague; **b)** pressão e expulsão das comunidades de pescadores artesanais de sua localidade, alterando o seu modo de vida e dificultando ou impossibilitando estes terem acesso ao mar para exercer sua profissão; **c)** alteração da paisagem. A especulação imobiliária é considerada uma das principais ameaças que o turismo desenvolvido na região provoca sobre a RESEX (STORI, 2005; PINTO, 2005).



FIGURA 4.4.2-4 – Placa de venda de imóvel em Caraíva em principal rua turística de Arraial D’ajuda. Foto: Carlos Ferraz

Os atrativos ecoturísticos da RESEX Corumbau atualmente são utilizados comercialmente principalmente por empresas, associações e prestadores de serviços sediados nestas três localidades e no Bujigão. Segue na **Tabela 4.4.2-**



1, 4.4.2-2, 4.4.2-3, 4.4.2-4, 4.4.2-5 informações básicas sobre o perfil dos que foram entrevistados e as atividades que realizam nos atrativos da UC.

Ressalta-se que no entorno não contíguo da UC, Porto Seguro (sede e distritos) e Prado sede, também ocorre ofertas turísticas, com transporte terrestre e marinho, que transitam e utilizam dos atrativos da RESEX. Estas atividades que originam em outro destino externo ao entorno contíguo da UC é permitida sem necessita de cadastro e autorização pela gestão da unidade.



Tabela 4.4.2-1 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau - Cumuruxatiba

| EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|------------------------------------|--|---|--|---|
| Empresa Cumuru Magical Tour | Agência de Turismo receptiva sem CADASTUR. Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros. Não sabe se tem autorização na UC. | Local receptivo de venda; agenciamento e transporte; 01 lancha de 06 passageiros; veículo terrestre de 05 passageiros; equipamento mergulho livre e salvatagem. | Proprietário gerencia (origem de pescadores); marinheiro diarista (local) | Passeios de lancha para: Barra do Cahy, Moreira, Imbassuaba, ponta de Corumbau (mergulho livre recife Pataxó/Carapeba), Vila Caraíva com Praia do Espelho; Passeio transfer terrestre: Praia da Japara, Barra do Cahy e Corumbau. |
| Empresa Aquamar | Agência de turismo receptiva com CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros; Autorização da UC | Local receptivo de divulgação e venda (FIGURA 4.4.2-5); agenciamento e transporte náutico; 01 Embarcação de 30 passageiros; equipamento de mergulho livre e salvatagem | Proprietário gerencia (de outra localidade); 2 recepcionista funcionário; de 6 a 8 marinheiros e monitores | Passeio de barco: rota Cumuruxatiba – Corumbau com parada no recife Carapeba; de julho a outubro observação de baleias. |



Tabela 4.4.2-1 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Cumuruxatiba (Continuação)

| EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---|--|---|---|--|
| Prestador de serviço Ivair Matos | Embarcação possui registro de pesca; não possui cadastro na UC. | 01 embarcação de pesca traineira; equipamento de mergulho livre (FIGURA 4.4.2-6). O local de venda em sua própria residência (FIGURA 4.4.2-7). | Proprietário gerencia (pescadores cadastrado na RESEX); auxiliar de marinheiro diarista (pescador) | Passeios de barco: mergulho livre contemplativo no Recife Pataxó e Coroa de Areia; Barra do Cahy; pesca esportiva. |
| Libra embarcações | Transporte de passageiros sem CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros; Autorização da UC | Local receptivo de divulgação e venda (FIGURA 4.4.2-8); agenciamento e transporte náutico; 01 Embarcação de capacidade 23 passageiros; 01 embarcação com capacidade 13 passageiros; equipamento de mergulho livre e salvação | Proprietário gerencia e mestra embarcação (antigo pescador); 2 marinheiros diarista | Passeio de barco: rota Cumuruxatiba – Corumbau com parada no recife Carapeba/Pataxó; de julho a outubro observação de baleias; esporadicamente, com demanda, Cumuruxatiba – Caraíva. |



FIGURA 4.4.2-5 – Agência Aquamar. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-6 – Imagem da embarcação utilizada. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-7 – Divulgação de passeio na casa do pescador Ivair Matos. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-8 – Ponto de divulgação e venda dos passeios da embarcação Libra. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-9 – Agência Corumbau Adventure. Foto: Carlos Ferraz



Tabela 4.4.2-2 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Corumbau

| EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|------------------------------|--|--|---|--|
| Corumbau Adventure | Transporte de passageiros sem CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros; Autorização da UC | Local receptivo de divulgação e venda (FIGURA 4.4.2-9); agenciamento e transporte náutico; 01 Embarcação escuna de capacidade 16 passageiros; caiaque; equipamento de mergulho livre e salvatagem | Proprietário gerencia e mestra embarcação (pescador); 2 marinheiros diarista | Passeio de barco: rio Corumbau; mergulho livre recife do Silva e Canudo; Corumbau – Caraíva – Praia do Espelho; Passeio de caiaque com condutor no rio Corumbau. |

Tabela 4.4.2-3 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – aldeia Bujigão

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---|---|--|--|--|
| Associação de Pescadores e Moradores Indígenas da Aldeia Bujigão - APMIB | Agenciamento e transporte de passageiros em passeios sem CADASTUR; Embarcação sem registro na Marinha para transporte de passageiros; Sem autorização específica para turismo na UC | Local receptivo de ponto de apoio, divulgação, venda e informações sobre a UC (FIGURA 4.4.2-10); agenciamento e transporte náutico; canoas a remo dos associados; embarcações motorizadas de fibra de vidro | 24 membros da associação (pescadores artesanais da UC) | Passeio de barco: rio Corumbau; mergulho livre recife do Silva e Canudo; trilha na área de restinga do PNH do Monte Pascoal. Travessia do rio Corumbau (FIGURA 4.4.2-11). |



FIGURA 4.4.2-10 Ponto do receptivo da APMIB. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-11 Travessia de turista no rio Corumbau. Serviço do canoieiro membro da APMIB. Foto: Carlos Ferraz.



Tabela 4.4.2-4 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Caraíva

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---------------------------------|---|---|--|---|
| ANAC | Organização e cadastramento das embarcações que realizam passeios em Caraíva na RESEX Corumbau; Cada passeio vendido existe porcentagem de 10% para funcionamento do receptivo. | Local receptivo de ponto de apoio, divulgação, venda e informações sobre os passeios Náuticos de Caraíva na UC (FIGURA 4.4.2-11). | Pescadores artesanais proprietários de embarcações para passeios | Passeios de barco: rio Caraíva; Praia do Espelho com parada no recife Tatuassu para mergulho livre; Praia do Satu. Passeio de caiaque no rio Caraíva. |

Tabela 4.4.2-4 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Caraíva (Continuação)

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---------------------------------|---|---|----------------------------|--|
| Manoel Robalo | Transporte de passageiros em passeios sem CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros em áreas abrigadas; possui apenas certificado de Arrais Amador; Autorização da UC | 01 embarcação de alumínio com motor de 25 h | Proprietário da embarcação | Passeios de barco: rio Caraíva; Praia do Espelho com parada no recife Tatuassu para mergulho livre; Praia do Satu. |



Tabela 4.4.2-4 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Caraíva (Continuação)

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---------------------------------|---|---|---|--|
| Ivan Bisnane | Transporte de passageiros em passeios sem CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros; Auxiliar de convés (marinheiro); instrutor de Kite surf; Autorização da UC | Aula e aluguel de Kite surf e stand up; 01 lancha motorizada. | 02 instrutores de Kite surf e stand up (proprietário - família de pescadores locais); 01 marinheiro; 01 vendedora | Passeios de barco: rio Caraíva; Praia do Espelho com parada no recife Tatuassu para mergulho livre; Praia do Satu; Aluguel de Stan up: atividade na Barra de Caraíva; Aluguel e aula de Kite surf: Barra de Caraíva e áreas próximas na praia (FIGURA 4.4.2-12). |

Tabela 4.4.2-4 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Caraíva (Continuação)

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|--|---|---|---------------------------------|--|
| Associação dos Canoeiros de Caraíva e Nova Caraíva | Transporte de passageiros náuticos, e de passeios náuticos sem CADASTUR; Embarcação registro na Marinha para transporte de passageiros; sem autorização da UC | Canoas para travessia; canoas para passeio. A canoas pertence aos membros da associação. Instalação de receptivo, comercialização e divulgação (FIGURA 4.4.2-14). | Canoeiros membros da associação | Travessia do rio Caraíva (acesso) (FIGURA 4.4.2-15); Passeios no rio Caraíva de canoa. |



Tabela 4.4.2-4 – Perfil das empresas e prestadores de serviço que operam comercialmente a visitação na RESEX Corumbau – Caraíva (Continuação)

| ASSOCIAÇÃO/PRESTADOR DE SERVIÇO | REGULAMENTAÇÃO | INSTALAÇÕES/SERVIÇO/EQUIPAMENTO | ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO | PASSEIOS |
|---|--|---|---|---|
| Associação dos Bugueiros Indígenas Pataxó da Aldeia de Barra Velha - ABIPA | Transporte de passageiros em bugues. Não precisam de autorização da UC, transporte em área do entorno. | Aproximadamente 28 Bugues dos associados. Serviços de transporte de passageiros e comercialização do serviço. | 28 membros da associação. Este serviço também é prestados por bugueiros Pataxó não associados | Transporte Caraíva – Corumbau / Corumbau – Caraíva; Transporte Caraíva – aldeia Porto do Boi. |



FIGURA 4.4.2-12 Instalação da ANAC para organização, divulgação e comercialização dos passeios de Caraíva na UC. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-13 Divulgação do aluguel e aulas de Kite surf e Stand up na Barra de Caraíva. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-14 Ponto de venda da travessia de cano do rio Caraíva para acesso a vila. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-15 Travessia do rio Caraíva de canoa. Foto: Carlos Ferraz.



Através destes núcleos receptivos ocorre a comercialização e saídas para as ofertas ecoturísticas na RESEX Corumbau. Será apresentada a caracterização das ofertas identificadas na planilha de inventário (**ANEXO III**) anexa e integrada a este documento. Os atrativos e potenciais identificados nas ofertas serão indicados durante a caracterização. Neste texto será feita uma síntese da caracterização das ofertas, apresentando mapa da suas localizações na UC (**FIGURA 4.4.2-16**), informações e imagens dos atrativos.

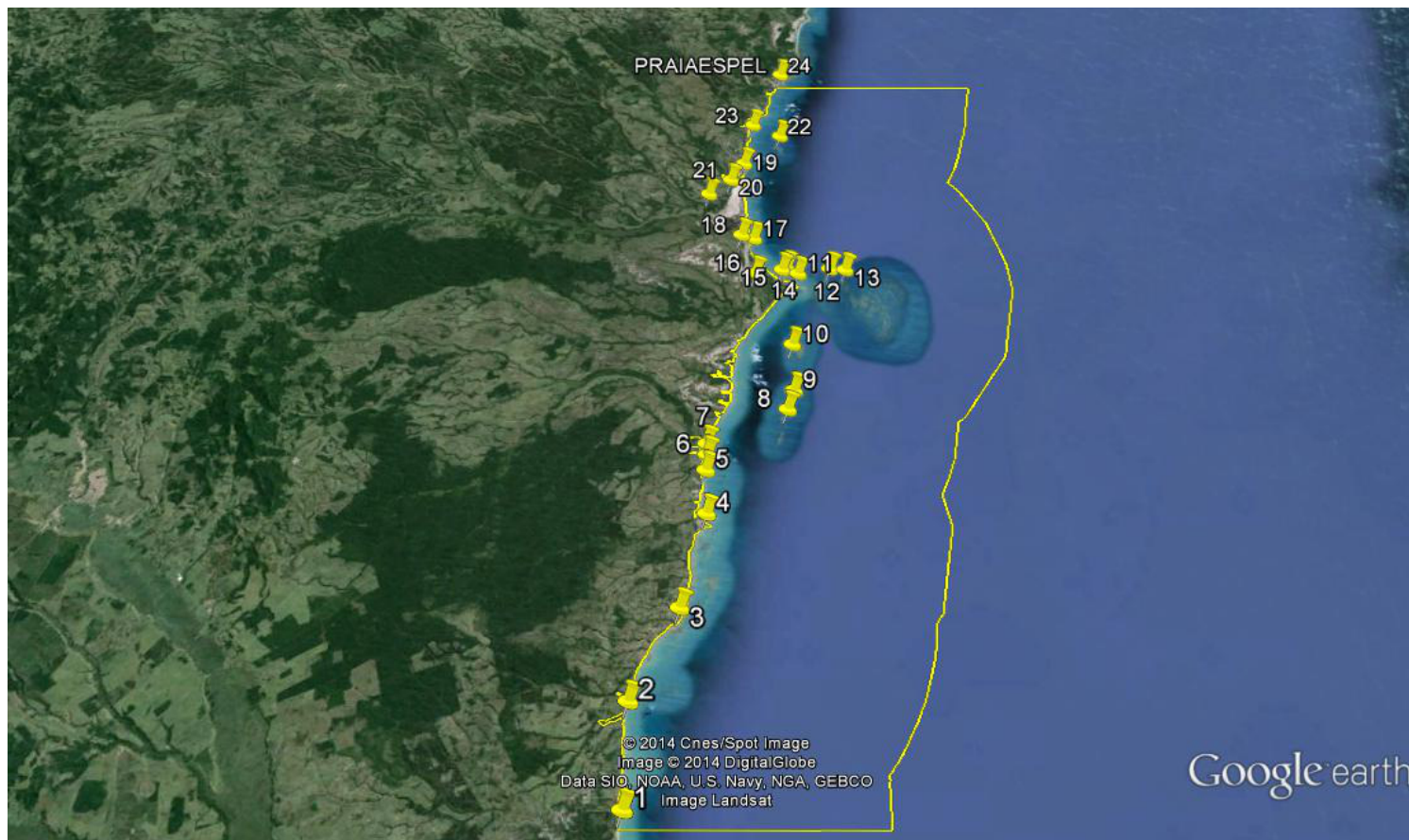


FIGURA 4.4.2-16. Localização das ofertas e atrativos da RESEX Corumbau. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação da RESEX Corumbau; 1 – Rio das Ostras; 2 – Japara; 3 – Cumuruxatiba; 4 – Praia do Moreira; 5 – Itaipu; 6 – Casa Globo; 7 – Praia Cahy; 8 – Recife Pataxó; 9 – Recife Carapeba; 10 – Recife Mato Grosso; 11 – Corumbau; 12 – Recife Silva; 13 – Recife Canudos; 14 – Bujigão; 15 – Rio Corumbau; 16 – Porto da Onça; 17 – Barra Velha; 18 – Aldeia Barra Velha; 19 – Caraíva; 20 – rio Caraíva (Prainha); 21 – Porto do Boi; 22 – Recife Ituassu; 23 – Praia do Satu; 24 – Praia do Espelho.



Passeios Praias Prado – Cumuruxatiba (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: este passeio é ofertado em Prado sede pelas agências de turismo receptivas locais e em Cumuruxatiba por uma agência onde proprietário é de família de pescadores artesanais da RESEX. No caso do passeio saindo de Cumuruxatiba o trajeto é feito até a praia Rio das Ostras, onde se localiza o extremo sul da UC. O passeio consiste em transporte terrestre pela estrada de terra Litorânea entre o trajeto de Prado sede a Cumuruxatiba, ocorrendo contemplação da paisagem (mirantes sem estrutura) parada nas praias do Tororão e Japara Grande para banho de mar e/ou contemplação (**FIGURA 4.4.2-17**). Na localidade de Cumuruxatiba é feita parada para banho de mar e contemplação com opções de aluguel de caiaque e Stand up, e no povoado ocorrem opções gastronômicas e compras de artesanato e souvenir (**FIGURA 4.4.2-18**). Este trajeto Prado – Cumuruxatiba também é feito por veículo próprio, de bicicleta ou caminhando pela praia onde as opções de parada e atividades são opcionais e diversificadas. Na praia do Tororão existe opção de restaurante e na Japara Grande, através de agendamento, de voo duplo de Parapente (**FIGURA 4.4.2-19**). O percurso Prado a Cumuruxatiba também é oferecido pelas agências para ser feito embarcado, mas sem paradas nas praias e servindo mais como meio de transporte entre as duas localidades. A estrada apresenta beleza cênica com potencial para instalação de mirantes estruturados e sinalizados. O passeio não tem presença de guias ou condutores credenciados, as características socioambientais da RESEX e as comunidades de pescadores não são abordadas durante as atividades realizadas. As infraestruturas identificadas como necessárias são: verificar necessidade de novas placas da Resex; incluir nas placas de sinalização e informação turística indicação sobre a UC; instalação de pontos de apoio com toaletes nas praias e mirantes na estrada. Os serviços identificados como necessários são: manutenção periódica na estrada de terra; serviço de Conductor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Cumuruxatiba (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização). No caso específico deste roteiro poderá envolver profissionais de Prado sede. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo produto turístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados no lazer em praias semi-desertas, realizar percursos em veículo motorizado, bicicletas e caminhando em estrada e praias cênicas, realizar atividades náuticas simples sem necessitar de qualificações específicas. Sua potencialidade de atratividade aumenta se a estrada apresentar pontos de apoio e mirantes estruturados e elementos culturais das localidades, inclusive dos pescadores, forem inseridos na experiência.



FIGURA 4.4.2-17 Beleza cênica da praia Japara Grande. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-18 - Caiaque na praia de Cumuruxatiba. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-19 – Prática de parapente próximo a praia da Japara Grande. Foto: Janderson Arantes Martins.

Passeios Praias Cumuruxatiba – Barra do Cahy (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: este passeio é ofertado por uma agência de turismo receptiva de Cumuruxatiba onde proprietário é de família de pescadores artesanais da RESEX e informalmente por pescadores de Cumuruxatiba. O passeio consiste em transporte terrestre pela estrada de terra Litorânea entre o trajeto de Cumuruxatiba a praia da Barra do Cahy, ocorrendo contemplação da paisagem no mirante do Moreira e parada nas praias do Moreira e Maribu e bica do Itaipu para banho de mar, contemplação e no caso da praia Maribu conhecer a “Casa da Globo” instalada pela emissora Globo para servir de cenário para abertura de novela e atualmente é usada como “Rancho” pelos pescadores, esta tornou-se atrativo turístico (**FIGURA 4.4.2-20; 4.4.2-21; 4.4.2-22**). Na praia Barra do Cahy é feita parada para banho de mar e contemplação com opção gastronômica no restaurante instalado no local (**FIGURA 4.4.2-23, 4.4.2-24**). Este trajeto também é feito por veículo próprio, de bicicleta ou caminhando pela praia onde as opções de parada e atividades são opcionais e diversificadas (**FIGURA 4.4.2-25**). Quando realizado pelo mar embarcado o passeio é feito por lancha da agência ou por barco de pescadores onde é feito para apenas na praia Barra do Cahy e quando solicitado mergulho livre contemplativo no Recife Pataxó próximo a praia visitada. A estrada apresenta beleza cênica com potencial para instalação de mirante estruturado e sinalizado. O passeio não tem presença de guias ou condutores credenciados, as características socioambientais da RESEX e as comunidades de pescadores não são abordadas durante as atividades realizadas. As infraestruturas identificadas como necessárias são: instalação de placa de sinalização e interpretativa. Verificar necessidade de novas placas da Resex (atualizadas); pontos de apoio e toaletes nas praias do Moreira e Imbassuaba; sinalizar e estabelecer o Mirante do Moreira como ponto turístico; embarcações

de pescadores adequadas e regularizadas pela Marinha para transporte de passageiros. Os serviços identificados como necessários são: realizar manutenção da estrada; condutor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Cumuruxatiba e Imbassuaba - IN n° 8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização); pescadores locais com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros no trajeto marinho percorrido; serviço de aluguel de caiaques e Stand up na praia Barra do Cahy (potencial); venda de artesanato Pataxó sustentáveis (sementes e madeiras mortas ou plantadas) nos atrativos visitados; manutenção periódica da estrada. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo produto turístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados no lazer em praias semi-desertas, realizar percursos em veículo motorizado, bicicletas e caminhando em estrada e praias cênicas, realizar práticas náuticas e atividades pedagógicas, envolvendo instituições de ensino, devido sua localização está inserida no contexto histórico e cultural de importância para o país. Sua potencialidade de atratividade aumenta se a estrada apresentar pontos de apoio, mirante do Moreira estruturado e interpretação do patrimônio histórico e cultural da praia Barra do Cahy, envolvendo os Pataxó e pescadores artesanais da região.



FIGURA 4.4.2-20 – Vista do mirante da Praia do Moreira. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-21 – “Casa da Globo” atual Rancho de pescadores na praia Maribu. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-22 – Bica Itaipu. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-23 – Praia Barra do Cahy. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-24 – Restaurante na Praia Barra do Cahy. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-25 – Turista realizando parte do trajeto de bicicleta. Foto: Carlos Ferraz

Passeio Náutico Cumuruxatiba – Corumbau (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: este passeio é ofertado por três agências de turismo receptivas de Cumuruxatiba com embarcação, sendo duas autorizadas pela UC e outra não foi identificada. Ocorre esporadicamente este passeio realizado por pescadores de Cumuruxatiba onde o transporte é feito em suas embarcações de pesca de maneira informal. O passeio consiste no transporte marítimo de Cumuruxatiba a Corumbau com parada nos Recife Pataxó ou Carapeba, raramente no Recife Mato Grosso, onde é realizado contemplação, banho de mar e mergulho livre contemplativo (**FIGURA 4.4.2-26**). Este mergulho não é orientado e acompanhado pelos profissionais envolvidos. Durante a navegação é possível avistar o Monte Pascoal e a paisagem litorânea (**FIGURA 4.4.2-27**). A paisagem e o trajeto embarcado apresenta potencial de desenvolver produtos ecoturísticos pedagógicos direcionados para instituições de ensino e seus estudantes, o que pode ser uma possibilidade comercial próspera na baixa temporada durante o período letivo. O desembarque é feito em Corumbau especificamente na Ponta de Corumbau onde é possível realizar banho de mar, contemplação, compra de artesanato, acesso a serviços de alimentos e bebidas, aluguel e prática de caiaque e *Stand up* (**FIGURA 4.4.2-28; 4.4.2-29**). Ressalta-se que o serviço de aluguel e passeios destas duas modalidades de navegação ocorre em diferentes áreas da UC sem ordenamento. As infraestruturas identificadas como necessárias são: poita de fundeio das embarcações nos recifes de corais. Para envolver pescadores e suas embarcações na operação é necessário adequações e credenciamentos de suas embarcações junto a Marinha do Brasil (Capitania dos Portos). Considerando acesso terrestre manutenção instalação de sinalização. Os serviços identificados como necessários são: Condutor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Cumuruxatiba e Corumbau - IN n° 8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização);

pescadores locais com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros no trajeto marinho percorrido. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo produto turístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados no lazer em praias semi-desertas, práticas náuticas e atividades pedagógicas, envolvendo instituições de ensino, devido sua localização está inserida no contexto histórico e cultural de importância no país. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e de mergulho livre conduzido fossem inseridos no produto.



FIGURA 4.4.2-26 – Banho de mar no Recife Carapeba. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-27 – Vista Monte Pascoal do mar no passeio. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-28 – Loja artesanato em Corumbau . Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-29 – Prática de *Stand up* em Corumbau . Foto: Carlos Ferraz

Passeio Recifes Itacolomis – Corumbau (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: este passeio é uma oferta turística realizada pela agência de Corumbau autorizada, pela APMIB esporadicamente (em formatação), por embarcações de pescadores de Corumbau e embarcações de passeios de Caraíva e praia do Espelho (FIGURA 4.4.2-30; 4.4.2-31). Quando o passeio é operado por embarcações destas duas outras localidades ocorrem desembarques e atividades de lazer em Corumbau. A operação consiste no

transporte náutico até os recifes de corais do Silva e Canudo para atividade de mergulho livre contemplativo. Durante o levantamento de campo foi informado que são utilizados quatro pontos de parada no recife do Silva e seis no recife de Canudos, dependendo da visibilidade da água e da motivação e experiência do turista. Cada ponto apresenta característica diversa que envolve fauna e flora, formação dos corais, profundidade e correnteza. Esta diversificação de características apresenta potencial de formatação de diferentes roteiros e atividades de mergulho destinadas para públicos diversos. Durante a operação não foi identificada atuação dos envolvidos na disponibilização de informações sobre condutas em ambientes recifais e sobre as características socioambientais dos recifes de corais e a relação com pescadores. De acordo com entrevistados esporadicamente, principalmente em período do verão, ocorre nestes dois recifes de corais, de maneira informal, atividade de pesca esportiva com turistas realizada em embarcação de pesca ou própria do visitante. As infraestruturas identificadas como necessárias são: poita de fundeio das embarcações próximos dos recifes de corais. Para envolver pescadores e suas embarcações na operação é necessário adequações e credenciamentos de suas embarcações junto a Marinha do Brasil (Capitania dos Portos); Os serviços identificados como necessários são: Conductor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Corumbau e Bujigão - IN n° 8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização). Pescadores locais com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros no trajeto marinho percorrido. Serviço de filmagem e registro fotográfico do mergulho. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo oferta turística de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de mergulho recreativo em recifes de corais que complemente sua experiência no litoral da UC e região. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e de mergulho livre conduzido fossem inseridos ao roteiro.



FIGURA 4.4.2-30 – Embarcação de pesca utilizada no passeio . Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-31 – Batera de fibra da APMIB utilizada no passeio. Foto: Carlos Ferraz

Passeios no rio Corumbau – Corumbau (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: este roteiro é realizada pela agência de Corumbau autorizada, gerida por pescador, pela APMIB e por embarcações de pescadores de Corumbau (**FIGURA 4.4.2-32**). O roteiro consiste na navegação no rio Corumbau parando nos atrativos para banho e contemplação do fauna e flora do manguezal e restinga. Este passeio é principalmente oferecido para ser realizado nos horários próximos ao por do sol por razão de ser o período oportuno para observação de aves e de ocorrência de maior beleza cênica por razão das luzes. Existe potencial de realizar descida de boia no rio Barra Velha e trilha na restinga no atrativo Porto da Onça, estes estão sendo organizados pela APMIB. Além também existem atividades de canoagem com caiaque e de pesca esportiva que precisa ser avaliada a sua regulamentação e viabilidade (**FIGURA 4.4.2-33**). Durante o passeio ocorrem informações pontuais sobre os atrativos visitados, sem ser estabelecido um trabalho planejado de interpretação ambiental da área. As infraestruturas identificadas como necessárias são: implantação de trilha interpretativa na restinga, implantação de ponto de apoio para gastronomia que envolva o uso dos recursos pesqueiros do estuário; aquisição de caiaques e boias e adequações para a canoas locais, em relação à APMIB. Para envolver pescadores e suas embarcações na operação é necessário adequações e credenciamentos de suas embarcações junto a Marinha do Brasil (Capitania dos Portos). Os serviços identificados como necessários são: Conductor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Corumbau - IN n° 8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização). Pescadores locais com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros no trajeto marinho percorrido; Preparo e manipulação de alimentos. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo oferta turística de grande interesse

capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de observação de fauna e flora, canoagem e adquirir conhecimentos sobre ecossistemas costeiros e sua relação com as populações. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e de canoagem fossem qualificados no roteiro. Aspectos da culinária local são indicados para serem inseridos nos roteiros.



FIGURA 4.4.2-32 – Embarcação da APMIB utilizada no passeio. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-33 – Canoagem (caiaque) no rio Corumbau. Foto: Carlos Ferraz

Passeios de Bugue Corumbau – Caraíva / Caraíva - Corumbau (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: esta oferta é realizada por bugueiros associados da ABIPA e outros Pataxó não associados. Estes Pataxó possuem um ponto receptivo e de venda em Caraíva onde divulgam e comercializam este trajeto. A maioria dos bugueiros é da aldeia de Barra Velha, mas ocorre bugueiros da aldeia do Bujigão e Xandó. Nestas duas aldeias existe ponto de apoio com estacionamento para os bugues (**FIGURA 4.4.2-34**). A atividade consiste no transporte de turistas de Caraíva a Corumbau e vice-versa. Não foi identificada ação de interpretação ambiental e de paradas nos atrativos disponíveis durante o trajeto, como as aldeias Pataxó, a paisagem e os ecossistemas existentes e a praia de Barra Velha (**FIGURA 4.4.2-35**). Este mesmo trajeto também pode ser feito embarcado ou caminhando pela praia, fato que ocorre mais com menor frequência de muitas vezes de forma espontânea por iniciativa do próprio turista. O trajeto realizado pelo bugue fica no entorno da RESEX, **ocorrendo trechos no interior do PNH do Monte Pacoal e na Terra Indígena (TI) Barra Velha e no povoado de Caraíva**. Este fato demonstra necessidade de regulamentação da atividade de forma integrada entre setores do ICMBio, as duas UC's, e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ressaltando que atualmente o órgão indigenista não possui regulamentação de atividades turísticas em TI's. As infraestruturas necessárias para funcionamento adequado são: sinalização interpretativa no trajeto; demarcação do caminho dos bugues em áreas de praia e restinga; rádio VHF para uso dos bugueiros; ponto de apoio receptivo na aldeia Barra Velha, próximo a praia; instalação de toaletes nos pontos de apoio das aldeias. Avaliar condições e regulamentação dos bugues. Os serviços identificados como necessários são: capacitação para os condutores dos bugues considerando as normas da ABNT/MTur direcionada para serviços de bugueiros; organização dos grupos culturais e artesãos Pataxó. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo oferta turística de interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de interação cultural e étnica como também realizar atividades diversificadas nos destinos Corumbau e Caraíva. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e interação cultural étnica for inserido no roteiro.



FIGURA 4.4.2-34 – Ponto de apoio aldeia Bujigão. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-35 – Paisagem da praia de Barra Velha no trajeto. Foto: Carlos Ferraz.

Passeios no rio Caraíva (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: os responsáveis pelos passeios e atividades náuticas recreativas realizadas no rio Caraíva são: **a)** barqueiros organizados através da ANAC; **b)** barqueiros independentes (problemas com autorização); **c)** proprietários de caiaque, Stand up e Kite surf que alugam os equipamentos, podendo ocorrer instruções a ser combinado; **d)** canoeiros locais (canoa de madeira). A principal atividade turística no rio Caraíva é o passeio embarcado. Este passeio consiste na navegação no rio Caraíva parando nos atrativos para banho de rio, contemplação, trilha e apresentação cultural Pataxó (**FIGURA 4.4.2-36**). Existe opcional de descer o rio de boia e alimentação nos restaurantes. Durante a operação ocorrem informações pontuais sobre os atrativos visitados, não foi identificado um trabalho planejado de interpretação ambiental da área. O aluguel dos equipamentos, caiaque e Stand up, ocorrem sem envolver roteiro de visitação no rio, após aluguel as atividades são feitas aleatoriamente conforme motivação e experiência do turista (**FIGURA 4.4.2-37**). As infraestruturas necessárias para funcionamento adequado são: verificar se as embarcações que operam os passeios estão com adequadas e credenciadas conforme as exigências da Marinha do Brasil (Capitania dos Portos); instalação de toaletes nos pontos de apoio dos atrativos; p ier flutuante no Porto do Boi. Os serviços identificados como necessários para funcionamento adequado são: condutor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Caraíva - IN n  8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização). Os condutores das embarcações nos passeios com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros em áreas abrigadas. Este passeio   caracterizado como **Hierarquia 1** sendo oferta turística de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de observação de fauna e flora, canoagem e adquirir conhecimentos

sobre ecossistemas costeiros e sua relação com as populações. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e de canoagem fossem qualificados no roteiro. Aspectos da culinária local são indicados para serem fomentados nos roteiros.



FIGURA 4.4.2-36 – Prainha atrativo visitado durante os passeios no rio Caraíva. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.4.2-37 – Aluguel de Stand up no rio Caraíva. Foto: Carlos Ferraz.

Passeio para Praia do Satu – Caraíva (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: o acesso à praia do Satu por turistas é realizado por caminhada pela praia na maré baixa, embarcado através do passeio comercializado pelas embarcações de Caraíva ou por embarcações

particulares dos turistas. O passeio embarcado é organizado e comercializado junto a ANAC ou diretamente com proprietário da embarcação. Estes geralmente são cadastrados e autorizados na UC e moradores de Caraíva. A operação consiste na navegação de Caraíva até a praia do Satu onde é realizado banho de mar, contemplação, visita a lagoa do Satu e serviços de alimentos e bebidas no restaurante e bar instalado e administrado pela família residente (**FIGURA 4.4.2-38; 4.4.2-39**). Existe opcional de realizar este passeio junto com a visita na praia do Espelho e Recife Ituassu. Esta praia é visitada principalmente através de caminhada feita por turistas a partir de Caraíva, neste caso não ocorre serviço de condução. Existem lanchas particulares ou de agências de turismo de localidades externas a RESEX (Trancoso, Arraial D'ajuda) que realizam este passeio e geralmente envolve parada na praia do Espelho. As infraestruturas identificadas como necessárias para bom funcionamento da visitação nos atrativos são: Lixeira; sistema de energia solar; fossa séptica. Possíveis adaptações das embarcações para cumprimento das exigências da Marinha. Os serviços identificados como necessários são: condutor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Caraíva - IN n° 8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização); capacitação em atendimento ao visitante e manipulação de alimentos a família residente; condutores das embarcações utilizadas nos passeios com qualificação exigida pela Marinha para transporte de passageiros; coleta e/ou tratamento do lixo. Este passeio é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo oferta turística de interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de visitação a praias semi-desertas para contemplação, banho de mar, culinária local e interação cultural com os moradores. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviços de interpretação ambiental e interação cultural for inserido no roteiro.



FIGURA 4. 4.2-38 – Praia do Satu. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-39 – Bar do Satu. Foto: Carlos Ferraz

Passeio para Praia do Espelho – Recife Ituassu (Oferta) – (ANEXO III):

Características gerais: nas localidades da RESEX este passeio (via náutico) é comercializado em Corumbau e Caraíva, mas com fluxo maior via Caraíva. Ocorre este passeio operado por agências de turismo de outras localidades (Porto Seguro sede, Arraial D'ajuda e Trancoso) que realizam o passeio por acesso com lanchas (via náutico) ou por Van (via terrestre), mas sem realizar atividades de mergulho livre nos recifes da UC. Em Caraíva a venda do passeio é organizada pela ANAC ou diretamente com os proprietários das embarcações, em Corumbau pela Corumbau Adventure ou diretamente com embarcações de pescadores. Ocorre também esporadicamente o passeio ser feito com saída de Cumuruxatiba através das agências receptoras já informadas. Atualmente a maior parte da visitação a praia do Espelho é feita pelo acesso terrestre através de veículos particulares ou de agências de turismo de Porto Seguro sede e região. O passeio náutico advindo de Caraíva consiste na navegação até o recife Ituassu para parada, onde é possível contemplação, banho de mar e mergulho livre (**FIGURA 4.4.2-40**). Após o mergulho é feita próxima parada na praia do Espelho onde é possível banho de mar, mergulho livre nos recifes de corais próximos a praia, contemplação, gastronomia dos restaurantes e bares, canoagem em caiaque e Stand up (**FIGURA 4.4.2-41**). Ocorre atividade de caminhada e ciclismo de Caraíva até praia do Espelho feito de forma independente pelos turistas. Esta caminhada apresenta beleza cênica e grande potencial para contemplação e interpretação ambiental do trajeto. Na praia do Espelho a maior parte das instalações do receptivo turístico, como restaurantes, pousadas e casas de veraneio, ocorrem em APP e/ou área da União. Nos períodos a praia apresenta superlotação ocorrendo problemas diversos como lixo e outros. Por esta razão existem tentativas de estabelecer condutas na visitação (**FIGURA 4.4.2-42**). As infraestruturas identificadas como necessárias para bom funcionamento do

passaio náutico e da visitaçãoo na praia do Espelho sãoo: verificar com Marinha necessidade de adequaçõoes das embarcaçõoes para serviçoo de transporte de passageiros; píer flutuante no rio Caraíva em frente a vila para receptivo de turismo náutico e pesca (organizar uso); sinalizaçãoo interpretativa na trilha (acesso caminhando); placas de sinalizaçãoo e interpretativa da UC nas proximidades da praia; melhorias na trilha como contençãoo de erosõoes, demarcaçãoo e sinalizaçãoo de mirantes, instalaçãoo de escadas; poita para fundeio em pontos de mergulho no Recife Ituassu; verificar necessidade de instalaçãoo de fossa séptica nos empreendimentos e residênciass instalados na praia do Espelho. Os serviçoes identifiçados como necessárioss sãoo: condutor de visitantes da RESEX Corumbau da localidade de Caraíva e Praia do Espelho - IN nº 8 - ICMBio (necessita-se capacitaçãoo, credenciamento e autorizaçãoo); condutores das embarcaçõoes utilizadas nos passeios com qualificaçãoo exigida pela Marinha para transporte de passageiros; coleta de lixo. Este passaio náutico é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo oferta turística de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades de mergulho recreativo, canoagem e adquirir conhecimentos sobre ecossistemas costeiros e sua relaçãoo com as populaçõoes. Sua potencialidade de atratividade aumentará se serviçoes de interpretaçãoo ambiental no mergulho e de canoagem fossem qualifiçados no roteiro. Aspectos da culinária local sãoo indicados para serem fomentados nos roteiros.



FIGURA 4.4.2-40 – Mergulho livre no Recife Ituassu. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-41 – Aluguel de caiaque e Stand up na praia do Espelho. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.4.2-42 – Informativos sobre condutas de visitação na praia do Espelho . Foto: Carlos Ferraz

Além das ofertas e atrativos apresentados da RESEX Corumbau, ocorre durante o período de julho a outubro atividade de observação de baleias Jubarte. A operação desta atividade é realizada a partir das empresas e embarcações de Cumuruxatiba e Corumbau. Ocorre em embarcações licenciadas pela Marinha para transporte de passageiros como também embarcações de pesca no qual o passeio é negociado diretamente com pescadores. Estas embarcações de pesca usadas para passeio vêm sofrendo

adequações visando oferecer melhor conforto e segurança ao turista, mas sem passar pela vistoria e licenciamento da Marinha.

A sazonalidade do fluxo turístico nos três núcleos receptivos das áreas contíguas ainda é bastante significativa, concentrando no período de verão durante as festas de natal até o carnaval. Esta sazonalidade tende a diminuir principalmente com aumento de turistas que residem nas regiões mais próximas. Principalmente na praia do Espelho e Caraíva por serem destinos divulgados e comercializados em Porto Seguro sede e entorno, locais onde o fluxo turístico é mais constante durante o ano, a sazonalidade vem diminuindo (FIGURA 4.4.2-43).



FIGURA 4.4.2-43 – Divulgação de passeio para praia do Espelho e Caraíva em Arraial D’ajuda. Foto: Carlos Ferraz

Uma estratégia para diminuir atual sazonalidade é formatar produtos ecoturísticos direcionados para instituições de ensino e seus estudantes e também um público alternativo que queira conhecer a região em períodos de menor fluxo para melhor integração com ambiente e cultura local. O Projeto Coral Vivo em entrevista informou que existe previsão de instalar aquários de corais e alguns instrumentos educativos sobre ecossistema de recifes de corais na localidade de Corumbau. Estas instalações pode ser um importante apoio para formatação de produtos direcionados para estes públicos mencionados.



4.4.3 Limites e oportunidades do uso público da RESEX Marinha Corumbau

Os limites e oportunidades para melhoria do uso público na RESEX Corumbau foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público da RESEX Corumbau estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: a) instrumentos de gestão; b) pessoal e estrutura para gestão; c) envolvimento da comunidade de pescadores na prestação de serviço de apoio a visitação (**TABELA 4.4.3-1**).

Os limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Corumbau estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: a) serviços de apoio à visitação; b) infraestruturas de apoio a visitação; c) divulgação e comercialização (**TABELA 4.4.3-2**).



TABELA 4.4.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público da RESEX Corumbau

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|------------------------|--|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | Plano de Manejo (2002) precisa de revisão; não existe instrumento norteador para estabelecer e executar monitoramento das atividades de visitação; a organização e as regras de visitação estabelecidas até o momento pelo Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo da UC foram questionadas pela procuradoria do ICMBio tendo recomendado invalidação de sua aplicação legal; as regras estabelecidas para funcionamento da visitação na UC não são cumpridas por todos os prestadores de serviços identificados, principalmente no que trata de cadastro e autorização para operação; as atividades de uso público na UC são realizadas em áreas remotas, apresentando dificuldade de resgate e socorro médico. Não existe Plano de Emergência da UC; não foi identificada existência de regras e condutas para uso de embarcações particulares em atividades recreativas nas áreas da UC; a parte terrestre não é inserida na área da UC, sendo especulação imobiliária advindo do turismo uma ameaça para sustentabilidade; não existe regulamentação para serviços de aluguel de equipamentos e instrução de atividades náuticas; não existem regras e condutas estabelecidas para passeios turísticos que envolvam pesca esportiva. | A UC possui Plano de Manejo e Conselho Deliberativo que possui experiência no tema estabelecendo diálogos e regras de turismo na área que podem servir de base para uma avaliação e reestruturações necessárias para gestão participativa da atividade; a IN n° 1 de 18 de setembro de 2007 do ICMBio estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para elaboração de Plano de Manejo participativo. Esta IN é um orientador para revisão do atual Plano de Manejo; existe mergulhadores da comunidade que possuem capacitação no método Reff Chek, estes podem colaborar com a construção de um programa de monitoramento de visitação nas áreas recifais da UC; o ICMBio possui a Coordenação de Uso Público e Negócios que precisa ser envolvida na gestão do turismo na UC, principalmente no que trata sobre regularização dos prestadores de serviço turístico na UC e os atuais procedimentos que foram questionados pelo procurador do órgão; o PNM dos Abrolhos possui Plano de Emergência no qual já foi aplicado em algumas ocasiões. Esta experiência pode servir de base para elaboração do plano da RESEX Corumbau; a ZA da UC apresenta oportunidade de gestão sobre área terrestre de entorno imediato da UC. |



TABELA 4.4.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público da RESEX Corumbau (Continuação)

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Pessoal e estrutura para gestão | A UC atualmente possui número insuficiente de pessoal do ICMBio e equipamentos, principalmente embarcação e insumos, para gerir o uso público conforme os instrumentos de gestão orientam, intensidade do fluxo turístico e a diversificação de atividades; as sete associações de pescadores das localidades contígua da UC não encontram-se mobilizados e qualificados para gestão participativa do turismo na área. | Captação de recurso com projetos elaborados conjuntamente com instituições socioambientais atuantes na UC e na criação de um fundo de apoio a gestão do turismo; existência e o funcionamento do Conselho Deliberativo; processo de fortalecimento das associações de pescadores que ocorreu durante execução do Projeto RESEX; iniciativas da AMPIB para planejar e organizar atividade. |
| Envolvimento da comunidade de pescadores na prestação de serviços de apoio à visitação | As regras de operação turísticas na UC estabelecidas pelos pescadores através do Conselho Deliberativo e suas associações foram em parte invalidadas, o que ocasionou dúvidas sobre seu protagonismo na gestão da atividade na área; representantes de pescadores nas associações e no conselho não apresentam conhecimentos específicos sobre turismo em RESEX, o que pode promover insegurança e limitações em momentos de dialogar e definir nestas instâncias; estes prestadores de serviço não participam das instâncias de governança do turismo regional, ficando sem representatividade nestes espaços. | Maior parte dos prestadores de serviço turístico são pescadores ou de famílias de pescadores, sendo considerados membros da população tradicional, no qual UC tem objetivo de proteger; maior parte de prestadores de serviço turístico participa ou possui representantes no Conselho Deliberativo; a área marinha da UC é considerada nas instâncias de governança turística da região como de grande atratividade para CB e CD. |



TABELA 4.4.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Corumbau

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|--|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| <p>Serviços de apoio à visitação</p> | <p>Poucos prestadores de serviço apresentam a qualificação mínima exigida para atividade, destacando apenas alguns Moço e Auxiliar de Convés (condutor da embarcação), e realização de cursos pontuais como atendimento ao turista; parte das embarcações usadas nos passeios turísticos é conduzida por pescadores sem habilitação exigida pela Marinha; os passeios, envolvendo mergulho livre em recifes de corais e circulação em comunidades, ocorrem sem presença de condutores de visitantes qualificados e às vezes sem informações sobre regras e condutas a serem seguidas; os serviços de saneamento básico e coleta de lixo são precários ou inexistentes; não foi identificado nos passeios náuticos informações sobre a RESEX e os aspectos socioculturais dos pescadores artesanais da área; nos passeios caracterizados foi identificado que os serviços são fragmentados entre transporte (náutico/terrestre) e alimentos e bebidas, sem o passeio ser formatado em um produto ecoturístico que integra os serviços e proporciona experiência significativa ao turista nos atrativos visitados.</p> | <p>SENAC e SEBRAE da região apresenta disponibilidade de realizar cursos de capacitação direcionados para qualificação de serviços turísticos nas localidades da UC; o PNM dos Abrolhos realizam capacitações de condutores de ecoturismo subaquático que pode servir de orientação e avaliação para capacitações semelhantes na RESEX, considerando IN N° 8 – ICMBio e normas técnicas para mergulho livre da ABNT/MTur; na região existem instituições socioambientais e de turismo que podem colaborar com as capacitações necessárias: condutor de visitantes da RESEX, preparo e manipulação de alimentos e outros; a Capitania dos Portos já realizou capacitações para os condutores das embarcações nas localidades, existe diálogo inicial e ações realizadas.</p> |



TABELA 4.4.3-2 – Limites e oportunidades das ofertas/atrativos e potenciais ecoturísticos da RESEX Corumbau (continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|--|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Infraestrutura de apoio à visitação | Não existe poita para fundeio nos recifes de corais visitados; em quase todas as áreas de embarque e desembarque não existe píer; foi identificado placas da RESEX em estado ruim; não foi identificado banheiro público nas áreas visitadas; estradas de acesso são de terra e apresentam limitação na acessibilidade caso o nível pluviométrico aumente; ocorrem embarcações sem as adequações necessárias para cadastro e licença da Marinha para transporte de passageiros até os atrativos da UC; as placas de sinalização turística da CB e CD não mencionam a RESEX Corumbau. | Nas estradas de acesso nos últimos dois anos ocorreram melhoras e os poderes públicos sinalizam manutenção periódica; as instâncias de governança da CB e CD demonstram interesse em dialogar em prol do turismo nas áreas da UC; existem linhas de crédito para pequenos empreendedores na área de turismo que os acessos são priorizados por estarem localizados em ZT's reconhecidas pelo Estado; as estradas de acesso aos atrativos da UC apresentam beleza cênica com potencial para instalação de mirantes. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | Os passeios realizados e comercializados não estão inseridos em um produto ecoturístico; a divulgação é feita sem mencionar a UC. O fato de a área ser uma RESEX não é reconhecido como um motivador para visitação; aspectos socioambientais e culturais dos atrativos visitados são superficialmente inseridos nas ofertas identificadas. | Os atrativos existentes na RESEX são conhecidos, ocorrendo demanda; existe uma divulgação e comercialização dos atrativos da UC já estabelecida em meios de mídia diversos; as características socioambientais, culturais e históricas dos atrativos e localidades da UC apresentam potencial para formação de produtos direcionados para um público diverso, em especial o pedagógico. Esta potencialidade através de planejamento e gestão pode superar a sazonalidade atual; a localidade da RESEX possibilita desenvolver produtos ecoturístico que integra diretamente duas UC's: PN do Descobrimento e PNH Monte Pascoal. Pode ocorrer integração de outras UC's da região. |



4.5 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

O PN do Descobrimento foi criado em 20 de abril de 1999 com objetivo principal de proteger importante remanescente de Mata Atlântica do nordeste brasileiro. Neste fragmento encontram-se florestas de tabuleiros com fitofisionomia predominante de ombrófila densa. Estas florestas apresentam fauna e flora diversificadas com presença espécies endêmicas e em risco de extinção. A área da UC apresenta nascentes, afluentes e matas ciliares dos rios que deságuam na RESEX Corumbau e que possui importância hídrica para região. O parque e parte do seu entorno apresenta índice significativo de biodiversidade e endemismo da Mata Atlântica sendo inserido em uma área prioritária para conservação da região costeira do Brasil (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL et al., 2000; MMA, 2002).

O parque localiza-se no município de Prado e possui uma área de 22.693,97 ha onde maior parte desta os ecossistemas da Mata Atlântica encontra-se conservados (**FIGURA 4.5 -1**). A biodiversidade presente nesta UC em conjunto com sua beleza cênica e sua importância histórico-cultural apresenta potencial para desenvolvimento de um uso público direcionado a proporcionar uma experiência educativa e recreativa que sensibilize o visitante sobre a importância deste fragmento.

Devido à impossibilidade de realizar as atividades previstas para levantamento de campo, por motivos já citados no Capítulo 2, as informações presentes foram coletadas através de entrevistas e dados secundários disponíveis. Este fato ocasionou limitação nas informações geradas e analisadas sobre os potenciais da UC. A caracterização do potencial de visitação e de sua gestão nesta área protegida será apresentada nos subcapítulos seguintes deste documento.

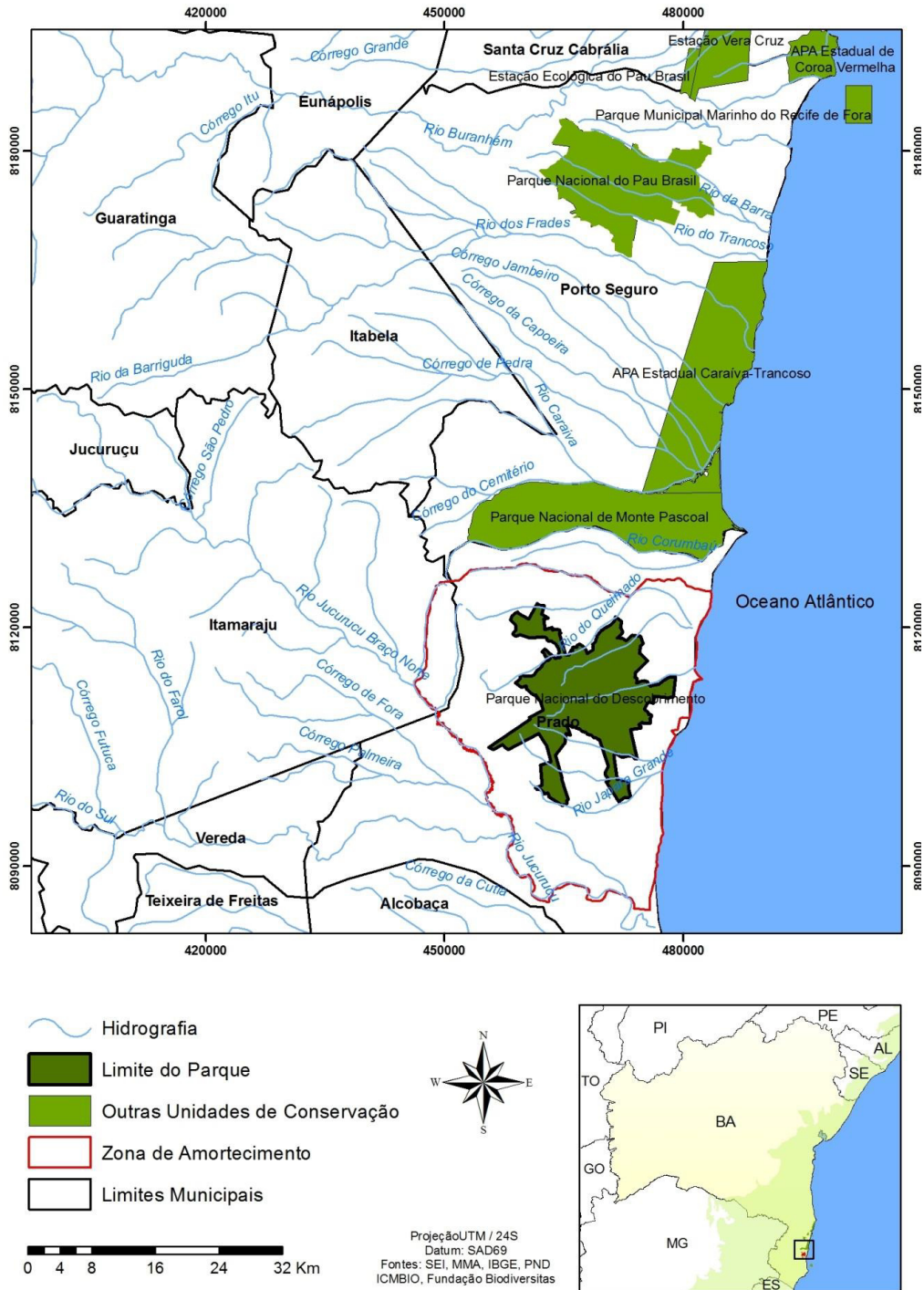


FIGURA 4.5-1 Mapa do PN do Descobrimento. Fonte: PN dos Descobrimento/ICMBio.

4.5.1 Caracterização da gestão do uso público no Parque Nacional do Descobrimento

A gestão e o manejo atual do PN do Descobrimento conta com uma equipe de três servidores analistas ambientais do ICMBio: chefe da UC, chefe substituta e responsável pelo setor administrativo, analista ambiental com funções na área de prevenção e proteção da UC, envolvendo ações de educação ambiental com as comunidades do entorno. Além dos servidores existe vigilância permanente e a brigada temporária que são terceirizados. Esta equipe conta com a seguinte estrutura que pode apoiar a implantação e gestão do uso público: escritório em Prado, veículos, Torre e rádio VHF, três torres de observação e monitoramento de incêndios, equipamentos de prevenção e combate de incêndios florestais na UC; computadores e projetor de imagem, estradas de terra no interior da UC.

Na UC existe uma sede planejada para ser administração e o ponto de apoio para uso público através da construção de um Centro de Visitantes. Esta sede está ocupada por um grupo de Pataxó que reivindica a publicação do relatório de demarcação da TI Cahy/Pequi que poderá fazer limite ou sobreposição a atual área do parque. Atualmente no interior do parque encontram-se cinco aldeias Pataxó que reivindicam a publicação deste relatório o que limita ações de gestão da UC devido a falta de resolução da situação.

O Plano de Manejo da UC está na fase de avaliação final para publicação. Este documento deverá nortear a implantação e gestão do uso público no parque.

Atualmente a gestão da UC conta com Conselho Consultivo que possui membros interessados na implantação do uso público na UC e demonstram interesse em participar da gestão da atividade e nas prestações de serviços que serão necessárias para uso dos atrativos. Entre os membros podemos destacar: **a)** Associação Pradense de Restaurantes, Hotéis, Operadoras, Pousadas e Estabelecimento Comercial (APRHOPE) que representa parte do trade turístico de Prado. Este trade apresenta interesse e entusiasmo na implantação do uso público na UC, acreditando que a área tem o potencial de ser um dos principais atrativos do município podendo gerar aumento do fluxo turístico na região; **b)** Associação dos Moradores Vizinhos e Amigos do PARNA do Descobrimento (AMEPARNA) que tem entre os seus membros fazendeiros proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) que situam-se no entorno direto do parque e possui potenciais de integrar roteiros entre estas UC's a partir da implantação da visitação. Acreditam que o turismo em suas RPPN's pode se tornar uma fonte de renda; **c)** cinco representantes Pataxó que apresentam interesse na implantação do uso público no parque. Acreditam que a visitação na UC irá possibilitar a inclusão do seu povo na prestação de serviços de apoio, sendo atividade um gerador de renda conforme ocorre em outras aldeias Pataxó da região.

Para atual chefe do parque a implantação do uso público é de importância fundamental para gestão da UC. A partir da visitação na área o parque estabelece o seu objetivo de informar e sensibilizar os moradores do entorno e

turistas da região sobre a importância da conservação da área e da Mata Atlântica como todo. Ressalta que o parque já existe há 15 anos e neste tempo a possibilidade de visitação gerou uma expectativa no público local, tanto como gerador de renda através do turismo, como potencial espaço educativo e de lazer para as comunidades do entorno. A implantação do uso público na área seria uma resposta a esta expectativa e uma ferramenta para captar apoio da sociedade na proteção da área.

Durante estes 15 anos de parque os seus servidores realizaram atividades que envolve o tem uso público e possibilita maior aproximação do entorno com a UC. Destacam-se duas ações identificadas: **a)** ações de educação ambiental com instituições de ensino através de visita em trilha conduzida no interior do parque; **b)** apoio as comunidades do entorno a estruturarem pequenos negócios de apoio ao visitante da região, localizados próximo ao parque e o acesso à sede (**FIGURA 4.5.1-1; 4.5.1-2**). Estas ações possuem potencial de promover maior participação e apoio das comunidades do entorno na implantação e gestão do uso público na UC.



FIGURA 4.5.1-1 Venda de produtos locais (Beijú, Tapioca) na estrada de acesso a Prado sede e nas proximidades da entrada da sede do PN do Descobrimento.
Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.5.1-2 Placa de identificação das comunidades e de seus produtos típicos no entorno do PN do Descobrimento. Foto: Carlos Ferraz

Para implantação do uso público, além da publicação do Plano de Manejo, são necessárias instalação da infraestrutura básica, qualificação e regulamentação da prestação de serviço de apoio para viabilizar a visitação. O atual gestor identifica que a situação de conflito com ocupação dos Pataxó na sede da UC, está impossibilitando as instalações de infraestruturas que já estavam previstas com parte do recurso disponível.

4.5.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos do Parque Nacional do Descobrimento

De acordo com as informações obtidas com chefe do parque e funcionário da vigilância terceirizada, conhecedor da área da UC, os potenciais atrativos encontram-se nas imediações de uma estrada de terra que corta o parque na direção oeste e leste. Inicialmente o pensamento é estruturar a portaria e o Centro de Visitantes do parque na sede que se encontra na parte oeste da UC, ocupada pelos Pataxó, onde o acesso é pela estrada BA 489 (asfaltada) que conecta BR 101 e Itamarajú a Prado sede (**FIGURA 4.5.2-1**). A entrada leste, próximo de Cumuruxatiba, seria aberta posteriormente com instalação de uma portaria monitorada e sinalização. Esta estrada necessita de manutenção periódica e em períodos de chuva é possível transitar apenas com veículo tracionado. Foi ressaltado que, além das portarias e Centro de Visitantes, é necessário bloquear atalhos desta estrada, monitorar as portarias e trilhas existentes, instalar placas informativas e interpretativas e solucionar a questão indígena no interior da UC para possibilitar a circulação segura de visitantes nesta estrada que acessa os potenciais atrativos.



FIGURA 4.5.2-1 Entrada do parque pela sede (setor oeste). Foto: Carlos Ferraz

Segue mapa dos potenciais identificados durante levantamento de campo na UC e entorno (**FIGURA 4.5.2-2**) e em seguida breve descrição dos potenciais atrativos informados pelos entrevistados:

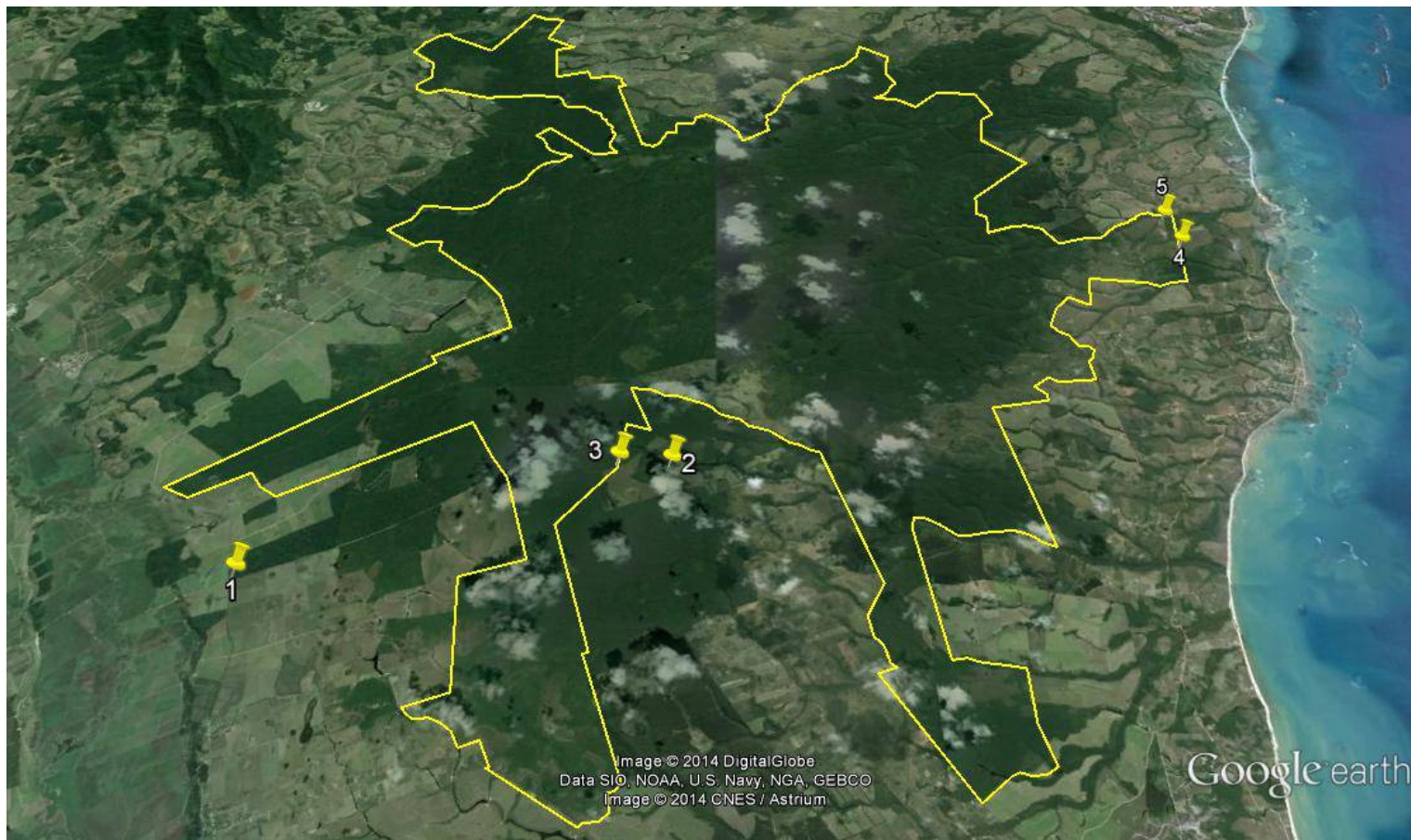


FIGURA 4.5.2-2. Localização dos Potencias Atrativos do PN Descobrimento. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação do PN do Descobrimento; 1 – Estrada Brozon; 2 – Fazenda Guaira; 3 – Trilha da Juerana; 4 – Entrada Leste da UC; 5 – Aldeia Cahy (PND).



Corredeira: complexo de três corredeiras pequenas, no qual uma possibilita banho e contemplação. A área é de floresta atlântica secundária com áreas degradadas e em regeneração. O local possui potencial para observação de aves e ponto interpretativo para trabalhar questões hídricas. O acesso é precário necessitando de obras e manutenção periódica.

Trilha Histórica: antigo caminho na Mata Atlântica que era utilizada para extração de madeira ilegal no interior da UC. O trajeto é de aproximadamente cinco quilômetros em área de floresta ombrófila densa conservada. Pela quilometragem do percurso existe potencial de estruturar a trilha para uso de bicicleta como veículo e atividade. Atualmente existem trechos da trilha que precisam ser abertos e é necessário obras de melhoria em quase todo trajeto, especialmente se for ser utilizado para bicicleta.

Lagoa Grande/Lagoa Só não vou: lagoas com beleza cênica que apresenta potencial para contemplação e observação de fauna, principalmente aves. Estas lagoas possuem potencial de trabalhar questões hídricas e sua relação com Mata Atlântica junto aos visitantes.

Trilha na Mussununga: caminhos nas diferentes transições de vegetação da Mussununga, sendo um ecossistema endêmico da região. Possibilita experiência em uma amostra deste ecossistema no parque. A trilha precisa ser demarcada e prever manutenção periódica.

Estradas do PN do Descobrimento (Circuito Oeste – Leste): estrada de aproximadamente 22 quilômetros que atravessa o parque do sentido oeste a leste até aproximar do litoral em Cumuruxatiba. Esta estrada apresenta potencial para estruturação de um circuito no parque em veículos tracionados ou de bicicleta, com paradas programadas nos potenciais atrativos em sua proximidade. Este circuito pode integrar os atrativos do parque aos da RESEX Corumbau. Esta estrada precisa de manutenção periódica, principalmente em períodos de chuva.

Nestas trilhas e atrativos foi indicado o potencial de ser instaladas estruturas necessárias para prática de arvorismo e tirolesa. Também foram sugeridos mirantes para observatório de fauna, da copa de árvores e para contemplação da beleza cênica.

Durante o levantamento de campo foi possível fazer reconhecimento da Trilha Juerana pelo seu acesso ser possível em propriedade particular vizinha, sem envolver a portaria sede da UC. Segue no **Anexo IV** a planilha de inventário e imagens que integram este documento. Neste texto será feito uma síntese da caracterização do potencial.

Trilha da Juerana (Potencial) – (ANEXO IV):

Características gerais: esta trilha é definida como potencial atrativo do parque. Atualmente o seu uso é feita esporadicamente através de visita de instituições de ensino da região através de agendamento com o escritório da



UC. O acesso a trilha pode ser feito através da estrada de terra que atravessa o parque oeste – leste ou em estrada de terra externa a área da UC que passa pela Fazenda Guairá. Esta estrada possui uma paisagem que possui potencial de interpretar os diferentes usos de produção da região, inclusive as antigas áreas de manejo utilizadas para extração de madeira nativa seletiva que hoje é destinada a área de conservação e regeneração florestal. Esta estrada apresenta potencial para desenvolver atividades de ciclismo em trilhas. A Fazenda Guairá já apresenta visitação esporádica de grupos, inclusive das instituições de ensino que realizam a trilha da Juerana e utilizam a fazenda como ponto de apoio (**FIGURA 4.5.2–3**). A visitação nesta fazenda consiste em conhecer sua produção. Para funcionamento da trilha através de acesso externo ao parque é recomendado estabelecer parceria entre a UC e o fazendeiro. A trilha é caracterizada por uma floresta ombrófila densa secundária onde ocorre como ponto principal uma Juerana que provavelmente seja centenária (**FIGURA 4.5.2–4**). . O potencial é o uso da trilha para espaço de educação ambiental proporcionando uma vivência em uma área da Mata Atlântica e nas produções agrícolas sustentáveis ou não que ocorrem no seu entorno da região. As infraestruturas identificadas como necessárias são: estabelecer com o proprietário da Fazenda Guairá ponto de apoio com toailete para uso na sede da fazenda que deve ser inserida no roteiro de visitação; obras de melhora e manutenção periódica na estrada de terra e na trilha; implantação de sinalização interpretativa e indicativa do parque na estrada de terra e na trilha; definição de área para estacionamento e de caminho para acesso ao início da trilha. Os serviços identificados como necessários para visitação na trilha são: serviço de Condutor de visitantes do PN do Descobrimento envolvendo as comunidades do entorno - IN nº8 - ICMBio (necessita-se capacitação, credenciamento e autorização). Importante nesta capacitação envolver a qualificação em atividades de ciclismo em trilhas; serviço de alimentação podendo envolver a produção da fazenda e dos produtos locais já fomentados pela UC; agenciamento dos passeios prevendo: serviço de transporte com Van ou veículo tracionado, organização do passeio de acesso por bicicleta prevendo aluguel dos equipamentos necessários. Este potencial é definido como **Hierarquia 3** sendo potencial de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes interestaduais e regionais, podendo servir ainda, de complemento para aqueles de hierarquia superior que estejam na UC ou em outras áreas naturais protegidas ou não da região.



FIGURA 4.5-3 – Placa para visitantes na Fazenda Guaira. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.5-4 – Juerana na trilha. Foto: Carlos Ferraz

As agências de turismo receptoras instaladas em Prado sede e Cumuruxatiba, principalmente os que possuem serviço de transporte terrestre (identificou apenas três no município), apresentaram nas entrevistas interesse e motivação em operar e oferecer roteiros de visitaçao no parque. Consideram a UC uma área de grande potencial ecoturístico e sendo aberta a visitaçao irá possibilitar diversificar os roteiros de praia que eles realizam e diferenciar a região dos destinos convencionais de turismo de Sol e Praia. Afirmam que o parque, mesmo sem visitaçao, atrai a curiosidade dos seus clientes e dos turistas da região. Estas empresas ressaltaram que existe necessidade de capacitaçoes



do trade turístico do município de Prado sobre as UC's e o funcionamento do uso público e os procedimentos adequados para realização de serviços de apoio a visitação.

4.5.3 Limites e oportunidade do uso público do Parque Nacional do Descobrimento

Os limites e oportunidades para implantação e gestão do uso público no PN do Descobrimento foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público do PN do Descobrimento estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: a) instrumentos de gestão; b) pessoal e estrutura para gestão; c) inclusão dos prestadores serviço e comunidades do entorno na prestação de serviço de apoio a visitação (**TABELA 4.5.3-1**).

Os limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: a) serviços de apoio à visitação; b) infraestruturas de apoio a visitação; c) divulgação e comercialização (**TABELA 4.5.3-2**).



TABELA 4.5.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público do PN do Descobrimento

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | O parque atualmente não possui nenhum documento orientador para gestão do uso público a ser implantado. | O plano de manejo está para ser publicado, onde é previsto programa de uso público que deverá nortear a implantação e gestão da atividade. |
| Pessoal e estrutura para gestão | Existe apenas um servidor destinado para trabalhar temas relacionados ao uso público, no qual também é responsável pela proteção e fiscalização da UC que são questões que demandam dedicação e tempo; os equipamentos de apoio atualmente existentes são destinados para fiscalização e prevenção e combate a incêndios florestais na UC; não existem instalações de apoio à visitação na UC; a ocupação dos Pataxó na sede do parque está inviabilizando as instalações de apoio a visitação previstas. | Após publicação do plano de manejo a gestão da UC terá amparo legal e técnico para viabilizar pessoal e estruturas identificadas como necessárias; existe recurso previsto para implantar estruturas que irão facilitar a gestão do uso público; nos funcionários terceirizados foi identificado profissionais de conhecem os potenciais atrativos da UC e refletem sobre os meios adequados para sua utilização. |
| Envolvimento dos prestadores de serviços de apoio à visitação e comunidades do entorno | Ocorre conflito entre os Pataxó das cinco aldeias e da ocupação na sede do parque com os objetivos desta categoria de UC. Este conflito vem dificultando o planejamento e a implantação do uso público na área; no Conselho Consultivo ocorrem conflitos entre associações que representam os fazendeiros do entorno com os membros Pataxó, dificultando diálogos e definições necessárias para implantação do uso público. | Conselho Consultivo está em funcionamento; a APHROPE que representa o trade turístico de Prado é membro do Conselho Consultivo e demonstra motivação para colaborar com implantação do uso público; as comunidades do entorno produtoras de alimentos e artesanatos locais vislumbram na visitação do parque oportunidade de melhoria da renda; a Câmara de Turismo da Costa das Baleias e o poder público municipal de Prado apresenta interesse em apoiar a implantação do uso público na UC; o parque possui potencial de ser importante espaço educativo para instituições de ensino da região o que pode oportunizar parcerias de apoio a gestão. |



TABELA 4.5.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Serviços de apoio à visitação | Os prestadores de serviço turístico do entorno da UC apresentam pouca experiência em atividades turísticas na Mata Atlântica; escassez de mão de obra qualificada em Prado para atuar como prestador de serviços no uso público. | As agências de turismo de Prado apresentam interesse em formatar, operar e comercializar produtos ecoturísticos no parque; o SEBRAE e SENAC da região demonstram interesse de realizar capacitações em turismo na CB; as comunidades rurais do entorno encontram-se mobilizadas e interessadas em serem inseridas nos serviços de apoio a visitação, através de produtos da culinária local e outros; os Pataxó realizam iniciativas de turismo no entorno do parque, como artesanato e apresentações culturais; existe grupos organizados de ciclismo em trilhas e estradas na região. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | Não existem as instalações necessárias para visitação na UC; as estradas de acesso aos potenciais ecoturísticos se encontram necessitando de manutenção; apenas uma agência de turismo, localizada em Cumuruxatiba, possui veículo tracionado para transporte nas estradas da UC; as agências de turismo não possuem equipamentos para operar atividades potenciais na UC, como: bicicletas e itens de segurança; equipamentos para instalação e operação de tirolesa, circuito de arvorismo. | As instâncias de governança da CB demonstram interesse em dialogar com poderes públicos em prol de infraestruturas necessárias para viabilizar o turismo na região; existem linhas de crédito para pequenos empreendedores na área de turismo no qual o SEBRAE regional orienta; existe previsão no parque para instalações de infraestrutura de apoio a visitação. |



TABELA 4.5.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento (continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | Prado e outras localidades da CB possui uma imagem que representa e motiva o seu público a realizar atividades de lazer na praia e no mar. Não ocorre uma relação do destino com a Mata Atlântica e atividades como trilhas em floresta. | O parque possui potencial de agregar produtos diferenciados na CB; os aspectos históricos culturais do parque e o seu entorno integrado ao conhecimento local da Mata Atlântica pode fortalecer atratividade dos potenciais da UC; as RPPN's localizadas no entorno podem integrar-se aos produtos a serem formatados na UC, promovendo roteiros diversificados na Mata Atlântica; a conservação da área e os seus índices de biodiversidade, endemismo e presença de animais em extinção possibilita formatação de produtos ecoturísticos direcionados para observação de fauna e flora diferenciados e únicos em relação aos produtos de outros destinos ecoturísticos em áreas de Mata Atlântica; o parque possui potencial para o turismo pedagógico podendo promover aumento do fluxo turístico na baixa temporada da região. |



4.6 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL

O PNH Monte Pascoal possui importante remanescente de Mata Atlântica no nordeste brasileiro, apresentando uma biodiversidade presente em quatro ecossistemas: Ombrófila Densa, Mussununga, Restinga e Manguezal (ISA, 2004). Além dos aspectos naturais o parque possui um contexto de importância histórica e sociocultural no cenário nacional, envolvendo a descoberta dos portugueses e comunidades indígenas Pataxó. Esta importância e singularidade proporcionou o título de Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O parque Foi criado em 1961 pelo decreto federal nº 242 com objetivo de proteger o Monte Pascoal considerado monumento natural e histórico nacional e a área de Mata Atlântica no seu entorno. No período de sua criação a área demarcada era ocupada e usada tradicionalmente pelos Pataxó e este vínculo dos indígenas com área permaneceu, o que fez a gestão e o uso deste parque ser reavaliado pelos órgãos responsáveis e indígenas. Esta UC localiza-se no município de Porto Seguro e possui 13.652 ha e no seu limite existe 8.627 ha da TI Barra Velha que é gerida pela FUNAI e os Pataxó das aldeias localizadas na área (**FIGURA 4.6-1**). O parque também faz limite com a RESEX Corumbau.

A área do parque é aberta para visitação onde são realizadas atividades de trilhas e contemplação na Mata Atlântica e interação com os Pataxó. Os atrativos envolvem os ecossistemas, Monte Pascoal como marco histórico do Brasil e elementos culturais Pataxó.

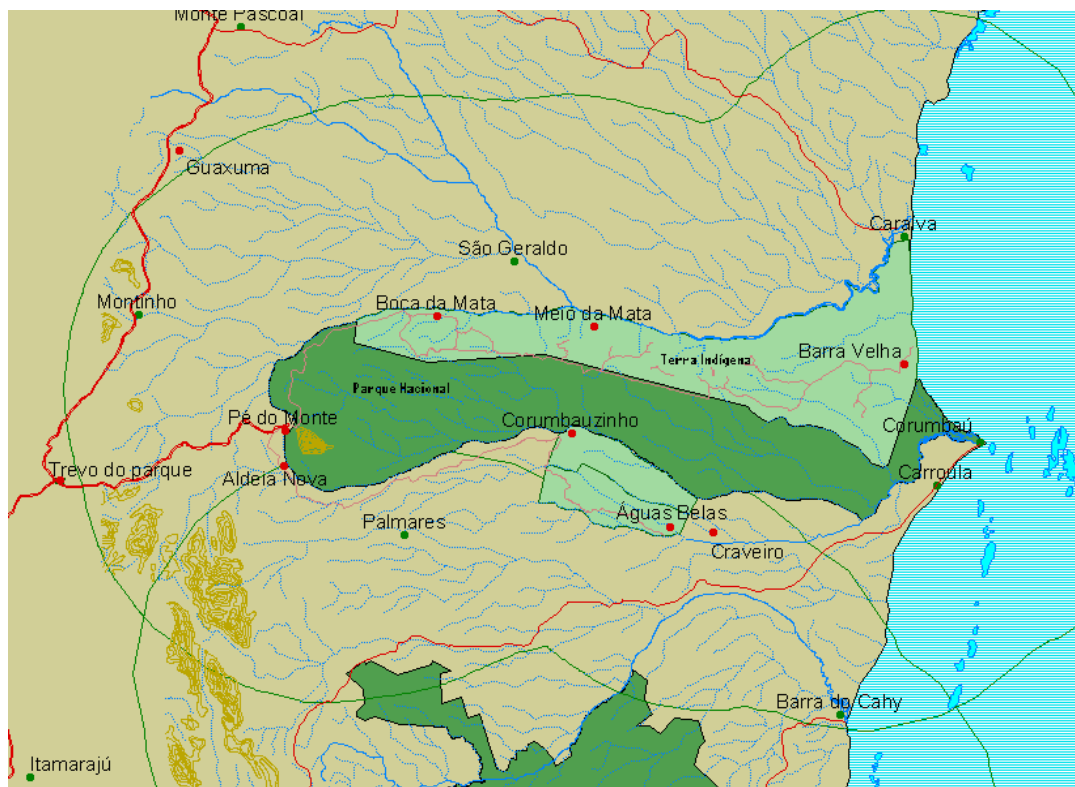


FIGURA 4.6-1 – Mapa do PNH do Monte Pascoal. Fonte: PNH Monte Pascoal/ICMBio.

4.6.1 Caracterização da gestão do uso público no Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal

Desde sua criação em 1961 ocorreram conflitos entre a gestão da UC com seus objetivos de preservação da área, definidos por leis ambientais, com os Pataxó com seus interesses culturais, econômicos e sociais. Em 1980 a FUNAI e o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF (órgão federal extinto) chegaram a um acordo no qual 8.627 ha do parque foram devolvidos para os Pataxó. Este fato minimizou os conflitos e problemas, mas não os resolveu. A maior parte desse território era arenoso e sem qualidade para produção agrícola, enquanto a população Pataxó vinha aumentando. Isso provocava a necessidade de um território maior para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (SAMPAIO, 2000).

Ao final da década de 1990 e início de 2000, após processos de diálogos e conflitos que sempre inviabilizaram a efetiva gestão e conservação da UC, foi estabelecido através de intervenção do Ministério Público Federal um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/IBAMA, Ministério da Justiça/FUNAI e Pataxó para uma gestão compartilhada da área do parque (ISA, 2004).



Esta proposta do acordo estabelecido de gestão compartilhada resultou na construção de um modelo que sugeriu elencar no IBAMA (posteriormente ICMBio), FUNAI e nas aldeias Pataxó representantes para formar os seguintes grupos de gestão: **a)** grupo de trabalho (GT) deliberativo; **b)** secretária executiva responsável pela administração e monitoramento; **c)** sub-comitês setoriais divididos nos temas identificados como prioritários; **d)** grupos locais em cada aldeia (**FIGURA 4.6.1-1**).

Os sub-comitês eram compostos também por técnicos da área, podendo ser Pataxó quando era identificado estes técnicos nas aldeias. Para dialogar, planejar e estabelecer ações de visitação na UC foi criado um sub-comitê de ecoturismo.

Este processo de implantação da gestão compartilhada da UC promoveu as seguintes ações de uso público na área: implantação de trilhas e infraestruturas básicas de visitação; capacitações dos condutores de visitantes Pataxó; capacitações das associações Pataxó para gestão comunitária do turismo; organização das atividades de visitação no parque.

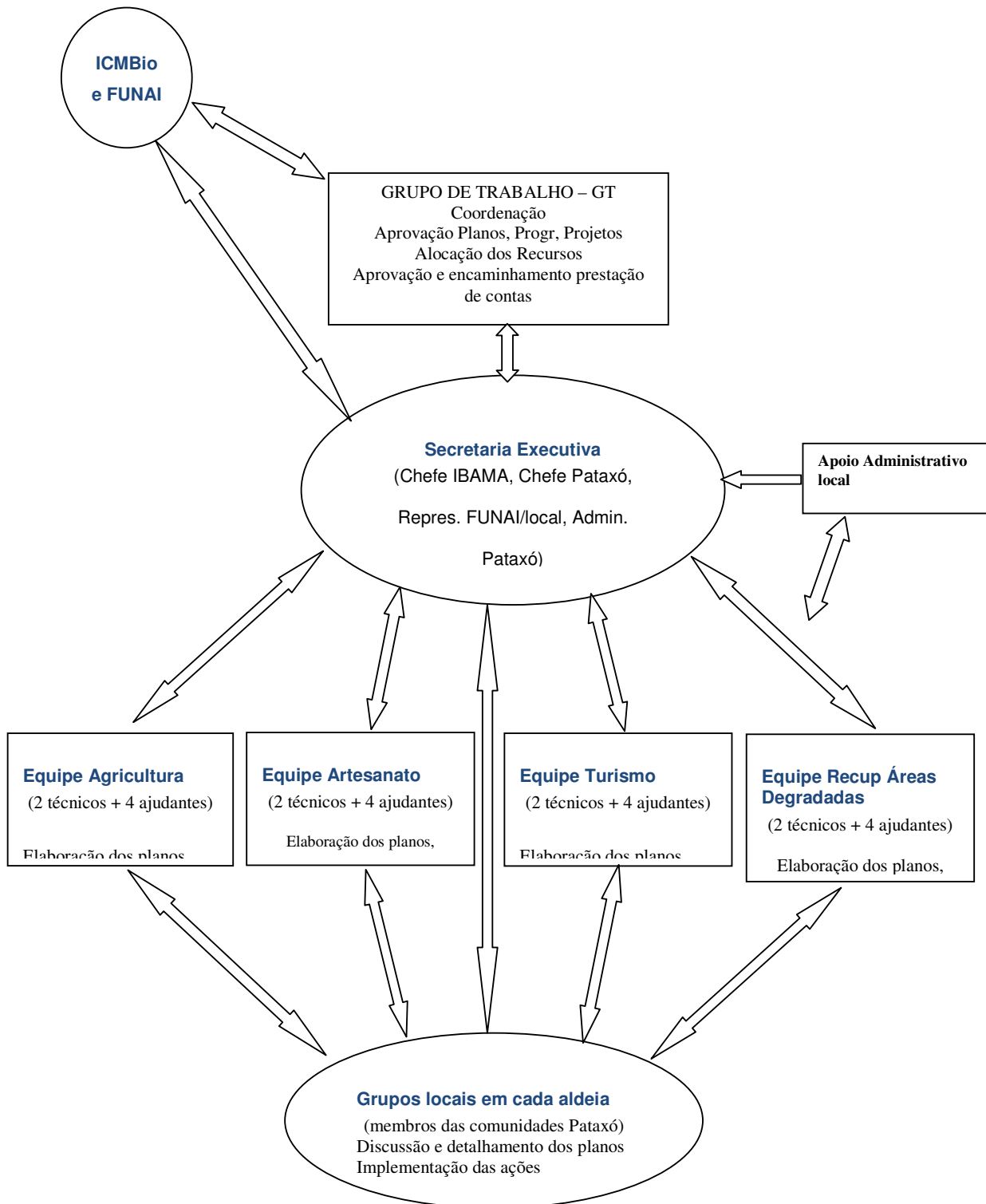


FIGURA 4.6.1-1 – Diagrama do funcionamento da Gestão Compartilhada do PNH Monte Pascoal em 2007. Fonte: PNH do Monte Pascoal/ICMBio.



As atividades de uso público e de artesanato, organizadas através da gestão compartilhada, demonstraram-se fragilizadas e com pouca efetividade para conservação da UC. Parte do artesanato desenvolvido, com influência de agentes não indígenas, utiliza madeira nativa na produção das chamadas “Gamelas” o que promoveu desmatamento em áreas do parque transformando parte do artesanato Pataxó em um industriante vendidos para turistas de toda CD e CB. Por razão da sazonalidade na visitação da UC, principalmente para subida do Monte Pascoal, fez com que condutores de visitantes Pataxó capacitados buscassem outras atividades para obtenção de renda deixando a responsabilidade de conduzir para outros jovens, na maioria menores de 18 anos, que não possuíam qualificação necessária. A organização do uso público estabelecido nos cursos não era seguida pelos outros agentes indígenas que assumiam. Não ocorriam manutenções periódicas e necessárias para adequado funcionamento das infraestruturas instaladas para apoio da visitação.

Este formato de gestão compartilhada (**FIGURA 4.6.1-1**) não conseguiu ser implantado principalmente a partir de conflitos institucionais e ações negativas para conservação da área que começaram a configurar-se. Atualmente existe previsão de publicação do relatório de demarcação da TI Barra Velha no qual é previsto o território indígena abranger totalidade da área do parque. Este fato releva a necessidade de uma definição sobre a forma de gestão da área, que pelos Pataxó deve continuar sendo conjunta, mas não apresentam como pensam o funcionamento desta gestão. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Território Indígena (PNGATI) instituída pelo Decreto Federal 7.747 de 5 de junho de 2012 em seu eixo III estabelece que em casos de sobreposições de TI's com UC's deve ser elaborado e implementado de forma conjunta planos de administração das áreas, mas precisa ser garantida a gestão da UC pelo órgão ambiental, neste caso o ICMBio, e ao mesmo tempo respeitado os usos e costumes e tradições dos povos indígenas da TI.

O Plano de Manejo foi publicado em 1978 e encontra-se desatualizado e com necessidade de revisão. Neste existe o zoneamento das áreas que são permitidas atividades de visitação e o programa de uso público onde são estabelecidas diretrizes, sem detalhamento, de atividades, normas, infraestruturas e requisitos necessários para funcionamento adequado da visitação na área. Em 1995 foi elaborado um Plano de Ação Emergencial para gestão da UC. Neste dois documentos não existe previsão do envolvimento dos Pataxó locais na atividade.

Atualmente a visitação na UC ocorre principalmente no seu limite oeste especificamente no Monte Pascoal e o seu entorno imediato. Neste local encontra-se a portaria do parque, escritório administrativo, centro de visitantes, praça da resistência e trilhas. A visitação nesta área é organizada pelos Pataxó da aldeia Pé do Monte que fica localizada no limite da portaria da UC. Esta organização foi estabelecida durante os processos de capacitação em turismo que membros desta aldeia realizaram, destacando-se os cursos de condutores de visitantes da UC. Atualmente dos 16 jovens que atuam diretamente na organização e na prestação de serviços da atividade no parque, apenas oito



fizeram o curso de condutores em 2008. A associação Pataxó da aldeia coordena esta organização junto ao ICMBio que consiste nos seguintes procedimentos: **a)** agendamento da visita por celular do Pataxó responsável. O celular do ICMBio e o e-mail do parque também é utilizado; **b)** na portaria fica um a dois jovens Pataxó que segue uma escala definida entre eles. Este Pataxó fica responsável em monitorar a portaria e informar aos visitantes sobre condutas, atividades e atrativos da UC e condições para visita; **c)** as condições para visita são: pagamento de taxa de entrada e do serviço de condutor que é exigido em todas as atividades de visita na UC, leitura e preenchimento de ficha médica e de termo de reconhecimento de risco. Importante ressaltar que a taxa de entrada cobrada não é regularizada pelo ICMBio; **d)** controle de visitantes através do caderno que são registradas a visita.

Na estrada terra que interliga a aldeia Barra Velha ao Monte Pascoal ocorre visita esporádica de turistas que estão hospedados em Caraíva ou Corumbau e querem conhecer o Monte Pascoal. Esta visita é organizada pelos condutores de bugues das aldeias Barra Velha, Bujigão e Xandó através do serviço de transporte destes turistas ao parque. Os condutores de visitantes da aldeia Pé do Monte participam realizando o receptivo dos visitantes na portaria do parque e nas trilhas existentes naquela área da UC. Esta visita além de ser ainda esporádica não existe uma organização clara estabelecida entre eles. Esta área envolve o parque e a TI o que releva necessidade de uma definição sobre funcionamento da gestão compartilhada do uso público. Ressalta-se que o turismo em TI's até o momento não é regulamentado pela FUNAI, existe previsão da Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO/FUNAI) de elaborar e publicar uma instrução normativa para regularizar até 2015.

A aldeia do Bujigão atualmente está em sobreposição da UC. Para gestão da situação é feito um diálogo visando estabelecer acordos entre ICMBio, FUNAI e Pataxó, no qual atividade turística está envolvida.

Os serviços de transporte de bugue e de condução em trilha no interior da UC não possui cadastramento e autorização por parte do ICMBio. No caso dos condutores de visitantes a IN N°8 do ICMBio orienta e regulamenta os procedimentos necessários e sobre os bugueiros pode ser avaliada as normas estabelecidas pela ABNT/MTur para este tipo de serviço.

O parque possui um servidor analista ambiental que tem a função de chefia e terceirizados que realizam os serviços de motorista e de vigilância no escritório administrativo do parque. Existe também a contratação temporária dos brigadistas. Esta equipe conta com os seguintes equipamentos e estruturas que servem de apoio ao uso público: veículo, rádio VHF, escritório administrativo, toaletes e estacionamento para visitantes, estradas de terra de acesso aos atrativos, Centro de Visitantes, trilhas, placas de sinalização e divulgação na estrada e no parque, portaria e espaço para apresentações culturais Pataxó (**FIGURA 4.6.1-2**).



FIGURA 4.6.1-2 – Escritório administrativo do PNH do Monte Pascoal. Foto: Carlos Ferraz.

Para o chefe do parque o uso público deve ser gerido com os objetivos principais de: **a)** informar e sensibilizar os visitantes sobre a importância socioambiental e histórica da UC; **b)** fortalecer parceria entre ICMBio, FUNAI e Pataxó possibilitando melhoras na gestão compartilhada da área; **c)** gerar e distribuir renda aos Pataxó podendo tornar uma opção sustentável que promova a diminuição da extração ilegal de madeira da UC e região para produção das “Gamelas”); **d)** qualificar e divulgar o turismo na UC direcionado para diminuição da sazonalidade que ocorre impedindo a continuidade das ações geradas pela capacitação e organização. Para atingir estes objetivos é reconhecida a necessidade de uma gestão compartilhada com estes agentes estabelecida em instrumentos orientadores, diálogos e compromissos.

Atualmente o espaço formalizado para os diálogos e acordos de gestão conjunta desta UC é o seu Conselho Consultivo que de acordo com os entrevistados o uso público não é uma pauta presente nas reuniões.

4.6.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal

A principal entrada dos visitantes do parque é feita em sua portaria (**FIGURA 4.6.2-1**). A partir da BR 101 esta é acessada por estrada de asfalto de 14 Km que apresenta necessidade de manutenção. No local de acesso a esta estrada fica aldeia Pataxó Trevo do Parque onde existe um centro cultural instalado que pode ser inserido em roteiros formatados para visitação na UC (**FIGURA 4.6.2-2**). Na portaria existem as seguintes infraestruturas de apoio à visitação: **a)** estacionamento; **b)** cabanas Pataxó de venda de artesanato; **c)** guarita onde é informada os procedimentos para visitação; **d)** toaletes com acessibilidade para cadeirantes (**FIGURA 4.6.2-3; 4.6.2-4**). Esta mesma portaria pode ser

acessada pelos visitantes pela estrada de terra interna do parque através dos passeios de bugues que saem de Caraíva, aldeia Bujigão e Barra Velha.



FIGURA 4.6.2-1 – Portaria e estacionamento PNHMP. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.6.2-2 – Centro Cultural da aldeia Trevo do Parque. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.6.2-3 - Toalete com acessibilidade para cadeirantes. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.6.2-4 – Cabana para venda de artesanato Pataxó na portaria do PNH Monte Pascoal. Foto: Carlos Ferraz

A visitação nos atrativos do PNH do Monte Pascoal é realizada majoritariamente por turistas independentes que não estão organizados em excursão. Predomina neste público famílias e pequenos grupos de jovens motivados a conhecerem o Monte Pascoal. Ocorrem também grupos de estudantes organizados pelas instituições de ensino que utilizam a visita para aula de campo. As principais motivações é o fator histórico do Monte Pascoal, a cultura Pataxó e o contato com a natureza (RODRIGUES, 2007).



Recentemente de acordo com condutores entrevistados está ocorrendo procura de grupos religiosos organizados por igrejas evangélicas.

Será apresentada a caracterização das ofertas turísticas identificadas na planilha de inventário (**ANEXO V**) anexa e integrada a este documento. Os atrativos e potenciais identificados nas ofertas serão indicados durante a caracterização. Neste texto será feita uma síntese da caracterização das ofertas, apresentando mapa de localização dos atrativos e potenciais identificados na UC (**FIGURA 4.6.2-5**), informações e imagens dos atrativos e potenciais.

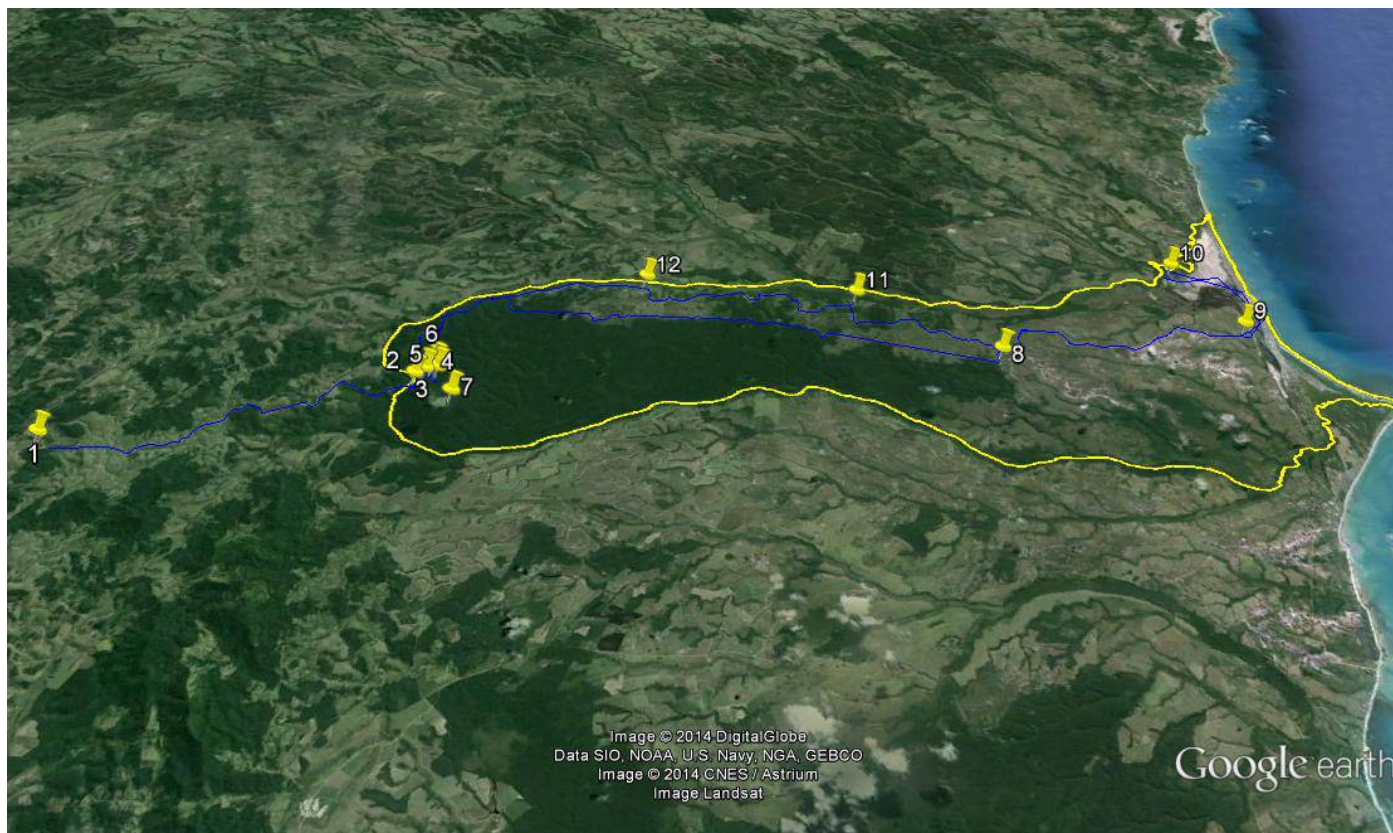


FIGURA 4.6.2-5. Localização dos Potenciais Atrativos do PNH Monte Pascoal / TI Barra Velha. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação do PNH Monte Pascoal e a sobreposição com TI Barra Velha; Linha Azul – Estrada Barra Velha/Monte Pascoal. 1 – Centro Cultural do Trevo do Parque; 2 – Portaria (aldeia Pé do Monte); 3 – Monumento da Resistência; 4 – Trilha do Jequitibá; 5 – Trilha do Sagrado; 6 – Centro de Visitantes; 7 – Cume do Monte Pascoal; 8 – Mussununga; 9 – Aldeia Barra Velha; 10 – Porto do Boi; 11 – aldeia Meio da Mata; 12 – aldeia Boca da Mata.



Trilha do Centro de Visitantes (Oferta) – (ANEXO V):

Características gerais: a oferta é organizada e realizada pelo grupo de condutores de visitantes Pataxó junto a Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte. A atividade pode ser agendada através do telefone do condutor responsável ou do parque, como também a partir da procura espontânea do visitante na portaria. Ocorre cobrança de taxa de entrada e do serviço do condutor. A atividade consiste em caminhada em estrada de terra da portaria até o Centro de Visitantes em área de Mata Atlântica onde é possível observar fauna e flora (**FIGURA 4.6.2-6**). Durante o caminho ocorre parada em pontos interpretativos, como árvores e pontos históricos. Destes pontos ressalta-se o Monumento da Resistência onde o condutor informa sobre o processo de luta dos Pataxó sobre o território, referenciando também outros povos indígenas (**FIGURA 4.6.2-7**). Atualmente a visita no Centro de Visitantes não está ocorrendo por razão da necessidade de reformas na estrutura e instalações necessárias (**FIGURA 4.6.2-8**). Através de agendamento neste mesmo passeio é possível observar e interagir com apresentações culturais Pataxó que são realizadas em um quiosque instalado no caminho (**FIGURA 4.6.2-9**). As infraestruturas identificadas como necessárias são: captação de água e reformas na estrutura do telhado para viabilizar funcionamento do Centro de Visitantes; melhoria no sistema de energia solar do Centro de Visitantes; placas interpretativas no caminho; exposição permanente com ferramentas audiovisuais no Centro de Visitantes; plataforma em árvore (avaliar condições da Juerana) para observação de fauna e flora e contemplação da paisagem; Rádio VHF; Kit 1o socorros. Os serviços identificados como necessários são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos da aldeia Pé do Monte. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica na aldeia; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Esta oferta é definida como **Hierarquia 3** sendo atrativo de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes interestaduais e regionais, podendo servir ainda, de complemento para aqueles de hierarquia superior que estejam na UC ou em outras áreas naturais protegidas ou não da região.



FIGURA 4.6.2-6 – Trilha/Caminho percorrido. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.6.2-7 – Ponto interpretativo Monumento da Resistência (Histórico Pataxó). Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.6.2-8 – Estrutura condenada do telhado do Centro de Visitantes interdito. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.6.2-9 – Quiosque de apresentação cultural Pataxó. Foto: Carlos Ferraz

Trilha do Jequitibá (Oferta) – (ANEXO V):

Características gerais: a oferta é organizada e realizada pelo grupo de condutores de visitantes Pataxó junto a Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte. A atividade pode ser agendada através do telefone do condutor responsável ou do parque, como também a partir da procura espontânea do visitante na portaria. Ocorre cobrança de taxa de entrada e do serviço do condutor. A atividade consiste na caminhada em trilha que acessa uma árvore de Jequitibá centenária (**FIGURA 4.6.2-10**). Durante o caminho ocorre parada para transmissão de informação sobre os pontos interpretativos, como árvores

e pontos históricos, sob a ótica dos Pataxó. Através de agendamento a trilha pode ser integrada a atividade de observar e interagir com apresentações culturais Pataxó. Esta trilha pode ser realizada em conjunto com as trilhas Local Sagrado e/ou do Tatu que está em implantação. Ambas utilizam o Monumento da Resistência como ponto interpretativo. As infraestruturas identificadas como necessárias são: placas interpretativas com nome científico das árvores; acesso água potável; instalação de escadas e corrimão; escoamento lateral da água de chuva devido inclinação da trilha; Rádio VHF; Kit 1° socorros. Os serviços identificados como necessários são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº 8 - ICMBio. Nesta capacitação ressaltar os estudos das espécies de árvores da Mata Atlântica sob a ótica Pataxó e botânica (ciência convencional) e manejo de trilhas possibilitando os próprios condutores realizarem as obras e manutenções necessárias; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos da aldeia Pé do Monte. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica na aldeia; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Esta oferta é definida como **Hierarquia 3** sendo atrativo de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes interestaduais e regionais, podendo servir ainda, de complemento para aqueles de hierarquia superior que estejam na UC ou em outras áreas naturais protegidas ou não da região.



FIGURA 4.6.2–10 – Jequitibá e condutor Pataxó. Foto: Carlos Ferraz

Trilha do Lugar Sagrado (Oferta) – (ANEXO V):

Características gerais: a oferta é organizada e realizada pelo grupo de condutores de visitantes Pataxó junto a Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte. A atividade pode ser agendada através do telefone do condutor responsável ou do parque, como também a partir da procura espontânea do visitante na portaria. Ocorre cobrança da taxa de entrada e do serviço do

condutor. A atividade consiste em caminhada em trilha até o riacho que era usado como local de batismo pelos Pataxó, sendo considerado pelos seus ancestrais um lugar sagrado (**FIGURA 4.6.2-11**). Durante o caminho ocorre parada para transmissão de informação sobre os pontos interpretativos, como árvores, cultivo do cacau na cabruca e pontos históricos, sob a ótica dos Pataxó. Através de agendamento a trilha pode ser integrada a atividade de observar e interagir com apresentações culturais Pataxó. Esta trilha pode ser realizada em conjunto com as trilhas do Jequitibá e /ou do Tatu que está sendo implantada. Ambas utilizam o Monumento da Resistência como ponto interpretativo. A infraestruturas identificadas como necessárias são: placas interpretativas; acesso água potável; instalação de escadas e corrimão; escoamento lateral da água de chuva na descida da trilha; Rádio VHF; Kit 10 socorros. Os serviços identificados como necessários são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio. Nesta capacitação ressaltar o manejo de trilhas possibilitando os próprios condutores realizarem as obras e manutenções necessárias e informações sobre conceito e importância das bacias hidrográficas; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos da aldeia Pé do Monte. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica na aldeia; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Esta oferta é definida como **Hierarquia 3** sendo atrativo de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes interestaduais e regionais, podendo servir ainda, de complemento para aqueles de hierarquia superior que estejam na UC ou em outras áreas naturais protegidas ou não da região.



FIGURA 4.6.2–11 – Ponto interpretativo Lugar Sagrado. Foto: Carlos Ferraz

Trilha do Tatu (Potencial) – (ANEXO V):

Características gerais: potencial atrativo que se encontra em implantação pelos condutores. O potencial consiste na continuidade da trilha do Jequitibá, no qual os condutores denominaram como trilha do Tatu. Esta trilha é em área

de Mata Atlântica e passa por trechos íngremes de mata ciliar com árvores centenárias como potencial para interpretação ambiental e observação de fauna e flora (**FIGURA 4.6.2-12**). O trecho finaliza na trilha do Lugar Sagrado e Centro de Visitantes. O seu uso depende das obras necessárias e da estruturação do circuito que integre com as duas trilhas: Jequitibá e Lugar Sagrado. A finalidade dos condutores na implantação desta trilha é ofertar uma nova opção ao visitante que queira andar em circuitos maiores na Mata Atlântica. Foi identificado potencial de implantar atividades de arvorismo a partir de uma avaliação técnica mais precisa e as capacitações e instalações necessárias. As infraestruturas identificadas como necessárias são: planejamento e implantação da trilha, prevendo: instalação de escadas e corrimão, sistema de drenagem para escoamento lateral da água de chuva na descida da trilha; placas interpretativas com nome científico das árvores; acesso água potável; Rádio VHF; Kit 1° socorros. Caso seja verificado a possibilidade efetiva de prática do arvorismo na área será preciso planejamento da atividade e instalação da estrutura necessária considerando mínimo impacto e as normas estabelecidas pela ABNT/MTur para operação da atividade. Os serviços identificados como necessários são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN n°8 - ICMBio. Nesta capacitação ressaltar o manejo de trilhas possibilitando os próprios condutores realizarem as obras e manutenções necessárias e técnicas verticais para conduzir atividade de arvorismo, caso ocorra implantação da atividade; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos da aldeia Pé do Monte. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica na aldeia; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Este potencial é definida como **Hierarquia 3** sendo potencial atrativo de relativo interesse capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes interestaduais e regionais, podendo servir ainda, de complemento para aqueles de hierarquia superior que estejam na UC ou em outras áreas naturais protegidas ou não da região.



FIGURA 4.6.2-12 – Árvore Jendiba na trilha. Foto: Carlos Ferraz



Trilha do Monte Pascoal (Oferta) – (ANEXO V):

Características gerais: esta trilha é a principal oferta e atratividade do parque por possibilitar ao visitante conhecer e subir o Monte Pascoal considerado marco histórico da chegada dos portugueses ao Brasil. A oferta é organizada e realizada pelo grupo de condutores de visitantes Pataxó junto a Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte. A atividade pode ser agendada através do telefone do condutor responsável ou do parque, como também a partir da procura espontânea do visitante na portaria. Ocorre cobrança de taxa de entrada e do serviço do condutor. A atividade consiste em caminhada na trilha na Mata Atlântica que acessa o cume do Monte Pascoal. Durante o caminho ocorre parada para transmissão de informação sobre os pontos interpretativos, como árvores e pontos históricos, observação da fauna e flora e da paisagem nas áreas de mirante não estruturados (**FIGURA 4.6.2-13**). Por razão de o trajeto ser íngreme quase em toda sua extensão existem pontos de parada para descanso e contemplação. Através de agendamento a trilha pode ser integrada a atividade de observar e interagir com apresentações culturais Pataxó no quiosque que fica próximo ao início da trilha. As infraestruturas necessárias para melhoria da oferta são: instalação de corrimões nos mirantes utilizados e nas áreas mais íngremes da trilha; instalação de escadas em áreas íngremes; instalação de banco e mesa, quando possível, em pontos de descanso; obras de escoamento lateral de água da chuva na trilha; placas interpretativas, principalmente nos mirantes e no cume; acesso água potável; Rádio VHF; Kit 1o socorros. Os serviços necessários para melhoria da oferta são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio. Nesta capacitação ressaltar o manejo de trilha possibilitando os próprios condutores realizar as obras e manutenções necessárias; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos da aldeia Pé do Monte. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica na aldeia; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Esta oferta é caracterizada como **Hierarquia 1** sendo de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades na Mata Atlântica, conhecer patrimônios naturais e históricos e interagir com a cultura Pataxó. Sua potencialidade de atratividade aumenta se ocorrer melhorias de infraestrutura e serviços sugeridos e for formatado roteiros direcionados para instituições de ensino.



**FIGURA 4.6.2-13 – Paisagem da Mata Atlântica do parque em pontos de parada.
Foto: Carlos Ferraz.**

Estrada Barra Velha - Monte Pascoal (Oferta/Potencial) – (ANEXO V):

Características gerais: esta estrada é uma oferta que se encontra em estágio inicial de operação, sendo testada de forma improvisada pelos bugueiros Pataxó. Atualmente ela é ofertada e comercializada em Caraíva e Corumbau para os turistas que estão nestas localidades e querem conhecer o Monte Pascoal pelo litoral sem necessitar acessar a estrada BR 101. Este passeio é feito esporadicamente e não apresenta um fluxo turístico significativo. A razão identificada para este baixo fluxo até o momento é a falta de divulgação, estrutura e serviço qualificado e alto valor do passeio cobrado pelos bugueiros. Também pode influenciar as áreas degradadas observadas no trajeto resultando em uma propaganda “boca a boca” negativa e os turistas destas localidades estarem mais motivados para realizarem atividades na praia e no mar. O trajeto é feito de bugue pela estrada que atravessa de leste-oeste a TI Barra Velha passando pelas aldeias Meio da Mata e Boca da Mata até a portaria do parque onde é possível o turista realizar as trilhas existentes e subir o Monte Pascoal. O retorno é feito no mesmo dia pelo mesmo trajeto. Esta estrada também é realizada esporadicamente de bicicleta e caminhando com paradas para descanso e/ou pernoite nas aldeias. Existe potencial de formatar esta oferta atual inserindo temas a serem abordados durante o trajeto pelo bugueiro ou condutor de bicicleta, envolvendo parada nas aldeias e mirantes (**FIGURA 4.6.2-14; 4.6.2-15**). O retorno sendo feito pela estrada do parque onde é possível conhecer ações de reflorestamento e observar ecossistemas da Mata Atlântica, diferenciando a paisagem e os temas abordados entre os trajetos. O funcionamento da operação deste roteiro precisa de uma integração entre as aldeias e os prestadores de serviço em conjunto com o ICMBio e FUNAI. As infraestruturas identificadas como necessárias para formatação desta oferta em potencial são: obras de melhoria na estrada; ponto de apoio para comercialização de alimentos e bebidas e artesanato nas aldeias; pousada e/ou camping nas aldeias; toailete público; aluguel de bicicletas

adequadas; placas interpretativas e de sinalização na estrada; rádio VHF e Kit 1º socorros. Os serviços identificados como necessários são: reciclagem para atualização dos atuais condutores qualificados e capacitação de novos das aldeias Barra Velha, Porto do Boi, Meio da Mata, Xandó e Bujigão. Nesta capacitação envolver treinamento necessário para condução da atividade de ciclismo. Estes condutores precisam de capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio. Capacitação, credenciamento e autorização dos bugueiros; serviço de alimentação das aldeias Meio da Mata e Boca da Mata envolvendo a produção de alimentos destas aldeias. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica nas aldeias; apresentações culturais Pataxó na aldeia Meio da Mata onde existe Centro Cultural; agenciamento para transporte dos visitantes pelos bugueiros e parcerias para divulgação e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CB e CD. Este potencial roteiro é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo de grande interesse capaz de, por si só, motivar visitantes interestaduais e regionais interessados em atividades na Mata Atlântica, conhecer patrimônios naturais e históricos e interagir com a cultura Pataxó. Sua potencialidade de atratividade aumenta se ocorrer melhorias de infraestrutura e serviços sugeridos.



FIGURA 4.6.2–14 – Potencial ponto de mirante na estrada. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.6.2–15 – Centro cultural da aldeia Meio da Mata. Foto: Carlos Ferraz

O turismo no parque possui potencial de integração com as atividades turísticas da RESEX Corumbau e a TI Barra Velha. Neste diagnóstico foram identificadas ações sendo iniciadas que envolvem o desenvolvimento de atividades turísticas integrando estas três áreas protegidas. Ressalta-se que ordenamento e a gestão desta interação irá necessitar de envolvimento e exercício de ações conjuntas entre indígenas, FUNAI e ICMBio, considerando que as TI's no momento não apresentam uma regulamentação da atividade o que limita atuação da FUNAI neste âmbito.

Como exemplo de atividades integradas entre o PNH do Monte Pascoal, RESEX Corumbau e TI Barra Velha existe o Passeio de Bugue Corumbau / Caraíva que ocorre no interior do parque e da TI Barra Velha e no entorno direto da RESEX Corumbau. Este roteiro é caracterizado no **ANEXO III** e na página 129 deste documento, podendo ser considerado uma atividade de visitação que envolve diretamente as três áreas protegidas.

4.6.3 Limites e oportunidades do uso público do Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal.

Os limites e oportunidades para implantação e gestão do uso público no PNH do Monte Pascoal foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público do PNH do Monte Pascoal estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: a) instrumentos de gestão; b) pessoal e estrutura para gestão; c) inclusão dos prestadores serviço e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviços de apoio a visitação (**TABELA 4.6.3-1**).



Os limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: a) serviços de apoio à visitação; b) infraestruturas de apoio à visitação; c) divulgação e comercialização (**TABELA 4.6.3-2**).



TABELA 4.6.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público do PNH do Monte Pascoal

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | O Plano de Manejo foi publicado em 1978 e não ocorreu a revisão necessária para nortear gestão do uso público atual; a gestão compartilhada da UC não gerou instrumento específico para uso público na UC; a situação de indefinição sobre a nova demarcação da TI Barra Velha limita a elaboração de um instrumento de gestão do uso público atual da área. | A PNGATI estabelece diretriz para gestão compartilhada de UC's e TI's em caso de sobreposições; já ocorrem diálogos e ações entre ICMBio, Pataxó e FUNAI para gestão compartilhada da UC envolvendo uso público. |
| Pessoal e estrutura para gestão | A UC apresenta número insuficiente de pessoal para gestão do uso público; o número de veículos e outros equipamentos são insuficientes para gestão das atividades, sendo direcionado especialmente para ações de proteção e fiscalização. | A ação conjunta entre ICMBio, FUNAI e Pataxó pode potencializar o número de pessoal e equipamentos de apoio para gestão das atividades de uso público na área. A parceria e atuação conjunta com a RESEX Corumbau também pode proporcionar uma melhor gestão. |
| Envolvimento dos prestadores de serviços de apoio à visitação e comunidades do entorno | Conselho Consultivo não apresenta um GT ou comissão específica para uso público na UC; existem ilícitos no parque efetuados por alguns grupos de Pataxó que provocam conflitos entre ICMBio e os indígenas podendo atrapalhar acordos estabelecidos na gestão compartilhada do uso público; a não regulamentação do turismo em TI's limita uma atuação mais proativa da FUNAI na participação; a questão fundiária da região que envolve a demarcação da TI e a sobreposição com o parque, sendo muitas vezes distorcidas pelos meios de mídia promovem uma visão negativa da área no trade turístico limitando seu envolvimento. | Conselho consultivo se reúne periodicamente e possui membros Pataxó que atuam na prestação de serviços turísticos na UC; existe previsão de publicação no início de 2015 da IN para regulamentação do turismo em TI's. |



TABELA 4.6.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Serviços de apoio à visitação | Os condutores de visitantes e os bugueiros Pataxó não são cadastrados e autorizados para prestarem serviços na UC; metade dos condutores de visitantes e os bugueiros Pataxó que atuam prestando serviços na UC não realizaram as capacitações necessárias para atuarem no parque; os condutores de visitantes Pataxó que realizaram capacitação em 2008, necessitam de reciclagem para atualizar e ampliar sua qualificação; os serviços de alimentação e hospedagem em aldeias Pataxó do entorno da UC não estão qualificados para tal. | Existem condutores que realizaram curso; o SEBRAE e SENAC da região demonstram interesse de realizar capacitações em turismo na CB; a IN N° 8 – ICMBio e as normas da ABNT/MTur estabelece o conteúdo necessário para capacitação dos condutores de visitantes e os bugueiros; os Pataxó realizam apresentações culturais e artesanatos que podem ser inclusos nos produtos a serem formatados; as localizações das aldeias Pataxó em relação ao parque e os potenciais atrativos do seu entorno possibilitam envolvimento destas comunidades na prestação de serviços (alimentação e hospedagem) que podem favorecer geração de renda e fomentar produções agroecológicas tradicionais. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | As trilhas no parque apresentam necessidade de obras, instalação de placas interpretativas, manejo e monitoramento; o Centro de Visitantes encontra-se interditado por: estrutura de telhado condenado, não possui exposição e não tem captação de água; existem apenas placas de sinalização e indicativas que não se inserem em um planejamento de interpretação ambiental; o local de visitação não tem acesso a água potável; a estrada do parque que conecta a portaria com Barra Velha possui trechos necessitando de reforma e manutenção periódica; não existe equipamento de comunicação (funcional na trilha) e de 1º socorros em caso de acidentes. | As instâncias de governança da CB demonstram interesse em dialogar com poderes públicos em prol de infraestruturas necessárias para viabilizar o turismo na região; existe previsão do ICMBio em realizar obras para melhoria da estrada que conecta UC a TI Barra Velha; importância socioambiental do parque promove a possibilidade de captação de recurso por projetos e fundos para instalação e manutenção de infraestruturas necessárias; durante o curso de condutores de visitantes Pataxó foi elaborado com os participantes um plano de emergência do parque que precisa ser avaliado o seu funcionamento atual. |



TABELA 4.6.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal (continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | As ofertas que existem na UC não apresentam característica de produto ecoturístico formatado onde é parte integrante: atrativos, infraestrutura, serviços, promoção e sustentabilidade socioambiental; não foi identificado agências de turismo emissivas divulgando e comercializando as ofertas do parque, apenas timidamente em algumas agências receptoras da CB e CD; o destino CB e CD possuem majoritariamente ofertas direcionadas para atividades na praia e mar atraindo principalmente público motivado para esta experiência; a divulgação e promoção das ofertas do parque atingem número pequeno de pessoas e sem especificidade de perfil; a sazonalidade da visitação dificulta a continuidade das ações estabelecidas para organização da visitação. | O parque e principalmente o Monte Pascoal possui potencial para o turismo pedagógico devido sua representatividade histórica transmitidas em quase todas as escolas brasileiras; o parque possui plano de divulgação elaborado em 2008 que pode ser avaliado e nortear algumas estratégias de divulgação das suas ofertas; as possibilidades de interação com a visitação da RESEX Corumbau e a TI Barra Velha, podendo incluir outras UC's, pode fortalecer atratividade do parque; as instâncias de governança da CB e CD demonstram interesse em promover de forma integrada os atrativos naturais e culturais das ZT's. |

4.7 USO PÚBLICO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES

A REVIS do Rio dos Frades foi criada em 21 de dezembro de 2007 pelo Decreto federal s/n° com objetivo estabelecido de preservar áreas de restinga arbórea e herbácea, manguezal e trecho do rio dos Frades, envolvendo sua foz. Sua área de 898,67 ha faz limite com a praia de Itaquena apresentando grande relevância ecológica e de beleza cênica possibilitando atividades de educação ambiental e recreação a partir de ordenamento estabelecido em Plano de Manejo (**FIGURA 4.7-1**).

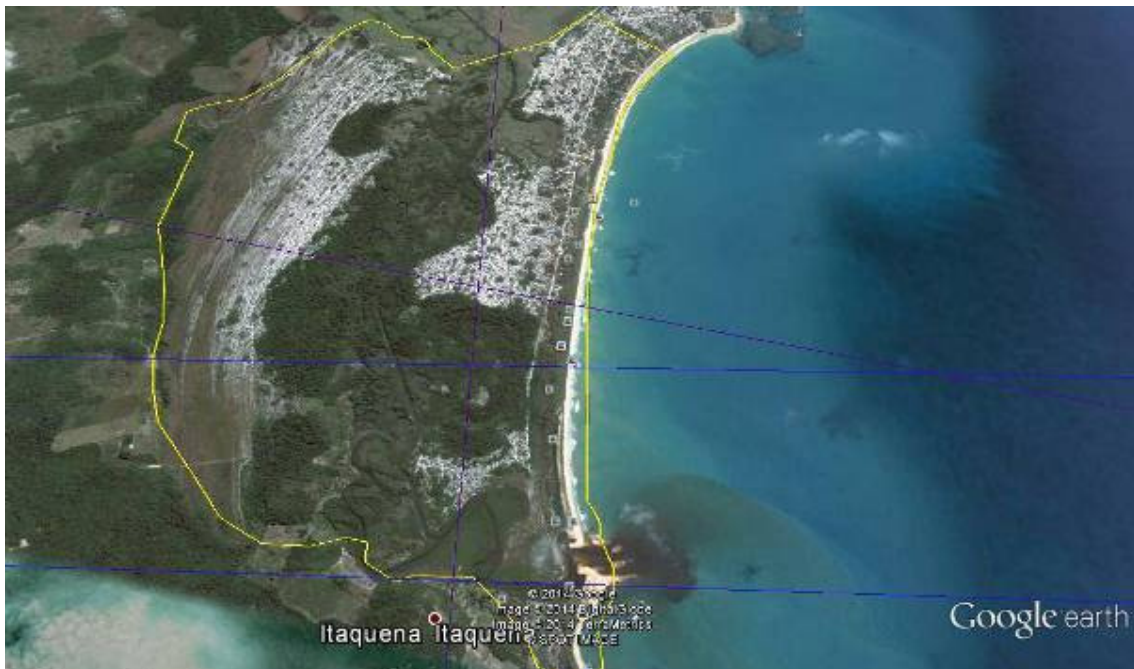


FIGURA 4.7-1 – Área da REVIS do Rio dos Frades. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2137-revis-rio-dos-frades.html>

Esta UC fica localizada no sul do município de Porto Seguro em uma região de praias que atraem fluxo turístico principalmente em períodos de verão, de dezembro a março, considerado alta temporada.

4.7.1 Caracterização da gestão do uso público no Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

A área da UC em conjunto com a praia de Itaquena é uma localidade diferenciada no litoral da região por razão do estado de conservação dos seus ecossistemas e paisagem. A praia de Itaquena ainda apresenta fluxo pequeno, comparado às praias próximas, mas por razão do fomento do turismo na região e sua atratividade que integra a foz do rio dos Frades demonstra que este fluxo



tende a crescer o que releva a necessidade de planejamento e ordenamento do uso público da UC que envolve acesso à praia e uso do rio dos Frades.

Atualmente a gestão da UC possui dois servidores analistas ambientais sendo um o chefe da UC. Ambos realizam atividades direcionadas para administração, proteção e fiscalização da área. Esta equipe conta com veículo terrestre para as atividades de campo na UC e o escritório administrativo que fica localizado na CR 7 do ICMBio em Porto Seguro sede. Além da equipe do ICMBio a gestão da UC envolve a participação do seu Conselho Consultivo formado pelos seguintes representantes: instituição de meio ambiente do estado da Bahia; poder público municipal; Marinha do Brasil (Capitania dos Portos); instituição de ensino federal com atuação na região; colônia de pesca e ANAC; proprietários de terra no interior da UC; instituição ambiental privada de atuação na região; associações das comunidades do entorno. Este conselho identifica necessidade de planejamento, ordenamento e fomento das atividades de visitação na área.

O chefe da REVIS e o analista ambiental observam no uso público oportunidade, através de planejamento e gestão, de apoio ao monitoramento e fiscalização a partir da maior circulação de pessoas locais e turistas e servidores na área o que pode coibir ilícitos. Identificam também que o turismo na UC possui potencial de ser vetor do desenvolvimento social e econômico nas comunidades do entorno e nos proprietários através da geração de renda e inclusão profissional na prestação de serviços de apoio a visitação ocasionando reconhecimento destes sobre importância da conservação da UC.

Toda extensão da REVIS do Rio dos Frades encontra-se dividida em sete propriedades privadas, destas uma apresenta quase totalidade da UC no qual o seu proprietário demonstra objetivo de loteamento e também construção de um complexo de bangalôs para hospedagem com previsão de serviços e estrutura de alto custo, mas de acordo com seu funcionário de baixo impacto ambiental. Este proprietário em passado recente foi multado pela fiscal da UC devido criação de Búfalo no interior da área causando danos ambientais na REVIS, o que causou problemas de relações. Os outros proprietários são famílias que vivem da agricultura familiar e pecuária no entorno da área. Destaca-se a família da senhora Arcanja que vive próximo ao manguezal do rio dos Frades que além da produção agrícola familiar são pescadores e marisqueiros (**FIGURA 4.7.1-1;4.7.1-2**).



FIGURA 4.7.1-1 Farinheira da Senhora Arcanja na REVIS Rio dos Frades. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.1-2 Porto e canoas da família no rio dos Frades. Foto: Carlos Ferraz

A situação fundiária da REVIS envolve a necessidade de participação dos proprietários na implantação do uso público na área, pois depende dos seus interesses em ter visitação nas propriedades. Existe no Conselho Consultivo um GT formado especificamente pelo ICMBio e os proprietários com objetivo de proporcionar um trabalho conjunto de gestão da área com estes agentes envolvidos. De acordo com as entrevistas este GT não está funcionando devido à falta de participação e interesse dos proprietários.

A REVIS do Rio dos Frades não possui Plano de Manejo e por esta razão não está aberta para visitação devido o ICMBio não apresentar instrumento de

gestão que regulamente e ordene a atividade no interior da área. A sua localização litorânea em uma área de fluxo turístico que é intensificada no verão ocasiona pressões de turistas e de moradores do entorno sobre o interesse de realizar atividades recreativas no seu interior, ressaltando o uso de estradas no interior da REVIS que possibilita acesso à praia de Itaquena e a foz do rio dos Frades.

No entorno da REVIS encontra-se a localidade de Itaporanga onde sua comunidade utiliza a área da REVIS para acesso a Praia de Itaquena e a foz do rio dos Frades para finalidades de pesca e lazer. Esta comunidade também observa que a visitação turística a praia pode proporcionar geração e distribuição de renda na localidade. A associação que representa esta comunidade participa do Conselho Consultivo da UC (**FIGURA 4.7.1-3**).



FIGURA 4.7.1-3 Praça de Itaporanga. Foto: Carlos Ferraz

A demanda comunitária e do setor de turismo sobre o acesso a praia e a foz do rio dos Frades colaborou para ser elaborado o Estudo de Viabilidade de Acesso à Praia pela Comunidade de Itaporanga (PAT, 2011). Este documento indica os possíveis acessos à praia de Itaquena e rio dos Frades, recomendando como uma opção interessante o uso da estrada pelo interior da UC. Neste mesmo documento é ressaltado que o estudo traz recomendações de mínimo impacto para as intervenções necessárias e que a estrada deverá ser usada a partir da elaboração e publicação do Plano de Manejo da área que deve estabelecer as áreas de visitação e o seu ordenamento.

Cabe ressaltar que nesta região os acessos à praia são muitas vezes dificultados não apenas por condições precárias das estradas, mas também por interesse de proprietários de casa de veraneio, empreendimentos hoteleiros e imobiliários de manterem as praias desta região uma área seletiva onde apenas um público de poder aquisitivo alto frequente e com isso

mantenha os altos preços dos imóveis e serviços hoteleiros existentes (**FIGURA 4.7.1-4**).



FIGURA 4.7.1-4 Portaria de condomínio restringindo acesso público a praia no entorno da REVIS Rio do Frades. Foto: Carlos Ferraz

Os fatos de a UC ser de proteção integral e ter toda sua demarcação abrangida por propriedades privadas em uma área de interesse de uso turístico com principal finalidade de acesso, inclusive privado, a praia, demonstram um contexto peculiar que deve influenciar nas formas de planejar e gerir o uso público nesta área protegida.

4.7.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

O principal acesso rodoviário a REVIS é feito pela estrada de terra que interliga a localidade de Trancoso a Praia do Espelho e Caraíva. Esta estrada apresenta fluxo, que aumenta significativamente no verão, de automóveis particulares, taxi e Vans de agências de turismo que tem como destinos principais a Praia do Espelho e Caraíva, localidades que representam área contígua da RESEX Corumbau. Durante este trajeto existe opção de parada em um centro de vendas de artesanato Pataxó na TI Imbiriba. Esta parada é feita periodicamente pelas Vans das agências que inseri atividade no passeio para as praias. Este passeio é vendido pelas agências de turismo receptivas de Trancoso, Arraial D'ajuda e Porto Seguro sede (**FIGURA 4.7.2-1; 4.7.2-2**).



FIGURA 4.7.2-1 – Vans das agências de turismo na TI Imbiriba. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.2-2 – Ponto de artesanato Pataxó na TI Imbiriba. Foto: Carlos Ferraz

Durante o trajeto estes veículos também transitam na localidade de Itaporanga, próximo a TI, mas esporadicamente ocorre parada de turistas neste local. Deste fluxo turístico que circulam nesta estrada poucos param nas proximidades da REVIS para conhecer a foz do rio dos Frades e a praia de Itaquena. Estes dois atrativos são visitados principalmente por moradores de Itaporanga, Trancoso e veranistas que possuem propriedades nos condomínios das proximidades e acessam os atrativos caminhando pelas praias. Existem esporadicamente grupos de turistas que passam pela praia realizando caminhadas com pernoite (*Trekking*) onde o trajeto geralmente planejado é de Caraíva a Trancoso, nesta atividade as proximidades do rio dos Frades é um local escolhido para acampamento.

As atividades de visitação identificadas na REVIS e entorno direto foram: **a)** banho de mar, caminhada e contemplação na praia de Itaquena estando no entorno direto da UC; **b)** banho de rio, acampamento e contemplação na foz do rio dos Frades no interior da UC; **c)** piquenique, churrasco, acampamento e pesca esportiva no rio dos Frades no interior da UC (**FIGURA 4.7.2-3**); **d)** trilha de quadriciclo no interior da UC operacionalizada e comercializada por agências de turismo receptivas instaladas em Trancoso. Estas trilhas são feitas em áreas de restinga conservadas e degradadas (**FIGURA 4.7.2-4**).



FIGURA 4.7.2-3 – Acampamento irregular na UC na margem do rio dos Frades. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.2-4 – Área degradada de restinga utilizada como trilha de quadriciclos. Foto: Carlos Ferraz

As estradas de acesso aos atrativos da UC são geralmente de areões onde veículos não tracionados possuem dificuldade de locomoção, este fator junto com ausência de sinalização nas estradas sobre o local ocasiona pouco fluxo de turistas na UC e na praia de Itaquena.

Um dos proprietários abordados demonstrou interesse em estruturar uma pousada em sua fazenda onde ofereça atividades relacionadas ao turismo rural e a visitação a praia de Itaquena através de trilha em área de restinga. No momento ele possui alguns quartos suíte que aluga esporadicamente a turistas que visitam a região e que fica anexa a sede da fazenda. Esta estrutura receptiva e a sede fica no entorno da UC próximo ao limite **(FIGURA 4.7.2-5)**.



FIGURA 4.7.2-5 – Vista da REVIS na fazenda (Mirante). Foto: Carlos Ferraz

Será apresentada a caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos identificados na planilha de inventário **(ANEXO VI)** anexa e integrada a este documento. Os atrativos e potenciais identificados serão indicados durante a caracterização. Neste documento será apresentado um mapa da limitação da UC com localização dos potenciais atrativos identificados **(FIGURA 4.7.2-6)** e uma síntese da caracterização de cada.



FIGURA 4.7.2-6. Localização dos Potenciais Atrativos da REVIS Rio dos Frades. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação da REVIS Rio dos Frades; Linha Azul – Estradas (areião) de acesso a UC. 1 – Ponta de Itaquena; 2 – Potencial Ponto de Apoio (pousada Carlos); 3 – Trilha de Quadríciclo (Irregular); 4 - Potencial Trilha na Restinga; 5 – Potencial Ponto de Apoio no rio dos Frades (Propriedade da Arcanja); 6 – Potencial Trilha na Restinga; 7 – Foz do rio dos Frades; 8 – Praia de Itaquena.



Praia de Itaquena (Atrativo) – (ANEXO VI):

Características gerais: atrativo consiste em praia semi-deserta com vegetação de restinga conservada e significativa beleza cênica, com extensão aproximada de 5 Km (**FIGURA 4.7.2-7**). Nesta praia encontra-se a foz do rio dos Frades. A visitação ocorre principalmente no período de verão por moradores do entorno e turistas que estão visitando a CD e CB, estando alguns hospedados em casas veranistas ou meios de hospedagem nas praias vizinhas. Na praia é realizado banho de mar, contemplação, caminhada e pesca esportiva. No verão a única residência localizada na margem da praia realiza serviço informal de camping aos visitantes (**FIGURA 4.7.2-8**). As infraestruturas identificadas como necessárias para melhoria e regulamentação do acesso a praia pela REVIS e ordenamento da visitação na praia são: placas interpretativas e sinalização da REVIS; trilha interpretativa na restinga no trajeto de acesso a praia; estacionamento sinalizado, demarcado e definida a sua capacidade de suporte; melhoras na estrada para viabilizar acesso a veículos não tracionados; ponto de apoio próximo à praia com toailete e escritório para monitoramento e apoio a visitação; receptivos de alimentação e hospedagem nas áreas dos proprietários interessados (camping e/ou pousada); acesso água potável; Rádio VHF; Kit 1o socorros; lixeiras. Os serviços identificados como necessários para melhoria e ordenamento da visitação a este atrativo são: condutores de visitantes - capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN n°8 - ICMBio. Envolver comunidades do entorno e família de proprietário interessado. Nesta capacitação ressaltar os estudos das espécies da restinga e do manguezal e planejamento e manejo de trilhas possibilitando os próprios condutores realizarem as obras e manutenções necessárias; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos dos proprietários e comunidades do entorno. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica; hospedagem nas áreas dos proprietários ou entorno; coleta de lixo; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização do passeio nos núcleos receptores da CD. Este atrativo é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em praias semi-desertas que apresenta beleza cênica e paisagem com poucas interferências. Sua potencialidade de atratividade aumenta se ocorrer melhorias de infraestrutura e serviços sugeridos e for formatado e divulgado roteiros envolvendo outros atrativos da UC e entorno.



FIGURA 4.7.2-7 – Praia de Itaquena. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.2-8 – Área utilizada para camping no verão. Foto: Carlos Ferraz

Rio dos Frades (Atrativo) – (ANEXO VI):

Características gerais: atrativo rio dos Frades apresenta uma área estuarina com mata ciliar de mangue com trechos de transição da restinga e sua foz na praia de Itaquena. Atualmente a visitação neste rio ocorre em sua foz, local mais visitado, para banho, contemplação e acampamento associada à visita a praia de Itaquena (**FIGURA 4.7.2-9**). O ponto Porto da Arcanja localiza-se na propriedade da família da Arcanja que são pescadores e marisqueiros. Neste local esporadicamente ocorre visitantes que acampam e realizam prática de pesca esportiva embarcados no rio. O ponto que foi denominado Porto de



apoio localiza-se em área de restinga, próximas a alagados, onde esporadicamente ocorre acampamento irregular para lazer e pesca esportiva de visitantes que geralmente residem em localidades próximas a REVIS (**FIGURA 4.7.2-10**). Este atrativo, envolvendo estas três localidades, possui atrativo de desenvolver atividades de canoagem direcionadas a prática do esporte em áreas naturais, observação de fauna e flora e interação com família de pescadores artesanais. Destaca-se a foz do rio dos Frades como local de maior beleza cênica do atrativo. As infraestruturas necessárias para o desenvolvimento destas atividades neste atrativo são: canoas, caiaque e *Stand up*; placas interpretativas e sinalização da REVIS; estacionamento sinalizado, demarcado e definido sua capacidade de suporte. Considerar estacionamento para foz do rio dos Frades e Arcanja e outro no Porto de apoio; melhoras na estrada para viabilizar acesso a veículos não tracionados; ponto de apoio próximo à foz do rio dos Frades (mesmo da praia Itaquena) com toailete e escritório para monitoramento e apoio a visitação; ponto de apoio com toailete no porto da Arcanja e no Porto de apoio; receptivos de alimentação e hospedagem nas áreas dos proprietários interessados (camping e/ou pousada); acesso água potável; Rádio VHF; Kit 1o socorros; lixeiras. Os serviços necessários são: condutores de visitantes - capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio. Envolver comunidades do entorno e família de proprietário interessado. Nesta capacitação ressaltar os estudos das espécies da restinga e do manguezal e atividades de canoagem; serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos dos proprietários e comunidades do entorno. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica; hospedagem nas áreas dos proprietários ou entorno; coleta de lixo; agenciamento dos passeios de canoagem, envolvendo aluguel de equipamentos. Serviço precisa ser regulamentado na UC, podendo envolver as três categorias possíveis: autorização, permissão e concessão; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização dos passeios nos núcleos receptores da CD. Este atrativo é caracterizado como **Hierarquia 1** sendo de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades em praia e rios estuarinos conservados, para prática de canoagem, observação de fauna e flora e contemplação. Sua potencialidade de atratividade aumenta se ocorrer melhorias de infraestrutura e serviços sugeridos e formatado e divulgado roteiros envolvendo outros atrativos da UC e entorno.



FIGURA 4.7.2-9 – Foz do rio dos Frades. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.2-10 – Porto de apoio rio dos Frades. Foto: Carlos Ferraz

Trilhas na restinga (Potencial) – (ANEXO VI):

Características gerais: na REVIS foram identificadas três áreas de restinga com potencial para implantação de trilhas de usos distintos: **a)** duas localidades com potencial para implantação de trilha interpretativa em área de restinga arbórea e herbácea conservada com trilha semiaberta (**FIGURA 4.7.2-11; 4.7.2-12**). As duas trilhas apresentam potencial para desenvolver atividades de observação de fauna e flora e educação ambiental neste ecossistema, proporcionando informar e sensibilizar os visitantes sobre sua importância. A diferença entre as duas localidades é a facilidade de acesso e estado de conservação. Para definição de qual local seria utilizado para implantação da trilha precisa ser avaliado em conjunto com os proprietários qual teria mais viabilidade, considerando impactos, necessidades de interferências e interesse dos proprietários; **b)** uma trilha utilizada irregularmente para passeios de



quadriciclo comercializado em agência de turismo receptiva instalada em Trancoso. Necessário estabelecer em Plano de Manejo o trajeto e a implantação da trilha para este tipo de atividade. No planejamento da trilha definir capacidade de suporte e monitoramento de impactos. As infraestruturas identificadas como necessárias para implantação e funcionamento das trilhas na restinga são: implantação das trilhas; quadriciclos; placas interpretativas e sinalização da REVIS; estacionamento sinalizado, demarcado e definida a capacidade de suporte. Considerar estacionamento para as duas trilhas a serem implantadas; melhoras na estrada para viabilizar acesso a veículos não tracionados; ponto de apoio próximo à entrada das trilhas com toalete; receptivos de alimentação e hospedagem nas áreas dos proprietários interessados (camping e/ou pousada); acesso água potável; Rádio VHF; Kit 1o socorros; lixeiras. Os serviços identificados como necessários são: condutores de visitantes - capacitação, credenciamento e autorização da UC conforme a - IN nº8 - ICMBio. Envolver comunidades do entorno e família de proprietário interessado. Nesta capacitação ressaltar os estudos das espécies da restinga e condução do quadriciclo (condutores habilitados); serviço de alimentação envolvendo a produção de alimentos dos proprietários e comunidades do entorno. Este serviço deve estimular a produção agroecológica e a culinária típica; hospedagem nas áreas dos proprietários ou entorno; coleta de lixo; agenciamento dos passeios de quadriciclo, envolvendo aluguel de equipamentos; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização das trilhas nos núcleos receptores da CD. Este potencial é caracterizado como **Hierarquia 2** sendo de interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades educativas e de aventura em áreas naturais litorâneas, com potencial de desenvolver produtos para dois públicos distintos. Trilha de quadriciclo na restinga motiva público com interesse em atividades de aventura em áreas naturais; Trilha interpretativa na restinga motiva público com interesse em atividades educativas e de observação de fauna e flora. Potencialidade de atratividade aumenta se ocorrer melhorias de infraestrutura e serviços sugeridos e ser formatado e divulgado roteiros envolvendo outros atrativos da UC e entorno.



FIGURA 4.7.2-11 – Área potencial para trilha na restinga herbácea. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.7.2-12 – Área potencial para trilha na restinga arbórea. Foto: Carlos Ferraz.



4.7.3 Limites e oportunidades do uso público do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

Os limites e oportunidades para planejamento, implantação e gestão do uso público na REVIS Rio dos Frades foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público na REVIS do Rio dos Frades estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos prestadores serviços, proprietários e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (**TABELA 4.7.3-1**).

Os limites e oportunidades dos atrativos e potenciais ecoturísticos da REVIS do Rio dos Frades estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização (**TABELA 4.7.3-2**).



TABELA 4.7.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público na REVIS Rio dos Frades

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | Não existe plano de manejo e/ou documento norteador para implantar e gerir o uso público na REVIS Rio dos Frades. | A equipe da REVIS tem previsão de elaboração e publicação do Plano de Manejo até 2015; os estudos de socioeconomia e de acesso a praia realizados sobre o entorno da UC, envolvendo os servidores do ICMBio, pode colaborar com informações na elaboração do Plano de Manejo. |
| Pessoal e estrutura para gestão | A UC apresenta número insuficiente de pessoal para gestão do uso público; o número de veículos e outros equipamentos são insuficientes para gestão das atividades a serem implantadas, sendo direcionado especialmente para ações de proteção e fiscalização; não existe instalações de apoio ao ICMBio na UC ou no seu entorno direto. | Conselho Consultivo formado envolve os proprietários e comunidades do entorno, podendo ser considerado potencial apoio para gestão das atividades na UC. |
| Envolvimento dos prestadores de serviços de apoio à visitação e comunidades do entorno | Toda área da UC é constituída por propriedade privada, a implantação de atividades uso público na UC dependerá de acordos entre proprietários e ICMBio; proprietário foi autuado pelo ICMBio por crime ambiental no interior da UC, provocando convivência conflituosa; Conselho Consultivo não apresenta um GT ou comissão específica para tratar do processo de implantação uso público na UC; existe visitação irregular realizada ou fomentada por agentes das comunidades e localidades do entorno. | Conselho consultivo se reúne periodicamente e possui membros proprietários e agentes do entorno interessados na implantação do uso público na UC; o entorno da UC é uma área que apresenta como principais geradores de renda o turismo em praias e áreas naturais. A área da UC é considerada pelos agentes do entorno importante potencial para o desenvolvimento do turismo e gerador de renda para localidade. |



TABELA 4.7.3-2 – Limites e oportunidades dos atrativos e potenciais ecoturísticos da REVIS Rio dos Frades

| ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Serviços de apoio à visitação | Os serviços que ocorrem (trilha de quadriciclo; camping na foz do rio dos Frades) estão irregulares na UC; não existe mão de obra qualificada na região para trabalhar os serviços necessários para implantação das atividades potenciais; a prestação dos serviços necessários dependerá do interesse dos proprietários. | A UC está localizada em uma ZT que apresenta serviços turísticos diversos que podem ser inseridos na visitação a partir de uma capacitação específica para atuar na UC; o SEBRAE e SENAC local apresenta interesse de realizarem cursos de qualificação de serviços turísticos na CD; foi identificado interesse de alguns proprietários e comunidades do entorno de prestarem serviços turísticos de apoio à visitação na UC como meio de obter renda. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | A UC não apresenta infraestrutura de apoio à visitação instalada no interior da UC; a instalação de infraestruturas de apoio à visitação necessárias dependerá de acordos entre ICMBio e proprietários. | Foram identificados iniciativa de um proprietário investir na infraestrutura de apoio à visitação na UC; existe financiamento para pequenos e médios empreendedores, onde o acesso é facilitado por estar localizado em uma área priorizada para o turismo. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | A comercialização da oferta identificada (trilha na restinga em quadriciclo) é feita de maneira irregular na UC. | A região de entorno direto é um destino turístico reconhecido internacionalmente; praia de Itaquena e a foz do Rio dos Frades são reconhecidas pelo trade turístico da região e por turistas como área de relevante potencial turístico; a Câmara de Turismo da CD apresenta interesse de promover e divulgar atrativos da região; a proximidade com RESEX Corumbau e PN do Pau Brasil possibilita a formatação de roteiros e sua divulgação de forma conjunta. |

4.8 USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

O PN do Pau Brasil foi criado pelo Decreto s/nº de 20 de abril de 1999 e ampliado pelo Decreto s/nº de 11 de junho de 2010 com objetivo de proteger significativo remanescente de Mata Atlântica com predominância de floresta ombrófila densa sobre tabuleiros costeiros do Brasil. A área atual da UC é de 19.027,2218 ha.

O parque fica localizado no município de Porto Seguro e representa importante fragmento florestal no Corredor Central da Mata Atlântica considerado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. A UC compõe o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (FIGURA 4.8-1; 4.8-2). A sua biodiversidade e localização em área de importância e fluxo turístico apresenta potencial atratividade para visitação e formatação de produtos ecoturísticos na CD.



FIGURA 4.8-1 – Área do PN do Pau Brasil. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/>

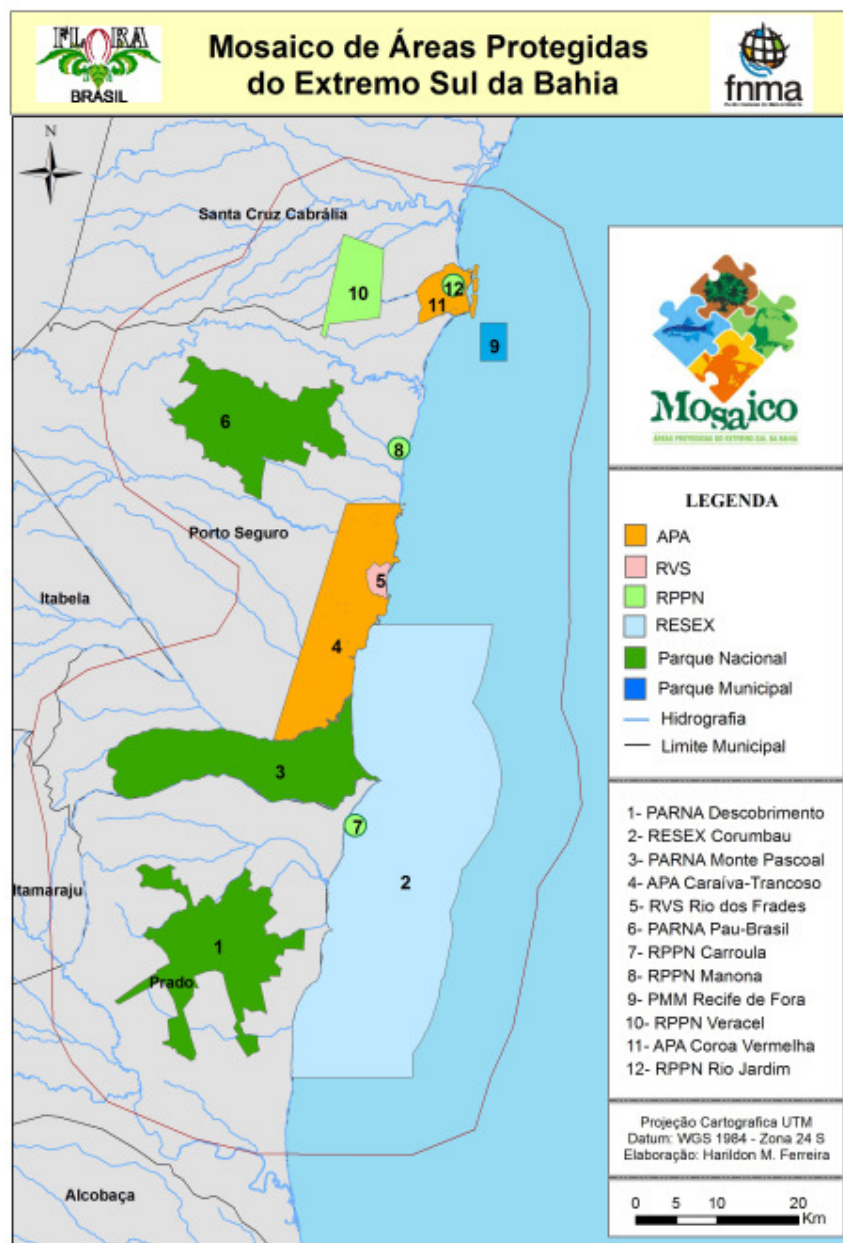


FIGURA 4.8-2 – PN do Pau Brasil (6) no Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia. Fonte: <http://mapesbahia.wordpress.com/about/qual-sua-area-de-abrangencia/>

4.8.1 Caracterização da gestão do uso público no Parque Nacional do Pau Brasil

O PN do Pau Brasil desperta questionamento e interesses do entorno sobre a possibilidade da visitação no interior da UC. Este interesse é acentuado pela



sua localização e o acesso em estrada de asfalto através de núcleos receptores de turismo com fluxo significativo na região, como Porto Seguro sede com aeroporto internacional, Arraial D'ajuda e Trancoso.

Em 2007 a gestão da UC através de apoio do Projeto Corredores Ecológico desenvolveu uma ação que visava iniciar diálogo com trade turístico da região e comunidades rurais do entorno sobre uso público no parque. A ação consistiu em realizar: **a)** oficina de capacitação em condução de visitantes em trilhas na Mata Atlântica, envolvendo como participantes agentes das comunidades rurais do entorno da UC e guias de turismo regional que atuam na CD; **b)** levantamento do perfil das agências de turismo de Porto Seguro; **c)** oficina de capacitação para formatação de roteiros ecoturísticos em áreas de Mata Atlântica na região do entorno do parque, envolvendo como participante as agências de turismo de Porto Seguro; **d)** diálogo sobre os processos necessários para planejamento e implantação do uso público em parques envolvendo Conselho Consultivo, trade turístico de Porto Seguro e agentes das comunidades do entorno interessados na atividade.

Como resultados principais destas ações destacam-se (OLIVEIRA, 2010; ARAUJO, 2007): **a)** os 14 guias regionais que participaram da oficina de capacitação para condução de visitantes apresentaram desconhecer técnicas de condução em trilhas na Mata Atlântica. A oficina serviu para introduzir estes agentes nesta prática profissional e também provocar avaliações que indicavam que o atual serviço destes guias não era direcionado para roteiros de ecoturismo e que necessitam de qualificações específicas para atuarem neste segmento na região; **b)** os 25 agentes das comunidades rurais do entorno que participaram da oficina de condução demonstraram conhecimento popular da Mata Atlântica da região com potencial interpretativo de ser inserido na condução em trilhas do parque e entorno. A oficina serviu para introduzir aos participantes informações científicas da Mata Atlântica e suas espécies na localidade, sobre funcionamento do turismo e sua cadeia produtiva na região e técnicas de condução de visitantes em trilhas na Mata Atlântica; **c)** levantamento e caracterização do perfil de 20 agências de turismo receptivas de Porto Seguro. Constatou-se que a maioria destas agências não possuem produtos ecoturísticos e que suas ofertas são de turismo de lazer em áreas naturais que não apresentam qualificações necessárias e compromisso socioambiental com os atrativos. Apenas em quatro agências foram identificadas iniciativas de formatações de produtos ecoturísticos que se encontravam em estágio de elaboração; **d)** diálogos e exercícios de formatação de roteiros de visitação em trilhas na Mata Atlântica no entorno da UC, envolvendo oito agências de turismo, 14 guias regionais e 25 agentes da comunidade do entorno. Nesta atividade foi possível identificar os potenciais ecoturísticos na Mata Atlântica do município como um diferencial necessário para sustentabilidade do turismo na região, reconhecendo os impactos negativos socioambientais que o modelo de turismo desenvolvido no município tem gerado; **e)** esclarecimentos ao Conselho Consultivo, *trade* turístico e comunidades rurais do entorno sobre o processo de planejamento e implantação do uso público na UC.



Nesta iniciativa foi constatado interesse destes agentes na participação do planejamento do uso público do parque e na formatação de roteiros de visitação em Mata Atlântica e áreas históricas do entorno. Consideraram que o parque representa potencial de novas ofertas na região como também possibilidade de motivar um processo de qualificação profissional direcionado para desenvolvimento de um turismo de baixo impacto socioambiental com atratividade para novos perfis de turistas e também de atender uma demanda reprimida já existente.

Após a realização desta iniciativa a implantação do uso público do parque ficou condicionada a elaboração e publicação do Plano de Manejo. O processo iniciado de participação destes agentes no diálogo sobre uso público na UC não teve continuidade efetiva durante o processo de construção do Plano de Manejo.

O Plano de Manejo do parque está passando por uma avaliação final para publicação. Durante processo de elaboração deste documento servidores do PN do Pau Brasil /ICMBio participaram de capacitações de planejamento e gestão de uso público especialmente planejamento e manejo de trilhas. A partir destas capacitações e de definições do zoneamento estabelecidas no Plano de Manejo em elaboração, foi possível planejar infraestruturas necessárias para apoio à visitação. Para instalação de parte desta infraestrutura foi estabelecida parceria com poder público municipal.

O parque encontra-se com parte da infraestrutura de visitação instalada e com Plano de Manejo a ser publicado. A equipe atual do parque são dois servidores analistas ambientais, sendo um chefe do parque, e dois servidores técnicos ambiental/administrativo. Destes servidores um possui capacitação para planejamento e manejo de trilhas e tem a função de acompanhar a implantação do uso público na área. Além dos servidores a UC conta com terceirizados fixos e temporários e funcionários cedidos pelo poder público municipal. Os funcionários cedidos estão realizando as instalações das infraestruturas de apoio a visitação sob orientação do analista ambiental capacitado (**FIGURA 4.8.1-1**).

Como infraestrutura de apoio para gestão do uso público o parque apresenta veículos terrestres tracionados, sede administrativa com escritórios equipados para fiscalização e proteção, rádio VHF, instalações de apoio para visitação e estradas de terra para acesso (**FIGURA 4.8.1-2**).



FIGURA 4.8.1-1 – Funcionários cedidos pela Prefeitura de Porto Seguro realizando instalações de infraestrutura de apoio a visitação. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.8.1-2 – Garagem e veículos do PN do Pau Brasil. Foto: Carlos Ferraz

O Conselho Consultivo do parque é atuante e possui representantes das comunidades do entorno e do trade turístico que participaram das capacitações realizadas em 2007. De acordo com o chefe da UC existe diálogo com conselheiros e representantes do setor turístico do município sobre o planejamento do uso público na UC. Este agente ressalta que o uso público deve ter como finalidade possibilitar comunidades do entorno e turistas da região conhecer e ter experiências educativas e recreativas em área de Mata Atlântica conservada promovendo valorização e apoio a proteção da área com

estes públicos. Observa que são necessárias capacitações dos serviços de apoio à visitação para envolver o trade turístico da região. Os serviços que identifica como necessários são: transporte aos atrativos, aluguel e roteiros de bicicletas, condutores de visitantes qualificados e operação de tirolesa e arvorismo em áreas estabelecidas. O gestor da UC observa que o serviço de condutores de visitantes tem que ser opcional, pois as trilhas estão planejadas para serem autoguiadas.

O chefe do parque considera que é necessário identificar os meios de regulamentar estes potenciais serviços de apoio no interior da UC. Os tipos e o funcionamento das modalidades a serem utilizadas para regulamentação adequada dos serviços precisam ser estabelecidos através de uma avaliação conjunta com a Coordenação de Uso Público e Negócios do ICMBio, considerando legislação.

4.8.2 Caracterização dos atrativos e potenciais ecoturísticos do Parque Nacional do Pau Brasil

O PN do Pau Brasil não apresenta histórico de visitação turística e recreativa em sua área, considerando período anterior e após a sua criação. A razão atual é pela UC não estar aberta para visitação e também por suas potencialidades serem desconhecidas pelo trade turístico da região e até pelas próprias comunidades do entorno (**FIGURA 4.8.2-1**). O fato deste desconhecimento atrai o interesse do trade turístico pela possibilidade de novas ofertas na região. Esporadicamente em alguns pontos da UC ocorrem atividades de educação ambiental com instituições de ensino da região, feitas a partir de agendamento e com a presença de servidores do parque.



FIGURA 4.8.2-1 – Placa de sinalização turística do parque junta com placa informativa da não permissão (temporária) a visitação no parque. Foto: Carlos Ferraz

Os acessos principais ao parque localizam-se na estrada entre Porto Seguro sede, Arraial D'ajuda e Trancoso, localidades que apresentam o maior fluxo turístico na CD e CB. Estas localidades possuem diversidades de serviços e infraestrutura turísticas, destacando o aeroporto internacional de Porto Seguro sede e o elevado número de leitos nos meios de hospedagem (PRODETUR NE II, 2002).

Este fluxo e a diversidade de atrativos e potenciais turísticos na região geraram a instalação de agências de turismo receptivas e formação de guias regionais. Estas empresas e prestadores de serviços realizam a formatação, promoção, comercialização e operação dos roteiros. Nas entrevistas realizadas as agências de turismo destas localidades informaram que existe uma carência por novos produtos que se diferencie dos atuais que são realizados principalmente em praias e áreas marinhas atendendo um público predominante na região que são motivados principalmente pela experiência "Sol e Praia" (**FIGURA 4.8.2-2**). Observa que este público está saturado na região e que existe uma demanda reprimida por produtos diferenciados e observam que trilha na Mata Atlântica em um Parque Nacional pode ser importante atrativo a ser inserido em um novo produto na região.



FIGURA 4.8.2-2 – Predominância de atrativos em praia e mar na divulgação das ofertas na agência de turismo em Arraial D'ajuda. Foto: Carlos Ferraz.

A possibilidade de visitação no parque desperta interesse do trade turístico da CD como uma possibilidade de gerar novas ofertas turísticas com diferencial que possa atender uma demanda reprimida já existente na região e atrair novas. Os agentes entrevistados ressaltaram que é necessário trabalhar a divulgação do parque e seus potenciais atrativos nos núcleos emissores devido a maior parte dos seus clientes já chegarem à região com os atrativos

definidos, poucos querem conhecer locais que desconhecem e/ou que não possui referencial em suas motivações que os levaram a viajar.

No entorno próximo do parque existe a localidade de Vale Verde sendo uma vila de importância histórica tombada pelo IPHAN, que apresenta potencialidade de ser um ponto de apoio aos visitantes do parque como também para atividades de visitação que valorize a história e arquitetura do local e sua beleza cênica do vale do rio Buranhém (**FIGURA 4.8.2-3**). Agentes desta localidade participaram das oficinas de capacitação em ecoturismo realizadas pelo parque em 2007 e sua comunidade possui representatividade no Conselho Consultivo. Existe diálogo entre ICMBio e comunidade sobre possibilidade de ações conjuntas em prol do desenvolvimento do turismo no parque e Vale Verde. Atualmente a visitação em Vale Verde ocorre através de turistas independentes ou organizados por agência que param apenas em comércio de ponto de apoio localizado no trecho da estrada no Vale Verde, acesso Arraial D'ajuda e Trancoso, geralmente para acessar serviços de alimentação que envolve a culinária local.



FIGURA 4.8.2-3 – Quadrado do Vale Verde, típica vila Jesuíta do período Brasil colônia. Foto: Carlos Ferraz.

O parque já apresenta como infraestrutura de apoio a visitação: **a)** placas de sinalização nas portarias (**FIGURA 4.8.2-4**); **b)** sede administrativa com sala para exposição (**FIGURA 4.8.2-5**); **c)** estacionamento para visitantes na sede administrativa (**FIGURA 4.8.2-6**); **d)** estradas de terra para acesso aos atrativos; **e)** trilhas abertas para visitação com acesso a potenciais pontos interpretativos; **f)** mirantes e áreas de piquenique estruturadas. Estas infraestruturas visam possibilitar as atividades nos potenciais atrativos indicados no Plano de Manejo a ser publicado, e/ou identificados pelos servidores do parque.



FIGURA 4.8.2-4 – Portaria do PN do Pau Brasil sinalizada. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.8.2-5 – Sala para exposição na sede administrativa do PN do Pau Brasil. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.8.2-6 – Sede administrativa e estacionamento do PN do Pau Brasil. Foto: Carlos Ferraz.



Para acessar os potenciais atrativos do parque existem estradas de terra. A partir do levantamento de campo realizado junto o chefe da UC junto, considerando o zoneamento do Plano de Manejo a ser publicado, foi identificada e indicada o uso de estradas que formam dois circuitos de visitação que possibilitam conhecer os potenciais atrativos identificados. Os dois circuitos apresentam características semelhantes, mas o uso dos dois irá possibilitar dispersar mais os visitantes na área evitando maior concentração o que ocasiona diminuição do impacto negativo sobre as áreas visitadas e a experiência do visitante.

Será apresentada a caracterização destes dois circuitos potenciais para visitação na UC na planilha de inventário (**ANEXO VII**) anexa e integrada a este documento. Estes dois circuitos identificados possuem potenciais atrativos que serão indicados durante a caracterização. Neste documento será apresentado um mapa com limitação da UC e os potenciais atrativos identificados em campo (**FIGURA 4.8.2-7**) e feita uma síntese da caracterização destes dois circuitos de visitação.

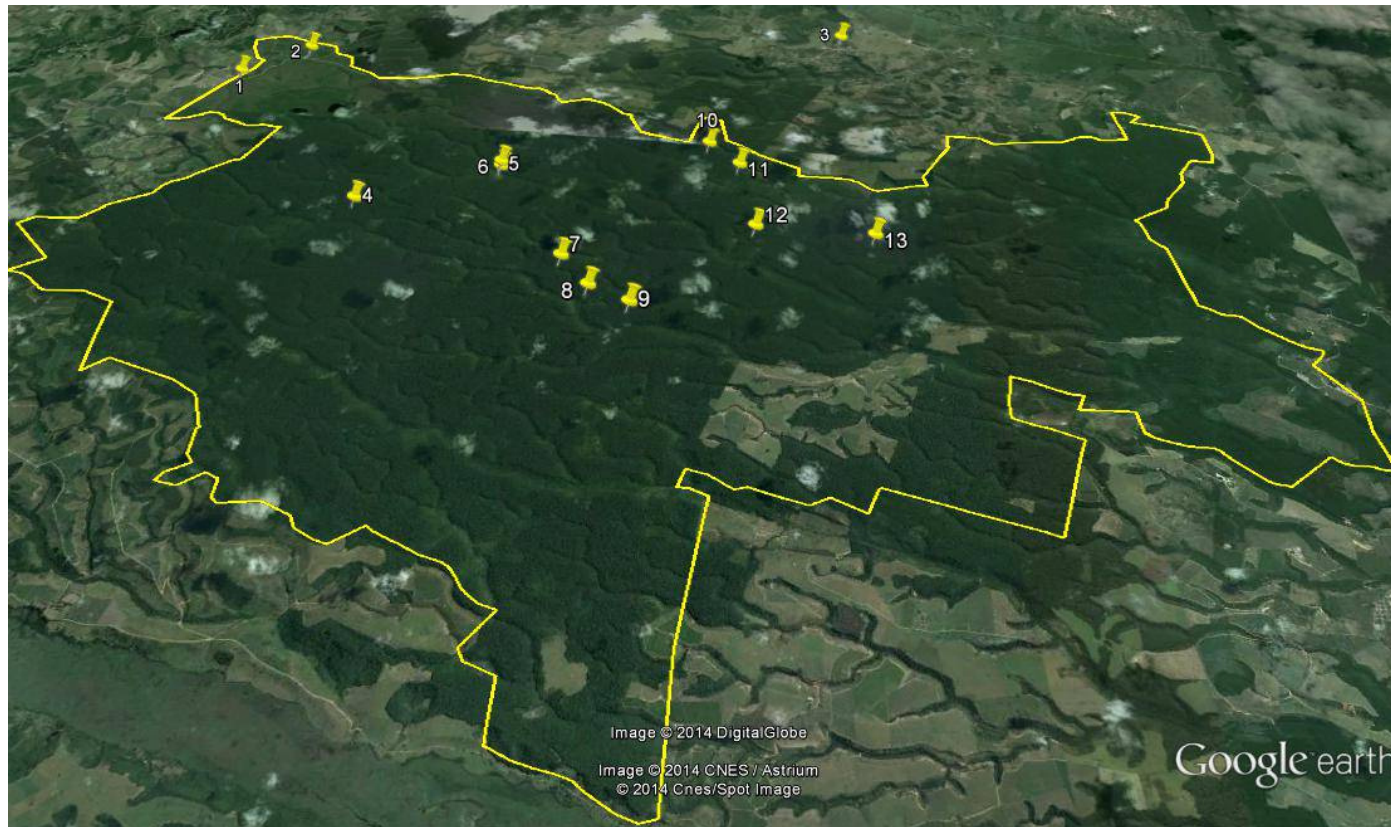


FIGURA 4.8.2-7. Localização dos Potencias Atrativos do PN do Pau Brasil. LEGENDA: Linha Amarela – delimitação do PN do Pau Brasil. 1 – Entrada do parque; 2 – Sede do Parque; 3 – Vale Verde (entorno da UC); 4 – Trilha Mussununga; 5 – Mirantes; 6 – Apoio Jaqueira; 7 – Acesso arborismo; 8 – Camping (potencial); 9 – Trilha Cachoeira/Patati; 10 – Trilha Pequi; 11 – Trilha Lagoa da Anta; 12 – Trilha da Preguiça; 13 – Trilha Pau Brasil.



Circuito Cachoeira (Potencial) – (ANEXO VII):

Características gerais: o circuito é caracterizado como uma rota turística que servirá como acesso aos potenciais atrativos do parque. A rota consiste na circulação do visitante no trajeto demarcado com paradas nos atrativos para atividades disponíveis visando proporcionar aos visitantes informações e integração com as áreas naturais do parque. Nesta rota poderá ser feito roteiros específicos onde os atrativos a ser visitados são definidos de acordo com objetivo do roteiro. Os potenciais atrativos são trilhas interpretativas, mirantes e a fauna e flora (**FIGURA 4.8.2-8; 4.8.2-9**). Nestes são possíveis realizar atividades de caminhada, banho, ciclismo, tirolesa, arvorismo e observação de fauna e flora. As infraestruturas necessárias para implantação e operação desta rota e suas atividades potenciais são: placas interpretativas das trilhas e estradas da rota; placas de acesso ao parque nas estradas da região; toaletes (construção e uso mínimo impacto) no ponto da Jaqueira ou Mirante Maracanã e na trilha do Patati; quiosque de ponto de apoio no Mirante Maracanã; demarcação com sinalização dos estacionamentos nos locais de acesso aos potenciais atrativos; implantação de trilha específica para bicicleta; instalação de estrutura para tirolesa entre os Mirantes Maracanã e Pau Brasil; implantação de trilha de acesso e instalação do sistema de arvorismo na área potencial identificada; instalação de exposição permanente na sede administrativa da UC; instalação de trilha interpretativa e mirante na área da sede administrativa da UC; instalação de rampa para acessibilidade de cadeirante no Mirante do Pau Brasil (acesso tirolesa); Kit de 1o socorros na operação; rádio VHF na operação. Os serviços necessários são: condutores de visitantes - conforme a - IN nº8 - ICMBio. Envolver comunidades do entorno e guias regionais de Porto Seguro sede, Arraial D'ajuda e Trancoso; serviço de transporte dos visitantes na rota; serviço de operação das atividades de tirolesa e arvorismo conforme ABNT/MTur específica; serviço de aluguel e operação dos passeios de bicicleta. Para regularização destes serviços no interior da UC deverá ser avaliado qual a modalidade adequada para cada (Concessão, permissão, autorização); planejamento, manejo e monitoramento da rota e os seus atrativos; receptivo na UC para informações; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização dos passeios nos núcleos receptores da CD; confecção de guias das trilhas e sua fauna e flora; serviço de vigilância na portaria de acesso. Este potencial atrativo é caracterizado como **Hierarquia 1** condicionada a implantação das atividades potenciais indicadas. Com as atividades em funcionamento o potencial atrativo é de interesse relevante capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades educativas, contemplativas e de aventura na Mata Atlântica.



FIGURA 4.8.2-8 – Mirante do Maracanã. Foto: Carlos Ferraz.



FIGURA 4.8.2-9 – Cachoeira da Trilha do Patati. Foto: Carlos Ferraz.

Circuito Pau Brasil (Potencial) – (ANEXO VII):

Características gerais: o circuito é caracterizado como uma rota turística que servirá como acesso aos potenciais atrativos do parque. A rota consiste na circulação do visitante no trajeto demarcado com paradas nos atrativos para atividades disponíveis visando proporcionar aos visitantes informações e integração com as áreas naturais do parque. Nesta rota poderá ser feito roteiros específicos onde os atrativos a ser visitados são definidos de acordo com objetivo do roteiro. Os potenciais atrativos são trilhas interpretativas, mirantes e a fauna e flora (**FIGURA 4.8.2-10; 4.8.2-11**). Nestes são possíveis realizar atividades de caminhada, banho, ciclismo, tirolesa, piquenique e



observação de fauna e flora (**FIGURA 4.8.2-12**). Este circuito é uma opção ao Circuito da Cachoeira, podendo possibilitar rodízios na visitação diminuindo a concentração de visitantes nos atrativos e aumentando as ofertas. As infraestruturas necessárias para implantação e operação desta rota e suas atividades potenciais são: placas interpretativas das trilhas e estradas da rota; placas de acesso ao parque nas estradas da região; toaletes (construção e uso mínimo impacto) na trilha do Pequi, Mirante Pau Brasil e na trilha da Preguiça; quiosque de ponto de apoio no mirante; demarcação com sinalização dos estacionamentos nos locais de acesso aos potenciais atrativos; implantação da trilha da Preguiça; abertura (melhora) das trilhas da rota; passarela suspensa na trilha do Pau Brasil em área do berçário de mudas da espécie; instalação de estrutura para tirolesa entre os mirantes; instalação de exposição permanente na sede administrativa da UC; instalação de trilha interpretativa e mirante na área da sede administrativa da UC; instalação de rampa para acessibilidade de cadeirante ao mirante do Pau Brasil (acesso tirolesa). Os serviços necessários são: condutores de visitantes - conforme a - IN nº8 - ICMBio. Envolver comunidades do entorno e guias regionais de Porto Seguro sede, Arraial D'ajuda e Trancoso; serviço de transporte dos visitantes na rota; serviço de operação das atividades de tirolesa; serviço de aluguel e operação dos passeios de bicicleta. Para regularização destes serviços no interior da UC deverá ser avaliado qual a modalidade adequada para cada (Concessão, permissão, autorização); planejamento, manejo e monitoramento da rota e os seus atrativos; receptivo na UC para informações; agenciamento para transporte dos visitantes e comercialização dos passeios nos núcleos receptores da CD; confecção de guias de visitação para orientação e informações nas trilhas e sua fauna e flora; serviço de vigilância na portaria de acesso. Este potencial atrativo é caracterizado como **Hierarquia 1** condicionada a implantação das atividades potenciais indicadas. Com as atividades em funcionamento o potencial atrativo é de interesse relevante capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais interessados em atividades educativas, contemplativas e de aventura na Mata Atlântica.



FIGURA 4.8.2-10 – Estrutura Mirante Pau Brasil. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.8.2-11 – Vista do Mirante Pau Brasil. Foto: Carlos Ferraz



FIGURA 4.8.2-12 – Área de apoio (piquenique) na trilha do Pequi. Foto: Carlos Ferraz

4.8.3 Limites e oportunidades do uso público do Parque Nacional do Pau Brasil

Os limites e oportunidades para planejamento, implantação e gestão do uso público no PN do Pau Brasil foram identificados neste diagnóstico e serão apresentados nas duas categorias de análise: gestão do uso público; ofertas/atrativos e potenciais ecoturístico.

Os limites e oportunidades da gestão do uso público no PN do Pau Brasil estão caracterizados nos seguintes temas influentes da gestão: **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos prestadores serviços e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (**TABELA 4.8.3-1**).

Os limites e oportunidades dos atrativos e potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil estão caracterizados nos seguintes temas influentes do funcionamento: **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização (**TABELA 4.8.3-2**).



TABELA 4.8.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público no PN do Pau Brasil

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Instrumentos de Gestão | O parque atualmente não possui nenhum documento orientador para gestão do uso público a ser implantado. | O plano de manejo está para ser publicado, onde é previsto programa de uso público que deverá nortear a implantação e gestão da atividade; ocorreram planejamento e implantação de infraestruturas de apoio para visitação, norteados pelos diálogos e definições técnicas realizadas durante elaboração do Plano de Manejo. |
| Pessoal e estrutura para gestão | Existe apenas um servidor destinado para trabalhar temas relacionados ao uso público, no qual também é responsável por outras questões da UC. | Após publicação do plano de manejo a gestão da UC terá amparo legal e técnico para viabilizar pessoal identificado como necessário; a UC possui equipamentos necessários para gestão do uso público na UC; existe parceria estabelecida com Prefeitura Municipal de Porto Seguro que viabiliza mão de obra para instalação e manejo das infraestruturas de apoio a visitação do parque; o servidor responsável pelo uso público possui capacitações que possibilitam uma gestão mais eficiente da visitação. |



TABELA 4.8.3-1 – Limites e oportunidades da gestão do uso público no PN do Pau Brasil (Continuação)

| GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| <p>Envolvimento dos prestadores de serviços de apoio à visitação e comunidades do entorno</p> | <p>A maioria dos agentes do entorno da UC, inclusive prestadores de serviços turísticos, desconhece a área do parque e os seus potenciais atrativos.</p> | <p>Conselho Consultivo está em funcionamento; Representantes do setor de turismo privado e público de Porto Seguro participam do Conselho Consultivo e demonstram motivação para colaborar com implantação do uso público; as comunidades do entorno vislumbram na visitação do parque oportunidade de melhoria da renda e ampliação do espaço educacional e de lazer na região; a Prefeitura Municipal de Porto Seguro possui parceria com a UC na implantação e manejo do uso público; o parque possui potencial de ser importante espaço educativo para instituições de ensino da região o que pode oportunizar parcerias de apoio à gestão das atividades.</p> |



TABELA 4.8.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|---|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Serviços de apoio à visitaçào | Os prestadores de serviços turísticos do entorno da UC não apresentam experiência profissional na formatação e operação de roteiros ecoturísticos em UC's na Mata Atlântica; os serviços turísticos existentes na região são majoritariamente direcionados para segmento do turismo de sol e praia; mão de obra escassa em Porto Seguro e região para os serviços necessários ao funcionamento do uso público na UC; para funcionamento dos circuitos potenciais existentes será necessário prestaçõe de serviços de apoio a visitaçào de terceiros que irá precisar ser regulamentada pelo ICMBio. | As agências de turismo da CD apresentam interesse em formatar, operar e comercializar produtos ecoturísticos no parque, identificando potencial de atender uma demanda reprimida já existente na região; o SEBRAE e SENAC da região demonstram interesse de realizar capacitaçõe em turismo na CD; as comunidades rurais do entorno encontram-se interessadas em serem inseridas nos serviços de apoio a visitaçào; existem grupos organizados de ciclismo em trilhas e estradas na região; ocorreram capacitaçõe em ecoturismo direcionadas para visitaçào do parque que envolveu agentes das comunidades do entorno e do trade turístico da região. Estes agentes já apresentam conhecimento introdutório sobre o parque e operaçào turística em trilhas na Mata Atlântica. |
| Infraestrutura de apoio à visitaçào | Existe necessidade da instalaçào complementar de infraestruturas de apoio nos potenciais atrativos para funcionamento adequado; parte das instalaçõe necessárias (tirollesa e arborismo) poderá precisar de investimento de empresas privadas do setor que deverá estabelecer contrato com ICMBio. | Parte das infraestruturas necessárias para visitaçào já encontra-se instalada; existe parceria estabelecida para instalaçõe e manutençào de infraestruturas de apoio ao uso público; a instância de governança da CD demonstram interesse em dialogar com poderes públicos em prol de infraestruturas necessárias para viabilizar o turismo na região; existem linhas de crédito para pequenos e médios empreendedores na área de turismo no qual o SEBRAE regional orienta. |



TABELA 4.8.3-2 – Limites e oportunidades dos potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil (continuação)

| OFERTAS/ATRATIVOS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|---|---|--|
| FATORES INFLUENTES | LIMITAÇÕES | OPORTUNIDADES |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | Porto Seguro e outras localidades da CD possui uma imagem que representa e motiva o seu público a realizar atividades de lazer na praia e no mar; o parque não possui material informativo e de divulgação; a área do parque é desconhecida pelo trade turístico. | A UC está localizada em área de significativo fluxo turístico; existe previsão de elaborar guia de visitação do parque com as trilhas e identificação da fauna e flora existente; o parque possui potencial de agregar produtos diferenciados na CD; os aspectos históricos culturais do parque e o seu entorno integrado ao conhecimento local da Mata Atlântica pode fortalecer atratividade dos potenciais da UC; as RPPN's localizadas no entorno podem integrar-se aos produtos a serem formatados na UC, promovendo roteiros diversificados na Mata Atlântica; a conservação da área e os seus índices de biodiversidade, endemismo e presença de animais em extinção possibilita formatação de produtos ecoturísticos direcionados para observação de fauna e flora diferenciados e únicos em relação aos produtos de outros destinos ecoturísticos em áreas de Mata Atlântica; o parque possui potencial para o turismo pedagógico podendo promover aumento do fluxo turístico na baixa temporada da região. |



4.9 SÍNTESE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS E DO NÍVEL DE GESTÃO DO USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

A partir dos dados levantados e analisados sobre o uso público das UC's federais do extremo sul da Bahia foi elaborado uma tabela que sintetiza as oportunidades recreativas identificadas (**TABELA 4.9 -1**) e outra que apresenta aspectos importantes para gestão do uso público nestas áreas protegidas (**TABELA 4.9 – 2**). Esta síntese tem objetivo de facilitar compreensão geral das oportunidades recreativas e do nível de gestão do uso público nas UC's diagnosticadas.



TABELA 4.9-1 – Síntese das Oportunidade Recreativas Existentes e Potencias das UC's Federais do Extremo Sul da Bahia (Parte 1 – Atrativos)

| TIPO | ATRATIVOS CLASIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | | | | | | |
|-----------------------|----------------------------------|-------------------------|----------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|------------------|
| | | RESEX CASSURUBÁ | PN ABROLHOS | RESEX CORUMBAU | PN DESCOBRIMENTO | PN MONTE PASCOAL | REVIS RIO DOS FRADES | PN PAU BRASIL |
| NATURAL | Praia | x | x | x | | x | X | |
| | Área Marinha (navegação) | x | x | x | | | | |
| | Rio (navegável) | x | | x | | | x | |
| | Riacho (pequeno) | x | | x | x | x | | x |
| | Cachoeira (pequena) | | | x | x | x | | X |
| | Piscina natural (mar) | | x | x | | | | |
| | Coroa de areia | x | | x | | | | |
| | Recife de corais | | x | x | | | | |
| | Água visibilidade | | x | x | | | | |
| | Ilhas | x | x | X | | | | |
| | Trilhas | x | x | | x | x | x | x |
| | Montanha | | | | | x | | |
| | Formações rochosas relevantes | | x | x | | x | | |
| | Manguezal | x | | x | | X | X | |
| | Restinga/brejos | x | x | x | | x | x | |
| | Floresta atlântica | | | | x | x | | x |
| | Mirantes | x | x | x | x | x | x | x |
| Fauna marinha | x | x | x | | | x | | |
| Fauna | x | x | x | x | x | x | x | |
| Pesqueiro (esportivo) | x | | X | | | | | |
| CULTURAL | Centro de visitantes | | x | | | x | | |
| | Farol | x | x | X | | | | |
| | Naufrações | | X | | | | | |
| | Tradições/manifestações | x | | X | | x | | |
| | Sítios históricos | | x | x | | x | | |
| | Culinária local | x | | x | | x | | |
| Artesanato | x | | x | | x | | | |



TABELA 4.9-1 – Síntese das Oportunidade Recreativas Existentes e Potencias das UC's Federais do Extremo Sul da Bahia (Parte 2 – Atividades)

| ATIVIDADES | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | | | | | | |
|--|-------------------------|-------------|----------------|------------------|------------------|----------------------|---------------|
| | RESEX CASSURUBÁ | PN ABROLHOS | RESEX CORUMBAU | PN DESCOBRIMENTO | PN MONTE PASCOAL | REVIS RIO DOS FRADES | PN PAU BRASIL |
| Banho de mar | x | x | x | | | x | |
| Banho de rio | x | | x | x | x | x | x |
| Mergulho | x | x | x | | | X | |
| Canoagem | x | x | x | | | X | |
| Vela | x | x | x | | | | |
| Navegação (contemplativa) | x | x | x | | | x | |
| Parapente e voo livre | | | x | | | | |
| Observação de aves | x | x | x | x | x | x | X |
| Observação fauna (geral) | x | x | x | x | x | x | X |
| Observação de cetáceos | x | x | X | | | | |
| Observação flora | x | | x | x | x | x | X |
| Caminhada curta/média | x | x | | x | x | x | X |
| Caminhada (pernoite) | X | | x | | x | | |
| Ciclismo | x | | x | x | x | | X |
| Camping | x | | | x | x | x | x |
| Interação e intercâmbio cultural (tradições) | x | | x | | x | x | |
| Gastronomia | x | | x | | x | | |
| Contemplação | x | x | x | x | x | x | x |
| Cavalgada | x | | x | | x | x | |
| Aprendizagem (pedagógico) | x | x | x | x | x | x | x |



TABELA 4.9-2 – Síntese da situação atual da gestão do uso público das UC's Federais do Extremo Sul da Bahia

| ITENS | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | | | | | | |
|---|-----------------------------|-------------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------|
| | RESEX CASSURUBÁ | PN ABROLHOS | RESEX CORUMBAU | PN DESCOBRIMENTO | PN MONTE PASCOAL | REVIS RIO DOS FRADES | PN BRASIL PAU |
| Aberta a visitação | Não | Sim | Sim | Não | Sim | Não | Não |
| Ocorrência de visitação (irregular) | Sim | Não | Não | Não | Não | Sim | Não |
| Plano de Manejo | Não | Sim (revisar) | Sim (revisar/publicar) | Não (em publicação) | Sim (revisar) | Não | Não (em publicação) |
| Plano de Uso Público | Não | Sim (revisar) | Não | Não | Não | Não | Não |
| Portaria Específica | Não | Sim (não cumprimento) | Não | Não | Não | Não | Não |
| Conselho Gestor | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| GT/Comissão de Uso Público | Não | Sim | Não | Não | Sim | Não | Não |
| Equipe de Uso Público (suficiente) | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Equipe de Uso Público (insuficiente) | Não | Sim | Não | Não | Não | Não | Sim |
| Gestor/Chefe | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Serviços de apoio a visitação (regularizado) | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Serviços de apoio a visitação (irregular) | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Não | Não |
| Centro de Visitantes | Não | Sim (reforma) | Não | Não | Sim (reforma) | Não | Não |
| Equipamentos básicos para apoio ao uso público | Não | Sim (precisa melhorias) | Não | Não | Sim (precisa melhorias) | Não | Sim (precisa finalizar) |
| Sede administrativa | Não (utiliza espaço CEPENE) | Sim | Não (utiliza espaço PN Descobrimto) | Sim | Não (utiliza espaço CR 7) | Não (utiliza espaço CR 7) | Sim |



5. PROGNÓSTICO PARA USO PÚBLICO

Este capítulo apresenta as recomendações para ordenamento, implantação e incremento do uso público nas sete UC's. Estas recomendações de ações estão inseridas em duas matrizes por UC onde cada apresenta as seguintes informações: **a)** eixo temático; **b)** especificação da ação (fator influente considerado); **c)** apresentação da ação e sua ordem de execução por etapa; **d)** interdependências entre as ações considerando sua viabilidade e otimização; **e)** agentes a serem envolvidos para sua execução.

Ao final do capítulo, a partir da análise das matrizes por UC e do diagnóstico serão recomendadas ações integradas entre as UC's em prol da melhoria da visitação nestas áreas protegidas e do fortalecimento do Mosaico do Extremo Sul da Bahia.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA CASSURUBÁ

As recomendações de ações para uso público na RESEX Cassurubá são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público na RESEX Cassurubá apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos prestadores serviços e comunidades extrativistas na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) (**TABELA 5.1-1**).

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos da RESEX Cassurubá apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização (**TABELA 5.1-2**).



TABELA 5.1-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público na RESEX Cassurubá

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento | 1º Etapa – Formar Comissão de Uso Público no Conselho Deliberativo da UC | Interesse do Conselho Deliberativo. | ICMBio; Conselho Deliberativo |
| Pessoal e estrutura | 2º Etapa – Realizar capacitação em EBC em RESEX com a Comissão formada | 1º Etapa | ICMBio; Comissão de uso público da UC; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Envolvimento; pessoal e estrutura para gestão. | 3º Etapa – Comissão e técnico da área elaborar minuta do Programa de uso público da UC, considerando os relatórios já produzidos e avaliação das experiências de visitação na área. Incluir Programa de Monitoramento Participativo. | 1º Etapa; 2º Etapa | ICMBio; Comissão de uso público da UC; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Envolvimento; pessoal e estrutura para gestão. | 4º Etapa – Realizar oficinas nas localidades/comunidades da UC para apresentar a minuta do programa elaborada e dialogar e definir as alterações necessárias. | 1º, 2º e 3º etapa. | ICMBio e instituições parceiras; Comissão de uso público da UC; técnico de uso público; equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental; representantes das localidades da UC. |
| Instrumento de gestão | 5º Etapa – Finalizar o Programa de Uso Público e integrar ao Plano de Manejo a ser apresentado e avaliado pelo Conselho Deliberativo para publicação. | 1º, 2º, 3º e 4º Etapa. | ICMBio e instituições parceiras; Conselho Deliberativo; equipe técnica do plano de manejo. |
| Envolvimento; pessoal e estrutura para gestão. | 6º Etapa – Realizar diálogos e capacitações sobre ecoturismo de base comunitária nas localidades da UC. Envolver apresentação e esclarecimento sobre Programa de Uso Público da UC. | Esta ação deve ser realizada em conjunto a 4º etapa e após a publicação do plano de manejo. | ICMBio e instituições parceiras; Comissão de uso público da UC; técnico de uso público; equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental; representantes das localidades da UC. |
| Envolvimento; pessoal e estrutura para gestão. | 7º Etapa – Realizar apresentação e diálogos sobre Programa de Uso Público com trade e agentes do turismo da CB, visando esclarecimentos e apoio na sua implantação. | 5º e 6º Etapa. | ICMBio e instituições parceiras; Comissão de uso público da UC; equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental. |
| Pessoal e estrutura para gestão. | 8º Etapa – Captar recurso para implantação do Programa de Uso Público, visando viabilizar pessoal e estrutura necessárias para gestão que devem ser informadas no Plano de Manejo. | 5º Etapa. | ICMBio e instituições parceiras; Comissão de uso público da UC |



TABELA 5.1-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Cassurubá

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--------------------------------------|---|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1º Etapa – Diálogo para estabelecer as localidades com potenciais e interessadas em desenvolver o ecoturismo de base comunitária (EBC). Neste diálogo considerar os relatórios já elaborados sobre o tema na UC, as experiências de visitação e o plano de manejo. Durante os diálogos identificar e mobilizar os interessados. | Realizar durante e posterior a execução das ações previstas no Eixo 1. | Comissão de uso público da UC; agentes comunitários. |
| Serviços de apoio à visitação | 2º Etapa – Elaborar e executar Programa de Capacitação Comunitária. Neste programa prever: reciclagem dos condutores, cozinheiras e artesãos que participaram anteriormente dos cursos (ECOMAR/Mtur) e possui interesse em prestar os serviços; curso de condutores de visitantes da UC de acordo com a IN N° 8 do ICMBio; curso de manipulação de alimentos; oficina de artesanato considerando a prática já existente e o uso sustentável dos recursos naturais da área; curso de Moço e Auxiliar de Convés para condução das embarcações de passageiros (consultar Marinha); oficina de elaboração de roteiros de EBC na UC. | Eixo 1 (Plano de Manejo); 1º Etapa. | Comissão de uso público da UC; ICMBio; profissionais a serem contratados; agentes comunitários; agências de turismo receptoras de Caravelas, Nova Viçosa e Prado; Marinha; SEBRAE; SENAC. |
| Serviços de apoio à visitação | 3º Etapa - Credenciamento e autorização dos prestadores de serviços qualificados na UC. Avaliar se existe necessidade de prestações de serviços externas a comunidade extrativista (reconhecida como beneficiária) e identificar a modalidade adequada (concessão, permissão e autorização). | Eixo 1; 2º Etapa; 6º Etapa. | Comissão de uso público da UC; ICMBio. |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 4º Etapa - Levantamento e especificações das infraestruturas de apoio necessárias para atividade de visitação nas localidades identificadas. Considerar as indicações dos estudos e ações já realizadas (relatórios e experiências) inclusive deste documento. | Eixo 1; 1º Etapa; 2º Etapa. | Comissão de uso público da UC; ICMBio; agentes comunitários; profissional a ser contratado. |



TABELA 5.1-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Cassurubá (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--------------------------------------|---|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 5º Etapa – Implantar as infraestruturas identificadas como necessárias em conjunto com as famílias ribeirinhas interessadas em operar o receptivo. | Eixo 1; 2º Etapa; 4º Etapa | Comissão de uso público da UC; ICMBio; instituições parceiras; famílias ribeirinhas; condutores (trilha); profissionais a serem contratados |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 6º Etapa – Identificar nas comunidades extrativistas envolvidas qual proprietário de embarcação tem interesse em realizar o transporte aquaviário dos visitantes na UC. Após identificação realizar avaliação técnica sobre quais adequações necessárias na embarcação para sua regulamentação na atividade de transporte de passageiros nas áreas da UC. Apoiar o proprietário nas adequações. | Eixo 1; 3º Etapa; 4º Etapa; 5º Etapa. | Comissão de uso público da UC; ICMBio; proprietários interessados; instituições parceiras; Marinha. |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 7º Etapa – Estabelecer acordos de responsabilidades na manutenção das infraestruturas instaladas. Este acordo deve ser estabelecido entre as famílias ribeirinhas e prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo. O ICMBio e a Comissão de uso público irão mediar este acordo. | Eixo 1; 5º Etapa | Famílias ribeirinhas e prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo; Comissão de uso público da UC; ICMBio. |
| Divulgação e comercialização | 8º Etapa – Formação participativa dos roteiros de EBC na UC, contemplando as localidades identificadas com potencial e interesse na visitação. Considerar os estudos já realizados (Plano de Divulgação), as ofertas já existentes e as experiências em sua operação. | Eixo 1; 3º Etapa; 5º Etapa; 6º Etapa; 7º Etapa. | Agentes comunitários; Comissão de uso público; agências de turismo receptivas. |



TABELA 5.1-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Cassurubá (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|------------------------------|--|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização | 9ª Etapa – Estabelecer acordo para comercialização e divulgação dos roteiros formatados entre as famílias ribeirinhas e prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo com as agências de turismo receptivas e emissivas interessadas na comercialização. | Eixo 1; 8ª Etapa | Famílias ribeirinhas e prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo; agências de turismo; Comissão de uso público da UC |
| Divulgação e comercialização | 10ª Etapa – Atualizar o plano de divulgação existente (ECOMAR/Mtur) incluindo os novos roteiros formatados e sua precificação. Considerar neste plano o potencial significativo da UC para o turismo pedagógico e a integração com os roteiros do PNM dos Abrolhos. Após atualização iniciar sua implantação com ações de divulgação e acordos comerciais. | Eixo 1; 9ª Etapa | Famílias ribeirinhas e prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo; agências de turismo; Comissão de uso público da UC; ICMBio; profissional a ser contratado; instituições parceiras; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB; equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental |
| Divulgação e comercialização | 11ª Etapa – Estabelecer estratégias para inserir os extrativistas da RESEX Cassurubá como agente consciente e participativo da cadeia produtiva do turismo na CB | Realizar durante e posterior a execução das ações previstas no Eixo 1 e 2. | ICMBio e instituições parceiras; Conselho Deliberativo; equipe do Programa de Comunicação e Educação Ambiental; agentes da comunidade; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB. |



5.2 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS

As recomendações de ações para uso público no PNM dos Abrolhos são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público no PNM dos Abrolhos apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento dos prestadores serviços a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.2-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos do PNM dos Abrolhos apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.2-2)**.



TABELA 5.2-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PNM dos Abrolhos

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|-------------------------------------|---|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Instrumento de gestão; envolvimento | 1º Etapa – Avaliação e definição sobre o funcionamento do uso público de acordo com a portaria N° 138/2012 - ICMBio | Retorno da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - ICMBio sobre o assunto; interesse e disponibilidade do Conselho Consultivo e da Comissão de Uso Público para diálogo e acordos. | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público |
| Instrumento de Gestão. | 2º Etapa – Realizar revisão do Plano de Uso Público (PUP). Inserir a revisão do Plano de Emergência. | 1º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; avaliar necessidade de profissional da área (orientação e moderação). |
| Instrumento de gestão | 3º Etapa – Estabelecer e implantar a modalidade adequada para regularização das prestações de serviços de apoio a visitação. A revisão do PUP deve nortear o procedimento adequado. | 2º Etapa; definições técnicas e legais no ICMBio. | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público |
| Instrumento de gestão | 4º Etapa – Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação do parque. Considerar: experiências já realizadas na UC; NBV; definição e monitoramento de indicadores. | 2º etapa – elaborar de forma integrada | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; avaliar necessidade de profissional da área. |



TABELA 5.2-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PNM dos Abrolhos (continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---------------------------------|---|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Pessoal e estrutura para gestão | 5º Etapa - Estabelecer diálogo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - ICMBio e potenciais parceiros para identificar e estabelecer estratégias para viabilizar o número de pessoal na UC necessário para adequada gestão e funcionamento do uso público na UC | 2º Etapa; 3º Etapa; 4º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; instituições parceiras |
| Pessoal e estrutura para gestão | 6º Etapa – qualificação do pessoal responsável (servidores e terceirizados) para gestão e monitoramento do uso público na UC. | 5º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; instituições parceiras; profissional para planejar e executar capacitações. |
| Pessoal e estrutura para gestão | 7º Etapa – avaliar e identificar os equipamentos e infraestruturas necessárias para adequada gestão do uso público na UC. Considerar o número de pessoal existente que exerce a função de gerir e monitorar esta atividade. Após, identificar os meios de viabilizar a aquisição destes e sua manutenção. | 2º etapa; 5º Etapa – pode ser feito de forma integrada. | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; instituições parceiras. |
| Envolvimento | 8º Etapa – diálogo com Marinha sobre a organização da visita na Ilha de Santa Bárbara. | 2º Etapa – realizar de maneira integrada | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; Marinha do Brasil. |



TABELA 5.2-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos no PNM dos Abrolhos.

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|------------------------------|---|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviço de apoio à visitação | 1º Etapa – Capacitação semestral de reciclagem dos Condutores de Ecoturismo Subaquático. Este curso deve contemplar o seguinte conteúdo: fauna e flora da UC; técnicas de interpretação ambiental avaliando os métodos utilizados atualmente; 1º socorros; monitoramento de impactos da visitação visando inserir estes prestadores de serviços como colaboradores participantes do Programa de Monitoramento de Uso Público da UC. A cada reciclagem atentar em trabalhar conteúdos novos e com mais especificidades sobre os assuntos principais visando estabelecer um processo de formação contínuo. Considerar as Normas: ABNT NBR ISO 24803 /2008; ABNT NBR ISO 24801-3/2008; ABNT NBR ISO 11107/2012; ABNT NBR ISO 11121/2012. | Eixo 1 – planejamento e viabilização do curso pode ser feita de forma integrada as etapas do Eixo 1. | ICMBio; Comissão de Uso Público; Condutores de Ecoturismo Subaquático; Agências de Turismo regularizadas na UC; monitores ambientais da UC; instituições parceiras; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade de contratação de profissionais para planejar, coordenar e executar os cursos. |
| Serviço de apoio à visitação | 2º Etapa – Capacitações periódicas aos proprietários e funcionários das empresas que operam o transporte aquaviário a UC e as atividades de mergulho. Estas capacitações visa informar e esclarecer os participantes sobre a UC sua legislação e o funcionamento do seu uso público. Conteúdo sugerido: Histórico e importância da UC; introdução sobre ecoturismo em UC's marinhas; funcionamento e condutas de uso público no parque; ABNT NBR ISO 24803 /2008; Portaria IBAMA N° 117/1996. | Eixo 1 – planejamento e viabilização do curso pode ser feita de forma integrada as etapas do Eixo 1. | ICMBio; Comissão de Uso Público; Agências de Turismo (proprietário e funcionário) regularizadas na UC; monitores ambientais da UC; instituições parceiras; avaliar necessidade da contratação de profissionais para planejar, coordenar e executar os cursos. |
| Serviço de apoio à visitação | 3º Etapa – Realizar Capacitações de novos Condutores Subaquáticos de Ecoturismo do parque. Nesta capacitação considerar: IN N° 08 – ICMBio; ABNT NBR ISO 24803 /2008; ABNT NBR ISO 24801-3/2008; ABNT NBR ISO 11107/2012; ABNT NBR ISO 11121/2012. | Eixo 1. | ICMBio; Comissão de Uso Público; Agências de Turismo (proprietário e funcionário) regularizadas na UC; monitores ambientais da UC; instituições parceiras; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade da contratação de profissionais para planejar, coordenar e executar os cursos. |



TABELA 5.2-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos no PNM dos Abrolhos (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|---|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviço de apoio à visitação | 4ª Etapa – Capacitação e regularização do Condutor de Ecoturismo no parque direcionado para conduzir as atividades que não envolvem mergulho autônomo, como: mergulho livre, trilhas nas ilhas e observação de baleias. No curso considerar: IN N° 08 – ICMBio; ABNT NBR ISO 13289/2012; ABNT NBR ISSO 13970/2012. | Eixo 1 – depende da regularização desta função na UC, conforme previsto no PUP. | ICMBio; Comissão de Uso Público; Agências de Turismo (proprietário e funcionário) regularizadas na UC; monitores ambientais da UC; instituições parceiras; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade da contratação de profissionais para planejar, coordenar e executar os cursos. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 5ª Etapa: articular internamente no ICMBio e com potenciais parceiros a implantação e manutenção de infraestruturas de apoio a visitação na UC e seu entorno identificadas como necessárias. Considerar as recomendações de infraestruturas realizadas no diagnóstico deste documento. | Eixo 1 – especificamente a 7ª Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; instituições parceiras. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 6ª Etapa: realizar oficina de formatação de produtos ecoturísticos no parque e o seu entorno, envolvendo outras UC's e atrativos naturais. A oficina tem como público alvo trade turístico envolvido na visitação da UC. Nesta oficina considerar: serviços e infraestruturas disponíveis; elaboração de roteiros integrados a outras UC's da região; precificação dos roteiros; estratégias de divulgação considerando o potencial para o Turismo Pedagógico; hierarquia das ofertas e atrativos indicadas no diagnóstico. | Eixo 1; 1ª a 5ª Etapa. | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público; instituições parceiras; Câmara de Turismo da CB; agências de turismo receptoras de Prado, Caravelas e Nova Viçosa; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade da contratação de profissionais para planejar, coordenar e executar a oficina. |



5.3 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CORUMBAU

As recomendações de ações para uso público na RESEX Corumbau são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público na RESEX Corumbau apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos prestadores serviços e comunidades extrativistas na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.3-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos da RESEX Corumbau apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.3-2)**.



TABELA 5.3-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público na RESEX Corumbau

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Instrumento de Gestão | 1º Etapa: definir o tipo e elaborar documento com as regras e condutas de visitação na UC. Este documento pode ser: Programa de Uso Público a ser elaborado de forma integrada com a revisão do Plano de Manejo Participativo orientado pela IN n° 1 de 18 de setembro de 2007 do ICMBio; Portaria do ICMBio específica para regulamentar a visitação, prevista no atual Plano de Manejo. Importante criar GT/Comissão de EBC no Conselho Deliberativo para tratar desta questão. Este documento deve definir o funcionamento dos seguintes assuntos: cadastro e modalidade adequada para regulamentar os prestadores de serviços de visitação, prevendo as qualificações e infraestruturas necessárias; zoneamento das áreas de visitação e os tipos de atividades aceitáveis; estabelecimento de NBV por atrativo (ICMBio, 2011); condutas a serem seguidas pelos visitantes; monitoramento participativo da visitação; regras para turismo de pesca esportiva (operação e prática); regras para embarcações particulares de não extrativistas em atividades recreativas nas áreas da UC; avaliação e atualização periódica das regras e condutas estabelecidas. | Diálogo e definição junto a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - ICMBio sobre o tipo de documento válido e os meios para sua elaboração; interesse e disponibilidade do Conselho Deliberativo. | ICMBio; Conselho Deliberativo; GT/Comissão de uso público da UC (a ser formada); associações dos extrativistas; avaliar necessidade de contratação do profissional para coordenar a elaboração participativa do documento definido. |
| Instrumento de Gestão; Envolvimento; Pessoal e Estrutura | 2º Etapa: Oficina de capacitação sobre EBC em RESEX direcionada ao GT/Comissão de EBC do Conselho deliberativo a ser formado. Objetivo da oficina e orientar o grupo na elaboração do documento de ordenamento (previsto na 1º etapa) da visitação na UC. A oficina deve contemplar como conteúdo mínimo: SNUC; Diretrizes para Visitação em UC's (MMA, 2006); IN N° 08 – ICMBio; Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos de Visitação (ICMBio, 2011); conceito e princípios do EBC. | 1º Etapa – realizar de forma integrada | ICMBio; GT/ Comissão de uso público da UC (a ser formada); associações dos extrativistas; avaliar necessidade de contratação do profissional |
| Instrumento de Gestão; Envolvimento. | 3º Etapa: Elaborar Programa de Monitoramento Participativo da Visitação. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores; experiências da aplicação do método Reff Chek na UC. Envolver indicadores sociais no programa, trabalhar sobre um viés socioambiental. | 1º Etapa; 2º Etapa | ICMBio; GT/ Comissão de uso público da UC; instituições parceiras; prestadores de serviços de apoio a visitação; avaliar necessidade de contratação do profissional |



TABELA 5.3-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público na RESEX Corumbau (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Instrumento de Gestão; Envolvimento. | 4º Etapa: Avaliar a possibilidade de gestão da ZA como meio de ordenar o crescimento imobiliário na área de entorno contígua, minimizando o seu impacto negativo sobre os extrativistas. Nesta avaliação considerar a possibilidade de definir a ZA da UC em portaria específica. | 1º , 2º e 3º Etapa – realizar de forma integrada | ICMBio; Conselho Deliberativo; Ministério Público Federal (MPF). |
| Envolvimento; pessoal e estrutura para gestão. | 5º Etapa – Realizar diálogos sobre os documentos produzidos nas etapas anteriores com os prestadores de serviços de apoio a visitação, visando esclarecimentos, adequações se necessário e apoio na sua implantação. | 1º Etapa; 2º Etapa; 3º Etapa; 4º Etapa. | ICMBio; Comissão de uso público da UC; Conselho deliberativo; prestadores de serviços de apoio à visitação; associações dos extrativistas. |
| Pessoal e estrutura | 6º Etapa: definição do pessoal e equipamentos necessários no ICMBio e nas comunidades da RESEX Corumbau para gestão da visitação na UC. A partir da definição estabelecer estratégias para captação de recursos visando viabilizar a estrutura e os serviços necessários para gestão e monitoramento da atividade. | 1º Etapa. 2º Etapa, 3º Etapa; 4º Etapa | ICMBio; Conselho Deliberativo; GT/ Comissão de uso público da UC (a ser formada); instituições parceiras; prestadores de serviços de apoio a visitação. |



TABELA 5.3-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Corumbau

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|-------------------------------|---|----------------------------|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1ª Etapa – Capacitação e regulamentação dos condutores de visitantes da RESEX Corumbau. Neste curso considerar: IN N° 08 – ICMBio; normas da ABNT para condução no mergulho recreativo (autônomo e livre): ABNT NBR ISO 24803 /2008, ABNT NBR ISO 24801-3/2008, ABNT NBR ISO 11107/2012, ABNT NBR ISO 11121/2012, ABNT NBR ISO 13289/2012, ABNT NBR ISSO 13970/2012; normas da ABNT para caminhada: ABNT NBR 15398/2006; ABNT NBR 15505-1/2008; aspectos socioculturais dos extrativistas; condução para atividades atuais e potenciais identificadas no diagnóstico. | Eixo 1 | ICMBio; Conselho Deliberativo; GT/ Comissão de uso público da UC (a ser formada); instituições parceiras; prestadores de serviços de apoio a visitação; SENAC; avaliar necessidade de contratação de profissionais. |
| Serviços de apoio à visitação | 2ª Etapa - Curso de Moço e Auxiliar de Convés para condução das embarcações de passageiros (consultar Marinha). | Eixo 1 | GT/ Comissão de uso público da UC; ICMBio; ; Marinha; condutores das embarcações dos passeios. |
| Serviços de apoio à visitação | 3ª Etapa – regulamentação e qualificação dos prestadores de serviços na UC. Avaliar se existe necessidade de prestações de serviços externas a comunidade extrativista (reconhecida como beneficiária) e identificar a modalidade adequada (concessão, permissão e autorização). Os serviços atualmente existentes são: transporte aquaviário; condução nas atividades; aluguel de stand up, Kite surf, caiaque, embarcações a vela e equipamentos de mergulho livre; operação de atividades de pesca esportiva; comercialização dos passeios. | Eixo 1; 1ª Etapa; 2ª Etapa | GT/Comissão de uso público da UC; ICMBio; SENAC; prestadores de serviços da UC. Para as qualificações avaliar a necessidade de contratação de profissionais. |



TABELA 5.3-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Corumbau (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--------------------------------------|---|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 4º Etapa - Levantamento e especificações das infraestruturas de apoio necessárias para atividade de visitação nos atrativos identificados. Considerar as identificações do diagnóstico deste documento, inclusive as áreas de entorno contíguo (estradas e acessos). | Eixo 1; 1º Etapa; 2º Etapa; 3º Etapa | ICMBio; GT/Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras. |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 5º Etapa – Implantar as infraestruturas identificadas como necessárias na 4º etapa em conjunto com os prestadores de serviço de apoio a visitação. | Eixo 1; 1º Etapa; 2º Etapa; 3º Etapa; 4º Etapa. | ICMBio; GT/Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras; avaliar necessidade de contratação de profissionais e/ou empresas |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 6º Etapa – Identificar nas comunidades extrativistas da RESEX qual proprietário de embarcação já realiza ou tem interesse em realizar o transporte aquaviário dos visitantes na UC e não possui o seu barco regularizado para tal. Após identificação fazer avaliação técnica sobre quais adequações necessárias na embarcação para sua regulamentação na atividade de transporte de passageiros nas áreas da UC. Apoiar o proprietário nas adequações. | Eixo 1; 2º Etapa | GT/Comissão de uso público da UC; ICMBio; proprietários interessados; instituições parceiras; Marinha. |
| Infraestruturas de apoio à visitação | 7º Etapa – Estabelecer acordos de responsabilidades na manutenção das infraestruturas instaladas. Este acordo deve ser estabelecido entre os prestadores de serviços autorizados a operar o receptivo. | Eixo 1; 1º - 6º Etapa | Prestadores de serviços de apoio à visitação; GT/Comissão de uso público da UC; ICMBio. |



TABELA 5.3-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos na RESEX Corumbau (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|------------------------------|--|--|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização | 8º Etapa – Realizar oficina de formatação de produtos de EBC da RESEX Corumbau. Nesta oficina considerar: ofertas já existente na UC e a experiência obtida avaliando os acertos e os erros; inclusão dos extrativistas na criação, organização e gestão destes produtos; inserir a UC e o seu significado como tema a ser informado e divulgado durante as atividades; identificar estratégias de vencer a sazonalidade atual, tendo produtos direcionados ao Turismo Pedagógico como potencial; integração com os atrativos da TI Barra Velha, PNH do Monte Pascoal e PN do Descobrimento. | Eixo 1; 1º - 7º Etapa | Prestadores de serviços de apoio à visitação; GT/Comissão de uso público da UC; ICMBio; agentes das outras áreas protegidas; instituições parceiras; SEBRAE; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Divulgação e comercialização | 9º Etapa – Planejar e realizar a divulgação dos roteiros formatados a partir da definição dos públicos alvos (atual e potencial). Considerar: integração com as outras áreas protegidas; parceria com trade turístico da CB e CD; o grau de hierarquia das ofertas e potenciais indicados no diagnóstico deste documento. | Eixo 1; 1º - 8º Etapa | Prestadores de serviços de apoio à visitação; GT/Comissão de uso público da UC; ICMBio; agentes das outras áreas protegidas; instituições parceiras; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB e CD; avaliar necessidade de profissional |
| Divulgação e comercialização | 10º Etapa – Estabelecer estratégias para inserir os extrativistas da RESEX Corumbau como agente consciente e participativo da cadeia produtiva do turismo na CB e CD, a partir da sua produção de pescado e sua tradicionalidade que deve ser agregada a esta produção. | Realizar durante e posterior a execução das ações previstas no Eixo 1 e 2. | ICMBio e instituições parceiras; Conselho Deliberativo; extrativistas e suas associações; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB e CD. |



5.4 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

As recomendações de ações para uso público no PN do Descobrimento são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público no PN do Descobrimento apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos potenciais prestadores serviços e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.4-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.4-2)**.



TABELA 5.4-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PN do Descobrimento

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Instrumento de Gestão | 1ª Etapa – Publicação do Plano de Manejo e do seu Programa de Uso Público. Formar no Conselho Consultivo do parque uma Comissão de Uso Público para analisar o Programa de Uso Público e planejar ações para sua implantação. Esta Comissão pode envolver participação de agentes externos ao conselho. Considerar envolvimento do produtores rurais do entorno. | A partir da publicação do Plano de Manejo e do interesse e disponibilidade do Conselho Consultivo | ICMBio; Conselho Consultivo |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 2ª Etapa – Realizar capacitação em Uso Público de parques da Comissão de Uso Público da UC (a ser formada). Objetivo de qualificar seus membros a poderem colaborar com a implantação e gestão do uso público do parque. | 1ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade de contratação de profissional |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 3ª Etapa – Comissão de Uso Público da UC estabelecer diálogo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio visando viabilizar pessoal e estrutura para gestão e funcionamento da visitação no parque. | 1ª e 2ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC. |
| Instrumento de Gestão | 4ª Etapa – Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação do parque. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores. Este processo deve envolver os prestadores de serviços de apoio à visitação na UC (previsto no Eixo 2). | Eixo 1 e 2 | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; avaliar necessidade de contratação de profissional |



TABELA 5.4-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|-------------------------------------|--|---------------------------|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1º Etapa – a partir da identificação dos serviços necessários de apoio a visitação e de sua forma de regularização (autorização, permissão e concessão) na UC, elaborar e executar Programa de Capacitação para funcionamento do uso público na UC. Neste programa prever: curso de condutores de visitantes do PN do Descobrimento de acordo com a IN N° 8 do ICMBio. Considerar a ABNT NBR 15505-1/2008 e ABNT NBR 15398/2006 (Atividades de Caminhada), e ABNT NBR 15509-1/2007 (Cicloturismo); oficina de agenciamento dos serviços de apoio à visitação no parque direcionado para agências de turismo da CB e CD interessadas. | Eixo 1 | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; potenciais prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade de contratação de profissional |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 2º Etapa – Identificar as infraestruturas de apoio a visitação necessárias para funcionamento do uso público previsto no Plano de Manejo. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento. | Eixo 1; 1º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; potenciais prestadores de serviços de apoio a visitação. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 3º Etapa – Implantar as infraestruturas identificadas como necessárias na 2º etapa em conjunto com os prestadores de serviço de apoio a visitação. Definir as infraestruturas de responsabilidade do ICMBio e as de responsabilidade dos prestadores de serviços. | Eixo 1; 2º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras; avaliar necessidade de contratação de profissionais e/ou empresas |
| Divulgação e comercialização | 4º Etapa – Oficina de formatação de produtos ecoturísticos no parque direcionada para os prestadores de serviços de apoio a visitação que estão regulamentados. Nesta oficina considerar: integração dos atrativos do parque com a RESEX Corumbau, PNH do Monte Pascoal e outros da CB; potencial para turismo pedagógico como oportunidade de diminuir sazonalidade turística da região; o parque como espaço educativo e de lazer para turistas e moradores do entorno; indicação do grau de hierarquia. | Eixo 1; 1º, 2º e 3º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CB; avaliar necessidade de contratação de profissionais e/ou empresas |



TABELA 5.4-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Descobrimento (continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|------------------------------|---|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPÊNDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização | 5º Etapa – Planejar e realizar a divulgação dos produtos formatados a partir da definição dos públicos alvos (atual e potencial). Considerar a integração com as outras áreas protegidas e a parceria com trade turístico da CB e CD. | Eixo 1; 4º Etapa. | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CB; avaliar necessidade de contratação de profissionais e/ou empresas. |
| Divulgação e comercialização | 6º Etapa – Estabelecer estratégias para inserir os produtores rurais e o Pataxó do entorno como agente consciente e participativo da cadeia produtiva do turismo na CB, a partir da sua produção agrícola e de artesanato e sua tradicionalidade que deve ser agregada a esta produção. Esta produção deve ser incluída aos roteiros formatados que envolvam o parque | Realizar durante e posterior a execução das ações previstas no Eixo 1 e 2. | ICMBio e instituições parceiras; Conselho Consultivo; Comunidades do entorno do parque; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB. |



5.5 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL

As recomendações de ações para uso público no PNH do Monte Pascoal são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público no PNH do Monte Pascoal apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos potenciais prestadores serviços e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.5-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.5-2)**.



TABELA 5.5-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PNH do Monte Pascoal

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|---|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento | 1ª Etapa – Formar no Conselho Consultivo do parque Comissão de Uso Público da UC. O formato desta Comissão deve prever a gestão compartilhada do parque prevista na PNGATI e acordada entre as partes no caso da sobreposição. | Disponibilidade e interesse do Conselho Consultivo; acordo entre FUNAI, ICMBio e Pataxó | ICMBio; Conselho Consultivo; FUNAI |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 2ª Etapa – Realizar capacitação em Uso Público de parques e visitação em TI's da Comissão de Uso Público da UC (a ser formada). Objetivo é de qualificar seus membros a poderem colaborar com a implantação e gestão do uso público das áreas protegidas. | 1ª Etapa | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Instrumento de Gestão | 3ª Etapa – Revisar Plano de Manejo e o seu Programa de Uso Público considerando Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó TI's Barra Velha/Águas Belas (Aragwaksã). Se necessário (impossibilidade da revisão) estabelecer portaria que defina as regras e condutas de visitação na UC, incluindo as condições de regularização das atuais e potenciais prestações de serviços de apoio à visitação, exigência da presença de condutores e a cobrança de ingressos de entrada. | 1ª e 2ª Etapa. | ICMBio; Conselho Consultivo; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 4ª Etapa – Comissão de Uso Público da UC estabelecer diálogo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio visando viabilizar pessoal e estrutura para gestão e funcionamento da visitação no parque. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento e os resultados da avaliação/revisão do programa de uso público feita pela comissão. | 1ª, 2ª e 3ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC. |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 5ª Etapa – Comissão de uso público da UC estabelecer diálogo com a FUNAI, associações e lideranças Pataxó, representantes do trade turístico da CB e CD visando viabilizar estrutura e pessoal necessário para adequada gestão do uso público na UC | 1ª, 2ª e 3ª Etapa. De forma integrada com a 4ª Etapa. | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; FUNAI; instituições parceiras; Câmara de Turismo da CB e CD. |
| Instrumento de Gestão | 6ª Etapa – Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação do parque. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores. Elaborar Plano de emergência. | Será elaborado de forma integrada com as etapas do Eixo 1 e 2 | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços; instituições (saúde e segurança) |



TABELA 5.5-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PNH do Monte Pascoal (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 4ª Etapa – Comissão de Uso Público da UC estabelecer diálogo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio visando viabilizar pessoal e estrutura para gestão e funcionamento da visitação no parque. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento e os resultados da avaliação/revisão do programa de uso público feita pela comissão. | 1ª, 2ª e 3ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC. |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 5ª Etapa – Comissão de uso público da UC estabelecer diálogo com a FUNAI, associações e lideranças Pataxó, representantes do trade turístico da CB e CD e potenciais instituições parceiras visando viabilizar a estrutura e pessoal necessário para adequada gestão e manejo do uso público na UC | 1ª, 2ª e 3ª Etapa. De forma integrada com a 4ª Etapa. | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; FUNAI; instituições parceiras; Câmara de Turismo da CB e CD. |
| Instrumento de Gestão | 6ª Etapa – Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação do parque. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores. Elaborar Plano de emergência. | Será elaborado de forma integrada com as etapas do Eixo 1 e 2 | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços credenciados; instituições parceiras (envolver saúde e segurança) |



TABELA 5.5-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|-------------------------------------|---|------------------|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1º Etapa – elaborar e executar Programa de Capacitação para qualificação e regulamentação dos serviços de apoio a visitação na UC existentes e os necessários. Este programa deve prever: reciclagem e credenciamento dos condutores indígenas da UC já qualificados em capacitação realizada em 2008 (PCE/PNUD); curso de condutores indígenas da UC (novos condutores). Ambos, reciclagem e o novo curso, deve ser de acordo com a IN N° 8 do ICMBio. Considerar neste curso a ABNT NBR 15505-1/2008 e ABNT NBR 15398/2006 (Atividades/Condução em Caminhada), e ABNT NBR 15509-1/2007 (Condução do Cicloturismo); curso e credenciamento de condutores bugueiros da UC e TI Barra Velha. Neste curso considerar a ABNT NBR 15453/2006 (Condução de Bugues e 4x4 no turismo); oficina de agenciamento dos serviços de apoio à visitação no parque direcionado para associações Pataxó interessadas; oficina de culinária Pataxó e manipulação de alimentos; oficina de artesanato Pataxó sustentável. Os cursos de condutores devem contemplar qualificação para planejamento e manejo de trilhas recreativas e educativas. | Eixo 1 | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; atuais e potenciais prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; SENAC; associações e lideranças Pataxó; artesãos e cozinheiras Pataxó do entorno direto da UC; avaliar necessidade da contratação de profissionais. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 2º Etapa – Identificar e estabelecer à manutenção e instalações das infraestruturas necessárias para apoio a visitação. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento. | Eixo 1; 1º Etapa | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 3º Etapa – realizar manutenção e/ou implantar as infraestruturas identificadas como necessárias na 2º etapa em conjunto com os prestadores de serviço de apoio a visitação. Definir as infraestruturas de responsabilidade do ICMBio e as de responsabilidade dos prestadores de serviços Pataxó. A manutenção deve ser de responsabilidade compartilhada. | 2º Etapa | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; avaliar necessidade de contratação de profissional. |



TABELA 5.5-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PNH do Monte Pascoal (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|---------------------------|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 4º Etapa - Oficina de formatação de produtos ecoturístico na UC. Considerar o Plano de Divulgação elaborado em 2008 (PCE/PNUD), ofertas e potenciais diagnosticadas neste documento e o potencial de integrar roteiros com a TI Barra Velha e RESEX Corumbau. Considerar também o grau de hierarquia das ofertas e potenciais indicados no diagnóstico deste documento. | Eixo 1; 1º, 2º e 3º Etapa | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CB e CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 5º Etapa – Estabelecer estratégias de divulgação e comercialização dos produtos formatados, inserindo-os como oferta de ecoturismo do Pólo Turístico do Descobrimento. | 4º Etapa | ICMBio; FUNAI; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB e CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Divulgação e comercialização | 6º Etapa – Estabelecer estratégias para inserir os Pataxó do entorno como agente consciente e participativo da cadeia produtiva do turismo na CB e CD, a partir da sua produção agrícola e de artesanato onde sua tradicionalidade deve ser agregada a esta produção. Esta produção deve ser incluída aos roteiros formatados que envolvam o parque. | Eixo 1 e 2. | ICMBio e instituições parceiras; Conselho Consultivo; Comunidades do entorno do parque; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB. |



5.6 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES

As recomendações de ações para uso público na REVIS do Rio dos Frades são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público no REVIS do Rio dos Frades apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos potenciais prestadores serviços e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.6-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos da REVIS do Rio dos Frades apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.6-2)**.



TABELA 5.6-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público na REVIS do Rio dos Frades

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|--|--|---|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento | 1º Etapa – Formar no Conselho Consultivo da REVIS Comissão de Uso Público da UC. Esta Comissão deve contemplar os proprietários das áreas da UC interessados em desenvolver atividades de ecoturismo em suas propriedades. | Disponibilidade e interesse do Conselho Consultivo | ICMBio; Conselho Consultivo |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 2º Etapa – Realizar capacitação em Uso Público e ecoturismo da Comissão de Uso Público da UC (a ser formada). Objetivo é de qualificar seus membros a poderem colaborar com a elaboração do Programa de Uso Público (previsto no Plano de Manejo) implantação e gestão do uso público desta UC. | 1º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Instrumento de Gestão | 3º Etapa – Elaborar Programa de Uso Público considerando as informações geradas neste documento. Serão necessárias atividades de campo, oficinas, diálogos e estabelecimento de acordos e normas. Importante prever no Programa as modalidades adequadas para regularização dos serviços. Utilizar como documentos norteadores: roteiros metodológicos de plano de manejo do ICMBio; Diretrizes para Visitação em UC's (MMA, 2006); SNUC (Brasil, 2002); Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos de Visitação (ICMBio, 2011). | 1º e 2º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 4º Etapa – Comissão de Uso Público da UC estabelecer diálogo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio visando viabilizar pessoal e estrutura para gestão e funcionamento da visitação na UC. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento e o Programa de Uso Público. | 1º, 2º e 3º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC. |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 5º Etapa – Comissão de uso público da UC estabelecer diálogo com representantes do trade turístico da CD e potenciais instituições parceiras visando apoio para viabilizar estrutura e pessoal necessário para adequada gestão e manejo do uso público na UC. | 1º, 2º e 3º Etapa. De forma integrada com a 4º Etapa. | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; instituições parceiras; Câmara de Turismo da CD. |
| Instrumento de Gestão | 6º Etapa – Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação da REVIS. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores. Elaborar e implantar Plano de Emergência da UC. | Será elaborado de forma integrada com as etapas do Eixo 1 e 2 | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços credenciados; instituições parceiras (envolver saúde e segurança). Avaliar necessidade de profissional. |



TABELA 5.6-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos da REVIS Rio dos Frades

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|--|----------------------------|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1ª Etapa – elaborar e executar Programa de Capacitação para qualificação e regulamentação dos serviços de apoio a visitação na UC necessários. Este programa deve prever: curso e regularização dos condutores de visitantes da UC. Considerar a IN N° 8 do ICMBio, ABNT NBR 15505-1/2008 e ABNT NBR 15398/2006 (Atividades/Condução em Caminhada), as atividades potenciais identificadas no diagnóstico; oficina de agenciamento dos serviços de apoio à visitação na REVIS direcionado para as agências de turismo interessadas em operar e comercializar atividades na UC. O curso de condutores de visitantes deve contemplar qualificação para planejamento e manejo de trilhas recreativas e educativas em áreas de restinga. | Eixo 1 | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; potenciais prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade de contratação de profissionais. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 2ª Etapa – Identificar e estabelecer quais infraestruturas necessárias para apoio à visitação. Considerar as indicações do diagnóstico deste documento e o Plano de Manejo a ser elaborado. | Eixo 1; 1ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 3ª Etapa – implantar as infraestruturas identificadas como necessárias na 2ª etapa em conjunto com os proprietários envolvidos e os prestadores de serviço de apoio à visitação credenciados. Definir as infraestruturas de responsabilidade do ICMBio e as de responsabilidade dos proprietários e dos prestadores de serviços. A manutenção deve ser de responsabilidade compartilhada. | 2ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; proprietários envolvidos; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 4ª Etapa - Oficina de formatação de produtos ecoturístico na UC. Considerar ofertas e potenciais diagnosticados neste documento e o potencial de integrar roteiros com a RESEX Corumbau e PN do Pau Brasil. | Eixo 1; 1ª , 2ª e 3ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; agências de turismo do entorno; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |



TABELA 5.6-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos da REVIS Rio dos Frades (continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|---|------------------|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 5ª Etapa – Estabelecer estratégias de divulgação e comercialização dos produtos formatados da UC, inserindo-os como oferta de ecoturismo do Pólo Turístico do Descobrimento. Considerar o grau de hierarquia dos potenciais indicados no diagnóstico deste documento. | 4ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; agências de turismo do entorno; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |



5.7 RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO, INCREMENTO E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

As recomendações de ações para uso público no PN do Pau Brasil são apresentadas através de duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público no PN do Pau Brasil apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e inclusão dos potenciais prestadores serviços e comunidades do entorno na gestão do uso público e na prestação de serviço de apoio a visitação (envolvimento) **(TABELA 5.7-1)**.

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização **(TABELA 5.7-2)**.



TABELA 5.7-1 – Recomendações de ações para gestão do uso público no PN do Pau Brasil

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | |
|---|--|--|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento | 1º Etapa – Formar no Conselho Consultivo do parque Comissão de Uso Público da UC. Esta Comissão pode contemplar agentes externos ao conselho que for identificado como potencial colaborador do processo e tenha interesse e disponibilidade em participar. | Disponibilidade e interesse do Conselho Consultivo | ICMBio; Conselho Consultivo |
| Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 2º Etapa – Realizar capacitação em Uso Público e ecoturismo da Comissão de Uso Público da UC (a ser formada). Objetivo é de qualificar seus membros a poderem colaborar com a implantação e gestão compartilhada do Programa de Uso Público previsto no Plano de Manejo a ser publicado. O atual servidor (Analista Ambiental) responsável pelo uso público da UC possui conhecimento e experiência que pode contribuir no planejamento e execução da capacitação. | 1º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Instrumento de Gestão; Envolvimento; Pessoal e Estrutura para gestão. | 3º Etapa – Comissão de Uso Público realizar saída de campo e diálogos para estabelecer potenciais roteiros e suas normas de funcionamento, inclusive os serviços e infraestruturas necessárias. Sobre os serviços de apoio à visitação é necessário diálogo junto a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios para identificar quais modalidades serão aplicadas para sua regularização na UC. Neste processo considerar experiência e opinião dos atuais servidores da UC, Plano de Manejo a ser publicado, diagnóstico presente neste documento. Utilizar como documentos norteadores: Diretrizes para Visitação em UC's (MMA, 2006); SNUC (Brasil, 2002); Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011). | 1º e 2º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |
| Instrumento de Gestão | Elaborar e implantar Programa de Monitoramento da Visitação do parque. Considerar: NBV; definição e monitoramento de indicadores e ações de manejo. | 1º, 2º e 3º Etapa | ICMBio; Conselho Consultivo; Comissão de Uso Público da UC; avaliar necessidade da contratação de profissional |



TABELA 5.7-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------------|---|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1º Etapa – elaborar e executar Programa de Capacitação para qualificação e regulamentação dos serviços de apoio a visitação na UC necessários. Este programa deve prever: curso e regularização dos condutores de visitantes da UC. Considerar a IN N° 8 do ICMBio, ABNT NBR 15505-1/2008 e ABNT NBR 15398/2006 (Atividades/Condução em Caminhada), ABNT NBR 15509-1/2007 (Cicloturismo), ABNT NBR 15508-1/2011 e 15508/2011 (Arvorismo), ABNT NBR 15501/2011 (Tirolesa), ABNT NBR 15285/2005 e 15286/2005 (competências mínimas), as atividades potenciais identificadas no diagnóstico; oficina de agenciamento dos serviços de apoio à visitação no parque direcionado para as agências de turismo interessadas em instalar estruturas, operar e comercializar atividades na UC. Nesta oficina considerar orientações sobre a modalidade para regularização dos serviços, ABNT NBR 15509-1/2007 (Cicloturismo), ABNT NBR 15508-1/2011 e 15508/2011 (Arvorismo), ABNT NBR 15501/2011 (Tirolesa). O curso de condutores de visitantes deve contemplar qualificação para planejamento e manejo de trilhas. Considerar as experiências de capacitações realizadas pela UC em 2007 (PCE). Envolver comunidades rurais do entorno. | Eixo 1 | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; potenciais prestadores de serviços de apoio a visitação; SEBRAE; SENAC; avaliar necessidade da contratação de profissionais. |
| Serviços de apoio à visitação | 2º Etapa – Regularizar os serviços de apoio à visitação, necessários para adequado funcionamento do uso público. | Eixo 1; 1º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; Conselho Consultivo. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 3º Etapa – Identificar e estabelecer quais infraestruturas complementares são necessárias para apoio à visitação. Considerar as já existentes, indicações do diagnóstico deste documento e do Plano de Manejo a ser publicado. Incluir equipamentos e materiais de interpretação ambiental. | Eixo 1; Integrado a 1º Etapa. | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação. |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 4º Etapa – implantar as infraestruturas identificadas como necessárias na 2º etapa. Definir as infraestruturas de responsabilidade do ICMBio e as de responsabilidade dos prestadores de serviços credenciados. A manutenção deve ser de responsabilidade compartilhada. | 2º Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; instituições parceiras. |



TABELA 5.7-2 – Recomendações de ações para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos do PN do Pau Brasil (Continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | |
|--|--|---------------------------|--|
| | ETAPA/AÇÃO | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 5ª Etapa - Oficina de formatação de produtos ecoturístico na UC. Considerar potenciais diagnosticados neste documento e a possibilidade de formatar roteiros que integram os atrativos da REVIS do Rio dos Frades e das áreas naturais e rurais do entorno. | Eixo 1; 1ª, 2ª e 3ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; agências de turismo do entorno; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |
| Divulgação e comercialização das ofertas ecoturísticas | 6ª Etapa – Estabelecer estratégias de divulgação e comercialização dos produtos formatados da UC, inserindo-os como oferta de ecoturismo do Pólo Turístico do Descobrimento. Considerar: grau de hierarquia dos potenciais indicados no diagnóstico deste documento; apresentação dos produtos ecoturísticos formatados na UC para o trade turístico, inclusive operadoras de turismo emissivas; elaboração e publicação de materiais de divulgação e interpretação ambiental da UC e seus potenciais atrativos. | Eixo 1; 4ª, 5ª Etapa | ICMBio; Comissão de Uso Público da UC; prestadores de serviços de apoio a visitação; agências de turismo; SEBRAE; SENAC; Câmara de Turismo da CD; avaliar necessidade de contratação de profissional. |



5.8 RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA DO USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA

As sete UC's analisadas neste documento localizam-se em um mesmo Pólo Turístico subdivididos em duas ZT's, apresentando ofertas e potenciais ecoturísticos que apresentam possibilidades de serem implantados, ordenados e incrementados através de ações integradas otimizando recursos e esforços em prol de melhorias socioambientais na região.

Considerando o diagnóstico e as recomendações de ações de uso público realizadas por UC neste documento, foi possível identificar possibilidades de realizar ações de forma integrada entre as áreas protegidas. Estas ações seguem recomendadas em duas matrizes que tem como eixos temáticos: **a)** gestão do uso público; **b)** ofertas e potenciais ecoturísticos.

O eixo temático de gestão do uso público apresenta como tipos de ação (fatores influentes): **a)** instrumentos de gestão; **b)** pessoal e estrutura para gestão; **c)** envolvimento e integração dos gestores (**TABELA 5.8-1**).

O eixo temático de ofertas e potenciais ecoturísticos apresenta como tipo de ação (fatores influentes): **a)** serviços de apoio à visitação; **b)** infraestruturas de apoio à visitação; **c)** divulgação e comercialização (**TABELA 5.8-2**).



TABELA 5.8-1 – Recomendações de ações integradas para gestão do uso público das UC's federais do extremo sul da BA

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | | |
|---|---|--|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | UC | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento e integração dos gestores | 1º Etapa – Formar GT de Uso Público para: diálogo e definições de ações integradas; estabelecimento de uma rede de experiência em uso público entre as 7 UC's. Sugere-se que este GT seja formado e funcione em conjunto com Conselho do Mosaico do Extremo Sul da Bahia (MAPES) envolvendo representante da RESEX Cassurubá, PN dos Abrolhos e CR 7/ICMBio | As 7 UC's federais | Disponibilidade e interesse dos gestores das UC's e do Conselho do MAPES | Gestores das 7 UC's federais/ICMBio; Conselho do MAPES. |
| Envolvimento e integração dos gestores; pessoal e estrutura para gestão | 2º Etapa – Estabelecimento de diálogo entre GT formado na 1º Etapa e Coordenação Geral de Uso Público e Negócios visando acordar apoio na gestão das atividades nas 7 UC's, incluindo implantação de estruturas e disponibilidade de pessoal. | As 7 UC's federais | 1º Etapa | GT de Uso Público; Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio. |
| Envolvimento e integração dos gestores; instrumento de gestão | 3º Etapa - Intercâmbios entre as UC's marinhas visando integrar: capacitações previstas nas Comissões; elaboração e execução do Programa de Monitoramento da Visitação em ambientes recifais; elaboração/atualização e execução do Plano de Emergência. | RESEX Corumbau; PNM dos Abrolhos | 1º e 2º Etapa | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público do PNM Abrolhos e RESEX Corumbau; instituições parceiras. |
| Envolvimento e integração dos gestores; instrumento de gestão. | 4º Etapa – Intercâmbios entre as UC's de Mata Atlântica visando integrar: capacitações previstas nas Comissões; elaboração e execução do Programa de Monitoramento; elaboração/atualização e execução do Plano de Emergência. | RESEX Cassurubá; REVIS Rio dos Frades; PNH do Monte Pascoal; PN do Descobrimento; PN do Pau Brasil | 1º e 2º Etapa | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 5 UC's; instituições parceiras. |



TABELA 5.8-1 – Recomendações de ações integradas para gestão do uso público das UC's federais do extremo sul da Bahia (continuação)

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 1: GESTÃO DO USO PÚBLICO | | | |
|---|---|--------------------|--|---|
| | ETAPA/AÇÃO | UC | INTERDEPENDÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Envolvimento e integração dos gestores. | 5º Etapa – Avaliar e definir quais UC's possui potencial de integrar ações de gestão de uso público, considerando: ecossistemas; categoria da UC; proximidade e interligação dos acessos. | As 7 UC's federais | Esta ação irá interagir com 3º e 4º Etapa. | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; |
| Envolvimento e integração dos gestores. | 6º Etapa – Representantes do GT de Uso Público criado articular representatividade e participar efetivamente das instâncias de governança de turismo da CB e CD. Participação como meio de dialogar com os agentes do setor sobre o tema, informar sobre o funcionamento do uso público das UC's, difundir seus atrativos e potencialidades para visitação e articular apoio para melhorias do uso público. | As 7 UC's | 1º a 5º Etapa | GT de Uso Público; Câmara de Turismo da CB e CD. |



TABELA 5.8-2 – Recomendações de ações integradas para implantação, incremento e ordenamento das ofertas e potenciais ecoturísticos das sete UC's federais do extremo sul da Bahia

| TIPO DE AÇÃO | EIXO 2: OFERTAS E POTENCIAIS ECOTURÍSTICOS | | | |
|-------------------------------------|--|--------------|---|--|
| | ETAPA/AÇÃO | UC | INTERDEPEN- DÊNCIA | ENVOLVIDOS |
| Serviços de apoio à visitação | 1º Etapa – Avaliar e identificar quais módulos dos cursos previstos para qualificação dos prestadores de serviços de apoio à visitação possuem potencial de ser realizado integrando os participantes de mais de uma UC entre as sete, definindo quais áreas. A partir desta definição planejar e executar os módulos conjuntamente, visando otimizar recursos e promover rede de experiência entre as UC's. | As sete UC's | Eixo 1 – Criação do GT para avaliação e definição | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; prestadores de serviços participantes. |
| Serviços de apoio à visitação | 2º Etapa – Promover intercâmbio entre os prestadores de serviços de apoio à visitação das 7 UC's, visando melhor informações sobre as UC's da região (potencial divulgação) e a troca de experiências sobre uso público. | As sete UC's | Eixo 1 | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; prestadores de serviços; SEBRAE; Câmara CB e CD |
| Infraestrutura de apoio à visitação | 3º Etapa – Promover mutirões entre os condutores de visitantes das 7 UC's, visando intercâmbio de experiências para implantação e manutenção de infraestruturas de apoio a visitação como: trilhas, placas e poitas. | As sete UC's | Eixo 1 | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; condutores. |
| Divulgação e comercialização | 4º Etapa – Realizar oficina de formatação dos roteiros integrados entre as sete UC's. | As sete UC's | Eixo 1; 1º e 2º Etapa | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; prestadores de serviços; agências de turismo; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB e CD; Avaliar a necessidade de profissional. |
| Divulgação e comercialização | 5º Etapa – Estabelecer estratégias e executar ações de divulgação dos produtos ecoturísticos das sete UC's de forma integrada e inserida no Pólo Turístico do Descobrimento. Nesta estratégia considerar: públicos alvos; meios de divulgação; potenciais pólos emissivos; integração com a região e seus atrativos; inclusão das comunidades tradicionais e rurais na cadeia produtiva do turismo. | As sete UC's | Eixo 1; 4º Etapa | GT de Uso Público; Comissões de Uso Público das 7 UC's; prestadores de serviços; SEBRAE; Câmara de Turismo da CB e CD; Avaliar a necessidade de profissional. |

6. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, R. P; FLECK, L. C. **Estudo de viabilidade econômico-financeiro do contrato de concessão de passeios no Parque Nacional Marinheiros dos Abrolhos – BA.** Belo Horizonte: Conservação Estratégica, 2011.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: editora Ática, 1992.

ANDRADE, M; ARANTES, A. A. **Museu Aberto do Descobrimento: guia cultural.** Campinas: 2001.

ARAÚJO, G. A. **Relatório da oficina de treinamentos de profissionais de agências de turismo para o desenvolvimento de atividades de visitação de baixo impacto.** Porto Seguro – BA:PNUD/PCE, 2007.

BANDEIRA DE MELLO. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Malheiros, 2004.

BIERNACKI, P; WALDORF, D. **Snowball Sampling: problems and techniques of chain referral sampling.** Sociological Methods & Research, vol.10 n.2. 1981.

BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, S. F. (Org) (Ed). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF - Brasil, p. 89-144. 2003.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** BARROS.M.S.; PENHA.L.H.D (coord). Brasília: EMBRATUR e MICT/MMA, 1994.

_____. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n^o 4.340, de 22 de agosto de 2002. Institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.** 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2002.

_____. Decreto s/n^o, de 5 de junho de 2009. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Cassurubá, nos municípios de Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa, no Estado da Bahia, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12058.htm Acesso em: jun. 2014

_____. Lei Geral do Turismo no 11.771, de 17 de setembro de 2008. Estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: julho de 2014.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS (Org). **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel. 5. ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2005, p. 223-252. Título original: A guide for planners and managers.

CASTRO, C.B. Corals of Southern Bahia. In: HETZEL, B; CASTRO, C.B. (Org). **Corals of Southern Bahia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 160-176. 1994

CIOMMO, R. C. **Turismo, gênero e participativa na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau**. Caderno Virtual do Turismo. Rio de Janeiro: UFRJ. v. 7, n. 2, p. 1-22. 2007.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - MG. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA/SBF. 2000.

DENCKER, A, F, M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DE LA TORRE. **El Turismo, fenômeno social**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1992.

FERNANDES-PINTO, E. **Estudo de viabilidade sócio-ambiental e econômica para implantação do programa de ecoturismo de base comunitária na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e comunidades do entorno**. Bahia: FNMA/APPA, 2005. 1 CD-ROM.

FONTES, M. A.; VITORINO, M.R.; FILETTO, F. **Introdução ao turismo responsável**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA; FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Aracruz Celulose, 1991.

IBAMA; GTZ. **Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação**. Brasília: documento elaborado por Rocktaeschel, 1999.

IBAMA/CNPT; CONSERVATION INTERNATIONAL BRASIL. **Plano de Manejo - Fase I: Reserva Extrativista Marinha do Corumbau**. 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Instrução Normativa n° 08, de 18 de setembro de 2008. Estabelece normas e procedimentos para prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em UC's federais por condutores de visitantes. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf>. Acesso em: junho de 2014.

_____. **Roteiro Metodológico para manejo de impactos de visitação.** Brasília: ICMBio, 2011. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/Roteiro_Impactos_de_Visitacao_WEB.pdf. Acesso em: julho de 2014.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

IRVING, M. A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** IRVING, M. A.; AZEVEDO, J (Org). São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. “**Para Criar um Programa para a Proteção e o Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas**”. São Paulo: Mimeo, 2004.

JANÉR, A; MOURÃO, R. Elaboração do produto de ecoturismo. In: MITRAUD, S. F. (Org) (Ed). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF - Brasil, p. 89-144. 2003.

KROB, A. **Plano de Uso Público do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.** Brasília: IBAMA, 2003.

LEÃO, Z.M.A.N. et al. Recifes de corais no estado da Bahia. **Atlas do IV Simpósio do Quaternário do Brasil.** Salvador, p. 222-258. 1982

LUIZA, A. L. **Ecoturismo indígena.** Quito – Equador: Abya -Yala, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8° ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Avaliações e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das zonas costeiras e marinhas.** Brasília: MMA, 2002.

_____. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur. **Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas 2003 – 2007.** Brasília: MTur, 2003.

_____. **Plano nacional do turismo: uma viagem de inclusão 2007 – 2010.** Brasília: MTur, 2007.

_____. **Segmentação do turismo e o mercado.** Brasília: MTur, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur; SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Plano de marketing turístico costa das baleias 2010 – 2014.** Bahia: MTur/SEBRAE, 2010.

OLIVEIRA, C. A. F. **Relatório técnico final do projeto: turismo ecológico no manguezal de Caravelas – BA.** Caravelas: CEPENE/IBAMA, 2004. 1 CD – ROM.

_____. Diagnóstico para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no complexo estuarino do Cassurubá (Bahia – Brasil). **Boletim técnico científico do CEPENE.** Tamandaré – PE: CEPENE/ICMBio. v. 16, n. 1, p. 109-125. 2008.

_____. Envolvimento Comunitário no planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno. **Revista Brasileira de Ecoturismo,** São Paulo, v.3, n.1, 2010, pp.79-90.

_____. **Comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista Cassurubá, Caravelas – Bahia:** perspectivas para construção participativa do ecoturismo de base comunitária. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2011.

PATRICIO, E. D. **Relatório e diagnóstico da atividade de mergulho autônomo no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, junho 2002 a novembro 2005.** Caravelas: IBAMA, 2005.

PIRES, P. S. **Dimensões do Ecoturismo.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Descobrimento.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; HVS International.; Governo do Estado da Bahia, 2002. 1 CD-ROM

PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa das Baleias.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.; HVS International.; Governo do Estado da Bahia, 2003. 1 CD-ROM

RANAURO, M. L (coord). **Levantamento socioeconômico e cultural da área proposta para criação da unidade de conservação de uso sustentável do Cassurubá e o seu entorno.** Caravelas: IBAMA/CI - BRASIL, 2004. 1 CD-ROM

RODRIGUES, H. C. L. **Relatório Técnico Parcial sobre Ecoturismo de Base Comunitária das Comunidades Indígenas no Entorno do Monte Pascoal.** Itamarajú: MMA / IESB, 2007.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso público nos parques nacionais:** a relação entre a esfera pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. 358f. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

RUSCHMANMN, D. **Turismo e planejamento sustentável.** São Paulo: Papyrus, 1997.

SAMPAIO, J. A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. In: **XXII Reunião brasileira de antropologia.** Fórum de pesquisa 3: “Conflitos socioambientais e unidades de conservação”. Brasília, 2000.

STORI, F. T. **Pescadores e turistas em uma área marinha protegida:** uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia – Brasil. 2005. 176f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e recursos naturais) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2005.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Basic of qualitative research:** grounded theory procedures and techniques. Londres: Sage. 1990.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ. **Laudo biológico do sistema de Caravelas – Nova Viçosa com vistas a Reserva Sustentável do Cassurubá.** Rio de Janeiro: NEMA/UERJ, 2006. 1 CD-ROM.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Título original: **Gestión de destinos turísticos sostenibles.**

WERNER, T. B.; PINTO, L. P.; DUTRA, G. F.; PEREIRA, P. G. P. 2000. **Abrolhos 2000:** Conserving the Southern Atlantic's richest coastal biodiversity into the next century. Coastal management 28: 99-108. 1 CD-ROM

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.